

A ETERNA DAMA

Sinhá Junqueira

Adriana Silva
Fernando A. Dias dos Reis Júnior
Sandra Rita Molina

A eterna dama
Sinhá Junqueira

Adriana Silva
Fernando Antônio Dias dos Reis Júnior
Sandra Rita Molina



A eterna dama foi anteriormente utilizado por Maria Aparecida Junqueira da Veiga Gaeta em seu livro *A Flor do café e o Caldo da Cana: os caminhos de Sinhá e Quito Junqueira*, publicado em 1993.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S578e

Silva, Adriana; Reis Júnior, Fernando Antônio Dias dos; Molina, Sandra Rita.
A eterna dama: Sinhá Junqueira. / Adriana Silva; Fernando Antônio Dias dos Reis Júnior; Sandra Rita Molina. - São Paulo, SP: Selin Trovoar, 2025.; 248 p.; 16x23 cm.

ISBN 978-65-84872-48-6
Contém dados biográficos

1. Biografia. 2. Sociedade. 3.Literatura brasileira. I Título.

CDD 920.02

Índices para catálogo sistemático:
1. Biografia – CDD 920.02
2. Sociedade – 306.43
3. Literatura brasileira – CDD B869

Ronaldo da Mota Vieira – Bibliotecário – CRB – 8 / 9124

Autorias: Adriana Silva, Fernando Antônio Dias dos Reis Júnior e Sandra Rita Molina
Pesquisa: Fernando Antônio Dias dos Reis Júnior
Revisão: Nivaldo Brito
Projeto gráfico: Paulo Batista

Esta edição conta com o patrocínio da Usina Alta Mogiana e integra o projeto Núcleo de Formação de Leitores (PRONAC 2310591), Lei de Incentivo à Cultura do Governo Federal.

Todos os direitos desta edição estão reservados e protegidos pela Lei 9.610/98 à FUNDAÇÃO DO LIVRO E LEITURA DE RIBEIRÃO PRETO
Rua Prof. Mariano Siqueira, 81, Jd. América | Ribeirão Preto | SP |
(16) 3911.1050
www.fundacaodolivroeleiturarp.com

Lei Rouanet Incentivo a Projetos Culturais
Patrocínio ALTA MOGIANA açúcar • etanol • energia
Realização FUNDAÇÃO DO LIVRO E LEITURA DE RIBEIRÃO PRETO
MINISTÉRIO DA CULTURA
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREFÁCIO

Escrever estas linhas que antecedem a biografia de Theolina Zemila de Andrade Junqueira — nossa inesquecível Dona Sinhá — é mais que um gesto de reverência: é um tributo nascido do mais profundo sentimento de gratidão e reconhecimento. Ao adentrar os caminhos de sua vida, é impossível não se deslumbrar com a estatura de uma mulher que ousou ser protagonista em um tempo que reservava às mulheres papéis de silêncio. Sua grandeza não se deixou conter nem pelo tempo em que viveu, nem pelas fronteiras da terra que a viu nascer.

Nascida em 1874, num Brasil que ainda buscava equilibrar-se entre os escombros da escravidão abolida e os primeiros passos da República, Dona Sinhá veio ao mundo carregando a linhagem dos Andrade e dos Junqueira. De um lado, a tradição enraizada em Franca; do outro, as terras férteis da Fazenda Lageado, entre Ribeirão Preto e Cravinhos, de onde vinha seu esposo, o coronel[1] Francisco Maximiano Junqueira. Ao lado dele, construiu não apenas um império agrícola, mas uma história entrelaçada à construção de um país. Ainda assim, foi na viuvez, em 1938, que ela revelou sua força mais extraordinária: mulher sem filhos, sem títulos acadêmicos extensos, mas com um farol interior capaz de guiar multidões. Assumiu a direção dos negócios, liderou usinas, movimentou recursos e, sobretudo, transformou vidas com o vigor de quem faz do amor um instrumento de justiça.

Esta obra, que outrora seria apenas memória dispersa nas lembranças de uma família, agora se ergue como um testemunho vívido de coragem, humanidade e visão de futuro. Em cada página, pulsa a vida de Dona Sinhá, com seus gestos silenciosos e seus feitos retumbantes. Sua presença permanece viva nas escolas que educam, nas avenidas que a homenageiam, nos estádios, nas instituições que ainda hoje florescem sob sua inspiração. Ao celebrarmos os 87 anos do Educandário Coronel Quito Junqueira e os 75 anos da Fundação Sinhá Junqueira, oferecemos este livro como um relicário — guardião da luz que ela espalhou pelo mundo.

Dona Sinhá, a eterna dama sem filhos de sangue, foi mãe de multidões. Que sua história, feita de fé, trabalho e ternura, siga a inspirar gerações. Que seu legado, tecido com mãos generosas, continue a transformar o mundo — um gesto de cada vez.

Luiz Octavio Junqueira Figueiredo

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

1. **Um sobrenome que era destino:**
   A ascendência da mulher que se tornaria a eterna dama dos desvalidos 11
2. **Entre roseiras, cafezais e canaviais:**
   De menina a esposa, sempre Sinhá 33
3. **A viuvez e o nascimento de uma liderança feminina:**
   A gestão da Usina Junqueira e os projetos de uma vida 49

CAPÍTULO II

1. **Entre tijolos e bênçãos:**
   A cidade que Dona Sinhá sonhou 67
2. **A Dama das Campanhas Nacionais:**
   O protagonismo de Sinhá nas grandes frentes: aviação, infância e saúde pública 93
3. **Educandário Quito Junqueira:**
   O sonho plantado por Dona Sinhá 115
4. **Obras de arte como herança para o futuro:**
   A participação de Sinhá Junqueira na fundação do Masp 133
5. **A casa que virou biblioteca:**
   Um patrimônio histórico e cultural 143
6. **Do Hospital São Francisco à Mater:**
   Uma trajetória à favor da saúde 153

CAPÍTULO III

1. **Um testamento como herança:**
   E uma Fundação como guardiã 169
2. **O reconhecimento:**
   Do Livro do Mérito Nacional à escola na Vila Tibério 181
3. **Uma história sem fim:**
   Ou eternos recomeços 197

CAPÍTULO I


Cantarelli

1. UM SOBRENOME QUE ERA DESTINO:

A ascendência da mulher que se tornaria a eterna dama dos desvalidos

"Meu filho, quando escrever nos jornais, me chame sempre de Barranqueira do Rio Grande. É o nome que mais gosto entre todos os que me deram."

(Sinhá Junqueira para Assis Chateaubriand – Homenagem póstuma, publicada em O Jornal, RJ, 14/03/1957)



Imagem 1. Rio Grande entre Rifaina e Franca, no estado de São Paulo e Sacramento em Minas Gerais. Fonte: Drone, vídeo sobre a hidrelétrica oficialmente denominada Usina Hidrelétrica Luís Carlos Barreto de Carvalho, mas é conhecida na região como Usina de Estreito.

Chamavam-na Sinhá, mas bem poderia ser barranqueira. Não por desabar — parece nunca ter desabado, nem nos tempos mais difíceis —, mas por se fazer margem firme. Ao chamar a si própria de Barranqueira do Rio Grande, a mulher de gestos calmos apresentava-se com simplicidade. O cognome com o qual mais se identificativa, que se deu não foi por ela definido no sentido literal, foi sim a partir de sua postura diante da vida, da forma como resistiu sem ruído, influenciou sem alarde e permaneceu sem se impor. A imagem da barranqueira se revela como metáfora possível. No interior do Brasil, especialmente em Minas Gerais e São Paulo, chama-se barranqueira a margem alta de terra firme, que acompanha o curso de um rio e o protege da erosão. É a borda que observa o tempo correr, sem jamais ser arrastada por ele. Diferente da pedra, que confronta a água, ou da areia, que se dissolve, a barranqueira sustenta constante e confiável.

Sinhá não nasceu para os discursos, nasceu para os gestos que permanecem. Como a margem do Rio Grande — o mesmo que banha parte de sua história geográfica e simbólica —, ela ofereceu suporte, direção e abrigo, tanto à família quanto às instituições que fundou e às comunidades que tocou. Barranqueira do Rio Grande é, portanto, mais que título: é imagem. É leitura de uma mulher que, à sua maneira, foi margem de muitas vidas, que viu o tempo passar sem perder o rumo e que permanece, ainda hoje, como borda de memória e nascente de permanência.

Dona Sinhá não se fez matrona, mas é assim que o tempo a conserva: mãe de tantos, mesmo sendo mulher sem filhos. No interior profundo do Brasil, entre lavouras e estações de trem, entre terços e testamentos, nasceu Theolina Zemila de Andrade Junqueira — mas foi como Sinhá que se tornou eterna no coração da história. Silenciosa, determinada, bordava caridade com mãos firmes e gestos largos. Em tempos em que poucas mulheres podiam interferir, ela foi decisiva; e fez de sua vida, não um altar majestoso como era costume, dada sua origem e riqueza, mas uma estrada por onde ainda hoje passam gerações inteiras beneficiadas por suas decisões fortes e certeiras.

Filha de seu tempo e de sua gente, Sinhá Junqueira era mais do que uma mulher à frente de sua época: era fruto maduro de uma árvore genealógica frondosa, de raízes bandeirantes e galhos imensos. Poucas famílias, ao longo da história brasileira, deram tão literal cumprimento ao versículo do Gênesis — *"Crescei e multiplicai-vos"* — quanto os Junqueira. Mais que sobrenome, formaram uma linhagem: gente de rastro largo e raízes fundas, que se desdobrou em centenas de ramos e hoje ultrapassa a casa das cem mil almas. Mas não se multiplicaram

apenas em número. Espalharam-se como água em solo fértil — ocupando terras, fundando vilas, entrelaçando-se por casamentos, revoluções e invernadas. Em Minas Gerais e São Paulo, especialmente, deixaram marcas que vão da política à pecuária, da economia à fé. Criaram raças de cavalos, lavraram cafezais, participaram de insurreições e moldaram o sertão com o pulso firme de quem se sabe parte de um clã. Um clã que, mais do que viver a história, ajudou a escrevê-la.

A vida de Dona Sinhá não pode ser compreendida sem um olhar para a família que a moldou. Ela nasceu de um tronco que formou gerações inteiras — um nome que era mais que sobrenome: era destino e, no caso dela, com dupla intensidade, como era comum à época: nasceu e casou-se Junqueira. Criada entre tios, primos, padrinhos e sobrinhos, foi educada na lógica dos gestos herdados, da responsabilidade transmitida pelo sangue. O sentimento de pertença à família não era apenas afetivo, mas estrutural: era nela que estavam suas referências de mundo, seus modelos de fé e, fortemente, seus exemplos de homens de negócio e de mulheres do lar. Mesmo sem filhos biológicos, Sinhá foi, até o fim, continuadora de uma família que entendia a terra. Ao contar sua história, é preciso entender as raízes desse nome que, por gerações, aprendeu a se multiplicar sem se dispersar.

Antes de Theolina ser Sinhá, antes mesmo de nascer, já havia nela a memória de um lugar antigo e de um nome que atravessou mares e sobreviveu ao tempo. É necessário recuar quase um século e meio — até 1727 — e cruzar o oceano rumo ao norte de Portugal, à pequena aldeia de Simão da Junqueira, para chegar ao começo.[2] João Francisco — filho de João Manuel e Ana Francisca do Valle —era um homem comum, de origem modesta, mas daria início a uma linhagem familiar, da qual descenderia, mais de um século depois, Theolina Zemila de Andrade Junqueira. Pela linha materna, João Francisco era seu trisavô; pela paterna, seu tetravô — o que revela não apenas os entrelaçamentos das gerações Junqueira, mas também a força de uma identidade que se construiu dentro do próprio nome. Sinhá foi herdeira direta de sua perseverança, de sua fé e do senso de continuidade que atravessou terras, séculos e fronteiras. Sua história, embora única, teve início ali: nas mãos de um imigrante que fez da terra brasileira sua morada, sua raiz.



Figura1. Localização do Brasil e da aldeia de Simão da Junqueira, em Portugal.
Fonte: Mapa pontuado pelos autores, 2025.

Por volta de 1748, João Francisco e o irmão Gabriel deixaram o chão das vinhas e das colinas verdes para embarcar rumo ao desconhecido. Trazidos por um chamado — o das promessas do Novo Mundo —, cruzaram o Atlântico em navios de madeira e esperança.[3] Como era costume entre os que buscavam reinvenção, ao chegar ao Brasil, trocaram o passado pelo nome do lugar onde nasceram: Junqueira. Um gesto simples que selaria o destino de milhares.

Foi assim que o nome tomou corpo nas Américas. Primeiro como sobrenome. Depois como estirpe. E, mais tarde, como símbolo.[4] Daquela travessia nasceria uma descendência que fincaria raízes fundas no Brasil — fundando vilas, traçando fronteiras, cruzando seus próprios rios de história. Até que, um dia, viesse ao mundo Theolina: flor tardia desse tronco imenso, herdeira do que começou com um homem anônimo partindo de sua pátria além-mar — e termina com uma mulher notável ficando em terra fértil.



Figura 2. Brasão da família Junqueira. O azul, com uma cruz prateada estilizada a sagrada cruz, indicando que a família é de origem católica. No centro do escudo, há uma flor-de-lis dourada em destaque, sobreposta à cruz. O azul simboliza lealdade, justiça e perseverança. A cor prata representa pureza, integridade e verdade. A cor ouro indica generosidade, glória e nobreza. O timbre: A faixa azul e prata no topo sugere um elmo ou adorno estilizado, conforme o padrão de brasões europeus. O nome "JUNQUEIRA" está em destaque logo abaixo do brasão, reforçando a identificação da família. A flor-de-lis é um símbolo tradicionalmente associado à nobreza, à monarquia francesa e também à fé cristã, especialmente à Virgem Maria. A presença dessa flor no brasão pode representar nobreza de espírito, pureza e fidelidade, características atribuídas à família.

Importa ressaltar que não existe um brasão oficial do patriarca no Brasil, pois os irmãos eram de origem simples. Somente um dos filhos do patriarca carregou o título nobiliárquico, concedido por Dom Pedro II em 11 de outubro de 1848, a Gabriel Francisco Junqueira, com o título Barão de Alfenas. A data exata da chegada jamais foi fixada em papel, como tantas histórias que se perdem nas dobras do tempo. Contudo, voltar não era uma possibilidade! Talvez, movido pelas promessas de enriquecimento colonial ou o temor de um novo terremoto, pior do que o de 1755.[5] O que o moveu, ao certo, não sabemos, mas sabe-se que João Francisco já pisava solo brasileiro em 16 de janeiro de 1758, quando celebrou matrimônio[6] com Elena Maria do Espírito Santo, na Comarca do Rio das Mortes Pequeno, em Minas Gerais. Era ali, entre colinas e igrejas de pedra-sabão, que o patriarca daria início à semente brasileira da família.

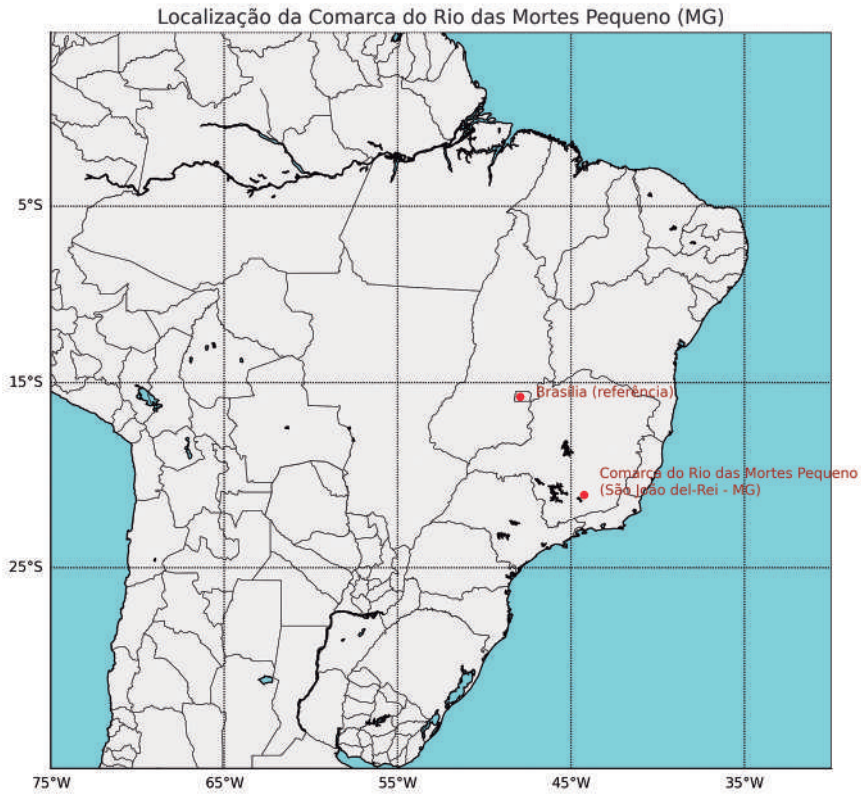


Figura 3. Localização da Comarca do Rio das Mortes Pequeno, em Minas Gerais.
Fonte: Mapa pontuado por Adriana Silva, 2025.

Os irmãos Junqueira haviam chegado num tempo em que o Brasil, ainda colônia, ardia em transformações profundas. A escravidão indígena havia sido abolida por decreto régio em 1755.[7] O Marquês de Pombal, ministro de D. José I, impunha reformas severas, reestruturando o ensino, combatendo os jesuítas e tentando modernizar o império a partir da metrópole. A cidade do Rio de Janeiro tomava o lugar de Salvador como capital do vice-reinado, e Minas Gerais — outrora fervilhante de ouro e promessas — começava a conhecer o peso da exaustão mineral.[8]

Foi nesse cenário de transição, entre ruínas do ciclo do ouro e novos rumos econômicos, que os Junqueira cravaram raízes. Vindos com sonhos, ficaram com terra. E da terra fizeram história. Sozinhos,

sem cortejo nem alarde, Gabriel e João Francisco germinaram — como sementes lançadas no desconhecido — a história de uma das mais longevas e influentes famílias do Brasil rural. Vieram jovens e inquietos; fincaram pés, cruzaram vales; e o que era travessia virou morada.

Foi em 16 de janeiro de 1758 que João Francisco, já enraizado nas Minas do Sul, casou-se com Elena Maria do Espírito Santo, filha de Ignácio Franco e Maria Tereza de Jesus, na cidade de São João del Rei. Ali, entre sinos e serras, firmava-se um novo ramo da árvore genealógica que se espalharia pelo interior do país — com fé, lavoura e descendência.

Depois de peregrinar por várias vilas mineiras, João Francisco fixou residência a cerca de 150 quilômetros de São João del Rei — região estratégica entre as trilhas do sertão e os caminhos do ouro. Por ali cruzavam tropeiros, garimpeiros e caixeiros, homens de passo apressado e olhar inquieto. Os primeiros a rasgar a terra foram os faiscadores, em busca dos últimos brilhos do metal. Mas logo vieram os agricultores — e a terra passou a dar de comer em vez de apenas prometer riqueza.

Ao fim do século XVIII, o ciclo do ouro dava seus últimos suspiros. Vila Rica — hoje Ouro Preto — desbotava sua opulência, mergulhada em ruína e esquecimento. Minas Gerais, antes joia da coroa, começava a perder seu fulgor.[9] Foi nesse pano de fundo que a aristocracia agrária começou a se desenhar com traços definitivos. E o português vindo de São Simão da Junqueira, que fizera seus primeiros ganhos na mineração, leu os sinais do tempo: trocou o garimpo pela terra firme. Deixou São João del Rei e partiu em busca de campos mais férteis, onde o futuro brotaria da lavoura e do pasto — e não mais do fundo escuro das minas.

Foi no ano de 1764 que João Francisco, já senhor de si e da terra, requereu a sesmaria do Campo Alegre.[10] O pedido foi oficialmente atendido em 5 de abril daquele ano, e ali — entre colinas suaves e horizontes generosos — ergueu sua morada definitiva. Fez daquelas terras o palco de sua existência longa e fecunda. Ali viveu até sua morte, ocorrida exatamente 55 anos depois, em 5 de abril de 1819, aos 91 anos de idade — uma vida inteira traçada de trabalho.

Na Fazenda Campo Alegre, o patriarca plantou mais que lavouras: naquele lugar floresceu uma das mais numerosas ramificações da família Junqueira. Com sua esposa, teve onze filhos, dos quais sete chegaram à idade adulta — e desses, cada um haveria de abrir uma nova vereda na história da linhagem.

Entre eles, destacaram-se nomes que ecoariam por gerações. João Francisco Junqueira Filho, que se casou com Maria Ignácia do Espírito Santo Ferreira e viria a tornar-se proprietário da Fazenda do Favacho — onde há indícios de que tenha vivido até sua morte, possivelmente em 1812.[11] Francisco Antônio Junqueira, padre e senhor da Fazenda do Jardim. Maria Francisca da Encarnação Junqueira, proprietária da Fazenda Santo Inácio. José Francisco Junqueira, dono da Bela Cruz. Ana Cândida, Genoveva e, por fim, o mais jovem: Gabriel Francisco Junqueira, o já mencionado futuro Barão de Alfenas, herdeiro da própria Fazenda Campo Alegre.

Foi nessas mesmas terras que João Francisco iniciou a construção de uma pequena igreja — obra que seria concluída pelo filho caçula, Gabriel. Ao redor do templo, como costuma acontecer em terras de fé e fartura, formou-se um povoado. Com o tempo, esse núcleo cresceu e deu origem à cidade de São Tomé das Letras, no sul de Minas Gerais.

O labor incansável do patriarca lhe garantiu não apenas estabilidade, mas prosperidade. Com os frutos desse trabalho, em 1782 adquiriu outra propriedade: o Solar do Favacho, na vila de Santa Maria de Baependi, distrito de Cruzília.[12] Ali estabeleceu o que viria a ser chamado o "berço da família Junqueira". Na capelinha de São José, construída e abençoada em 1º de janeiro de 1761, casaram-se e foram batizados seus filhos, netos e bisnetos. Era mais que casa: era marco, raiz e altar.

Do Solar Favacho partiriam, anos depois, descendentes que abririam novos caminhos em direção ao oeste paulista. Em 1812, surgiriam os primeiros vestígios da Fazenda Invernada, em Morro Agudo, fundada por aqueles que se estabeleceram às margens do ribeirão do Rosário — onde o nome Junqueira passaria a ecoar em novas terras, novas fronteiras, mas com a mesma força de origem.

O tempo e a labuta fizeram crescer o patrimônio. Angahy, Bela Cruz, Santo Inácio — cada fazenda, um ramo; cada ramo, uma história. Assim se desenhava a arquitetura de uma família que, antes de se espalhar em números, fincou presença na terra.

A Fazenda Bela Cruz ficou marcada na memória da família Junqueira não apenas pela vastidão de suas terras, mas pelo peso sombrio de uma tragédia. Foi em 13 de maio de 1833 — exatamente 55 anos antes da assinatura da Lei Áurea — que ali se desenrolou um dos episódios mais brutais do período escravocrata: o Levante da Bela Cruz, também conhecido como a Revolta de Carrancas.[13] Liderados por Ventura Mina, um escravizado de origem africana, os revoltosos romperam os limites do medo e do silêncio, e lançaram-se contra os

senhores. A rebelião, carregada de fúria e desespero, terminou em massacre. Todos os presentes na Casa Grande foram mortos, inclusive a recém-nascida Maria, numa sucessão de golpes fatais que gravaram para sempre a violência da escravidão no corpo da história.

Ainda assim, a árvore genealógica da família Junqueira seguiu crescendo — com raízes que se espalharam pelo sul de Minas Gerais, atravessando gerações e serras. Entre os muitos ramos que dela brotaram, há um que interessa de modo particular a esta narrativa: o tronco que conduz diretamente à figura de Sinhá Junqueira.

Para seguir a trilha da cronologia e da herança afetiva de Dona Sinhá, é preciso voltar ao nome de Maria Francisca da Encarnação Junqueira, primogênita de João Francisco e Elena Maria, nascida e batizada em 1762. Casou-se em 10 de abril de 1780 com Gabriel de Souza Diniz, e juntos construíram não apenas uma descendência numerosa, mas também um patrimônio que atravessaria os séculos. Entre as propriedades do casal estavam a Fazenda Santo Inácio, em Lavras, e a Fazenda Traituba, esta última originada do desmembramento da antiga sesmaria de Campo Alegre, localizada no atual município de Caxambu.

Na memória da linhagem, ficaram conhecidos como o "Casal da Traituba" — não tanto por terem vivido ali, mas por terem gerado o homem que edificaria a fazenda: João Pedro Diniz Junqueira, seu filho, construtor da sede da Traituba em 1831. Àquela altura, Maria Francisca já era viúva[14], como observou o Dr. José Américo Junqueira de Mattos, no livro "Família Junqueira: sua História e Genealogia", e é pouco provável que tenha residido de fato na fazenda.

Do casamento entre Maria Francisca e Gabriel nasceram dez filhos: Genoveva Clara, João Pedro, Ana Claudina (avó paterna do coronel Quito), Joaquina, Francisco, Francisco Antônio (bisavô paterno de Sinhá Junqueira), Antônio Sancho, Helena Fausta, Mariana Dorida e Júlia.[15] A partir dessa ramificação, entrelaçam-se os nomes, as propriedades e os destinos que dariam origem à genealogia do casal coronel Quito e Dona Sinhá Junqueira, selando laços de sangue e de terra entre duas pontas de um mesmo tronco.



Imagem 2. A Fazenda Traituba, situada em Minas Gerais, traz consigo um rico legado histórico. Em um esforço notável, o processo de restauração foi iniciado em 2022. Ainda que com um andar apenas, a sede da fazenda permaneceu grandiosa. O mobiliário é quase todo da época da construção. As paredes são de adobe, e o assoalho é de pinho. A sede é cercada de muros de adobe e os diversos portões de acesso são majestosos, decorados com trabalhos em pedra sabão. Da primeira sede, são guardados uma liteira e um oratório em estilo barroco. Fonte: Hugo Andrade Medeiros. Livro de Tombo do patrimônio histórico de Cruzília.

A primeira sede da Fazenda Traituba começou a ganhar forma em 1758, pelas mãos de João Francisco Junqueira Filho, que ali desejava abrigar sua família e firmar raízes sobre a terra herdada do pai. Mas foi somente décadas mais tarde, por volta de 1830 ou 1831, que a construção tomou corpo definitivo — concluída com sobriedade e imponência pelo coronel João Pedro Diniz Junqueira, neto do patriarca e filho de Maria Francisca da Encarnação.

O projeto, ambicioso para os padrões da época, tinha como propósito receber o Imperador Dom Pedro I em visita à região. A história, no entanto, tomaria outro rumo: a abdicação do monarca, em 1831, interromperia a realização do encontro e deixaria a casa sem o hóspede para quem fora pensada. Restou à construção, então, o papel de hospedar o tempo — e seus herdeiros.

A sede original era imponente. Possuía dois pavimentos e um terraço panorâmico, de onde se podia observar, em linha direta, o vaivém dos trabalhadores escravizados nos terreiros e engenhos. Esse segundo andar, no entanto, foi demolido em 1905. Ainda assim, o que permanece impressiona. Com quatorze quartos, duas cozinhas, sete salas, duas dispensas, um escritório, seis banheiros e jardins bem cuidados, a casa guarda em seus alicerces mais que paredes: guarda os silêncios, os passos e os dias de uma linhagem inteira.

Traituba não foi apenas morada: foi palco. Palco de esperas imperiais, de rituais familiares, de ordens sussurradas no casarão, de batizados e lutos, de cheiros que ainda parecem resistir entre as tábuas do assoalho. Uma casa que, mais do que construída, foi lentamente gerada por uma história que se negava ao esquecimento.

A origem do nome Traituba escapa à rigidez dos registros e se dissolve entre sons, serras e lendas. Como quase tudo que brota da terra e da tradição, carrega em si vestígios de vozes indígenas, interpretações eruditas e memórias orais que se sobrepõem como camadas de solo antigo.

Uma das teorias mais conhecidas é a de Amato (1996),[16] que associa o nome à grande serra nos arredores da sede, referida pelos habitantes locais como "montanha bastante alta". Em tupi-guarani, "ita" significa pedra e "tuba", grande. Assim, Traituba seria a "Fazenda da Pedra Grande" — evocando a imagem da sede protegida por rochedos e silêncios, entre a solidez do mineral e a vastidão do campo.

Outra hipótese, sugerida por Niconiello e Carvalho (1985),[17] propõe uma origem distinta: o nome inicial teria sido Teretuba. Nesse caso, "Tere" significaria virado e "Tuba", sítio — resultando na expressão "Sítio Virado" ou "Sítio Retorcido". Com o tempo, esse nome teria

sido transformado pela oralidade local, passando de Teretuba para Treituba, e finalmente chegando à forma atual, Traituba. Uma torção fonética que espelha os contornos sinuosos da paisagem que o nome pretende nomear.

Há ainda uma terceira explicação, defendida por Garcia (2013)[18], que sugere uma origem mais visceral e ligada à geografia imediata do lugar. Para ele, Traituba significaria "Toca das Traíras" — referência direta a um brejo próximo à sede da fazenda, onde abundavam esses peixes de escamas ásperas e alma feroz. A toponímia, nesse caso, teria nascido da água e da fauna, como tantas outras palavras herdadas da língua dos primeiros habitantes.

Entre pedras, peixes e montanhas, Traituba permanece como palavra-memória, carregada de sons que o tempo não apagou por completo. Seja qual for sua etimologia verdadeira — se ancestral, transformada ou inventada — o nome guarda o eco de tudo que ali se viveu.



Imagem 3. João Pedro Diniz Junqueira - (1782-1853), filho primogênito de Maria Francisca da Encarnação e Gabriel de Souza Diniz, foi ele quem construiu a Sede da fazenda Traituba entre os anos de 1826-1831. Quadro exposto no Salão principal da sede daTraituba.

O legado dos descendentes que se espalharam pelo sul de Minas Gerais não se fez apenas de terras ou sobrenomes — mas de animais e estruturas. Foi através de cinco fazendas históricas que esse legado ganhou forma duradoura: Favacho, Angahy, Traituba, Engenho de Serra e Campo Lindo. Todas elas, mais do que propriedades, se tornaram pilares da raça Mangalarga Marchador, que hoje carrega no próprio passo o compasso da história rural brasileira.[19]

A família Junqueira, que por gerações se dedicou à seleção e aprimoramento do rebanho, preservou, em quase todos os aspectos, os traços originais das fazendas onde esse trabalho começou. Foram zeladores não apenas de cavalos, mas de paisagens, alpendres, troncos e cercas. Guardiões de um tempo que ainda respira nas varandas compridas e nos cascos que tocam a terra como quem a respeita.

Ao longo dos anos, irmãos, primos e cunhados entrelaçaram destinos, trocando glebas, unindo famílias, estabelecendo laços que transcendiam o sangue e se estendiam pelo território. Essas trocas silenciosas — herdadas mais pela confiança do que pelos contratos — consolidaram alianças entre os diversos ramos dos Junqueira, moldando o mapa de sua presença nas regiões onde se fixaram ou para onde expandiram.[20]

Com o declínio da mineração e o ouro rareando nos leitos dos rios, os mineiros, antes faiscadores de pedras, tornaram-se desbravadores de campos e lavradores de futuro. Iniciaram, então, um fluxo migratório em direção ao oeste, em busca de novas pastagens e terras férteis. Seguiram para o Sertão da Estrada dos Goyazes — como eram conhecidas, à época, as vastidões da Província de São Paulo. Ali, na segunda década do século XIX, os Junqueira estabeleceram domínio sobre algumas das maiores glebas de terra do interior paulista, compondo uma malha de posses que não apenas revelava poder, mas desenhava um novo capítulo da história do país — onde o gado, o cavalo e o café passariam a ditar o rumo dos dias.

O movimento dessa família rumo ao oeste não foi ato isolado, mas parte de uma ampla frente de expansão demográfica e econômica que se desenhou no Brasil após 1808, quando a corte portuguesa, fugindo das tropas napoleônicas, transferiu-se para o Rio de Janeiro. Antes disso, as trilhas que levavam ao interior eram vigiadas com severidade: a Coroa temia os "descaminhos do ouro" e impunha restrições à abertura de estradas, como forma de controlar o escoamento da riqueza mineral e conter a autonomia dos colonos.[21]

Com a chegada da família real, porém os ventos mudaram. Para garantir o abastecimento da corte recém-instalada, foi adotada uma

política que buscava estimular as forças produtivas do território — e, com ela, vieram o afrouxamento dos decretos proibitivos e o incentivo à ocupação de novas terras. A partir de 1810, os mineiros puderam enfim deixar sua capitania sem a exigência de licença oficial. Era o início de um novo tempo. A marcha para o interior tornava-se legal, legítima — e irresistível.[22]

Essa mudança institucional acendeu os motores de uma corrente migratória que conduziu homens, famílias e rebanhos aos limites agrícolas ainda adormecidos. Entre essas fronteiras, destacavam-se as regiões pouco povoadas de Minas e as vastidões praticamente desertas do interior de São Paulo.[23] O rio Pardo, com suas curvas largas e margens férteis, tornou-se uma das principais vias de penetração rumo ao sertão desconhecido. Em seus vales — assim como nos do Mogi-Guaçu — o século XIX assistiria à chegada de inúmeros "entrantes mineiros", muitos deles oriundos do sul de Minas, que lançaram as bases das primeiras atividades agropecuárias em solo paulista.

O historiador Francisco Chiachiri Filho descreve com clareza esse tipo de migrante: "homens de certa posse", quase sempre acompanhados de agregados, escravizados, algumas cabeças de gado, ferramentas e uma ou duas carroças cobertas de lona.[24] Em geral, era o filho mais velho quem ia à frente, encarregado de explorar o terreno e conhecer os vizinhos já instalados.[25] Ao se fixarem, mantinham-se unidos, ocupando a terra em forma de condomínio familiar, como pequenos clãs rurais. Essa convivência durava até que a força de um inventário ou a formalidade de uma escritura impusessem a partilha do patrimônio comum, cuidadosamente construído ao longo dos anos.

Foi nesse contexto — de liberdade recente, terra disponível e impulso de reinvenção — que os Junqueira seguiram o fluxo, perpetuando seu nome nas glebas novas como haviam feito séculos antes nas sesmarias de Minas. Agora, porém, era São Paulo que os esperava.

Sua saga dos Junqueira rumo ao oeste, em direção ao sertão ainda sem nome, inscreve-se profundamente nesse tempo de marcha e reinvenção. Os rastros da família nas terras paulistas surgem nos registros com a discrição típica das origens que se insinuam mais do que se afirmam. O primeiro documento conhecido que menciona sua presença em São Paulo é o inventário de Antônio José de Faria,[26] datado de 1811. Nele, figura entre os confrontantes de sua posse um "capitão Junqueira", em uma paragem chamada Espírito Santo, nas vertentes do rio Pardo. Embora o nome completo do capitão permaneça incógnito, sua menção já revela um dado essencial: os Junqueira estavam ali, plantando as primeiras sementes de uma presença que se tornaria

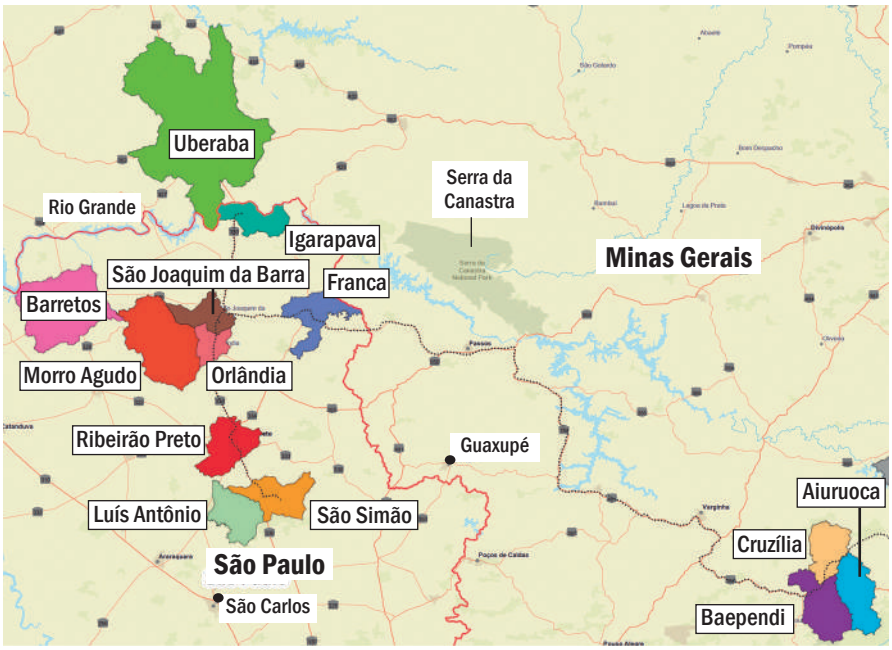


Figura 4. Processo de expansão da família Junqueira com base na documentação histórica. A partir da análise do mapa, é possível estimar as distâncias entre Cruzília/MG e as localidades para onde houve expansão: aproximadamente 450 km até Franca/SP, 390 km até São Simão/SP e 520 km até Morro Agudo/SP.
Fonte: Fernando Antônio Dias dos Reis Junior, 2025.

vastidão. Dentre os que seguiram essa trilha de terra e silêncio, duas figuras ganham destaque na linhagem que culminaria no nascimento de Sinhá Junqueira e de seu marido, o coronel Quito.

Foi em 1812 que uma comitiva formada por João Francisco Junqueira, Francisco Antônio Junqueira e João José de Carvalho percorreu cerca de quinhentos e vinte quilômetros desde o sul de Minas. Viajaram por dias sob o calor, com carroças e gado, até alcançarem as margens do Ribeirão do Rosário, cujas nascentes brotam entre Morro Agudo e Orlândia, seguindo até desaguarem no rio Pardo. Ali, foram surpreendidos por chuvas torrenciais e ininterruptas, que os obrigaram a deter a jornada. Invernaram ali, como se o céu tivesse decidido que era hora de fincar âncora. Deram ao lugar o nome de Invernada, e é com esse nome que a fazenda permanece até hoje — guardando no batismo o acaso que virou destino.

Em 1822, apenas dez anos depois de sua chegada, os nomes da família Junqueira já figuravam entre os recenseados de Batatais, como proprietários de cerca de 60 mil alqueires de terra. Suas posses abrangiam um vasto território que incluiria os atuais municípios de Orlândia, São Joaquim da Barra, Guaíra, Barretos, Colina, Terra Roxa, Jaborandi, Morro Agudo e parte de Viradouro. Um império lavrado por homens que atravessaram montanhas para cultivar permanência.

Desses pioneiros, ramificaram-se ramos vigorosos que alcançaram o Triângulo Mineiro, como o da Fazenda Melancias, em Uberaba/MG — uma continuação da mesma cepa, espalhada como galho que insiste em florescer onde quer que encontre chão fértil.

Francisco Antônio Diniz Junqueira, filho do mencionado casal conhecido na tradição oral como o "Casal da Traituba", nasceu em Baependi, Minas Gerais, e carregava consigo o espírito dos que semeavam futuro em novas fronteiras. Casou-se com Mariana Constança de Andrade e, como tantos de sua linhagem, foi atraído pelo movimento migratório que conduzia os homens de posses para o interior de São Paulo. Estabeleceu-se na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Franca, ainda em formação, e ali se tornaria nome de relevo.[27]

Foi eleito o primeiro Capitão-mor da localidade, mas recusou o cargo, alegando que sua residência oficial permanecia na Província de Minas e que estava em São Paulo apenas por negócios. A modéstia da justificativa, no entanto, não impediu que, com o tempo, assumisse posição central na política local, vindo a liderar o Partido Conservador de Franca — um papel que marcaria não só sua biografia, mas o caminho de seus descendentes.

É desse núcleo familiar que oriunda Sinhá Junqueira. A genealogia, se desenhada com cuidado, revela um entrelaçamento notável: Francisco Antônio era avô de Mariana Constança de Andrade, mãe do coronel Francisco Maximiano Junqueira (o Quito), que, por sua vez, era ao mesmo tempo sobrinho e bisneto do próprio chefe político. Do outro lado da árvore, Francisco Antônio também era avô de Martiniano Francisco da Costa, pai de Sinhá. Ou seja: Sinhá Junqueira era bisneta dupla de Francisco Antônio, unindo por sangue e história os ramos materno e paterno da linhagem que a antecede.

Foi na região entre Ribeirão Preto e São Simão, nos idos de 1814,[28] que Ana Claudina Diniz Junqueira e seu esposo, Luís Antônio de Souza Diniz — avós paternos do coronel Quito — fincaram raízes profundas sobre o solo vermelho. Descendentes diretos do tronco da Traituba, o casal adquiriu uma sesmaria de excepcional qualidade, oitenta mil alqueires de terra roxa, às margens da baía do rio da Onça,

onde formariam a lendária Fazenda Lageado — um império rural que moldaria o futuro da família na região.

Segundo o genealogista e memorialista Mário Monteiro Diniz Junqueira, quase todos os Junqueira de Ribeirão Preto descendem desse casal. E é possível ver, nos alicerces dessa linhagem, mais que um cruzamento de nomes: vê-se uma história de permanência, continuidade e poder.

Ana Claudina e Luís Antônio eram primos em primeiro grau. Ela, filha de Maria Francisca da Encarnação e Gabriel de Souza Diniz. Ele, filho de Manuel de Souza Diniz e Luísa Maria de Jesus — famílias que se entrelaçaram tanto pelos laços de sangue quanto pela partilha do destino.

Tiveram sete filhos, cada qual responsável por estender a árvore genealógica como quem desenha um mapa de expansão territorial e social. Entre eles: Gabriel de Souza Diniz Junqueira, Francisco Maximiano Diniz Junqueira (pai do coronel Quito), Luís Herculano Diniz Junqueira, Genoveva Honória Diniz Junqueira, Ana Osório Diniz Junqueira, que se casou com Francisco Alves da Cunha — tornando-se pais de Luís Antônio da Cunha Junqueira, esposo de Iria Alves Ferreira, esta última celebrizada nas décadas seguintes como "a Rainha do Café", figura notável da sociedade paulista no início do século XX, José Martiniano Diniz Junqueira–, e Maria Áurea Diniz Junqueira.

Assim, a Fazenda Lageado não foi apenas gleba produtiva, mas berço de uma descendência ilustre, que projetaria o nome Junqueira nos salões do café, nos palanques da política e nos livros da memória regional.

Diferentemente dos parentes que, em 1812, foram detidos pelas chuvas às margens do Ribeirão do Rosário e ali fincaram a Invernada, o casal Luís Antônio de Souza Diniz e Ana Claudina Diniz Junqueira enfrentou o oposto: um tempo de estiagem implacável. Como registra Dona Adélia Diniz Junqueira em seu livro Lendas e Tradições da Família Junqueira, chegaram à terra em meio a um ano de seca severa, quando o sol queimava as folhas antes mesmo que o orvalho pudesse tocá-las.

Foi nesse cenário hostil que ergueram seus primeiros ranchos, logo consumidos pelas queimadas que varreram as plantações e puseram à prova a persistência dos que desejavam permanecer. Mas não recuaram. Das cinzas, fizeram força. Das perdas, alicerces.

As terras do casal se estendiam entre os atuais municípios de São Simão, Cravinhos, Ribeirão Preto e Sertãozinho,[29] uma faixa generosa de solo roxo que, na época, integrava a vasta e cobiçada sesmaria da Onça — propriedade coletiva sob regime de condomínio. Entre os condôminos estavam nomes como Gabriel de Souza Diniz, Padre

Mariano, Pedro Alves de Oliveira e João Manoel Pontes, entre outros — todos ligados por sangue, compadrio ou confiança.

Para dimensionar a magnitude da Fazenda Lageado, o genealogista Roberto Vasconcellos Martins elaborou um mapa que revela a extensão do território original. Onde antes se erguiam pastos e varadouros, hoje estão instaladas a Usina São Martinho e fazendas de nomes tão diversos quanto poéticos: Limoeiro, São Luís, Tatuca, São Joaquim Nova Junqueira, Canaã, Pulador, Paulicéia, Lageadinho, Guatapará, Figueira, Reservado, São Manoel, Catingueiro, Santo Antônio, União, Gironda, Jataí e Cafundó.[30]

À época, tudo isso fazia parte de um só corpo territorial, cujas nervuras se espalhavam pelas áreas que viriam a se tornar os municípios de Luís Antônio, Pradópolis, Dumont, Barrinha e Guatapará. A Fazenda Lageado era, assim, mais que propriedade: era paisagem inaugural. Era princípio de cidade.

A prosperidade da família Junqueira não se limitou às sesmarias herdadas nem aos cafezais que mais tarde floresceriam. Foi com o comércio de gado que consolidaram, ainda antes do apogeu da economia cafeeira, uma reputação de grandes pecuaristas.[31] Era o tempo em que o gado valia estrada, prestígio e influência — e os Junqueira sabiam guiá-lo como poucos.

Como outras famílias pertencentes à elite rural do século XIX, os Junqueira construíram ao longo de gerações uma teia intrincada de alianças parentais, voltadas à preservação das propriedades e à manutenção de um sistema de reciprocidades sólidas entre os ramos familiares. Casamentos arranjados eram prática comum — quase sempre celebrados entre parentes próximos. Minas Gerais, berço da linhagem, assistia a noivados entre primos, sobrinhos, cunhados e até tios. Muitos desses enlaces eram acertados ainda na infância. O objetivo não era apenas afetivo: impedia-se, assim, a fragmentação dos bens e o desmembramento das terras, garantindo a integridade do patrimônio familiar.[32]

A árvore genealógica acompanha Sinhá Junqueira e o coronel Quito que eram primos em primeiro grau. Dentro dessa trama de descendentes, Sinhá Junqueira é, pelo lado materno, a quinta geração direta do patriarca João Francisco Junqueira e, pelo lado paterno, a sexta. Já o coronel Quito é, pelo lado paterno, quinta geração; e, pelo materno, sexta. O sangue voltava ao próprio sangue — não por acaso, mas por cálculo e continuidade.

Esses laços consanguíneos não apenas reforçavam os vínculos de lealdade e afeto. Fortaleciam o controle econômico, perpetuando



Imagem 4. Reprodução da pintura feita por Chafik Felipe, retratando a velha Matriz de São Simão Apóstolo, pertencente à Fundação Cultural Simonense. Nela estava sepultada dona Ana Claudina Diniz Junqueira e o fundador da cidade, Simão da Silva Teixeira. Com a sua demolição, os restos mortais de Ana Claudina foram exumados e sepultados no cemitério municipal.

o poder e garantindo influência política. Essa base sólida permitia visibilidade, ascensão e comando. Muitos ocupavam cargos, lideravam partidos, decidiam sobre homens e terras. Os Junqueira, mais do que presentes no mundo, ordenavam-no dentro da lógica das antigas aristocracias rurais brasileiras.

Na Fazenda Lageado, Ana Claudina e Luís Antônio criaram seus filhos sob os ventos do trabalho e da fé. Luís faleceu em 1856, deixando a esposa como inventariante. No mesmo ano, Ana Claudina redigiu seu testamento, distribuindo os bens entre filhos e netos. Morreu em 1864, vestida com o hábito do Carmo, da Ordem Terceira[33] à qual pertencia, e foi sepultada dentro da Igreja Matriz de São Simão — gesto que selava, em pedra e devoção, sua importância na história da vila.

A partir da Fazenda Lageado, nasceram outras propriedades destinadas aos descendentes, que com o passar dos anos expandiram os domínios da família até alcançarem os campos férteis de Sertãozinho. Coube a Gabriel de Souza Diniz Junqueira a administração do conjunto das fazendas e dos negócios familiares — tarefa que exigia não só autoridade, mas pulso firme e visão de futuro.

Foi nesse mesmo cenário que, em 1892, um homem chamado Carlos Loyola abriu uma pequena venda nas terras que pertenciam a Luís Antônio Diniz Junqueira, às margens da estrada que conectava as fa-

zendas locais à sede de São Simão. Aquela estrada servia também como rota para o Porto de Jataí, no Rio Mogi-Guaçu, facilitando o escoamento do café e de outros cereais que faziam pulsar a economia local.

Pouco depois, Domingos Salvanho doou um lote de terras para a construção de uma igreja. O templo, contudo, acabou sendo edificado em outro local anos mais tarde. Ainda assim, ali germinou o povoado de Jataí, que cresceu lentamente, como quem não tem pressa de se tornar vila. O verdadeiro impulso viria apenas em 1909, com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Mogiana. O trem trouxe movimento, comércio e horizonte. Mas por volta de 1919, a vila voltou a conhecer o silêncio da estagnação: a crise do café — sua principal base econômica — interrompia outra vez os planos da terra.[34]

O progresso reencontrou seu curso quando o coronel Arthur Pires, com o apoio de José Maximiniano Netto, promoveu a divisão de suas terras em lotes, dando novo fôlego à formação do povoado. Aos poucos, a paisagem se transformou. Manoel Francisco e Salvador Gomes construíram pequenas casas, que passaram a abrigar as famílias recém-chegadas, formando o esboço de uma vila que, mesmo nascida de maneira modesta, carregava a vocação do crescimento.

Em 1937, o povoado de Jataí foi oficialmente elevado à condição de Distrito de Paz, vinculado ao município de São Simão. Na ocasião, recebeu um novo nome: Luiz Antônio, em homenagem ao patriarca cujas terras haviam dado origem ao núcleo inicial da comunidade.[35] A homenagem, mais que simbólica, reconhecia a força germinativa do território que um dia fora apenas sesmaria — e que agora se convertia em ponto de encontro, comércio e convivência.

No próximo capítulo, nos voltaremos para Francisco Maximiano Junqueira — o coronel Quito Junqueira —, neto de Luís Antônio e Ana Claudina, e figura-chave na consolidação do poder e da presença dos Junqueira na região de Ribeirão Preto. Sua atuação seria decisiva não apenas para a continuidade da linhagem, mas para a recomposição das estruturas fundiárias que sustentavam o prestígio da família.

Coronel Quito Junqueira desempenhou um papel central na unificação da antiga Fazenda Lageado, que, ao longo das décadas, havia sido fragmentada em diversos quinhões, consequência natural das partilhas sucessivas entre primos e herdeiros. Seu esforço meticuloso e visionário foi fundamental para reconstituir a integridade territorial da propriedade-mãe, assegurando não apenas a preservação do patrimônio familiar, mas também reforçando o papel dos Junqueira como força fundadora e estruturante da região.

Árvore Genealógica
Theolina Zemila de Andrade Junqueira e coronel Quito Junqueira

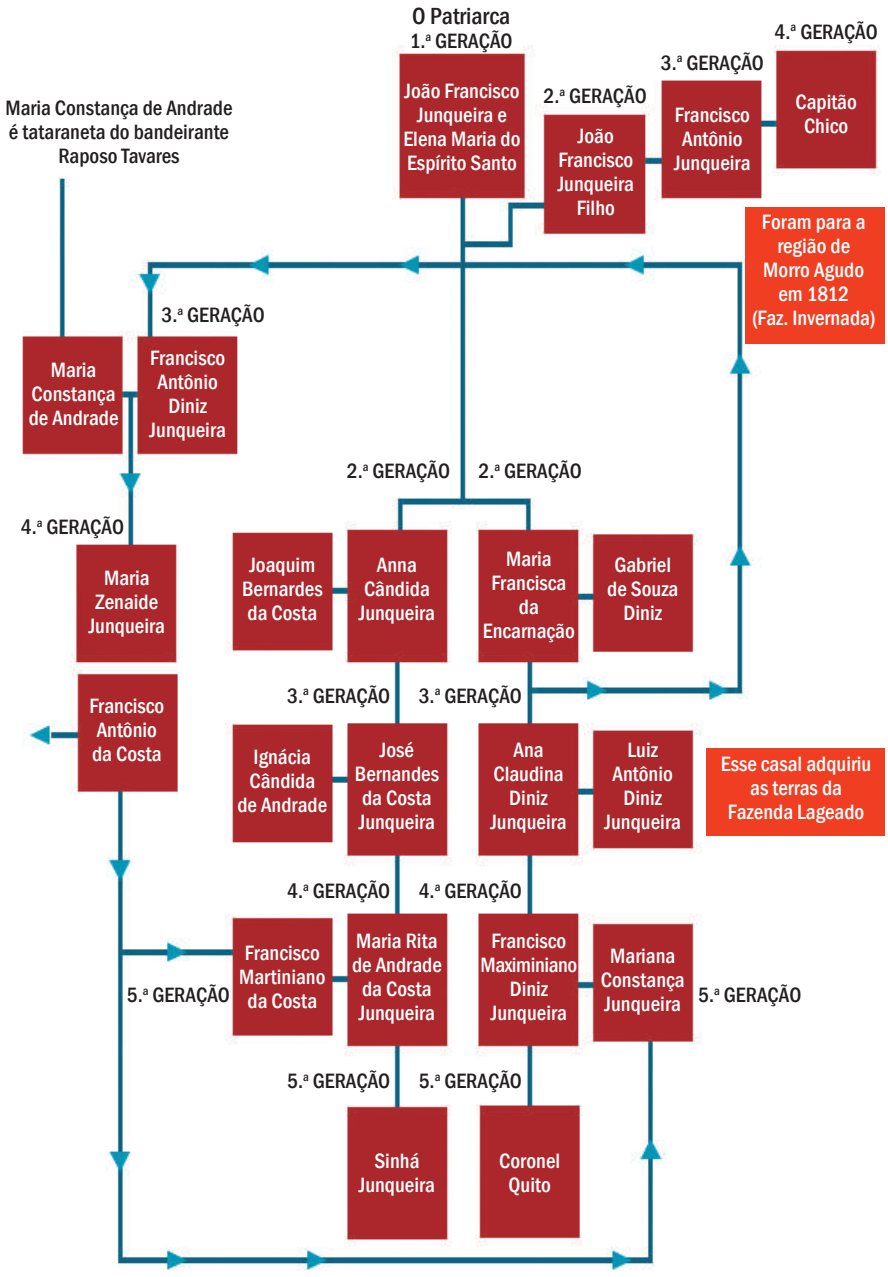


Figura 5. Árvore Genealógica de Dona Sinhá e coronel Quito Junqueira

Dona Sinhá Junqueira pertence, por linhagem materna, à quinta geração do patriarca João Francisco Junqueira e, pela paterna, à sexta geração. Seu esposo, o coronel Quito Junqueira, é quinta geração pela linhagem paterna e na sexta pela materna.

A análise da árvore genealógica de Dona Sinhá Junqueira evidencia que tanto ela quanto seu marido descendem diretamente dos antigos proprietários da histórica Fazenda Traituba, localizada no estado de Minas Gerais. Embora oriundos de um tronco familiar comum, seus ancestrais seguiram percursos distintos no território do antigo sertão; os ascendentes de Dona Sinhá fixaram-se na região de Franca, no interior do estado de São Paulo, enquanto os antepassados do coronel Quito se estabeleceram nas terras da Fazenda Lageado, situada entre os atuais municípios paulistas de Ribeirão Preto e São Simão.

2. ENTRE ROSEIRAS, CAFEZAIS E CANAVIAIS:

De menina a esposa, sempre Sinhá

Theolina Zemila de Andrade — ou Theolinda, conforme a variação dos registros da época —, eternizada sob o nome afetuoso de Dona Sinhá, como chamavam aqueles que a conheceram e a veneraram, colecionou títulos que não eram meras homenagens, mas retratos fiéis da imensidão de sua obra e da generosidade de seu espírito. Fosse ela chamada de "Mãe dos Pobres" ou "Redentora dos Anjos de Cara Suja", cada epíteto, surgido em diferentes momentos de sua vida, revelava facetas de uma mulher cuja existência ultrapassou as fronteiras de sua época, firmando-a como um símbolo de caridade e coragem.

O começo de sua história remonta a meados do século XIX, ainda nos dias do Segundo Reinado de Dom Pedro II.[36] Ela nasceu em 24 de fevereiro de 1874,[37] registrada Theolina no assento de batismo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Franca.[38]

Era a décima filha de Martiniano Francisco da Costa e Maria Rita da Costa, representantes de duas ramificações da tradicional família Junqueira. Assim, por ambos os ramos, paterno e materno, Theolina herdava uma linhagem marcada pelo profundo enraizamento nas terras do interior paulista — herança que, em sua vida, transmutaria em serviço ao próximo.

A pequena contava cinquenta dias, quando de seu batismo na mesma Igreja, no dia 27 de abril de 1874. Seus padrinhos foram Luís Antônio Diniz Junqueira e Blandina Herculano de Meirelles, representados, por procuração, por Marianna Constância Junqueira — uma tia paterna que, anos mais tarde, se tornaria também sua sogra, entrelaçando ainda mais os laços da família.

O ano de 1874 foi também data de importantes mudanças que redesenhariam o futuro do Brasil. Na época de seu batismo, a Igreja Católica ocupava, segundo o artigo 5º da Constituição Imperial de 1824, a posição de religião oficial do Estado Brasileiro. Além de comandar a



Figura 6. Livro Batismos 1873 – 1876 Nossa Senhora da Conceição – Franca SP - "Teolina - Aos vinte e sete de abril de mil oitocentos e setenta e quatro anos, nesta freguesia da Franca Pe. Firmino Carrara, baptizou e pôs os santos óleos a Teolina de cincoenta dias, filha legítima de Martiniano Francisco da Cota e Maria Rita da Costa. Padrinhos: Luís Antônio Diniz Junqueira e Blandina Herculana de Meirelles, com procuração a Marianna Constância Junqueira, todos desta freguesia" – imagem original.

educação que gerava brasileiros fiéis ao trono e aos senhores de terra, também controlava grande parte da documentação que acompanhava um súdito. Era a Igreja que emitia certidão de batismo, casamento e morte. Ou seja, até então, apenas os livros das paróquias guardavam essas memórias da existência humana. Contudo, o Brasil progressivamente se transformava. Um marco jurídico silencioso, mas revolucionário, nascia com o decreto nº 5.604, registrado na Coleção de Leis do Império, instituindo a obrigatoriedade do registro civil de nascimento, casamento e óbito. A nova medida representava mais do que um avanço administrativo: era um passo simbólico na construção de uma sociedade civil organizada, na qual a vida de cada indivíduo passaria a ter reconhecimento oficial fora dos templos religiosos.[39]

Mas, não era apenas a transformação burocrática que acontecia, no mundo que a menina Theolina adentrava. No caso do Brasil, era um cenário de economia, política e sociedade profundamente dependente dos braços cativos. Isso porque o país era, por excelência, exportador de matéria-prima, mas que, por vários séculos, tinha baixo desenvolvimento tecnológico. Desde o século XVI, vidas negras eram arrastadas pelos navios negreiros e sua energia era usada para construir a riqueza, primeiro da Corte portuguesa e depois do Estado Nacional brasileiro. O nome oficial para esta atividade lucrativa e que sustentou o país por cerca de 300 anos: Tráfico Transatlântico ou Tráfico Internacional ou simplesmente Tráfico Negreiro.[40]



Imagem 5. Maria Rita da Costa, mãe de Dona Sinhá Junqueira, nasceu em 1836 e faleceu aos 78 anos em 29 de julho de 1914. Era filha de José Bernardes da Costa Junqueira e Ignácia Cândida de Andrade (a bisavó de Maria Rita, era a matriarca elena Maria do Espírito Santo, era irmã da bisavó de Martiniano, Josefa Maria do Carmo .



Imagem 6. Martiniano Francisco da Costa, (1836-1918) O "papai velho", de Dona Sinhá. Da união com Maria Rita da Costa, tiveram 10 filhos: 1. Maria Zemilla de Andrade, 2. Francisco Marcolino de Andrade, 3. Maria Paula Junqueira, 4. Bernardo Avelino de Andrade, 5. João Eufrasino de Andrade, 6. Martiniano Francisco de Andrade, 7. Ignácia Carolina de Andrade, 8. Joaquim Martiniano de Andrade 9. Azarias Martiniano de Andrade e a caçula, Dona Sinhá Junqueira. "Papai velho" faleceu em 9 de abril de 1918, na fazenda Bebedouro, em Franca/SP.

Contudo, o cenário internacional se transformava. De fato, desde a chegada da Família Real em 1808, quando ainda o Brasil era uma colônia portuguesa, já havia uma pressão externa, especificamente do governo inglês para a extinção da escravidão no território.[41] Mas não se tratava de uma questão de direitos humanos. Tal discussão não se apresentava naqueles tempos. A lógica britânica residia no campo do capitalismo internacional, que se instalava pujante, em especial, com o processo da Revolução Industrial.[42]

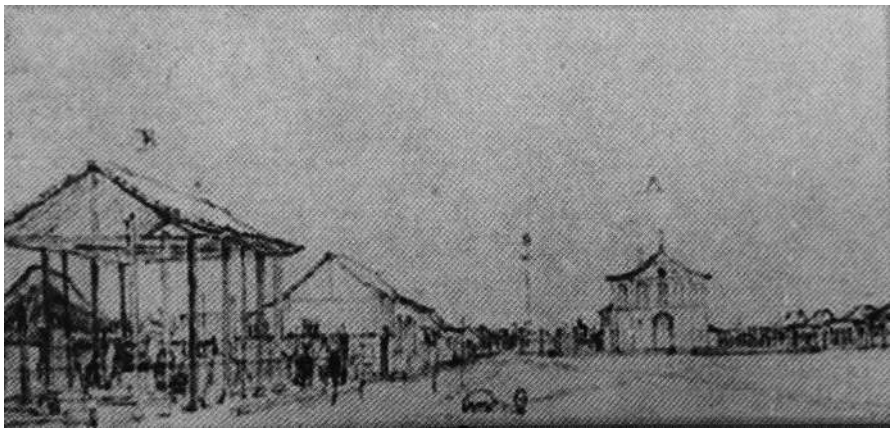


Imagem 7. Igreja primitiva de Nossa Senhora da Conceição de Franca. Desenho de 1827, do inglês William John Burchell – Jubileu de Rubi, revista Comemorativa dos 40 anos da Diocese de Franca, 1971-2011.

Assim, em um balé diplomático entre os dois países e de idas e vindas legislativas, buscando alternativas para manter os braços cativos. Finalmente, em 1850, foi promulgada a lei definitiva, que extinguia a lucrativa atividade do Tráfico Negreiro.[43]

A saída encontrada pelo Parlamento brasileiro foi a busca de braços imigrantes vindos da Itália, Alemanha, Japão, entre outros países. Neste ano de 1874, o navio La Sofia aportava em fevereiro, trazendo as primeiras famílias de imigrantes italianos ao Brasil, sementes de um fluxo migratório que, nas décadas seguintes, transformaria a paisagem humana, cultural e econômica do país.[44] Esses homens e mulheres, portadores de esperanças e tradições ancestrais, viriam a ocupar os espaços deixados pelo fim do trabalho escravo, decretado em 13 de maio de 1888, e seriam protagonistas, na formação das colônias agrícolas que floresceriam, sobretudo no sul e no sudeste do Brasil. Imigrantes ao lado dos ex-cativos, convivendo e se consolidando culturalmente seriam os responsáveis pela produção da riqueza, em especial nas regiões por onde a menina Theolina andou.

Esse cenário de mudanças importa para compreender os impactos na construção de seu olhar sobre o mundo. Desde pequena, cresceu em meio a uma sociedade em transformação, testemunhando e, mais tarde, participando ativamente de uma época marcada por desafios e reinvenções.

Theolina cresceu nas terras vermelhas e fecundas do interior, onde o aroma dos cafezais se misturava ao perfume discreto das roseiras.

Ali, entre vastas fazendas e tradições severas, forjou-se o espírito de uma jovem educada para obedecer, mas destinada – nem ela sabia – a liderar. Entre cercas de arame que anunciavam a modernidade e valores antigos que dividiam mundos, Sinhá aprendeu cedo a conciliar doçura e firmeza, tradição e inovação.

Criada em meio a uma numerosa prole,[45] cada gesto aprendido, sem que se percebesse, compunha a mulher que um dia transformaria o cuidado doméstico em compaixão pública. A disciplina cotidiana, os pequenos rituais da vida rural e a observação atenta do trabalho dos pais e dos irmãos, deixaram marcas profundas em sua forma de ver e agir.

Enquanto crescia, não apenas o país se transformava. Em Franca, onde Theolina passava a infância, já se sentiam os ventos da transição. Em meio a essa efervescência discreta, que prenunciava a Proclamação da República (1889), ela foi educada na cultura da tradição, mas também exposta às sementes desse novo mundo.

Naqueles anos de menina, sua cidade de origem era ainda de traçado simples, casarões térreos e vida social organizada em torno da Igreja Matriz e dos pequenos comércios locais. A cultura do café começava a alterar a paisagem, transformando antigas propriedades de criação de gado em fazendas cafeeiras, processo que se intensificaria com a chegada da Estrada de Ferro Mogiana, facilitando o escoamento da produção e consolidando a cidade como polo agrícola regional.[46]

Durante os anos de 1883 a 1887, Sinhá realizou seus estudos primários, frequentando uma escola rural,[47] possivelmente situada na própria fazenda do pai, Martiniano Francisco da Costa. Nascido em 11 de dezembro de 1836, casou-se aos dezenove anos, com sua parenta Maria Rita da Costa, no dia 20 de outubro de 1855, também na cidade de Franca.

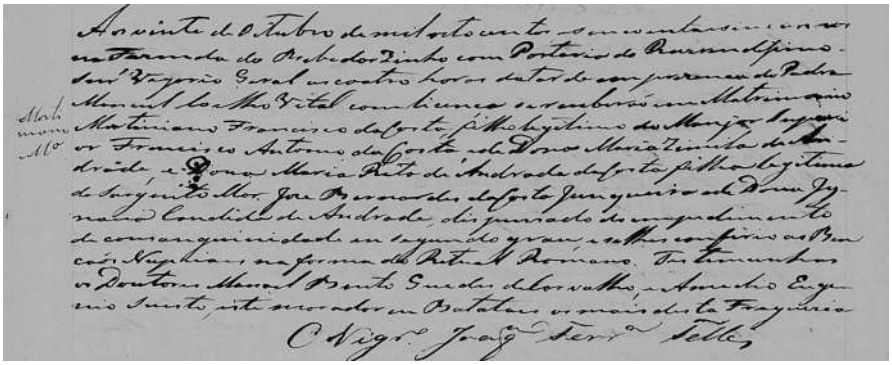


Figura 7. Assentamento matrimonial de Francisco Martiniano da Costa e Maria Rita da Costa, em 20 de outubro de 1855.

O tempo, que a todos alcança, levou a mãe de Theolina em 1914, encerrando um longo capítulo de dedicação e afetos tecidos no âmago da família. Viúvo e já avançado em idade, Martiniano Francisco da Costa encontrou companhia para os dias que lhe restavam nos braços da cunhada Francisca Carolina Junqueira, com quem contraiu segundas núpcias — ele aos setenta e oito anos, ela aos setenta. Entre os descendentes, Martiniano seria para sempre lembrado com reverência e ternura como o "Papai Velho", uma figura de presença forte e espírito inquieto.[48]

Tenente-coronel, homem de visão aguçada, Martiniano não se prendeu às amarras do passado. Antes, foi um entusiasta da modernidade, um semeador de inovações em terras ainda dominadas pelas tradições seculares. Coube a ele a introdução do célebre boi franqueiro — ou boi Junqueira[49] — nas pastagens da região de Franca, um símbolo de prosperidade e avanço para a pecuária local. Os bandeirantes, depois dos jesuítas, desempenharam um papel importante ao impulsionar a migração dos bovinos até o interior paulista, alcançando a cidade de Franca, que, naquele período, se consolidava como um relevante entreposto comercial. É provável que o nome "Franqueiro" tenha surgido justamente em função da intensa movimentação e negociação de gado registrada na cidade.[50] Martiniano foi também um dos primeiros a abandonar os tradicionais "valos de divisa" que separavam os campos, substituindo-os pelas ousadas e modernas cercas de arame, sinal de uma nova época que se anunciava.[51]

Sua audácia não se limitou às cercas: foi decisiva a sua intervenção para a chegada da Estrada de Ferro da Companhia Mogiana a Franca. Ao adquirir uma fazenda do próprio irmão — que se opunha tenazmente à ideia, temeroso de que os trilhos trouxessem a corrupção dos costumes e empestassem o ar puro com a fumaça das locomotivas —, Martiniano garantiu o traçado dos trilhos pelas terras francanas. Para seu irmão, os riscos eram palpáveis: fuligens poderiam incendiar as pastagens, e a modernidade parecia carregar perigos mais sutis e irreversíveis. Para ele, porém, a ferrovia era um caminho sem volta para o progresso.

Em 11 de abril de 1887, quando Theolina contava treze anos, Franca celebrou a chegada da locomotiva. Entre o assombro dos mais velhos e o encantamento dos jovens, a cidade e seus habitantes atravessavam, como ela própria faria em sua vida, o limiar de um novo tempo.

Enquanto a família liderada pelo patriarca buscava ascensão econômica, Theolina seguia sendo preparada para os ritos da vida feminina: aprendia a bordar, a administrar a casa, a zelar pela tradição.

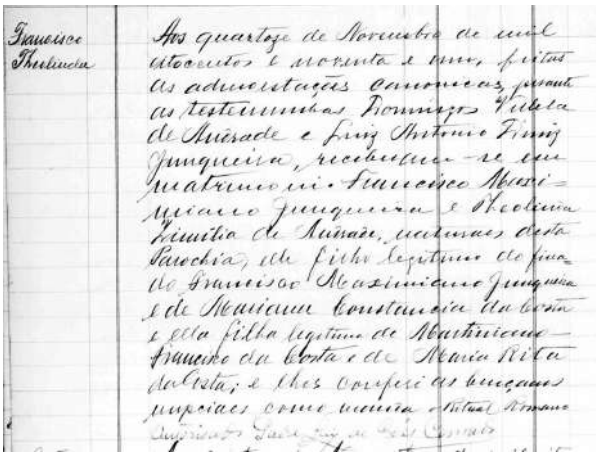


Figura 8. Assentamento matrimonial de Dona Sinhá e coronel Quito Junqueira. Outra importante informação a ser corrigida é referente à data de seu casamento, que oficialmente aconteceu em 14 de novembro de 1891, e não dia 26. Livro de Matrimônio – Nossa Senhora da Conceição 1888-1892.

Tudo sempre com vistas à transição de menina à esposa; afinal, seu sobrenome era destino. Do ponto de vista da instrução formal, ela teve pouco estudo. O suficiente para os padrões da época. Foi treinada como tantas outras mulheres de seu tempo: obediência ao marido e à religião.[52] Naquela época, a mulher poderia viver apenas dois núcleos de interesse, o lar e a Igreja, assumindo o papel de mãe e devota. Casar era parte fundamental de sua existência!

Casar para os Junqueira, como para muitos patriarcas daquele tempo, era uma decisão estratégica que envolvia mais do que amantes apaixonados. É fato que desde os primeiros anos em terras brasileiras, os integrantes dessa família aprenderam algumas regras de sobrevivência que os transformaram em personagens poderosos ao longo da história dos lugares por onde passaram. Terra era, e ainda é, poder. Terra, família grande e coesa significava articulação entre grupos de interesses, o que garantia acesso e controle do poder político.

Uma prática muito comum era o casamento consanguíneo. Ele garantia a manutenção do patrimônio, a lealdade e a reciprocidade. Em geral, as noivas e noivos eram trazidos das Minas Gerais.[53] Quase sempre, as uniões aconteciam entre primos e primas, mas não só. Existem notícias de casamentos entre tios, sobrinhos e cunhados. O próprio Martiniano Francisco da Costa, pai de Theolina, quando viúvo, contraiu segundas núpcias com sua cunhada, Francisca Carolina Junqueira.

Os enlaces eram arranjados pelos pais com muita antecedência, o que garantia a prática do compadrio e o estreitamento dos laços, impedindo o desmembramento das posses e possibilitando a contiguidade das terras transformadas em "imensos domínios".[54]

À época, casamentos com tamanha proximidade exigia, pelas leis canônicas, uma autorização eclesiástica, o que ensinou à família outra lição preciosa: a importância da proximidade entre o poder da terra e o poder do báculo.

Com Theolina não foi diferente. Era prima-irmã de Francisco Maximiano Junqueira. Seguindo a tradição familiar, se casaram em 14 de novembro de 1891, na cidade de Franca. Ele com 23 anos e ela com cerca de dezesseis ou dezessete.

A cerimônia ocorreu na mesma Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Franca,[55] onde provavelmente o mesmo padre a batizou, realizou sua primeira comunhão e procedeu com a sua crisma. Tradicional, a cerimônia selou não apenas uma união de afetos, mas a continuidade da linhagem e dos valores ancestrais.

O início da vida conjugal de Theolina culminou com o fim de uma era. Naquele mesmo ano, em 24 de fevereiro de 1891, a República celebrava sua primeira Constituição e em 5 de dezembro, morria, exilado em Paris, no Hotel Bedford, o último Imperador do Brasil, Dom Pedro II. Encerrava-se, de forma definitiva, qualquer sonho sobre a volta da Monarquia. Pelo menos naquele momento.

Uma vez casados, viveram uma mudança decisiva! Em 1892, estabeleceram-se no município de Ribeirão Preto, fixando residência na Fazenda da Serra, no distrito de Vila Bonfim.

Naquela época, os papéis sociais de como deveria proceder uma jovem senhora e um jovem rapaz, estavam definidos. Tocar uma fazenda era muita responsabilidade para uma menina-mulher recém casada. Mas Theolina já havia sido treinada para o que o futuro lhe reservava. O futuro de uma mulher como ela já estava desenhado desde o seu nascimento. A chance de escolha e de mudança de planos era quase um ato de revolução familiar. Cuidar da casa e dos trabalhadores era parte de seu oficio de mulher.

Na sua infância e adolescência, ela assistiu às grandes transformações técnicas, políticas e sociais de um mundo em transição. Era uma vida dura, de violência, opressão, de muito trabalho e renúncia, porém essa convivência com a gente simples certamente moldou seu olhar para aqueles que sofriam.

Ali na Fazenda da Serra, entre a simplicidade e o trabalho árduo, Dona Sinhá delineou uma existência pautada não pelo luxo, mas pela dedicação. Sem vestidos de brocados ou adereços de ostentação, assumiu com destreza a rotina da fazenda, entregando-se às tarefas domésticas e, nos primeiros anos, chegando a cozinhar para os próprios trabalhadores.[56] E é possível imaginar que, certamente os

ingredientes presentes em cada panela utilizada para essa tarefa, tenham sido herdados e compilados nos clássicos e queridos cadernos de receitas, passados de avós para mães e, finalmente, para noivas ansiosas em aplicá-las na gestão de sua futura família![57]

A senhora Theolina se conduzia por uma espécie de economia doméstica aprendida com as antigas matronas e que disciplinava sua vida cotidiana. Os doces com as frutas da estação, a banha que conservava a carne nas grandes latas, as geleias armazenadas, os pães produzidos. Tudo pensado não apenas para sua casa, mas também para a condução das sedes das demais fazendas. Tal demanda exigia mãos firmes, vontade férrea, direcionamento e organização. Em cada pequena decisão, moldava-se a gestora que, anos depois, administraria fazendas, patrimônios e, sobretudo, solidariedades.

Não era um tempo de facilidades. Mas podia ser uma vida de gestos acolhedores: muitos empregados encontraram em Sinhá Junqueira não apenas a patroa, mas amparo seguro — laços que seriam perpetuados, ao longo dos anos, em suas ações.

Se a jovem esposa colocava em prática seu aprendizado, a sociedade de então também definia um papel social aos homens. Deles, se esperava a proatividade e o espírito aventureiro e empreendedor.



Imagem 8. Mariana Constança Junqueira, progenitora do coronel Quito Junqueira, nasceu na Freguesia de Carranca/MG e faleceu na cidade de Franca/SP, no dia 14 de janeiro de 1903. Em reconhecimento a sua memória, Sinhá Junqueira prestou uma justa homenagem ao inaugurar, em 1943, um pavilhão com seu nome no Educandário Coronel Quito Junqueira.

O Jornal Notícias de Ribeirão Preto, nº 59 de 1903, publicou o seu falecimento:

"Após prolongados e cruéis os sofrimentos, findou se com a idade avançada na cidade de Franca/SP, a veneranda senhora dona Mariana Constância Junqueira carinhosa mãe dos distintos senhores: Cel. Maximiano Junqueira, Major Joaquim Firmino Junqueira, José Maximiano Junqueira e Cel. Francisco Maximiano Junqueira que é respeitável sogra dos senhores Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira e Domingos Vilela de Andrade. O seu nome está intimamente ligado a todos os impulsos nobres que elevam Ribeirão Preto. Tinha a bolsa sempre aberta aos necessitados. Sua imagem não se apagará da memória deste povo seu nome será sempre pronunciado com reverência por todos aqueles que tiveram a Suprema pintura de privar com a ilustre dama. O corpo da respeitável senhora chegou ontem às 3h da tarde a esta cidade entre em especial. A gare da estação encheu-se de povo com testemunho de verdadeiro preito a extinta. Dentre as inúmeras pessoas que compareceram à gare podemos notar" Em justa homenagem, recebeu o nome de uma avenida, na cidade de Ribeirão Preto.

Não foi diferente para Francisco. Antes mesmo de se fazer coronel, era homem forte, herdeiro. O oitavo dos dez filhos de Mariana Constança de Andrade Junqueira e do tenente-coronel Francisco Maximiano Diniz Junqueira. Carregava em seu sangue a tradição dos antigos proprietários de terras, entrelaçando-se, ainda na infância, à terra sempre muito vermelha.

Nascido por volta de abril ou maio de 1867, em plena Fazenda Olhos D'Água, distrito de Ribeirão Preto, Quito foi batizado na Matriz de São Simão. Tinha apenas três anos quando perdeu o pai, vitimado pela febre amarela em uma viagem ao Rio de Janeiro. Desde então, foi educado sob a vigilância atenta da mãe dona Mariana, tia e madrinha de Sinhá, e do tio paterno, Luís Herculano, em meio aos negócios rurais e aos valores que norteavam sua família.

Desde jovem, Quito revelou-se um homem de visão aguçada para as oportunidades da terra. Enquanto seus irmãos mais velhos formavam suas próprias fazendas, ele recebeu educação formal em Itu, sob a tutela dos padres jesuítas, fortalecendo uma base que combinava tradição agrícola e modernidade estratégica.[58] Herdou terras generosas e, ao

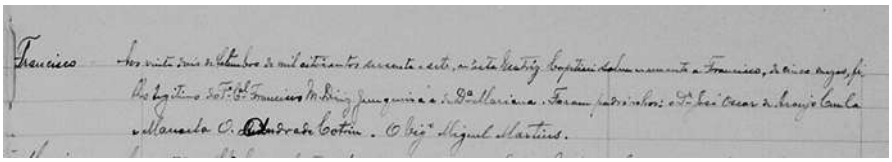


Figura 9. Assentamento de Batismo do Francisco Maximiano Junqueira, realizado na Igreja Matriz de São Simão, como atesta o vigário paroquial padre Miguel Martins.

longo dos anos, consolidou um vasto império fundiário, expandindo propriedades com sabedoria e paciência, formando fazendas que se multiplicavam pelos sertões do interior.

A Fazenda da Serra foi o primeiro lar do jovem casal, mas não ficaram apenas nesta propriedade, uma vez que Quito ampliava, sobremaneira, seu patrimônio. Com o correr dos anos de matrimônio, passavam temporadas, como era costume de então, nas propriedades como a Fazenda São Geraldo e as demais residências da região de Colina e Igarapava.

Anos depois, em 1912, adquiriram, de Carlo Barbieri, um imóvel na rua Duque de Caxias, bem no coração do Quarteirão Paulista. Parte de onde construíram o palacete, era uma antiga marmoraria.[59] As obras só foram definitivamente finalizadas em 1932. Esse palacete, onde o casal viveu parte de sua vida, assumiu papel de relevância, após a morte de Francisco. Mais tarde, eles também se estabeleceriam na capital paulista, na rua Frei Caneca, no bairro da Bela Vista, onde a agitação urbana contrastava com a serenidade das fazendas que marcaram seus primeiros anos de vida conjugal.



Imagem 9. Casa da Frei Caneca.
Fonte: O Mundo ilustrado, RJ – Artigo: Paulistas de 400 anos, Revista sobre o IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954, pág. 24, Edição 052.



Imagem 10. O mesmo endereço com um intervalo de 71 anos: o antigo casarão foi demolido, dando lugar à modernidade dos arranha-céus da capital paulista – foto capturada pelo Google Maps, em junho de 2025.

Quando finalmente fixaram residência na cidade, deixaram para trás móveis e utensílios nas casas rurais, como marcas discretas de vidas que transitaram, com naturalidade, entre o campo e o urbano, entre o trabalho e a memória.

Theolina e o jovem Francisco construíram sua nova vida em Ribeirão Preto, uma cidade que já despontava como uma das mais ricas do Brasil, impulsionada pela economia cafeeira. Tudo era transformação e modernidade! A urbanização acelerada, o surgimento de imponentes casarões, a construção de jardins públicos, os teatros Carlos Gomes e Pedro II refletiam uma sociedade que buscava afirmar sua riqueza e sofisticação.[60]



Imagem 11. Prédio do Theatro Carlos Gomes e Praça XV de Novembro durante a Festa dos Viajantes realizada nos dias 7, 8 e 9 de setembro de 1906. Fonte: Associação Amigos do Arquivo Público e Histórico Ribeirão Preto.

Toda essa riqueza era impulsionada pela fertilidade das chamadas "terras vermelhas" e pelas inovações tecnológicas na lavoura.[61] O ciclo do café não apenas redesenhou a paisagem rural, como também atraiu sucessivas levas de imigrantes europeus, especialmente italianos. Ao longo dos anos, esse movimento de expansão agrícola e populacional transformou Ribeirão Preto em uma cidade próspera, marcada por uma elite rural poderosa. Era destaque ainda, uma crescente diversidade cultural, cujas raízes se entrelaçavam às histórias de famílias tradicionais que buscavam o progresso local.[62]

Inseridos neste contexto, o casamento de Theolina e Francisco revelou-se uma união acertada tanto na solidez de interesses quanto nos impulsos do coração. Isso porque, diferente de muitos de sua geração, que se contentavam com a estabilidade da lavoura de café, Quito, como era conhecido, ousou diversificar seus empreendimentos, aventurando-se na pecuária e no setor industrial. Tornou-se um dos grandes exportadores de café, fundando a Junqueira Cia. Exportadora em Santos e participando das articulações políticas do Partido Republicano Paulista. Em outubro de 1909, a Câmara Municipal de Ribeirão Preto realizou a apuração de uma eleição para vereador, na qual o então coronel Quito foi eleito com a maioria dos votos. Contudo, em 1910, seu cargo foi declarado vago devido à ausência em várias sessões consecutivas. No mesmo ano, participou de eleições em Vila Bonfim para o cargo de Juiz de Paz, sendo o mais votado, com 56 votos. Além disso, tinha fortes laços políticos e familiares com o Dr. Altino Arantes Marques, de quem se tornou aliado político. Juntos, apoiaram a Campanha Civilista, defendendo a candidatura de Rui Barbosa à presidência.

Apesar disso, sua vida pública foi discreta; seu verdadeiro palco era o campo vasto, onde o cheiro do café recém-colhido, ou o forte aroma do bagaço da cana e o trotar dos cavalos ditavam o ritmo dos dias.

De sua casa, na Duque de Caxias, progressivamente alcançou renome nacional, como cafeicultor, mas não se deteve aí, foi além e se transformou em um capitalista do início do século XX. Foi banqueiro, criador de gado e industrial – atividades que lhe renderam projeção social e política. Todo esse sucesso externo associado ao desejo constante de ampliação de seu patrimônio, em especial pela aquisição de terras que eram compradas constantemente, só foi possível também em função do apoio constante de Theolina.[63]

O casal unia, de fato, duas forças complementares: de um lado, a solidez prática de Quito, forjado na lida diária com a terra; de outro, a sensibilidade e o espírito filantrópico de Sinhá, que mais tarde se

revelaria em obras de educação, cultura e assistência social. Juntos, construíram uma vida de equilíbrio, respeito e realizações mútuas. Enquanto ele expandia as fronteiras da terra e dos negócios, ela revelava sua vocação para a ação social e a beneficência. Souberam, dessa forma, harmonizar tradição e inovação nos anos de transformação do interior paulista.

Havia parceria, companheirismo e respeito. Mas Theolina, em seus 47 anos de casamento, não conseguiu cumprir parte do que a sociedade e sua ancestralidade esperavam dela. Mesmo sendo excelente dona de casa e devota, não era mãe nem de um único rebento, que dirá de uma grande prole, como se esperava naquela sociedade fundamentada na terra.

Contudo Theolina era observadora do universo à sua volta e herdeira de mulheres fortes. Sagaz, progressivamente foi ocupando um espaço cada vez mais evidente em um país onde a República era jovem, mas a desigualdade e a pobreza se perpetuavam. O casal não frequentava os grandes salões, festas e espetáculos da Capital do Café usufruindo da *Belle Époque* Caipira.[64] Contudo era presença constante em campanhas e ações de benemerência que foram se acentuando com o passar dos anos.

Ao lado de Sinhá, o coronel Quito via seu patrimônio crescer progressivamente, não apenas em termos materiais, mas também em significados. A Fazenda Olhos d'Água, berço de sua infância, dividida e multiplicada entre os herdeiros, deu origem a novas propriedades — Santa Amélia, Boa Vista, Nova Junqueira, entre tantas outras — que consolidaram a dinastia Junqueira na região.

Entre os anos de 1904 e 1910, enquanto expandia suas terras e diversificava seus negócios, o coronel adquiriu engenhos, formou novas fazendas e participou da fundação de linhas férreas estratégicas, sempre atento ao futuro. A modernização, que chegava aos poucos ao interior, encontrava nele não um resistente, mas um artífice virtuoso.

Ambos construíram um patrimônio de terras e riquezas em uma história que se entrelaçou com a própria história de Ribeirão Preto. Sua trajetória modelou o cenário econômico e social da região por décadas, enquanto Sinhá, a eterna dama dos desvalidos, preparava-se para transcender o campo e as cifras.

Os dias, contudo, não eram apenas de obrigações e o tempo consolidou tanto para a Sinhá quanto para o coronel hábitos daqueles que viveram o mundo do campo e da cidade. Maria Carmen Cedeño de Lima, neta de sua prima Maria Ozilla de Andrade, preservou em suas lembranças, a figura marcante da anfitriã da Fazenda São Geraldo.

Descrevia Dona Sinhá como uma mulher de hábitos singulares: não conseguia dormir com a luz apagada, evitava permanecer sozinha no quarto durante a noite e tinha o sono leve — vigilante como quem carrega em si a responsabilidade por muitas vidas.[65]

Por outro lado, Dona Sinhá cultivava uma profunda dedicação aos que a cercavam. Muitos de seus empregados, ao longo dos anos, foram generosamente amparados por ela, inclusive em seu testamento. Era uma liderança contida e firme, cuja grandeza se media menos pelos gestos públicos e mais pela constância do cuidado diário.

Como parte de seu reposicionamento como mãe de todos, por conta dos atos de honorabilidade, o nome de Dona Sinhá e do coronel Quito surgia com frequência nas colunas sociais. Sua presença era destacada, acima de tudo, por suas obras de benemerência que gravavam seus nomes de maneira mais profunda na memória coletiva. Igrejas, creches, asilos e santas casas foram alvo de incontáveis ações de generosidade, que se materializavam em doações de dinheiro ou de bens — sacos de açúcar, álcool, lenha e outros artigos essenciais.

Um gesto notável de sua dedicação ocorreu em 1936, quando, em benefício da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, Dona Sinhá doou um valioso colar de pérolas, avaliado em 30:000$000 réis, para ser rifado numa campanha organizada pelas damas da sociedade local. O sorteio, realizado em 26 de junho pela Loteria Federal, marcou não apenas um ato de solidariedade, mas a reafirmação pública de um compromisso que ela sempre assumiu sem alarde: servir ao próximo.

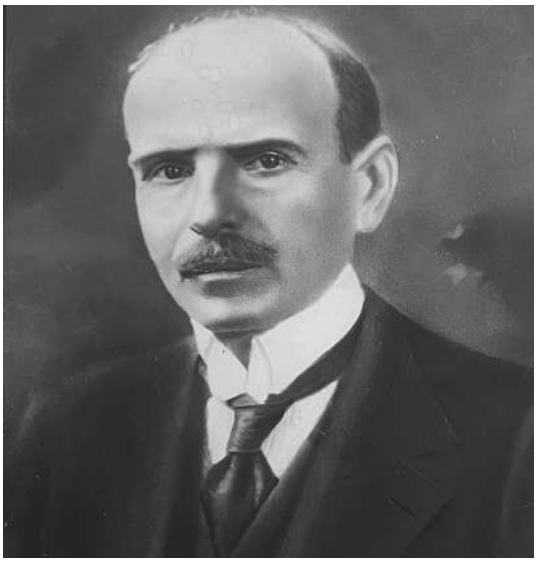


Imagem 12: Coronel Quito.
Fonte: Acervo da Fundação Sinhá Junqueira.

O correr dos anos possibilitou que a Sinhá redesenhasse sua trajetória. Muitos projetos, muita energia empregada. Tudo caminhava como de costume, quando o destino testou novamente sua resiliência. Em 19 de novembro de 1938, aos 71 anos, após um longo período de doença, seu companheiro de tantos anos faleceu.

Nesse mesmo dia, Dona Sinhá iniciava sua jornada de viúva. Em um mundo acostumado a entender que as mulheres viúvas deveriam ser amparadas por seus filhos, noras e netas, após décadas de casamento, a menina Theolina ficou definitivamente só...

Era herdeira de uma fortuna considerável para os padrões da época, terras, engenhos, casas, gado, um mundo enfim! Deve ter refletido muito sobre como conduzir sua vida, pela primeira vez, por *motu proprio*. Mas ela já entendia instintivamente como proceder.[66] Nos anos em que viveu entre roseiras, cafezais e canaviais, Dona Sinhá moldou a essência de sua liderança, feita não de discursos, mas de gestos cotidianos de responsabilidade e cuidado. De menina a esposa, seu percurso foi tecido com os fios invisíveis da tradição e muito mais de coragem, preparando-a para ultrapassar, com naturalidade e discrição, os limites impostos a seu tempo e a seu gênero.

Aquela educação para a vida doméstica e o treinamento árduo dos primeiros anos de casada, revelaria, mais tarde, seu verdadeiro propósito: formar a mulher que, com a mesma firmeza com que administrava uma fazenda, seria capaz de sonhar e realizar uma cidade para acolher e educar os meninos desamparados. Entre as flores e o trabalho árduo, nascia a promessa de um legado que atravessaria as gerações.

Abandonou definitivamente a menina Theolina e abraçou a matrona Sinhá Junqueira. Se o destino não lhe trouxe filhos do ventre, passaria a auxiliar a criar os filhos de mulheres em condições de vulnerabilidade extrema, em uma sociedade em que os direitos ainda engatinhavam.

A solidão definida pelo destino, paradoxalmente, lhe trouxe o período em que mais brilharia sua liderança e sua capacidade de transformar generosidade em ação concreta. No mesmo ano em que ficou viúva, 1938, já começou sua trajetória de vida na vida! Ou seja, para além das paredes de suas propriedades. Se cercou de homens reconhecidos pela sociedade, mas era ela quem decidia!

Ela não admitiria, na ausência do marido, o cessar de suas ações. A mulher criada entre roseiras e cafezais florescia agora em obras e exemplos, desenhando, com firmeza e delicadeza, sua marca definitiva na história.

3. A VIUVEZ E O NASCIMENTO DE UMA LIDERANÇA FEMININA:

A gestão da Usina Junqueira e os projetos de uma vida

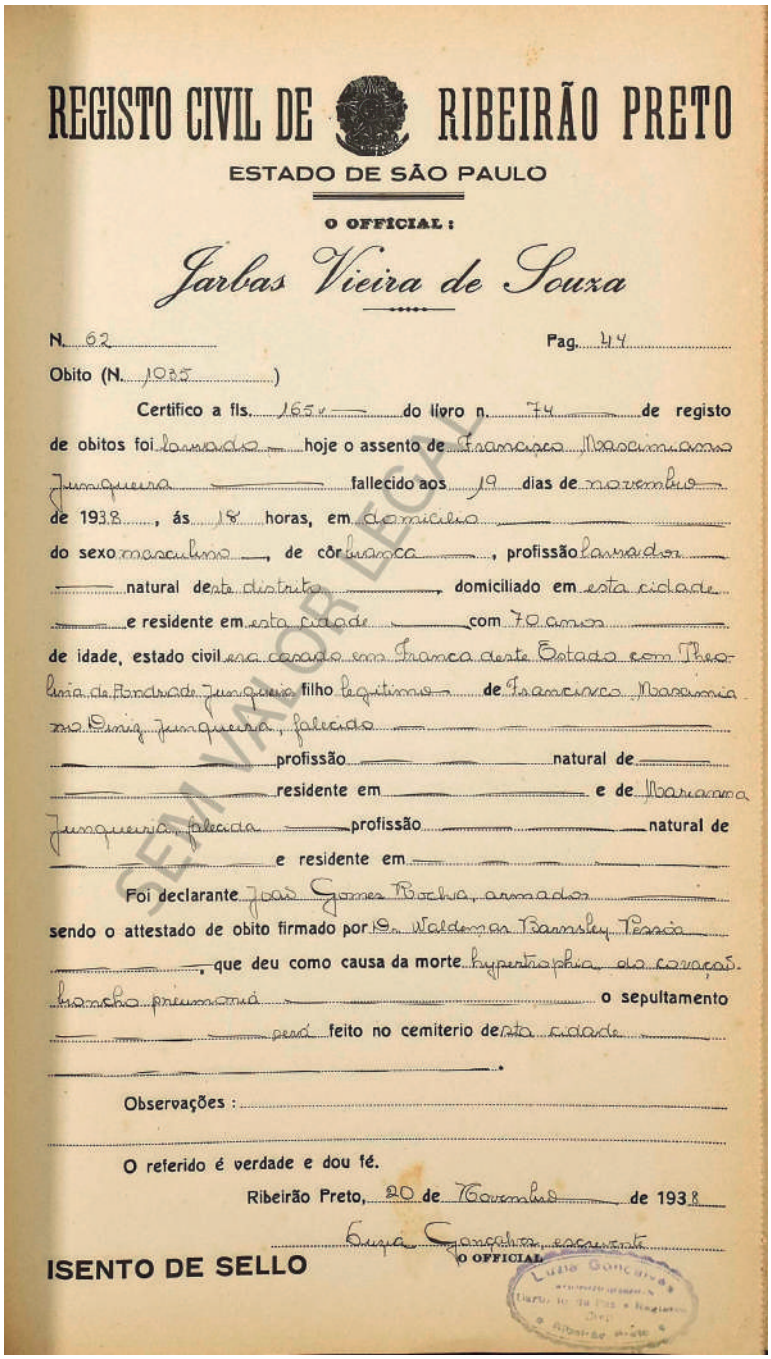
Sem seu companheiro, depois de 47 anos de convivência, Sinhá precisou escolher caminhos. Vencido por uma longa enfermidade que culminou em broncopneumonia e hipertrofia cardíaca, a morte do coronel Quito Junqueira ressoou profundamente, não apenas no interior paulista, onde ergueu seu império do café e do açúcar, mas também na capital, onde mantinha residência e círculos de influência.

Sinhá, que acompanhou a morte do marido assistindo-o em todas suas fraquezas, viu nas muitas manifestações vindas de amigos, trabalhadores mais próximos e da imprensa, o tamanho da obra que o referenciava.

A notícia de seu falecimento foi amplamente repercutida nos periódicos. Em Ribeirão Preto, o jornal A Cidade estampou em sua primeira página a manchete que ecoava o sentimento geral: *"Faleceu ontem o maior usineiro da América do Sul"*. A matéria ressaltava que a grandiosidade alcançada por Quito era fruto de suas habilidades de homem da terra e dos negócios, forjando para si uma trajetória de perseverança.

Na edição subsequente, o periódico registrou o funeral como um dos mais imponentes da história local. Milhares acompanharam o cortejo fúnebre, que arrastou manifestações de pesar vindas de diversas partes do Brasil e até mesmo do exterior — Paris e Buenos Aires enviaram condolências. As homenagens refletiam não apenas a magnitude do homem público, mas também o apreço pela sua contribuição ao progresso da cidade e à vida comunitária.[67]

O Correio Paulistano, por sua vez, não poupou elogios, descrevendo-o como *"um empreendedor incansável, agricultor e industrial de grande visão"*. Destacou que o funeral, realizado às nove horas daquele



REGISTO CIVIL DE RIBEIRÃO PRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

O OFFICIAL:

Jarbas Vieira de Souza

N. 62 Pag. 44

Obito (N. 1935)

Certifico a fls. 165 v do livro n. 14 de registo de obitos foi lavrado hoje o assento de Francisco Nascimento Junqueira fallecido aos 19 dias de novembro de 1938, ás 18 horas, em domicilio do sexo masculino, de côr branca, profissão lavrador natural desta districto, domiciliado em esta cidade e residente em esta cidade com 70 annos de idade, estado civil casado em França deste Estado com Thereza de Andrade Junqueira filho legitimo de Francisco Nascimento Diniz Junqueira, fallecido profissão natural de residente em e de Mariana Junqueira, fallecida profissão natural de e residente em

Foi declarante João Gomes Rocha, armador sendo o attestado de obito firmado por Dr. Waldemar Barnsley Pessôa, que deu como causa da morte hypertrophia do coração. bronchopneumonia o sepultamento será feito no cemiterio desta cidade.

Observações:

O referido é verdade e dou fé.

Ribeirão Preto, 20 de Novembro de 1938

O OFFICIAL

ISENTO DE SELLO

SEM VALOR LEGAL

Figura 10. Registro de Óbito, 1938.

domingo, reuniu representantes de todas as camadas sociais, um tributo espontâneo ao prestígio conquistado ao longo da vida.[68]

Outros veículos ressaltaram seu profundo compromisso com a terra natal. Escreveram: *"Cidadão prestativo, contribuiu amplamente para a comunidade e para as instituições de caridade, deixando legados valiosos"*. A Folha da Manhã enfatizou sua condição de pioneiro. Destacou que Francisco Maximiano Junqueira, descendente de agricultores, dedicou a existência ao cultivo da terra, à lavoura do café — fonte primeira de sua fortuna, avaliada em cem mil contos de réis —, e à criação da grandiosa usina de açúcar, no Rio Grande, uma das maiores da América do Sul.[69]

O Diário de São Paulo, em tom nostálgico, sintetizou o sentimento que pairava no ar: *"Cel. Quito pertenceu a uma linhagem de desbravadores que, infelizmente, está desaparecendo."* [70]

Com a partida do coronel Quito, encerrava-se um ciclo de coragem, empreendedorismo e devoção à terra, que marcaria para sempre a história de Ribeirão Preto e das regiões que se espelharam a partir de sua visão ampliada de negócio rural.

Ao assumir o espólio de seu marido, Sinhá tornou-se a responsável e seguiu sendo aconselhada por pessoas que lhe fizeram companhia ao longo da vida. Entre eles, Dr. Joaquim Camilo de Mattos, figura proeminente na história política de Ribeirão Preto. Ele ocupou cargos importantes como prefeito, vereador e presidente da Câmara Municipal da cidade.[71] Sua relação com Dona Sinhá Junqueira foi marcada por uma colaboração significativa em projetos sociais e educacionais. Outro amigo, apresentado por Camilo de Mattos, foi o médico-cirurgião e político Waldemar Barnsley Pessoa. Iniciava ali, uma amizade duradoura.[72] Também contribuiu para a realização dos desejos de Dona Sinhá, seu sobrinho, o político paulista Altino Arantes. Ele foi uma figura de destaque, tendo exercido o cargo de presidente do Estado de São Paulo entre 1916 e 1920. Teve atuação relevante na área jurídica e em cargos públicos federais. Não se tratava apenas de um laço de sangue entre membros de uma tradicional linhagem do interior paulista. A relação entre os dois era marcada por profunda confiança, afinidade de valores e compromisso com a ação pública e a filantropia.

O desafio de Sinhá Junqueira era proporcional ao tamanho de seu patrimônio, ampliado a partir de 1910 com iniciativas do coronel Quito e seu sócio Frederico Junqueira.

Eles adquiriram a Fazenda União Agrícola, um imenso campo de possibilidades às margens do Rio Grande, entre São Paulo e o Triângulo Mineiro. Essa fazenda, no município de Igarapava, possuía



Imagem 13. Casa de Engenho da Fazenda União Agrícola, em Igarapava, ano 1910. Desse engenho, nasceu a Usina Junqueira – Acervo Fundação Sinhá Junqueira.

700 alqueires de terra roxa, 100 alqueires de cana plantada e 162.000 pés de café. O nome vinha do engenho conhecido por Engenho Central União.[73] O lugar era rudimentar com fileiras tímidas de cana, mas que insinuavam o que poderiavir a ser um novo império.[74] A postura de Quito e seu sócio, para esse empreendimento, era de uma abordagem modernizadora.

Sinhá acompanhava de perto o processo que impulsionava a abertura de uma nova fronteira no campo das atividades econômicas, conduzido por seu marido, um desbravador que, além de capitalista e comissário de café, acumulava a gestão de fazendas dedicadas à pecuária e ao cultivo cafeeiro. A proposta, no entanto, ia além do modelo tradicional: buscava-se uma produção de excelência, baseada na incorporação de tecnologias avançadas. Era, no século XX, a convergência entre a sofisticação industrial e a modernização da agricultura — o prenúncio de umajanela de oportunidade que se abria com força transformadora.[75]

Ao longo do tempo, o investimento na técnica e inovação demonstrou resultados, pois ainda que lucrasse com o café e a pecuária, a grande rentabilidade dos negócios da família decorria da usina.[76]

A operação ali instalada se dava permeada pela importação de máquinas, ainda antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Essa

postura capitalista de trato com a terra fez com que, já em 1920, a propriedade fosse considerada a quinta maior usina de açúcar do Estado de São Paulo.[77]

Em 1918, coronel Quito assumiu como único proprietário e progressivamente foi adquirindo terras contíguas à Usina. No período de vinte anos, adquiriu mais sete propriedades, negociando com vizinhos empobrecidos pela crise ou endividados pelos descompassos do ciclo agrícola. Ele era presença constante nos cartórios, onde fazia questão de registrar pessoalmente cada escritura, cada conquista. Importa notar que muitas dessas terras já haviam sido da família Junqueira em outros tempos. É como se ele reunisse a família, novamente, no século XX.[78]

O que para outros era apenas terra, para o coronel Quito era o alicerce de um sonho: construir uma das primeiras grandes usinas de açúcar e álcool da região.

O açúcar não era uma novidade na paisagem produtiva brasileira.[79] No entanto, a ascensão do café, no século XIX, redirecionou capitais, esforços e expectativas para essa nova frente econômica. É justamente por essa razão que se revela tão interessante o fato de, já na década de 1910 — período em que os engenhos eram raros e o café ainda reinava soberano na geração de riquezas —, o olhar visionário de Quito Junqueira ter se voltado para outros horizontes.

A decisão do coronel mostrou-se estrategicamente visionária. No início do século XX, o mercado internacional já apresentava sinais de retração para o açúcar brasileiro: países que antes eram grandes importadores passaram a incentivar a produção local, especialmente a partir da beterraba, e a priorizar produtos oriundos de suas colônias. Ao mesmo tempo, o cenário interno oferecia novas possibilidades. O avanço da industrialização, o crescimento das cidades e o aumento da população urbana, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, provocavam uma expansão significativa do consumo doméstico.[80]

Nesse contexto, o estado de Pernambuco ainda figurava como o principal polo produtor de açúcar do país, sendo o Nordeste, de modo geral, responsável pelo abastecimento das regiões consumidoras. No entanto, a crescente demanda do Sudeste começava a expor a fragilidade dessa dependência. Foi nesse ponto de inflexão que Quito compreendeu com lucidez o momento de transição: mais do que exportar, era hora de atender ao mercado interno. Plantar em São Paulo e vender em São Paulo passou a ser, então, uma estratégia pragmática e promissora — reduzir custos e fortalecer uma nova lógica produtiva.

Além disso, o Estado incentivava com taxas de transporte preferenciais e desconto de 40% no preço do frete. Na década de 1910, São Paulo se tornou o 5º maior produtor do Brasil com 8% da produção nacional, empatando com o Rio de Janeiro. Ficava atrás de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Em 1911, já eram 13 as usinas em funcionamento. Mesmo assim, até 1914, este setor da economia brasileira se apresentou bastante instável. Ora grandes possibilidades, ora insegurança: superprodução, preços instáveis, saída de capital estrangeiro, tentativas infrutíferas de controle do mercado e a constante disputa entre os produtores do açúcar de usina e o do açúcar bruto.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) mudou o cenário, sacudindo o comércio internacional. A produção europeia se desorganizou em função do conflito, a escassez ganhou relevância e o Brasil passou a exportar grandes quantidades do produto, elevando os preços do açúcar, novamente. Com isso, a produção local ganhou novo fôlego.

Com passos firmes, Quito, já único proprietário da usina, investiu pesadamente na modernização: contratou engenheiros alemães, importou maquinário da Brunsuzch e, anos depois, renovou os equipamentos com tecnologia francesa da Fives Lille. Cada engrenagem, cada caldeira instalada era o prenúncio de uma nova era que ele próprio se encarregava de impulsionar.[81]



Figura 11. Fonte: Gileno de Carli. Gênese e evolução da indústria açucareira de São Paulo, 1943.

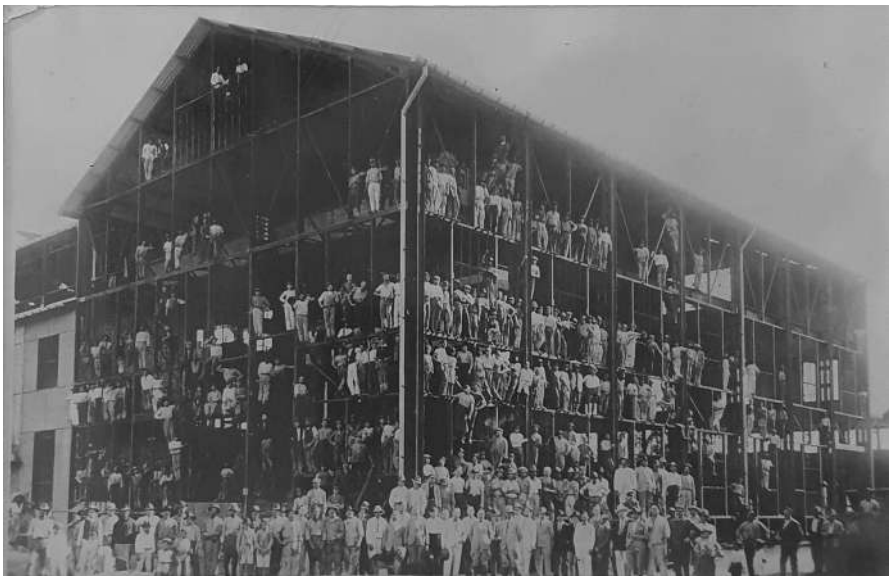


Imagem 14. Grande número de operários durante a construção da Usina Junqueira, em meados da década de 1930.

A construção do complexo fabril era árdua e lenta, mas o coronel — incansável — não conhecia o verbo desistir. Isso porque o término da Primeira Guerra Mundial trouxe a queda da exportação brasileira de açúcar e, internamente, o cenário também era desafiador, em função da epidemia de *mosaico* nas plantações.[82]

Isso fez com que nos anos seguintes houvesse uma renovação nos canaviais.[83] O coronel Quito introduziu em suas áreas plantáveis a variedade de cana javanesa, então recomendada pelos técnicos agrícolas por sua alta produtividade. A aposta mostrou-se acertada: na safra de 1929/1930, a propriedade já respondia por 10% de toda a produção paulista, consolidando-se como a quarta maior do Estado de São Paulo.[84]

Mas, como tudo que permeou a história desse casal Sinhá-Quito, nuvens escuras se aproximavam. Nos anos de reconstrução pós Primeira Guerra Mundial, no período conhecido como entreguerras, houve a criação da tempestade perfeita do mal com a superprodução industrial e agrícola, a falta de regulação da economia, o crédito excessivo, a especulação financeira e a baixa capacidade de consumo da população. O resultado foi a quebra da Bolsa de Valores de Nova York e uma crise que superou fronteiras. Essa onda avassaladora consumiu a organização internacional política e econômica vigente até então.[85]

Os anos que se seguiram ao *crash* de 1929 foram particularmente dramáticos no cenário internacional — e ainda mais no Brasil. À época, o café representava cerca de 71% das exportações brasileiras. Antes da crise, a receita com exportaçõesgiravaemtorno de 446 milhões de dólares, mas despencou para apenas 180 milhões em 1932.[86] Tais números permitem dimensionar o impacto profundo da crise deflagrada nos Estados Unidos, que reverberou de forma avassaladora sobre as economias exportadoras, como a brasileira. As exportações foram abruptamente interrompidas, comprometendo o funcionamento das indústrias e as dinâmicas do comércio. O choque foi severo: provocou a suspensão generalizada dos gastos, ampliou o desemprego, reduziu drasticamente a renda e instaurou um cenário de grave crise social, marcado pela paralisia das atividades cotidianas e pelosentimento de incerteza que atravessava todas as camadas da população.[87]

No Brasil, o impacto desse processo histórico foi imenso. A Revolução de 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas, com quem Sinhá se relacionaria no futuro, e posteriormente a Revolução Constitucionalista de 1932, redesenhou as estruturas seculares de exercício do poder, produzindo fundamentais transformações no sentido da reformulação das relações de capital e no papel do Estado.[88] Significou a ruptura com um modelo liberal e uma política cambista livre, inaugurando um período de reorganização do Estado Nacional que passou a ser altamente intervencionista.[89]

Inserida nesse cenário, mas não restrita a essas condições, a Usina Junqueira seguia sempre com a aposta na tecnologia como um diferencial de sua gestão.



IGARAPAVA

Usina Junqueira

A convite do coronel Quito Junqueira encontram-se aqui, procedente da capital, varias pessoas, representantes do governo e da imprensa que vieram assistir a inauguração da Usina Junqueira, localisada neste municipio.

Figura 12. Inauguração da Usina.
Fonte: O Estado de São Paulo, 17 de maio de 1932.[90]

Em 15 de maio de 1932, sob aplausos e testemunhas ilustres, a Nova Usina Junqueira foi oficialmente inaugurada. O maquinário roncou pela primeira vez às três horas da tarde, movimentado por homens de Estado e figuras ilustres da economia paulista. No mesmo compasso em que as engrenagens se moviam, cresciam os canaviais que se estendiam por dezenas de quilômetros, alimentando a sede da usina e escrevendo uma nova página na história da Alta Mogiana.

A produção diária — duas mil sacas de açúcar cristal e vinte e dois mil litros de álcool — impressionava. Mais do que números, porém, a Usina Junqueira simbolizava a capacidade visionária de seu fundador, que transformou a terra castigada pelo declínio do café em solo fértil para uma nova riqueza.[91]

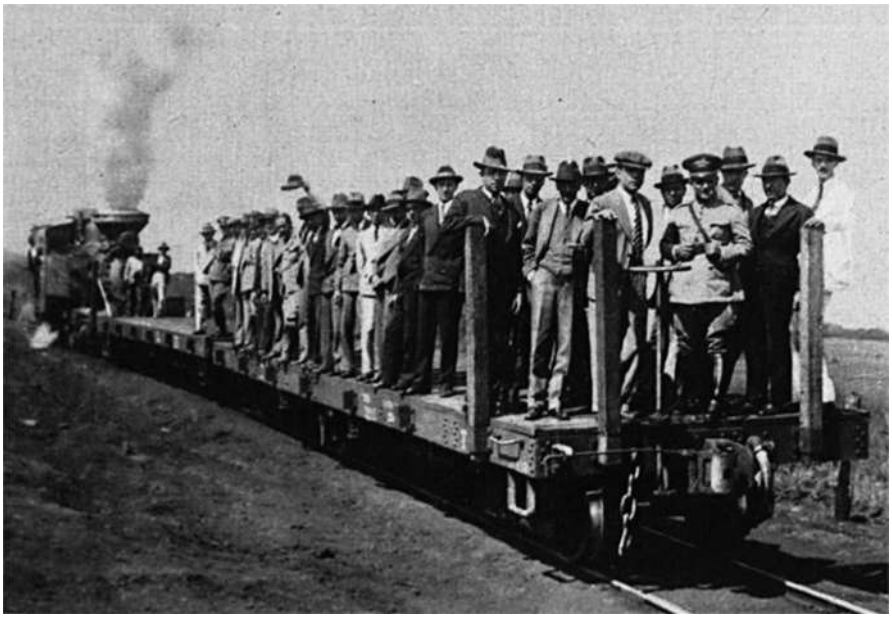


Imagem 15. Em 1932, a Nova Usina Junqueira era considerada a maior da América do Sul. Seu maquinário foi movimentado pela primeira vez às 15h pelo senhor major Magalhães Barata, Dr. Felipe de Oliveira, diretor do Diário de Pernambuco, Dr. José Evangelista Rodrigues, juiz de Direito de Ribeirão Preto e representante do embaixador Pedro de Toledo, e o sr. Farina, gerente do Banco do Brasil em Ribeirão Preto. Antes da solenidade inaugural, a comitiva que acompanhou o interventor Barata realizou uma excursão entre o extenso canavial que circundava a Usina.



Imagem 16. Da esquerda para a direita: Major Magalhães Barata, coronel Quito Junqueira e Álvaro Caires Pinto.



Imagem 17. Durante o almoço na residência do casal, na Fazenda São Geraldo. Ao centro, Dona Sinhá Junqueira e demais visitantes.



Imagem 18. Locomotiva número 5 que serpenteava entre os cafezais da Usina Junqueira, para o transporte da cana de açúcar até o parque industrial. O coronel operava seis locomotivas e material rodante próprios, utilizados tanto nos ramais particulares quanto na linha da Mogiana, desde a estação de Canindé, transportando principalmente lenha.

A grandiosidade do empreendimento exigiu também infraestrutura à altura. Assim nasceu a estação ferroviária União, último posto do ramal paulista antes da travessia para Minas Gerais, conectada diretamente aos canaviais e à usina por linhas férreas privadas que serpenteavam os campos. Seis locomotivas cortavam os verdes extensos, transportando lenha, cana e açúcar, numa operação que unia a precisão industrial ao vigor da natureza.

O governo, no entanto, seguia cada vez mais intervencionista. Um exemplo pode ser observado no setor açucareiro. Muitos cafeicultores passaram a plantar cana e a produzir o açúcar.[92] Para tentar equilibrar a situação e considerando o descompasso entre a produção de São Paulo, que caminhava para uma política de autoabastecimento, e a do Nordeste, o governo federal criou a Comissão de Defesa da Produção Açucareira, em 1933 e, na sequência, o Instituto do Açúcar e Álcool (IAA) que passou a ter como função, fomentar e controlar a produção no país.[93]



Uma das maiores organizações do primeiro centro industrial da America do Sul

AS USINAS JUNQUEIRA

UMA REALIDADE: — 400.000 SACCAS DE ASSUCAR E 6.000.000 DE LITROS DE ALCOOL PRODUZIDOS ANNUALMENTE — CEL. FRANCISCO MAXIMIANO JUNQUEIRA, UM GRANDE REALIZADOR — OS ORIGENTES DAS USINAS — DETALHES SOBRE A ORGANIZAÇÃO — OUTRAS NOTAS

NO SECULO DAS MACHINAS: A MARAVILHA DO FERRO, DO AÇO E DO ALUMINIO

NUM "ANGULO" DE SALA: — UMA REALIDADE DO DYNAMISMO DA ACTUAL GERAÇÃO

Figura 13. Publicação Correio Paulistano, 15 de dezembro 1935. Havia em suas dependências 4 mil operários de diferentes condições que se entregavam para movimentar as engrenagens gigantes da Usina.



Imagem 19. Escriturários da Usina Junqueira posam na frente da estação ferroviária de União, em 1938.
Fonte: Revista SPR, janeiro de 1939.[94]



Figura 14. Publicação sobre a Usina Junqueira.[95]

Nesse cenário de reestruturação e planejamento da produção nacional, a Usina Junqueira mantinha seu ritmo de crescimento e adaptação. As transformações no setor exigiam visão estratégica e capacidade de gestão — virtudes que não se perderam com a ausência de seu principal condutor. A morte de Quito Junqueira, embora dolorosa, não interrompeu a marcha do empreendimento. O alicerce construído ao longo de décadas permitiu que o funcionamento da usina seguisse com firmeza, amparado por uma estrutura sólida e por profissionais capacitados que partilhavam da confiança e dos princípios deixados por seu fundador.

Sinhá, mesmo amargurando a despedida definitiva de seu marido em 1938, precisava seguir. E o fez ao lado de fiéis colaboradores. O setor técnico tinha como responsáveis Luiz e Paulo Baeta Neves e Augusto Diniz Junqueira. A administração daquele império agroindustrial era conduzida por Martiniano de Andrade – irmão de Dona Sinhá –, com o auxílio de outros profissionais que residiam nas muitas fazendas que abasteciam a usina com o plantio de cana.

Além da tristeza já instalada no silêncio da ausência, Sinhá Junqueira testemunhou os anos escuros da Segunda Guerra Mundial (1939–1945). O mundo parecia estremecer em ondas que alcançavam até mesmo as janelas fechadas. Enquanto as notícias atravessavam o rádio e os jornais lhe traziam cifras de dor, mortes e destruição, ela seguia acompanhando, de certa forma até atuante, com envolvimento em campanhas a favor do fortalecimento militar aéreo do Brasil, um conflito que, embora distante, reconfigurava os sentimentos, os valores e os destinos do seu tempo.

Foi preciso buscar constantemente o equilíbrio. O empobrecimento generalizado alimentava o medo, que rapidamente dava lugar à desconfiança — terreno fértil para a radicalização e o surgimento de ideologias extremistas no coração da humanidade.[96]

Guardiã de um grande legado, esmaecer não era uma opção. Dona Sinhá Junqueira conduziu nos anos seguintes a expansão das terras, consolidando a grande propriedade que hoje é parte inseparável da memória da região. A história da Usina Junqueira é, portanto, a história de uma transição de épocas, mas também da coragem de quem ousou semear o futuro em tempos de incerteza.

O sonho de Quito, consolidou-se como uma das maiores produtoras de açúcar do país. Era aquele um bem sem herdeiros. A ausência de filhos do casal exigia a criação de um modelo de gestão com o olhar voltado para o futuro — sustentável, longevo e institucionalmente sólido.

Novamente a inventividade aprendida na observação dos anos de matrimônio se fez presente. Para gerir o patrimônio, Sinhá, muito provavelmente orientada pelo amigo Waldemar Pessoa, que após uma viagem à Alemanha teria compartilhado informações sobre como funcionavam as fundações na Europa,[97] resolveu pela criação de uma organização com base no modelo europeu.

Era um olhar diferenciado para a riqueza. Tratava-se de projetar a abundância angariada pelo trabalho de uma vida para interesse coletivo. Isso era comum na Europa e nos Estados Unidos, onde grandes magnatas se preocupavam com a cultura e a ciência, mas no Brasil, fundamentado pela prática colonial de que tudo se resolvia dentro das cercas das fazendas e desconectados dos reais interesses nacionais, tratava-se de uma postura inovadora.[98]

Em 1950, ao instituir a Fundação Sinhá Junqueira, ela transferiu à entidade a propriedade e a administração do parque industrial — composto pela usina de açúcar e pela destilaria — reservando a si apenas o fornecimento de cana. O gesto, que se antecipava à sua própria ausência, revelou-se um testamento em vida.[99]

A Fundação Sinhá Junqueira teve Altino Arantes como presidente vitalício de seu Conselho Deliberativo. Coube a ele redigir, organizar e implementar os estatutos da organização.

Enquanto essa modelagem burocrática e legal era implementada, a Usina Junqueira seguia crescendo. Em 1953 e 1954, atingiu a marca de 35.400 toneladas anuais — justo no período em que o estado de São Paulo ultrapassava Pernambuco na liderança nacional da produção. Tal crescimento foi possível graças a investimentos contínuos e uma administração que combinava visão empresarial e senso de responsabilidade social.

A Fundação manteve a usina como centro operacional e financeiro de suas ações filantrópicas, atuando de maneira autônoma sob regência de um conselho vitalício. A obra de Sinhá Junqueira se insere em um contexto mais amplo de benemerência privada no Brasil.

A experiência da Usina Junqueira distingue-se por sua combinação única de eficiência empresarial e ação social. Diferente da filantropia meramente assistencialista, o legado de Sinhá estruturou-se em torno da produção de riqueza e sua redistribuição por meio de instituições permanentes, enraizadas no território e voltadas para necessidades específicas da população local: saúde, educação e cultura.

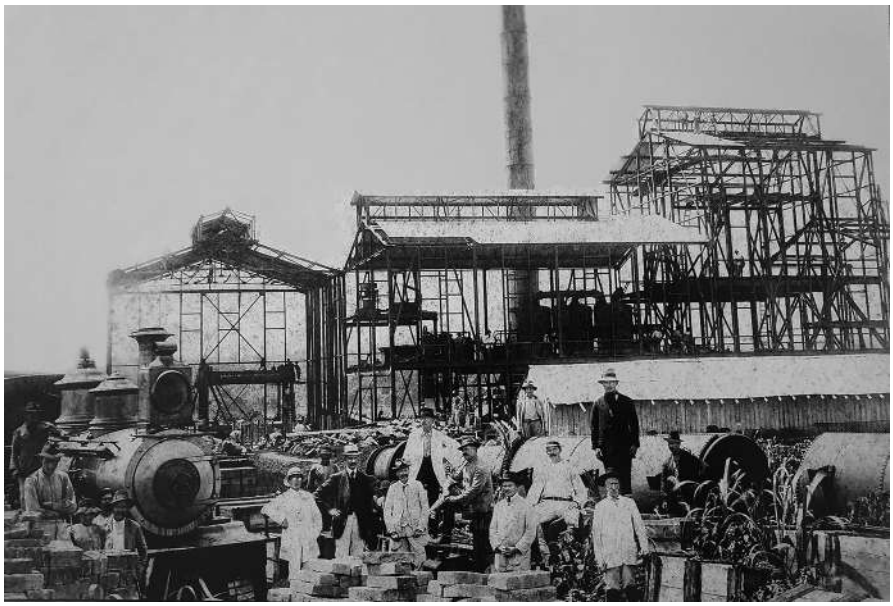
A Usina Junqueira, portanto, não é apenas um marco na história da agroindústria canavieira do Brasil. Ela é também expressão de uma ética rara: a de que os frutos do trabalho — quando bem geridos — podem

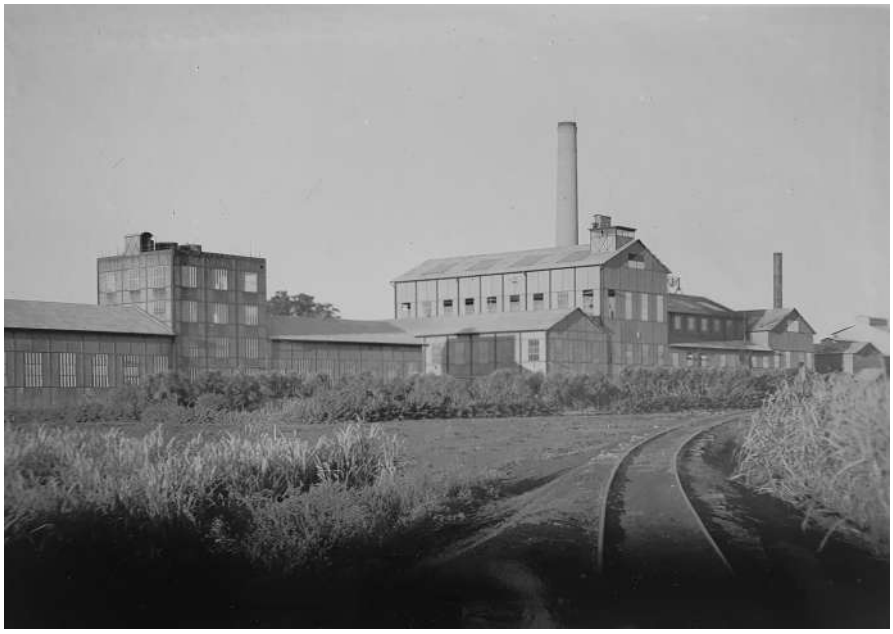
ser convertidos em dignidade para os outros. Por meio da Fundação, Dona Sinhá perpetua sua presença na vida de Ribeirão Preto, Franca, Igarapava e Colina, fazendo com que sua figura transcenda ao tempo e aos limites da propriedade privada.

O nome de Sinhá Junqueira permanece não apenas nas fachadas das instituições que ajudou a fundar, mas também na memória afetiva de uma região que encontrou, em sua liderança determinada, um exemplo singular de como o capital pode ser instrumento de transformação social.



Monumento em homenagem ao coronel Quito, localizado na Vila Operária.





Usina Junqueira, década de 1930 e 1940

CAPÍTULO II



1. ENTRE TIJOLOS E BÊNÇÃOS:

A cidade que Dona Sinhá sonhou

Situada ao norte do estado de São Paulo, na divisa com Minas Gerais, a cidade operária da Usina Junqueira surgiu no final da década de 1940, no município de Igarapava. Foi idealizada por Dona Sinhá Junqueira como um projeto de vanguarda, voltado a acolher os trabalhadores de sua próspera usina de açúcar.

Mais de duzentas e setenta casas de tijolos foram erguidas com precisão e esmero. A Vila Junqueira não se limitava a ser um agrupamento de residências: era, antes, a materialização de uma visão de urbanismo humanizado e organização social que buscava ser exemplar.

Algumas residências se afastavam do alinhamento das calçadas, como que abrindo espaço para um alpendre que permitia expandir a vista — essa pequena varanda entre o lar e a rua, protegida por uma mureta discreta, era mais que um traço arquitetônico: era um convite à convivência, um lugar de permanência, de onde se podia ver não só quem passava, mas como aquelas pessoas faziam parte de uma mesma narrativa.[100] Nos fins de tarde, as famílias ali se acomodavam, partilhando as horas que escapavam devagar depois de um dia longo de trabalho. O perfume das roseiras subia dos jardins bem-cuidados, envolvendo a cena com suavidade. Era preciso recuperar a energia, refazer-se para o dia seguinte, vencer a rotina do campo e da indústria. Havia, naquela arquitetura, uma expressão silenciosa do cotidiano interiorano: casas erguidas com cuidado aos detalhes, sólidas como as memórias que nelas se formavam.[101]

No centro da vila, as ruas bem traçadas convergiam para a praça principal, onde se levantava, imponente, a Igreja de São Geraldo. Seus vitrais coloridos, os canteiros floridos ao redor e a solidez de sua arquitetura compunham uma paisagem de rara harmonia no sertão paulista — um cenário capaz de cativar até mesmo os visitantes mais céticos.



Imagem 20. Casas recém-construídas. Foto da década de 1950.
Fonte: Acervo Fundação Sinhá Junqueira.



Imagem 21. Rua Theolina Junqueira.
Fonte: Acervo Fundação Sinhá Junqueira.



Imagem 22. Casa para funcionários, década de 1950.
Fonte: Acervo Fundação Sinhá Junqueira.



Imagem 23. Praça Maria Rita, homenagem à mãe de Dona Sinhá Junqueira.
Fonte: Acervo Fundação Sinhá Junqueira.



Imagem 24. Comemoração do Dia do Trabalhador na Vila Junqueira.
Fonte: Acervo Fundação Sinhá Junqueira.



Imagem 25. Igreja de São Geraldo, recém-inaugurada em junho de 1952.
Fonte: Acervo Fundação Sinhá Junqueira.



Imagem 26. Vista de uma das ruas da vila, com destaque para as varandas.
Fonte: Adriana Silva, 2025.



Imagem 27. Fachada da Igreja São Geraldo.
Fonte: Fernando A. D. dos Reis Júnior, 2025.

Na mesma praça onde a vida hoje segue em novos ritmos, descansa, sob a proteção de uma imponente estrutura metálica, a antiga Maria Fumaça — relíquia de ferro e vapor dos tempos em que seu apito rasgava o silêncio das manhãs e seus vagões serpenteavam pelos trilhos da Usina Junqueira. Outrora emblema do movimento e do progresso, permanece ali, imóvel, como uma guardiã do passado, evocando, em sua quietude, a memória de uma era em que o pulsar do desenvolvimento vinha coberto de fuligem e esperança, guiado pela força bruta das máquinas no alvor do século XX.



Imagem 28. Locomotiva nº 5 desativada, em exposição na Praça Dona Sinhá Junqueira, em três momentos: Final da década de 1960, 2022 e 2025 (ver registros abaixo).



Imagem 29. A mesma locomotiva, em 2022, antes do restauro e da instalação de proteção. Fonte: Adriana Silva, 2022.



Imagem 30. Foto atual, depois do restauro e instalação de estrutura de proteção.
Fonte: Fernando Antônio Dias dos Reis Júnior, 2025.

A mesmice do lugar, de tempo em tempo, era interrompida por visitantes vindos de outras regiões. Em agosto de 1949, um episódio singular foi registrado pelo periódico O Jornal, do Rio de Janeiro. A publicação relatou que, após participarem da Conferência de Araxá, um grupo de deputados baianos decidiu atravessar o Rio Grande para conhecer a cidade operária da Usina Junqueira, em Igarapava. Entre eles estavam Lima Teixeira, Carlos Aníbal e Natan Coutinho, representantes de distintos setores da economia baiana — cana-de-açúcar, fumo e cacau. A Conferência de Araxá, realizada nos dias 29 e 30 de julho, foi um marco importante no debate sobre a formação de professores e o papel da educação no Brasil, especialmente na área de educação rural. O encontro reuniu educadores, intelectuais, representantes do governo e de organismos internacionais com o objetivo de discutir a situação da educação no meio rural brasileiro e propor caminhos para a sua melhoria. Todos já sabiam, àquela época, o valor transformador da educação, só pareciam desorientados, sem caminhos certos a seguir.

O evento ocorreu em um momento decisivo do Brasil republicano. Após o fim do Estado Novo (1937–1945) e com a redemocratização em curso, surgia a necessidade de repensar o papel do Estado diante das profundas desigualdades sociais e regionais. O país avançava em seu processo de industrialização e urbanização, mas o Brasil rural, onde

vivia a maior parte da população, permanecia à margem das políticas de educação formal. O analfabetismo era alarmante, a estrutura escolar era precária, e a formação docente era insuficiente para atender às necessidades específicas do meio rural.[102] Foi nesse contexto que a Conferência de Araxá se consolidou como um espaço de reflexão e articulação entre educadores, gestores públicos, representantes de instituições formadoras de professores e organismos internacionais, como a Unesco, que dava seus primeiros passos no Brasil.

Acostumados à realidade do Recôncavo baiano, aqueles parlamentares ficaram atônitos com o que encontraram: uma vila operária planejada com a atenção voltada aos seus moradores, refletindo um modelo de urbanismo e organização social incomum para a época, com oferta de escola para os filhos dos trabalhadores.

Acompanhados por jornalistas atentos, os deputados baianos mergulharam na experiência de conhecer, em detalhes, aquela comunidade que parecia brotar entre os canaviais como um ponto de progresso social. Recebidos com cordialidade por um jovem funcionário da usina, puderam transitar livremente pelos espaços, conversar com os trabalhadores e observar de perto o cotidiano da vila.[103]

Coube ao engenheiro-chefe da usina conduzi-los nessa jornada. Com desenvoltura, ele apresentou as engrenagens industriais do complexo: as caldeiras roncando, os trilhos que recebiam a cana recém-colhida, os tambores rítmicos da produção em série. Naquele tempo, a usina moía mais de duas mil toneladas de cana por dia e gerava em média 3.500 sacas de açúcar — números robustos, que impressionavam por si só.

A vila operária foi o verdadeiro ponto alto daquela visita. Mais do que as cifras da produção ou a engenhosidade das máquinas, o que se impunha era o vigor humano e comunitário que irradiava de cada rua, cada casa. Ali, entre as centenas de residências florescia um ecossistema social raro no interior brasileiro da época. Havia uma fábrica têxtil que produzia as próprias sacas de açúcar e fornecia tecidos para os colonos, uma escola batizada com o nome do patrono coronel Quito Junqueira, espaços de lazer, centro esportivo, bailes de carnaval, cinema, mercearia, e até um estádio de futebol — o "Sinhá Junqueira" — onde o time Caçulinha despertava paixões sobre o gramado.[104]

Um posto de puericultura, bem equipado e dedicado ao cuidado infantil, completava o conjunto, demonstrando que a preocupação com o bem-estar extrapolava a produção agrícola. Para os visitantes,

a cena era de espantosa dissonância: lá, muitas usinas mal ofereciam as mínimas condições de trabalho; aqui, se erguia um modelo de convivência e civilidade.

As falas perplexas dos visitantes ganham sentido quando expandimos a lente para compreender o que acontecia no mundo e no Brasil naquela época. A ideia visionária de Dona Sinhá estava inserida em um contexto mais amplo e profundamente marcado pelas transformações do século XX. A preocupação com os direitos humanos — especialmente os relacionados ao mundo do trabalho — emergia de um período historicamente definido. A Crise de 1929, cujos efeitos já se faziam sentir com intensidade, revelou o esgotamento de um modelo liberal assentado na ausência de regulação. A gravidade de seus impactos, tanto políticos quanto sociais, escancarou a fragilidade das estruturas econômicas e a necessidade urgente de intervenção estatal.

A partir desse abalo, o mundo caminhou para um cenário ainda mais dramático: a Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1939 e 1945, reorganizou os sentidos da política, da economia e da solidariedade. Diante das ruínas e da dor, cresceu a exigência de que os Estados ampliassem sua atuação, especialmente nas garantias básicas à população. Passou-se a demandar políticas públicas que assegurassem direitos como renda mensal ao trabalhador, acesso à habitação, previdência social, saúde e educação. [105]

Cada governo respondeu a seu modo, mas a direção comum deu origem ao chamado Estado do Bem-Estar Social, que procurava equilibrar o amparo à cidadania com mecanismos de controle e regulação econômica. Nesse novo arranjo, a proteção aos direitos sociais e trabalhistas vinha acompanhada de uma forte presença estatal na gestão da economia. As duas dimensões — social e econômica — revelavam-se inseparáveis: o Estado assumia o papel de mediador na relação entre capital e trabalho, intervindo de forma ativa na geração e distribuição das riquezas nacionais.

No Brasil, o cenário de instabilidade econômica e política vinha de antes, desde a Revolução de 1930.[106] Essa ruptura institucional marcou o fim da Primeira República e promoveu profundas transformações nas estruturas de poder, enfraquecendo a hegemonia da elite agrário-exportadora. A nova ordem liderada por Getúlio Vargas deu início a um processo de reorganização econômica que visava romper com a dependência exclusiva das exportações — especialmente do café — e inaugurar uma etapa centrada na industrialização. A queda drástica nas receitas provenientes do comércio exterior, a desvalorização

cambial e o aumento do custo de produtos importados evidenciaram a fragilidade do antigo modelo agroexportador. Diante disso, emergiu a necessidade de fomentar atividades industriais, formar um mercado interno robusto, ampliar o consumo e impulsionar a urbanização do país. Estava em curso um novo projeto nacional de desenvolvimento econômico com base na produção urbana e industrial.

Ao lado dessa reconfiguração econômica, o país também passou a refletir sobre sua estrutura social e política. O Brasil arcaico, marcado por desigualdades e pela ausência de direitos para grande parte da população, começou a ser questionado. A cidadania,[107] até então limitada a poucos, foi gradualmente ressignificada. Passou-se a compreender que, além do sentimento de pertencimento a uma comunidade com valores e memórias comuns, o exercício da cidadania envolvia garantias concretas — como os direitos civis, políticos e sociais.[108] Isso inclui desde liberdades individuais, como o direito à propriedade e à justiça, até a participação política ativa e o acesso a condições mínimas de bem-estar e segurança. No contexto nacional, essas garantias começaram a ser institucionalizadas de forma mais ampla durante a Era Vargas, especialmente com a promulgação da Constituição de 1934.[109] Ainda que concedidos sob forte controle estatal, os novos direitos representaram um avanço ao reconhecer, ao menos formalmente, a igualdade entre os cidadãos e sua inclusão nos benefícios de um país em processo de industrialização.

Essa reestruturação da economia, associada ao processo de industrialização e tecnologia, trouxe para o Brasil novas formas de organização das relações entre trabalhadores e patrões. A ampliação da construção de vilas operárias estava dentro desse novo olhar para o trabalho.[110] Dona Sinhá estava à frente dessa pauta política e muito provavelmente, nunca se saberá, se estava inaugurando novos modelos de cidadania sem mesmo refleti-la politicamente. Na essência, tudo poderia ser obra de seu coração.

Carlos Aníbal, um dos homens daquela comitiva, jamais saberia as reais motivações da anfitriã. Ele seguia contemplando os canaviais que ondulavam sob o sol e até comentou a semelhança com o verde da terra baiana, mas logo admitiu: ali havia uma ordem e uma beleza que o impressionavam profundamente. Já Lima Teixeira, herdeiro de uma longa linhagem de senhores de engenho de Santo Amaro, não escondeu a admiração pela forma como Dona Sinhá conciliava com maestria o progresso industrial com a qualidade de vida dos trabalhadores.

As palavras dos moradores da vila apenas reforçavam a imagem de respeito e reverência que cercava a figura de Dona Sinhá Junqueira.

Sua liderança não se sustentava apenas no poder econômico, mas na presença afetiva e na sensibilidade social que moldava cada escolha. Quando um dos repórteres, intrigado, abordou um homem que conduzia um carro de boi carregado de cana e lhe perguntou o que pensava sobre ela, a resposta veio rápida, carregada de uma emoção genuína, quase solene:

– Ah, ioiô, Dona Sinhá? Dona Sinhá é uma santa. Quem é que não gosta dela?

Naquela afirmação simples, atravessada de afeto, estava condensada uma história de vínculos, reconhecimento e gratidão. A cidade operária da Usina Junqueira não era apenas um feito material: era o espelho de um projeto de vida em que o progresso não excluía o cuidado, e a ordem não se impunha sem escuta. Para aqueles homens públicos que atravessaram o Rio Grande movidos pela curiosidade, como Carlos Monteiro e Alípio Espinheira, a experiência revelou-se inesquecível. Nem mesmo os que já haviam lido sobre as realizações de Dona Sinhá estavam preparados para a força simbólica daquele lugar.

Uma vila com ruas impecáveis, casas bem cuidadas, equipamentos públicos, escola, cultura e esporte — mais do que um polo industrial, aquilo era a prova concreta de que desenvolvimento e justiça social podiam caminhar juntos. A ausência física de Dona Sinhá no dia da visita não reduzia em nada sua presença. Estava em tudo: no zelo das construções, na harmonia da comunidade, no orgulho dos trabalhadores, no nome que se pronunciava com respeito quase litúrgico.

Atualmente, a vila operária da Usina Junqueira é reconhecida como um importante patrimônio histórico do interior paulista. Mesmo atravessando o desgaste do tempo e as transformações econômicas, conserva sua essência. Abriga hoje o escritório da Fundação Sinhá Junqueira e um museu que zela por sua rica trajetória, mantendo boa parte da arquitetura original datada da década de 1940. Ainda assim, o cenário já não é o mesmo.

Com o declínio dos empregos no setor canavieiro, sobretudo após o arrendamento da usina ao grupo Raízen, em 2002, a vila passou a encolher. Das mais de duzentas e setenta casas, apenas 189 resistem — acompanhadas por 29 outros imóveis, como escola, restaurante, mercado e igrejas. A guarita de segurança foi desativada, ocorreram demissões em massa e, em uma das ruas, todos os imóveis de um lado encontram-se interditados, sob risco de desabamento.

Restaram, como vestígios de um tempo de esplendor, uma antiga maria-fumaça exposta na praça central e algumas peças ferroviárias



Imagem 31. Usina Junqueira com suas imponentes chaminés, às margens do Rio Grande. Ao fundo, parte das casas que sobraram da Vila Operária.

resguardadas no museu. O antigo sistema de trilhos, que chegou a percorrer mais de 70 quilômetros, hoje sobrevive apenas na memória e na saudade dos que viveram seus dias de ouro.

E é justamente da saudade que nasce o testemunho mais sensível desse legado. Entre tantos registros históricos e documentos oficiais, há também a poesia — viva e palpitante — como forma de manter acesa a lembrança afetiva da comunidade que um dia floresceu ao redor da usina. Em versos anônimos, o passado é convocado como quem chama um ente querido, e a Vila Junqueira reaparece não apenas como lugar físico, mas como território emocional. Verdadeiro relicário de memória, os versos são mais do que um exercício de nostalgia — são uma forma de arte popular que eterniza afetos, celebra o pertencimento e transforma a vivência na vila em matéria poética. Nele, o tempo se curva à lembrança e o chão da usina torna-se cenário para sonhos e vínculos longínquos:

Usina Junqueira: Canção da saudade
Autor: Desconhecido

Há um lugar no meu coração,
Onde o tempo parece parar,
Usina Junqueira, minha paixão,
Onde a vida era um eterno sonhar.
As andorinhas faziam sua dança,
Sob o céu azul sem fim,
Cada sonho é uma lembrança,
De um tempo que não sai de mim.
Oh, saudade dos momentos,
Que na Usina eu vivi,
Pelo time da Caçulinha,
Na arquibancada lotada, eu torci.
Bailes no clube, carnavais,
Quermesses e alegria sem fim,
No jardim ao entardecer,
No banco da preguiça, era assim.
Agradeço ao Coronel Quito,
E a Dona Sinhá Junqueira também,
Por esse paraíso tão bonito,
Que eternamente guardarei.
As noites de domingo,
Com a banda no coreto a tocar,

E a lua cheia testemunhando,
Nosso riso, nossa paz no ar.
Amizades eternas foram criadas,
Na Usina que eu tanto amei,

Nosso laço nunca será quebrado,
Memórias que eu sempre guardarei.
E ao lembrar dessa magia,
Que na Usina eu encontrei,
Vejo que a felicidade vivia,
Em cada canto onde eu passei.
Hoje só restam as memórias,
De um tempo que o vento levou,
Mas no peito guardo histórias,
De um lugar onde o amor brotou.
Saudade da doce infância,
Da Usina, meu lar,
Eternamente em minha lembrança,
Um tempo que não vai mais voltar.

Esse poema, ainda que sem autor conhecido, tem múltiplos donos na alma coletiva da vila, funciona como um testamento afetivo. Sua linguagem singela é também seu encanto: não busca artifícios retóricos, mas sim tocar com verdade. Cada verso é memória, cada rima é lar. Assim, o que se perdeu em matéria, permanece na substância da lembrança — e é justamente aí que reside a eternidade de Dona Sinhá e daquilo que ela construiu.

Outros olhos também enxergaram esse brilho no passado. Ainda em 1949, a grandiosidade da Usina Junqueira atraiu outra comitiva ilustre. Conforme noticiado no Correio da Tarde[111] de 28 de março daquele ano, uma caravana liderada pelo senador Salgado Filho visitou as instalações da Usina, sendo calorosamente recebida pelo gerente-geral, Sr. Bráulio Andrade Junqueira.





Imagens 32 e 33. Registros históricos durante as homenagens ao senador Salgado Filho, em março de 1949.

O senador percorreu, com atenção e evidente interesse, cada espaço daquele empreendimento modelar. Seu olhar inicialmente focado nas engrenagens da produção, se distraiu nas obras sociais erguidas sob o olhar visionário de Dona Sinhá. Na sede do Clube Recreativo da Usina, a comitiva foi homenageada com um farto almoço. Durante a recepção, Bráulio Junqueira fez as honras da casa, proferindo um discurso de boas-vindas que exaltava o esforço coletivo ali construído.

Em resposta, Salgado Filho agradeceu pela acolhida e destacou, em tom solene, a relevância da Usina Junqueira no cenário nacional. Reconheceu publicamente o papel transformador daquele projeto industrial-social e prestou uma homenagem especial à figura de Dona Sinhá Junqueira, cuja liderança firme e humanista fazia dela um nome de projeção além das fronteiras paulistas.

Após a visita, a caravana seguiu para São Joaquim da Barra, onde, na sede do aeroporto local, foi oferecido um coquetel em sua homenagem. Na sequência, o grupo partiu para Ribeirão Preto, onde o senador participou das comemorações do 86º aniversário de fundação da cidade.

Assim, mais uma vez, a vila que nascera de tijolos, ideias e afetos, projetava-se como exemplo de progresso possível — e necessário. E Dona Sinhá sempre era manifestada por aqueles homens do negócio e da política como a fonte sólida do projeto social. Eles viam ali a matriz de uma utopia concreta.

Uma curva no tempo: de 2025 à década de 1940

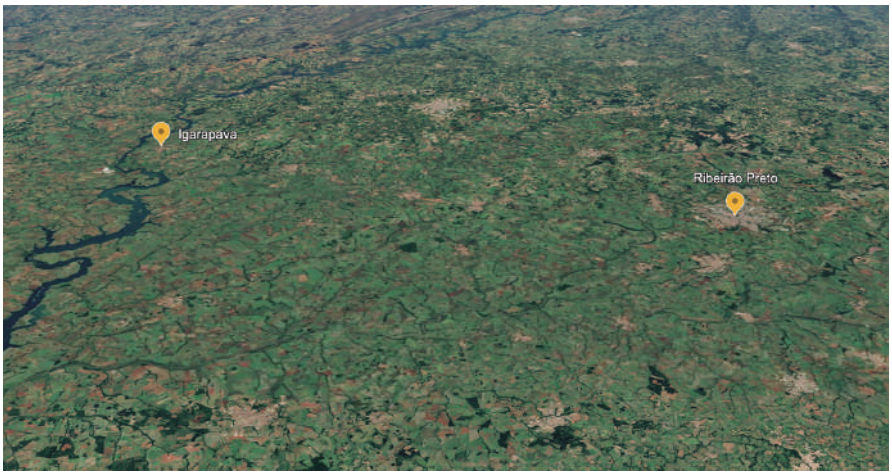


Figura 16. Imagem do Google Earth feita em 2025.



Figura 17. Imagem do Google Earth feita em 2025 mostrando o Rio Grande e a divisão entre os estados de São Paulo e Minas Gerais.

Refazendo os passos de antigos visitantes, voltar à Vila Junqueira é buscar mais do que um destino, é um reencontro com o tempo. De Ribeirão Preto, onde Dona Sinhá Junqueira viveu parte de sua história, até Igarapava, são cerca de 150 quilômetros de estrada, passando por Orlândia e São Joaquim da Barra, em direção à lendária Usina Junqueira — berço de uma preciosidade urbana que, a despeito das décadas, ainda resiste com dignidade.

Maristela Pinheiro, antiga moradora e dedicada funcionária da Fundação Sinhá Junqueira, ao recepcionar o presente, parecia abrir as portas do passado. A primeira parada foi na imponente Igreja de São Geraldo. Entre suas paredes revestidas de fé e história, era possível sentir o pulsar discreto de uma memória que insiste em permanecer viva apesar dos anos.

Pelas ruas tranquilas da vila, alguns transeuntes caminhavam sem pressa; crianças corriam em jogos de bola e pique-pega, preenchendo o espaço com risos breves. Funcionários da empresa — arrendatária da Usina nos últimos anos — circulavam com passos ritmados, quase discretos. Talvez por ser tempo de entressafra, havia no ar um silêncio denso e sereno, que só se deixava romper pelo canto dos pássaros, que no silêncio soa redimensionado, ou pelo rumor esporádico de um automóvel. A paisagem parecia conter o fôlego, como se respeitasse o sagrado que ali ainda habita.

Foi pelas palavras de Maristela — guardiã de memórias vividas — e do senhor Valdir Crivelaro, superintendente pela Fundação em Igara-

pava, que foi possível saber de um capítulo encantado da história local. Contaram eles, como quem desenrola um bordado antigo, que a construção da Igreja de São Geraldo teve início em 12 de março de 1950. O projeto, assinado pelo senhor Osvaldo Cintra de Azevedo e executado pelas mãos habilidosas de Geraldo Severiano Vieira, tomou forma com dedicação até alcançar sua inauguração solene em 29 de junho de 1952, durante a tradicional festa de São Pedro.

Entre causos e confidências, um detalhe reluzente surgiu como joia rara: os vitrais que hoje enchem de cor e fé o interior da igreja vieram no mesmo navio que trouxe os vitrais destinados ao Theatro Municipal de São Paulo. Neles, estão representados os santos de devoção de Dona Sinhá — figuras que parecem guardar, do alto das janelas, não só a fé, mas também os dias passados da vila.

No altar-mor, a grandiosidade se impõe com doçura. A abóbada elevada abriga o mosaico de São Geraldo Magela, cujos traços dominam a parede com um azul profundo que parece céu, céu mesmo, daqueles de fim de tarde em junho.[112] Logo abaixo, anjos silenciosos vigiam o tabernáculo, onde repousa a hóstia consagrada — presença viva, quase etérea, naquela nave serena.

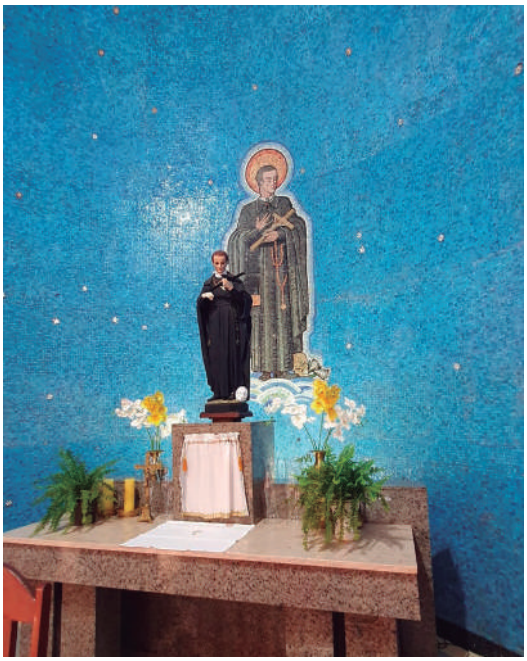


Imagem 34. Altar da igreja de São Geraldo.
Fonte: Fernando A. D. dos Reis Júnior, 2025 .

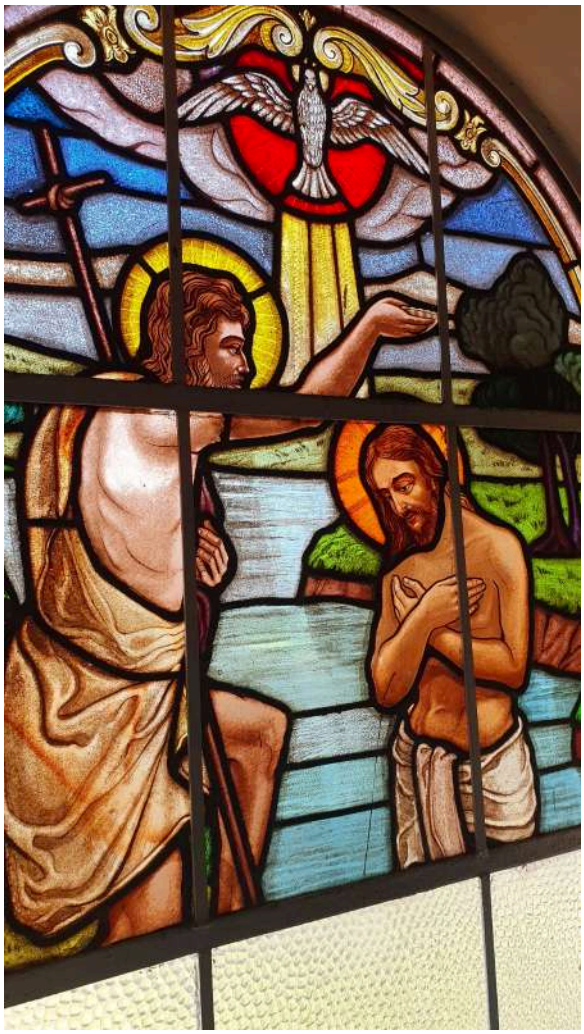


Imagem 35. Detalhe do vitral – Cena do batismo de Jesus no Rio Jordão. Fonte: Fernando A. D. dos Reis Júnior, 2025.

Antes das despedidas, uma última parada no batistério, à direita de quem entra no templo. Ali, sob a luz filtrada pelo vitral que projeta, com delicadeza, a cena do batismo de Jesus no rio Jordão, tudo parece suspenso no tempo. A pia batismal, singela e firme, sustenta a aura contemplativa do espaço.

É a mãe de Maristela, dona Eloísa Maria Corrêa Pinheiro, aos 68 anos, quem cuida desse tesouro com zelo de quem entende o valor do sagrado. Todos os domingos, o templo se enche de cânticos e preces nas missas celebradas pelos padres da Diocese de Franca, mantendo viva a fé que, ali, nunca deixou de florescer.



Imagem 36. Um instante de recreação e sorrisos compartilhados entre as crianças assistidas pela Fundação Sinhá Junqueira — porque crescer também é brincar.
Fonte: Fernando Antônio Dias dos Reis Júnior, 2025.

Próxima à singela capela, ergue-se a Escola Coronel Quito Junqueira. Logo na entrada, uma estátua de bronze em tamanho natural do patrono — semblante sereno, postura altiva — parece acolher os pequenos que ali chegam diariamente, vindos de Igarapava e da vizinha Delta. É como se o próprio coronel, em sua imobilidade de metal, ainda velasse pelos caminhos do saber.

Na Vila, o roteiro seguiu até ao refeitório, justo na hora em que o aroma do lanche da manhã se espalhava no ar. No amplo salão, sob os olhos atentos dos retratos de Quito e Sinhá — figuras que vigiam mais com afeto do que com rigor —, fez-se possível compreender o espírito que move aquele lugar: um pacto silencioso com o futuro. Entre os sons suaves de vozes infantis, ecoam também as lições de judô, os passos leves do balé e os gestos vibrantes do teatro, moldando corpo, expressão e alma das crianças ali cuidadas.

Da Vila até o centro de Igarapava, bastam dez minutos de estrada. Em uma rua tranquila, se encontra a sede da Fundação Sinhá Junqueira — um espaço onde pulsa, com força discreta, a transformação. É ali que se concentram os sonhos cultivados em forma de projetos, ideias e afeto.

Dança, música, sapateado, teatro, educação digital, esportes variados — como futebol, futsal, vôlei e natação — compõem o mosaico das atividades oferecidas. Mas mais do que oficinas, são janelas abertas

para o mundo. O conhecimento, ali, não é apenas conteúdo: é oportunidade, é passagem para uma vida mais ampla, mais digna.

Ao todo, são dezesseis projetos principais, distribuídos ao longo do dia pelos cinco Centros de Promoção Social. A Fundação, como um coração generoso, faz pulsar sua ação em mais de um quarto da população das cidades vizinhas: Aramina, Jeriquara, Guará e Ituverava. No interior paulista, entre campos, ruas e memórias, a obra de Sinhá segue viva — não como saudade, mas como presença ativa no cotidiano de tantas vidas que florescem sob seu legado.



Imagem 37. Na sede da Fundação Sinhá Junqueira, em Igarapava, pequenos talentos afinam sonhos entre cordas e melodias.
Fonte: Fernando Antônio Dias dos Reis Júnior, 2025.

Amparada pelo trabalho incansável de 157 colaboradores dedicados, a Fundação Sinhá Junqueira, atualmente presidida por Dona Maria Luiza Scarano Arantes Rocco, estende seus braços a cerca de 1.800 crianças todos os meses. Cada ação, ali, é mais do que um projeto — é um gesto de escuta e cuidado, desenhado para despertar talentos adormecidos, cultivar saberes e, sobretudo, semear a dignidade de vidas que florescem quando reconhecidas.

De volta à Vila, a parada final foi carregada de emoção: o Museu Histórico Nossas Raízes, inaugurado em 1º de maio de 1990. Instalado no antigo prédio da administração da Usina Junqueira, cuja estrutura original permanece intacta, como se cada tijolo ainda guardasse as vozes e os passos de outrora.

Na entrada, um grande relógio de ponteiros parados chama atenção de imediato. É como se o tempo, ali, tivesse se permitido um momento de repouso, eternizando um instante escolhido a dedo pela memória. Logo à frente, uma pesada porta de ferro forjado convida o visitante a atravessar a tênue fronteira entre o agora e o que já foi.

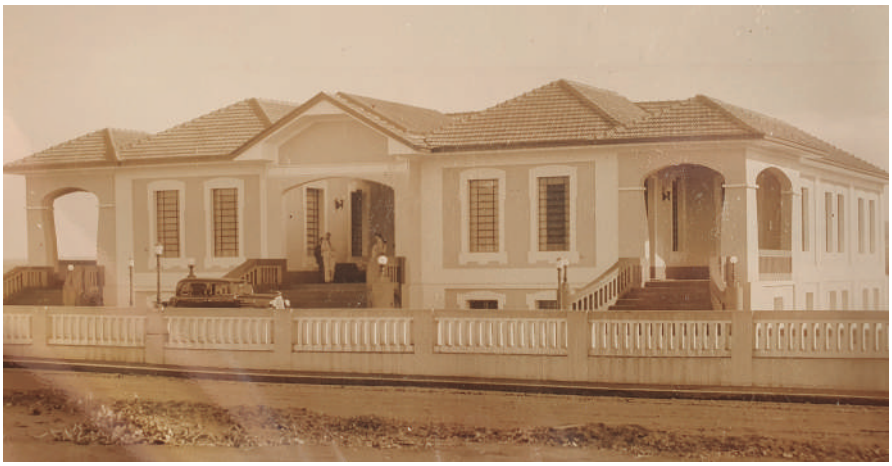


Imagem 38. O edifício que um dia foi o coração administrativo da Usina Junqueira. Foto década de 1940.



Imagem 39. Hoje, o mesmo prédio abriga Museu Histórico Nossas Raízes, onde cada tijolo preservado parece sussurrar histórias do passado — ecos de vozes e passos que ali permaneceram.
Fonte: Fernando Antônio Dias dos Reis Júnior, 2025 .

No primeiro cômodo, uma imponente escrivaninha de madeira de lei parece ainda esperar pelo retorno de algum administrador ausente. Ao seu redor, totens exibem fotografias e relatos, traçando em imagens e palavras os contornos da história que ali se escreveu. Cada rosto, cada data, carrega consigo uma parte do que a Vila foi — e do que ainda ecoa em quem a visita.

Mais adiante, repousam placas de identificação e instrumentos de medição — testemunhos silenciosos do labor cotidiano da usina. Ao lado, uma antiga farmácia permanece intacta: vitrines reluzentes guardam receitas amareladas, cadernos de prontuários e cápsulas preparadas com esmero por um farmacêutico que, mesmo ausente, ainda habita aquele lugar por meio de seus gestos minuciosos, eternizados no vidro e no papel.

É como se, ao abrir cada porta do Museu, acontecesse uma travessia por portais encantados para um tempo que não se foi — apenas se escondeu, à espera de olhos dispostos a reencontrá-lo. Ali, o passado não desaparece: ele se desvela com brilho suave, como a luz que incide sobre uma fotografia antiga, revelando detalhes que o tempo não apagou. A guia, Maristela, empresta vida aos imobilizados. Ao percorrer os corredores com voz terna e olhar cúmplice da história, se ouviam não apenas fatos, mas lembranças costuradas com amor e reverência.



Imagem 40. Grupo Escolar Rural Coronel Quito Junqueira – Usina Junqueira.

Nas demais salas, a narrativa se prolonga em novas camadas. Um extenso painel exibe a primeira turma de formandos da Escola Quito Junqueira — os rostos jovens fixados na imagem como se, de algum modo, ainda aguardassem o toque do sino ou a voz da professora. Ao fundo, sobram sorrisos e olhares orgulhosos das educadoras: dona Nilce de Aguiar e sua mãe, dona Maria Aguiar, esta última foi diretora da escola — mulheres que dedicaram seus dias à formação de tantas vidas.



Imagem 41. Quadro da 1ª turma de diplomandos de 1945, do grupo Escolar Coronel Quito Junqueira, exposto no Museu Nossas Raízes.
Fonte: Fernando Antônio Dias dos Reis Júnior, 2025.





Imagens 42 e 43. Detalhes do Museu.
Fonte: Fernando Antônio Dias dos Reis Júnior, 2025.



Imagem 44. Móveis da sala do Dr. Altino Arantes expostos no Museu.
Fonte: Fernando Antônio Dias dos Reis Júnior, 2025.

Em outro canto, repousam os móveis do escritório e os livros pessoais do Dr. Altino Arantes, figura respeitada que prestou relevantes serviços à história jurídica e administrativa da região. Na estante, pesadas encadernações guardam seus discursos — palavras ditas outrora, agora silenciosas, mas ainda carregadas de presença.



Imagem 45. Cadeira e pertences de barbear do coronel Quito, em exposição no Museu.
Fonte: Fernando Antônio Dias dos Reis Júnior, 2025.

Entre os artefatos de maior curiosidade, destaca-se um intrigante instrumento: a Secção de Identificação, vinda da Alemanha e datada da Segunda Guerra Mundial. Projetada para registros minuciosos, foi usada para o cadastro dos colaboradores da antiga Usina Junqueira. Nas narrativas de Gaeta,[113] a máquina não teve o êxito esperado, pois a rica miscigenação entre os trabalhadores impedia a precisão dos registros. Esse episódio, curioso e simbólico, revela mais que uma falha técnica: revela a essência plural de um povo que se fez com muitos rostos e muitas origens.

A visita no coração do acervo foi encerrada: ali, entre prateleiras e arquivos, repousam pastas densas de documentos, atas, registros e relatos — pequenos fragmentos de uma história maior. A busca por traços mais nítidos sobre Dona Sinhá, na tentativa de preencher os espaços em branco deixados pelo tempo revelou seu universo imaginado e realizado. Ainda assim, há partes de sua trajetória que permanecem envoltas em silêncio — não ausentes, apenas adormecidas, à espera de quem, com paciência e cuidado, as queira ouvir e contar novamente.

"A memória é o fio invisível que nos amarra ao que fomos — mesmo quando não sabemos mais onde começamos."

Lygia Fagundes Telles

2. A DAMA DAS CAMPANHAS NACIONAIS:

O protagonismo de Sinhá nas grandes frentes: aviação, infância e saúde pública

Entre as muitas alianças que Dona Sinhá Junqueira construiu ao longo de sua trajetória, uma se destacou pelo alcance simbólico e pela força mobilizadora: sua amizade com Assis Chateaubriand. Eles se conheceram no evento de inauguração da Usina Junqueira e, dali para frente, um sempre acionou o outro. Mais do que afinidade pessoal, os dois compartilhavam uma visão de Brasil moldada por ação concreta, civismo e fé no futuro. E essa assertiva se sustenta nas ações de ambos ao longo da vida. Ela, senhora dos canaviais e da generosidade discreta; ele, imperador da imprensa e estrategista da opinião pública.[114] Unidos pelo ideal de um país mais justo e moderno, Sinhá e Chateaubriand souberam transformar suas convicções em gestos que atravessaram o tempo.

Além de privar da amizade da Sinhá, Chateaubriand era também amigo de Getúlio Vargas, que, por sua vez criou o Departamento Nacional de Propaganda (DNP) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgãos responsáveis pela divulgação dos atos do presidente.[115] Estes, em especial no período de 1930-1945, estavam aparelhados para construir a imagem do herói nacional responsável pela condução do país à modernidade e timoneiro de uma nova missão civilizatória.[116] A imagem de "amigo da aviação" era parte do processo.[117]

Nesse período, o avião alcançou protagonismo, na defesa, comunicação e comércio. Getúlio olhava o setor como capaz de unir um país de dimensões continentais e, portanto, parte de sua estratégia de modernização da nação.[118] Seu interesse era tão consistente que à época foi chamado de "o amigo da aviação".[119] Nesse sentido, os mencionados órgãos de comunicação construíram a chamada "mentalidade aeronáutica" que supunha fomentar o interesse da população na aviação.

A Campanha Nacional de Aviação, era parte desse processo. Idealizada por Assis Chateaubriand e por Joaquim Pedro Salgado Filho, o primeiro-ministro da Aeronáutica do Brasil[120], teve início em 1940, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com o objetivo de acelerar o desenvolvimento da aviação civil no Brasil. O país, que inicialmente se manteve neutro no conflito, começou a sofrer pressões externas, especialmente dos Estados Unidos, para integrar os esforços dos Aliados contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Nesse contexto, a modernização e expansão da Força Aérea Brasileira (FAB) se tornaram uma prioridade estratégica.[121]

Assim, a pressão internacional do contexto da Guerra se associava ao desejo de Getúlio de fortalecer sua imagem. Seu amigo Chateaubriand auxiliava nesse processo, até traduziu em um artigo os elementos de onipresença e onisciência tão necessários à criação do mito Vargas, no campo da aviação.[122] Em seu texto, o homem da imprensa foi direto ao afirmar: *"Graças à sua fé constante na aviação, o sr. Getúlio Vargas teve um privilégio que o destino jamais concedera a qualquer outro chefe executivo deste país: o de conhecê-lo de Norte a Sul e de Leste a Oeste"*.

Chateaubriand enaltecia Vargas a cada palavra: *"Nenhum trecho do território nacional poderá dizer: o Presidente desertou de nós"*. Em seu artigo, o jornalista fez o presidente parecer ainda maior. *"Na verdade, ele compreendeu que para bem exercer o ofício de governar, era indispensável conhecer, auscultando as necessidades de cada um dos trechos do solo pátrio. Acre, Amazonas, Paraná, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, o Presidente tem palmilhado as regiões mais remotas do quadrante nacional"*. Então, Chateaubriand arrematou concluindo: *"Getúlio Vargas vale por dez presidentes do passado. Porque voa, e está em toda a parte"*.[123]

Estar, saber e solucionar os problemas nacionais se apresentava como a forma contemporânea de fazer a gestão da República e para isso era preciso a utilização da aviação civil. Era necessário criar um sentimento de união e pertencimento à causa, de tal maneira que as pessoas quisessem contribuir também financeiramente.[124] Assim, a expansão da criação de aeroclubes nas diversas cidades do país passava a ser fundamental.[125]

Foi dessa premissa que nasceu a Campanha Nacional de Aviação, uma das maiores mobilizações cívicas do século XX no Brasil. Com amplo apoio de industriais, governantes e do povo brasileiro, visava não apenas a doação de aviões e a construção de aeroclubes, mas também a formação de pilotos e técnicos especializados.

Chateaubriand, visionário da comunicação, lançou o apelo pelas ondas do rádio e pelas páginas dos Diários Associados. E foi da solidão altiva de Igarapava que Sinhá respondeu — não com palavras, mas com aviões, assumindo um papel de protagonismo.

Essa campanha inaugurou outras tantas, como a dos centros de puericultura e a do combate à hanseníase. Essa mulher não era mais menina e nem esposa, tampouco cabia no lugar de viúva introspectiva e retirada do mundo secular. Poderia ter se resignado, como era comum, ao anonimato de uma velhice confortável e, talvez hoje, fosse conhecida como a esposa do grande empreendedor Quito Junqueira. Contudo, diferente do papel que impunha a sociedade, transformou sua solidão em trabalho, buscando melhorar as condições de vida daqueles que alcançava.

Sinhá, sempre comprometida com suas causas, andou entre os grandes personagens de então! Sua presença se fazia constante nas frentes patrióticas daquela década. E a amizade entre ela e o grande empresário das comunicações não estava restrita aos jantares protocolares ou cartas formais: era um pacto silencioso entre duas lideranças que entendiam que servir ao país era, antes de tudo, um ato de coragem e generosidade.

A grande dama do interior se mostrou presente e ativa no Brasil. Enquanto se empenhava na consolidação local do projeto educacional do Educandário Quito Junqueira, seguia alçando voos nacionais em tantas outras empreitadas sociais e políticas.

A vontade de ajudar dela somada à grande amizade com ele se transformou em ações concretas que marcariam a história do país. É o que se viu com a Campanha Nacional de Aviação. Dona Sinhá, com sua sensibilidade social e poder de realização, elevou-se a um novo patamar. Ao lado de Chateaubriand, tornou-se um dos rostos mais expressivos desse movimento cívico. E não parou por aí. O mesmo ímpeto que a fez olhar para o céu com esperança, também a conduziria à terra — às crianças esquecidas, aos doentes marginalizados, aos projetos que precisavam de mais do que palavras: exigiam entrega. Os gestos de Sinhá extrapolaram os hangares e pistas de pouso, abraçando também os pavilhões da puericultura e os sanatórios que esperavam por cura.

Asas do Interior: o voo iniciado em Igarapava

Quando o Brasil olhou para o céu em busca de futuro, foi do chão fértil de Igarapava que partiram algumas de suas asas mais generosas, auxiliando na consolidação das rotas da aviação civil no país. Em

um país atravessado por guerras distantes e esperanças urgentes, foi ela quem, da lavoura à altura dos céus, ofereceu não apenas aviões, mas símbolos de um Brasil que desejava voar mais alto. Sem esperar convites oficiais, Dona Sinhá respondeu ao clamor patriótico com a força de sua convicção.

Essa campanha, que mobilizou a sociedade brasileira, atravessou a década de 1940 e continuou até 1950, quando Salgado Filho perdeu tragicamente a vida em um acidente aéreo.

O projeto encontrou eco em diferentes camadas da sociedade. Industriais, autoridades públicas e cidadãos comuns uniram esforços em uma mobilização rara. Doações foram feitas, clubes foram erguidos, sonhos foram alimentados nas pistas recém-abertas de cidades que mal conheciam o som de um motor aeronáutico.

A Campanha Nacional de Aviação impulsionou a construção de uma malha aérea moderna e disseminou o fascínio pelo voo em um país ainda predominantemente rural. Essa onda de entusiasmo mantinha o Ministro Salgado Filho como ponto central. Para ele, a visão de um Brasil conectado por aeronaves era tão ousada quanto necessária.[126]

As contribuições permitidas pela campanha viabilizaram a compra de aviões e equipamentos fundamentais para a estruturação da Força Aérea Brasileira. Modelos como o Curtiss P-40 Warhawk e o Lockheed Ventura, por exemplo, seriam utilizados em missões de patrulhamento e combate, desempenhando papéis estratégicos no conflito em curso.[127]

Foi em abril de 1942 que Sinhá Junqueira realizou sua primeira entrega de impacto: um avião batizado de "Plácido de Castro", nome em homenagem ao herói da Revolução Acreana, destinado à cidade de Uruguaiana. A ação ganhou repercussão e deu início a uma série de outras ofertas.

Em julho daquele mesmo ano, enviou o "Humberto de Campos" ao aeroclube de São Luís, no Maranhão, e, pouco depois, em setembro, chegou ao aeroclube de Carolina, também no Maranhão.[128]

Suas asas solidárias seguiram alcançando novos horizontes. O avião "Coronel Quito Junqueira", homenagem a seu marido, foi destinado ao aeroclube de Recife. Outro, batizado de "Wenceslau Braz", chegou à cidade de Itajubá, enquanto o "Dom Duarte Leopoldo" foi oferecido à cidade de Campos. Em cada gesto, não havia apenas um equipamento doado, mas um símbolo de fé no futuro e de confiança na capacidade do Brasil de alçar extensos voos.[129]

No dia 13 de maio de 1942, o Campo de Marte, em São Paulo, foi palco de uma cerimônia memorável. Com grande pompa e ares



Imagem 46. Setembro de 1942, durante o batismo da aeronave "José Martiniano Junqueira". Da esquerda paraa direita: Dr. Paulo Cesar de Andrade, ao centro de terno mais escuro, Dr. Camilo de Mattos representando na cerimônia a doadora, Dona Sinhá Junqueira, o jovem Luiz Augusto de Mattos e o Sr. Amadeu Dias Maciel, irmão do saudoso presidente Olegário Maciel.

de solenidade cívica e religiosa, foi batizado o avião "Dom Duarte Leopoldo", mais uma das aeronaves doadas por Sinhá Junqueira à Campanha Nacional de Aviação. O evento, sediado no Aeroclube de São Paulo, reuniu autoridades, eclesiásticos e entusiastas da aviação, sob a bênção do arcebispo metropolitano de São Paulo, Dom Gaspar de Afonseca e Silva — que, pela segunda vez, se fazia presente em uma cerimônia de batismo promovida pela campanha.[130]

Diante da aeronave prestes a se integrar à frota civil brasileira, Dom Gaspar ergueu a voz em oração, evocando o nome do homenageado para que fosse guia e proteção nos tempos de tormenta que assolavam a nação e o mundo. Era a fé e a técnica encontrando-se sob o céu paulista, num gesto simbólico de esperança e de coragem.

Curiosamente, nenhum dos seis aviões doados por Dona Sinhá permaneceu em solo paulista. Cada um foi destinado a um ponto distinto do território nacional — do Maranhão ao Rio Grande do Sul, de Itajubá a Recife — evidenciando o alcance nacional de seu gesto. Não era um ato de exaltação regional. Era uma entrega à pátria. Uma visão ampla, que reconhecia na aviação um elo de união entre os cantos mais distantes do Brasil.

Durante o batismo do "Coronel Quito Junqueira", ela afirmou com clareza:

— Os aviões da Usina Junqueira pertencem ao Brasil.[131]

Era mais do que uma frase. Era uma declaração de princípios. Um compromisso com o país inteiro, selado pelas asas de cada aeronave enviada aos céus.

Naquele mesmo ano de 1942, outro episódio marcante entrelaçou os caminhos de Sinhá Junqueira com os ares da nação. A bordo de um Lockheed da Força Aérea Brasileira, partindo de São Paulo com destino ao Rio de Janeiro, voavam figuras notáveis: o arcebispo Dom José Gaspar, que aproveitou para abençoar a aeronave, Sinhá Junqueira, o Dr. Camilo de Matos e o Dr. Waldemar Pessoa. O avião foi conduzido com destreza pelo capitão Carlos Leão, cuja fama se firmava tanto pela perícia quanto pela elegância no comando.[132]

O "Manuel da Nóbrega" foi doado pelo comandante Manuel Loureiro à Bahia. Não era um avião qualquer: aquela máquina já havia sido protagonista em missões de resgate de náufragos brasileiros vítimas de torpedeamentos alemães no Atlântico, revelando o impacto direto que a Campanha de Aviação exercia sobre a sobrevivência e a moral do país em guerra.

O batismo oficial do avião "Manuel da Nóbrega" aconteceu sob um límpido, no Campo de Marte, onde a luz da tarde se deitava suavemente sobre as asas prateadas da aeronave. O ambiente tinha algo de sagrado, como se a vastidão do firmamento ali se curvasse diante do gesto solene. Dom José Gaspar, arcebispo de São Paulo, conduziu a cerimônia com a reverência dos antigos rituais. Em sua fala, associou o nome da aeronave à missão evangelizadora do apóstolo da fé que lhe dava nome — Manuel da Nóbrega —, conferindo àquela máquina voadora um destino de proteção e salvação.

Em reconhecimento à espiritualidade do gesto, Assis Chateaubriand dirigiu-se ao Palácio Arquiepiscopal de São Paulo, para agradecer pessoalmente ao prelado. Diante das palavras de gratidão de Chateaubriand, Dom José, com humildade própria, respondeu:

— Este é o ungido da vossa bondade e da graça do Senhor.[133]

Foi nesse mesmo voo, a bordo do Lockheed da FAB, que Sinhá Junqueira experimentou, pela primeira vez, o céu em sua plenitude. Durante noventa e cinco minutos, a 3.400 metros de altitude, manteve-se serena, observando com elegância as nuvens esparsas através de seu lorgnon — um pequeno binóculo de haste delicada, que emoldurava a experiência com um toque de refinamento.[134]

O capitão Carlos Leão, fiel à sua fama de cortesia, desviou suavemente a rota para sobrevoar, em gesto discreto, a Basílica de Nossa Senhora Aparecida, no Vale do Paraíba. Do alto, Dona Sinhá pôde contemplar as Agulhas Negras e o maciço do Itatiaia, emoldurados pela luz dourada da tarde, como se o país inteiro se revelasse em gratidão sob seus pés.[135]

Pousaram no aeroporto do Calabouço, no Rio de Janeiro, pouco depois das 16 horas. A recepção foi calorosa, com abraços, flores e sorrisos. Dona Sinhá, ao tocar o solo carioca, não conteve o encantamento e expressou, com brilho nos olhos, sua satisfação pela travessia aérea. Logo, os ilustres visitantes foram conduzidos em automóveis à disposição, seguindo em cortejo rumo ao Palácio São Joaquim e ao tradicional Hotel da Glória.[136]

A jornada culminaria em uma celebração memorável: uma missa campal nos jardins do Palácio da Guanabara, residência oficial do presidente da República. A cerimônia, presidida pelo padre Leonel da França, reuniu autoridades civis, eclesiásticas e o povo, num gesto coletivo de fé e gratidão pelo restabelecimento de Getúlio Vargas, que recentemente enfrentara um quadro delicado de saúde.[137]

O encontro entre Sinhá Junqueira e o presidente Getúlio Vargas foi especialmente comovente. Getúlio, com sua conhecida atenção aos gestos de interesse público e às ações solidárias que emergiam fora dos grandes centros, demonstrou profundo apreço por sua trajetória. Em sua fala pausada, revelou que acompanhava de perto as ações da benfeitora paulista, com um interesse que ultrapassava as contribuições à campanha da aviação. Era o reconhecimento da grandeza de uma mulher que, com discrição, projetava seu nome em cada canto do país[138] — não por ambição pessoal, mas por convicção patriótica.

Não era apenas pela contribuição à aviação nacional que Sinhá Junqueira despertava a atenção do presidente Getúlio Vargas. Havia nela algo que transcendia a dimensão simbólica dos aviões doados. Seu compromisso com o progresso científico, em especial por meio do Instituto de Anatomia Patológica, também impressionava profundamente o chefe de Estado. Com o olhar de quem valorizava o patrimônio cultural e os avanços da ciência, Getúlio viu em Sinhá não apenas uma mecenas, mas uma mulher visionária, comprometida com o futuro de um Brasil mais instruído, mais desenvolvido, mais justo.

Durante aquele encontro no Palácio da Guanabara, o presidente fez questão de registrar sua admiração. Suas palavras, pronunciadas com gravidade e afeto, pareciam carregar o eco do reconhecimento nacional:



Imagem 47. No Palácio do Catete, Dona Sinhá Junqueira em companhia da esposa do Dr. Paulo Arantes, ao lado de Getúlio Vargas, recebe palavras calorosas de elogio à sua admirável obra. A fotografia captura um momento marcante desse encontro, refletindo o reconhecimento e a gratidão do presidente.
Fonte: Diário da Noite, 3 de setembro de 1942.

— *Meu governo lhe é grato pelo que a senhora nos traz com tantas iniciativas. Espero que seu exemplo possa ser seguido por outras damas do país.*[139]

Era um elogio que atravessava o protocolo e tocava a essência da contribuição cívica. Sinhá Junqueira, naquele instante, representava a força feminina na política da generosidade, e era a expressão de uma parte da elite que se modernizava, escolhendo servir ao país com ações concretas.

As homenagens não cessaram ali. No dia 2, já sob o olhar protetor do Cristo Redentor, Dona Sinhá foi reverenciada em diferentes ocasiões. Na Santa Casa de Misericórdia recebeu palavras de louvor do diretor da instituição, que reconhecia sua longa trajetória filantrópica. No Jockey Club do Rio de Janeiro foi honrada com um almoço oferecido pelo Ministro Salgado Filho, que via em sua ação uma aliada de rara estatura no esforço nacional pela modernização dos céus e das instituições.[140]

No dia seguinte, o gesto de Sinhá se voltou mais uma vez aos que pouco tinham. Participou da ação solidária chamada "Canja do Pobre", evento focado no amparo das populações mais vulneráveis. Naquela atmosfera de partilha, entre bandejas modestas e gestos calorosos, aconteceu um encontro inesperado: foi apresentada ao senhor Gileno de Carli[141], com quem conversou pela primeira vez.[142]

O momento, embora cordial, carregava nuances políticas e pessoais. Gileno era, para Dona Sinhá, uma figura controversa — um dos autores do projeto do Estatuto da Lavoura Canavieira, posteriormente sancionado como decreto, cujas disposições afetaram diretamente os interesses dos usineiros.[143] A expressão que usava para descrevê-lo — "um dos carrascos" — não era gratuita: ali estavam, frente a frente, duas visões distintas do Brasil rural.

Com sua habitual elegância, Sinhá Junqueira cumprimentou cordialmente o senhor Gileno. Apesar das diferenças ideológicas e dos impactos concretos que suas posições representavam para o setor canavieiro, ela soube manter um diálogo animado e cortês. Gileno era um colaborador próximo do influente Barbosa Lima Sobrinho, então presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool e figura de destaque na defesa das causas sociais.[144] Entre divergências e convergências, Dona Sinhá conduziu a conversa com a diplomacia dos grandes espíritos, demonstrando empatia, tato político e uma capacidade singular de construir pontes onde muitos viam apenas muros. Era esse traço conciliador que a tornava respeitada por diferentes segmentos da sociedade — da elite industrial aos formuladores de políticas públicas.

Ainda durante sua permanência no Rio de Janeiro, Barbosa Lima Sobrinho decidiu prestar-lhe uma homenagem pública à altura de sua trajetória. Promoveu, no Jockey Club da cidade, um elegante almoço em sua honra, reunindo personalidades do governo federal, empresários da indústria e do comércio, membros da alta sociedade e representantes dos produtores de cana-de-açúcar de Minas Gerais.[145] Esse almoço demonstrava, inequivocamente, o papel de relevância alcançado por Sinhá. A menina criada entre roseiras, cafezais e canaviais era influente e tinha se transformado em voz frequente e ativa naquele cenário de franca tensão do setor. Mais do que uma festa, o evento tornou-se uma ocasião simbólica de aproximação entre os fornecedores e a autarquia estatal, numa tentativa de diálogo em meio a tantas transformações regulatórias que afetavam a área.

Ao tomar a palavra, Barbosa Lima destacou que o motivo maior da homenagem era a posição de relevância de Dona Sinhá Junqueira na indústria açucareira brasileira. Era por sua capacidade empresarial,

mas também por sua postura ética e cívica diante dos desafios do país. Em seu discurso de agradecimento, emocionada, Sinhá voltou-se aos colegas da lavoura e à elite carioca ali reunida. Com voz firme, mas embargada de emoção, disse que aquela data se gravava como uma das mais felizes de sua vida. O gesto de carinho coletivo selou-se com o título simbólico que lhe foi atribuído naquela tarde luminosa: "Mestra do Civismo".[146] O reconhecimento não era exagero. Como já mencionado, durante quase toda a década de 1940, Dona Sinhá permaneceu atuante na Campanha Nacional de Aviação, convertendo sua influência em ações concretas. Em 14 de setembro de 1947, um dos momentos mais expressivos da empreitada, "Deem Asas ao Brasil", teve como palco a cidade de Ribeirão Preto. Era um dia de sol e promessas, em que o céu parecia conspirar com os sonhos da terra. Sob a bandeira da expansão da aviação civil, o evento mobilizou multidões e recebeu figuras de proa: Assis Chateaubriand, o Ministro da Aeronáutica Joaquim Pedro Salgado Filho e o governador Ademar de Barros compunham a linha de frente daquela celebração grandiosa.

Na cidade que tantas vezes servira de cenário para suas iniciativas, Sinhá Junqueira via, com satisfação íntima, o quanto sua semente havia germinado. O Brasil aprendia a voar — e ela, discretamente, já havia traçado muitas das rotas.

O céu de Ribeirão Preto estava claro, como se a própria natureza celebrasse o avanço da campanha. Naquela tarde, dez aviões foram batizados, num gesto coletivo de fé no futuro e confiança na força da aviação civil como caminho para a modernização nacional. Entre todos os nomes e rostos que compunham aquele cenário, um em especial irradiava simbolismo: o de Sinhá Junqueira, cuja generosidade já havia se traduzido na doação de seis aeronaves, avaliadas em cerca de cinco milhões de cruzeiros — valor que, para os padrões da época, representava uma verdadeira fortuna.

Cada uma das aeronaves recebeu o nome de um presidente da República, reforçando a ponte entre o passado republicano e o presente em construção. Era o caso do avião "Wenceslau Braz", cuja denominação evocava o legado de um estadista e, ao mesmo tempo, o compromisso cívico de sua madrinha. O batismo seguiu o ritual consagrado pela campanha: a derrama de caldo de cana sobre as hélices dos aviões — gesto que unia, de modo poético, a lavoura ao progresso, o chão da terra ao voo nos céus. A cana, raiz econômica do interior paulista, ali se transformava em símbolo de esperança nacional.



Imagem 48. Batismo do avião Wenceslau Bráz, oferecido à cidade de Itajubá pela Associação Agrícola dos Fornecedores de Cana de Igarapava. À volta do avião, estão os ministros Salgado Filho e Apolônio Salles, além do Sr. Carlos Lux, presidente da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro. Sinhá Junqueira, com a garrafa com caldo de cana em mãos, realiza o batismo da aeronave.

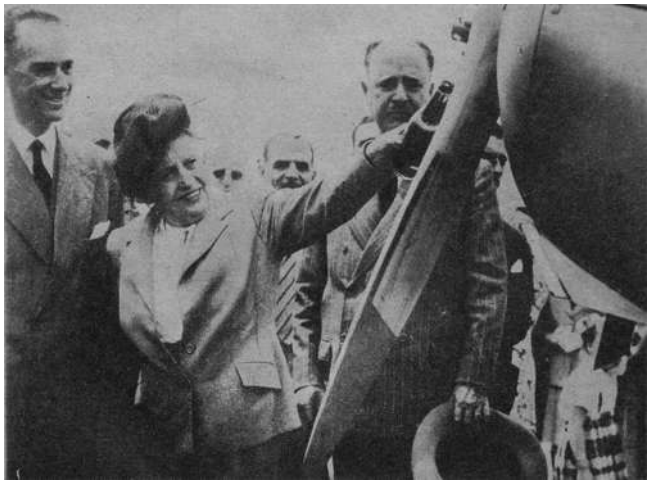


Imagem 49. Em 1948, Dona Sinhá Junqueira participa da cerimônia de batismo do avião "Benjamim Ferreira Guimarães", destinado à cidade de Varginha/MG. Ao seu lado, o senador Salgado Filho e o Sr. Manuel Ferreira Guimarães, que representou sua família na homenagem à memória de seu pai. No campo de Marte, nesse dia, outros oito aviões foram batizados.
Fonte: O Jornal – Rio de Janeiro, 7 de julho de 1942

Essa imagem, em especial, eternizou aquele instante. Publicada no O Jornal do Rio de Janeiro, ela mostrava Sinhá Junqueira batizando o "Wenceslau Braz", envolta por uma aura de solenidade e afeto. Na fotografia, a delicadeza de seu gesto contrastava com a potência metálica da aeronave, numa composição visual que resumia seu papel na campanha: uma mulher à frente do tempo, entregando suas colheitas, sua fortuna e sua fé ao país que almejava voar mais alto.

A cerimônia não se limitou ao batismo. O público presente, formado por moradores, autoridades, jovens e curiosos, foi agraciado com uma demonstração aérea arrebatadora, liderada por Erik de Almeida, instrutor de voo do Aeroclube de Ribeirão Preto. Em rasantes precisos, subidas vertiginosas e curvas inesperadas, os aviões riscavam o céu com a leveza de quem já dominava os ares. Eram manobras de tirar o fôlego, executadas com destreza pelos pilotos formados nos próprios aeroclubes incentivados pela campanha.

O entusiasmo era palpável. Ribeirão Preto, que nascera dos trilhos da Companhia Mogiana e prosperara com o verde dos cafezais e da cana, agora se reconhecia também como berço de aviadores e sonhos alados. A cidade, antes ligada apenas ao chão fértil, começava a se ver conectada aos céus — e, com eles, ao restante do país. A aviação civil, naquele dia, deixava de ser uma promessa distante para tornar-se vetor real de desenvolvimento e integração nacional.

A Campanha Nacional de Aviação não se restringiu às doações de aviões, embora estas tenham se tornado os símbolos mais visíveis e celebrados do movimento. Sua verdadeira força esteve na capacidade de mobilização em larga escala e na construção de um legado duradouro. Por meio dela, cerca de quatrocentos aeroclubes foram fundados em todo o país, e mais de três mil pilotos civis e militares receberam seus brevês, após passarem por rigorosa formação nos novos centros de instrução aérea. A malha aeronáutica brasileira, até então tímida e concentrada em grandes capitais, se expandiu de maneira notável, alcançando o interior e popularizando o acesso aos céus.A aviação, antes restrita aos círculos elitizados e às esferas do poder militar, começava a vestir outro rosto: o de um bem público, acessível, desejado por todos os cantos do país. Esse salto civilizatório só foi possível graças à conjugação de esforços entre Estado, sociedade e figuras de liderança que compreendiam a aviação como sinônimo de soberania, desenvolvimento e unidade nacional. Nesse cenário, as contribuições de grandes empresários, governadores, industriais e até membros da aristocracia rural, como foi o caso de Sinhá Junqueira, revelaram-se decisivas para transformar o sonho das asas em realidade compartilhada.

Outras personalidades seguiram o exemplo. Entre elas, destacou-se o então governador de São Paulo, Ademar de Barros, cuja família contribuiu generosamente com quatro aeronaves, que foram destinadas a aeroclubes em João Pessoa (PB), Goiânia (GO), Teófilo Otoni (MG) e São Leopoldo (RS). Cada avião carregava o nome de um ex-presidente da República — Rodrigues Alves, Prudente de Morais, Afonso Pena e Campos Sales[147] — reforçando a tradição da campanha de associar o progresso tecnológico à memória institucional do país.

Esses gestos, quase sempre acompanhados de intensa cobertura midiática, encontravam eco nos jornais da rede dos Diários Associados. O jornalista Assis Chateaubriand não apenas promovia os benfeitores, como também exercia pressão pública sobre os que se recusavam a contribuir, aplicando o peso simbólico da imprensa como ferramenta de persuasão moral. Em sua visão, a aviação era uma causa nacional, superior a partidos e interesses regionais, e todos — sem exceção — deveriam se engajar.[148]

Essa dinâmica, que misturava patriotismo, visibilidade e cooperação, deu à campanha um caráter quase social, de verdadeiro movimento cívico e cultural. O evento de 1947 em Ribeirão Preto consolidou essa percepção. Tornou-se um dos maiores marcos da campanha, ao reunir no mesmo espaço a elite política e empresarial, a população local e representantes da nova geração de pilotos formados pela rede de aeroclubes.[149] Era a síntese perfeita de um país em transformação, onde o céu já não era mais apenas o limite, mas um destino comum em construção.[150]

A relação de Ribeirão Preto com a aviação civil brasileira não se encerrou naquele grandioso evento de 1947. A cidade, que já era reconhecida como polo econômico e cultural do interior paulista, consolidou-se, desde então, como um marco na história da aviação nacional[151]. Com sua pista de pouso, seus aeroclubes e sua gente apaixonada pelos céus, Ribeirão tornou-se parte indissociável da construção desse novo horizonte.

Não por acaso, o Dia da Aviação, celebrado em 23 de outubro — data que homenageia o aviador e a Força Aérea Brasileira — guarda uma conexão afetiva e histórica com a cidade. O que ali se fez, com ousadia e idealismo, inscreveu Ribeirão Preto na cartografia das transformações que fizeram do Brasil protagonista da aviação na América Latina.

O legado da campanha sobreviveu às décadas e alicerçou uma infraestrutura sólida, uma malha de aeroclubes duradoura e uma cultura de formação de pilotos que fez escola no continente. Mais do que aviões no ar, deixou instituições na terra, ideias no espírito



Imagem 50. Dona Sinhá entre amigos e familiares durante as celebrações comemorativas das doações das aeronaves para a Campanha Nacional de Aviação.

nacional, e exemplos como o de Sinhá Junqueira, cuja contribuição ultrapassou em muito o valor material de suas doações.

Ela doou aeronaves, mas entregou esperança. Investiu na aviação e sonhou com um Brasil maior. Em cada avião batizado com caldo de cana, havia o traço de sua origem rural. Em cada pouso feito com segurança, havia a marca de sua generosidade. Sua célebre frase, pronunciada com firmeza e doçura, "Os aviões da Usina Junqueira pertencem ao Brasil", permanece até hoje como uma inscrição simbólica no livro de memórias da nação.

Sinhá Junqueira não apenas participou da história — ela a moldou. Entre nuvens e pistas de pouso, entre campos de cana e hangares improvisados, entre os salões do Rio e os silêncios de Igarapava, ergueu-se sua figura: discreta, mas imensa. O Brasil alçou voo com ela — e jamais voltou a ser o mesmo.[152]

Em 12 de setembro de 1947, Ribeirão tornou-se novamente palco de uma celebração à altura de sua história. Organizada pela União Brasileira de Aviadores Civis (UBAC), a cidade sediou uma grandiosa festa da aviação brasileira, que reuniu pilotos de todos os cantos do país. O evento contou com o batismo do avião "Camilo de Matos", doado pela Campanha Nacional de Aviação, e com a emocionante disputa da Taça Aeroclube Brasil.[153]

Entre os convidados, estavam o governador Ademar de Barros, o presidente da Campanha, Salgado Filho, e o incansável Assis Chateaubriand. Durante a cerimônia, Salgado Filho fez um gesto de reconhecimento: convidou Sinhá Junqueira a ser madrinha de uma das aeronaves da campanha, honraria que ela aceitou com a simplicidade que sempre a acompanhava. O batismo oficial ocorreu dias depois, em uma solenidade na cidade de São Paulo.

Ali se encerrava mais um capítulo de sua história — não um fim, mas um voo contínuo, onde sua memória seguiria como farol para tantos que, ao longo das décadas, buscam inspiração na força serena de Theolina Junqueira, a Sinhá do Brasil.

Infância redimida: Nasce outra campanha

A postura firme de Dona Sinhá, associada a tantos outros aspectos, serviu à Aeronáutica brasileira. Não foi diferente com a Campanha da Redenção da Criança[154]. Mais uma grande causa a compelia a atuar. O ano era 1943 e trazia novos ventos para as ações de caráter nacional. Em meio à continuidade da campanha pela aviação, surgiam também as primeiras articulações em torno dessa nova frente de mobilização

coletiva. E se havia um nome que não poderia ficar de fora dessa história, era o de Sinhá Junqueira. Seu envolvimento com causas sociais era tão constante e profundo que seria impossível imaginar qualquer movimento de interesse público sem a marca de sua presença eficaz.

Desde sempre, a infância ocupava um lugar central em sua sensibilidade filantrópica. Sinhá já intuía, com a força de uma consciência social rara, que o futuro do país passava por cuidar de seus meninos e meninas. Por isso, toda nova oportunidade de atuar em prol das crianças era, para ela, um chamado irrecusável.

Nesse período, a criança era vista pela ciência, religião e política, uma vez bem direcionada pelos valores considerados adequados, como a possibilidade de novas gerações de cidadãos mais adequados ao modelo de civilização que estava em curso[155]. Ou seja, cuidar da criança e moldá-la era a garantia de um cidadão trabalhador, ordeiro, higienizado. Para tanto, em 1930 foi criado o Departamento Nacional de Ensino, de Assistência Pública, de Saúde Pública e de Medicina Experimental. Três anos depois, criou-se a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância. Em 1934 foi a vez da criação da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância.O Departamento Nacional da Criança surgiu em 1940.[156] O Código de Menores e posteriormente o Serviço de Assistência a Menores (SAM) foi consolidado no ano seguinte. (157) Além disso, desde o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), havia a preocupação com as altas taxas da mortalidade infantil no campo internacional e não apenas no Brasil, em função da má nutrição, doenças, trabalho precoce e extenuante.[158]

Nesse projeto amplo estava inserida a referida Campanha. Antes mesmo do lançamento oficial, promovido pelos Diários Associados, em 1944, Dona Sinhá já se destacava como precursora do movimento. Em uma visita ao Rio de Janeiro, em 1942, foi recebida no Departamento Nacional da Criança, onde tomou ciência, com comoção e urgência, dos altos índices de mortalidade infantil apresentados pelos técnicos da repartição.[159] O impacto não foi apenas emocional — foi imediatamente convertido em ação.

Sem esperar por aclamações, Sinhá Junqueira fez um donativo expressivo, que possibilitou a construção de um Centro de Puericultura[160] em Igarapava[161], sua terra de raízes afetivas e compromissos duradouros. Mais do que um gesto simbólico, foi um investimento direto na vida.

E os resultados logo se fizeram sentir. Em pouco tempo, o índice de mortalidade infantil em Igarapava caiu de 283 para 151 mortes por mil crianças, entre 1942 e 1943.[162] A queda vertiginosa nos números

revelou, com clareza incontestável, a eficácia das ações de prevenção, acompanhamento e cuidado com a infância, reforçando o argumento central que motivaria, no ano seguinte, o lançamento nacional da campanha: era possível — e urgente — salvar vidas com estrutura, ciência e sensibilidade.

A experiência de Igarapava tornou-se referência nacional, e o exemplo de Sinhá Junqueira, mais uma vez, converteu-se em farol. Seu nome passava a ser associado não só aos céus do Brasil, mas também ao berço de sua infância esquecida. Onde outros viam estatísticas, ela via rostos. Onde havia abandono, ela enxergava potencial. E onde faltava Estado, ela chegava com ação.

Sinhá Junqueira, com sua astúcia para os gestos que atravessavam o tempo, escolheu a mais simbólica das datas para reafirmar seu compromisso com a Campanha da Redenção da Criança: o Dia de Natal. Enquanto o país celebrava o nascimento de Cristo, ela anunciava, em tom igualmente sagrado, sua adesão oficial à causa da infância brasileira, por meio de uma doação expressiva de quatrocentos mil cruzeiros[163]. O valor, convertido em ação concreta, destinava-se à construção de dois Centros de Puericultura — um em Caicó, no Rio Grande do Norte, outro no Estado de Santa Catarina.

O gesto ia além da generosidade. Tinha um propósito nítido de unificação nacional, ao conectar simultaneamente, o norte e o sul do país. Era um presente ao Brasil inteiro, amarrado não em fitas, mas em compromisso. Naquela época em que o território ainda era marcado por grandes desigualdades regionais, Sinhá oferecia um símbolo de que a solidariedade podia, sim, sobrevoar fronteiras.

A escolha dos centros de puericultura não era casual. Naquele momento histórico, impulsionado pelas diretrizes do Departamento Nacional da Criança, fundado em 1940 sob a liderança de Olinto de Oliveira, o Brasil vivia a construção de uma rede nacional de proteção materno-infantil. Os médicos puericultores defendiam que combater a mortalidade infantil, a delinquência juvenil e o abandono exigia uma intervenção científica e abrangente — com postos fixos, educação das mães, pré-natal, alimentação, vestuário e, sobretudo, vigilância preventiva sobre a infância. Em consonância com essa visão, Dona Sinhá não apenas doava recursos: ela tornava-se parte do esforço coletivo para transformar a infância pobre em prioridade de Estado.[164]

Não se tratava apenas de uma doação — era uma mensagem de esperança e brasilidade, que falava a todos os brasileiros em nome das crianças sem voz. Com esse gesto, reafirmava publicamente seu engajamento com a Campanha da Redenção da Criança Brasileira,

idealizada por Chateaubriand e que passava a ser liderada com vigor pela primeira-dama do país, a senhora Darcy Vargas.[165]

Coube ao jornalista, o anúncio público do feito de Sinhá. Empunhando os microfones da Rede Ipiranga e da Rádio Tupi, traduziu em palavras inflamadas a emoção do momento e o respeito que nutria por Dona Sinhá Junqueira. Sua fala, marcada pela intensidade verbal que lhe era característica, ressoou em todo o país:

"Crucificada em tantos cruzeiros, Dona Sinhá ganharia desta vez o céu. Não há coração mais gentil do que esta dama. Não saberia repetir, neste microfone, a série de serviços de Dona Sinhá Junqueira às belas causas do Brasil. Cada um de seus atos projeta essa criatura como uma personalidade de rara qualidade moral, ao mesmo tempo em que documenta, para seus contemporâneos, uma linha inquebrantável de fidelidade ao dever social."[166]

Chateaubriand recordou ainda um momento marcante: a inauguração da Usina Junqueira, em 1932, ocasião que presenciou com orgulho. Naquela época, Sinhá dissera a ele, ao lado de seu marido Quito Junqueira:

— Se formos felizes, Quito e eu, saberemos distribuir a felicidade que alcançarmos por um ciclo mais largo do que a nossa família.[167]

E foi exatamente o que fizeram.

Dona Sinhá transformava suas conquistas privadas em benefícios públicos. Da cana aos céus, dos céus às crianças, sua trajetória revelava uma coerência rara — a de quem compreendia o sentido profundo da felicidade partilhada.



Imagem 51.
O Sr. Assis Chateaubriand entrega à Dona Sinhá Junqueira uma braçada de flores enviada pelas crianças de Ribeirão Preto, em uma tocante homenagem.

Engajamento no combate à lepra

Em toda causa patriótica que batia à sua porta, Sinhá jamais disse "não". Seja com recursos materiais ou com a força de sua presença e prestígio, sempre se fazia fundamental — e, mais que isso: inspirava outros a também se engajarem. Havia, ao redor de sua figura, uma autoridade sem rigidez, um magnetismo doce que tornava quase impossível recusar-lhe um pedido. Ela liderava sem mandar; bastava um gesto seu para que amigos e aliados se mobilizassem com fervor. Era a essência de sua liderança: um carisma sereno, moldado pela empatia e pela devoção incondicional ao bem comum.

Quem ousaria desobedecer a Dona Sinhá? Ela organizava a vida ao seu redor com naturalidade, moldando vontades e reunindo corações numa "servidão voluntária" de almas dispostas a segui-la — não por dever, mas por inspiração.

Foi assim que nasceu a Campanha Sinhá Junqueira, oficialmente iniciada em janeiro de 1947, com apoio dos Diários Associados.[168] Modesta como sempre, ela sugeriu ao próprio Chateaubriand a criação de um movimento nacional pró-Promin, um novo medicamento que representava esperança no tratamento da lepra, como então era chamada a hanseníase.[169]

A preocupação estatal com esta questão do mal de Hansen era antiga e pode ser aferida com a criação, em 1915, da criação da Comissão de Profilaxia da Lepra.[170] Tratava-se de questão de grande relevância à época, além de ser um trauma social. Isso porque a prática usual até a década de 1940 era o isolamento compulsório do doente separando famílias em leprosários distantes, cujos membros, mesmo depois de curados, raramente eram reinseridos na sociedade. Um dos grandes obstáculos era o preconceito, pois para muitos da sociedade de então, a Lepra era uma forma de castigo divino, transformado em verdadeiro estigma.[171]

Quando se observa o cenário dessa doença e a dimensão simbólica que alcançava, é que se pode avaliar o quão importante foi a participação da Sinhá. Devota que era, não se entrincheirou nas fileiras confortáveis do prejulgamento e se apiedou das mães e pais separados violentamente de seus filhos.

Fundamentada na necessidade imediata, a campanha organizou-se sob um sistema de padrinhos e madrinhas, que assumiam a responsabilidade por doentes individuais, patrocinando o tratamento e acompanhando seu progresso. Como era esperado, a proposta encontrou acolhida imediata e comovida. Roberto Simonsen e Severino Pereira,

industriais de expressão nacional, elogiaram publicamente a idealizadora, reconhecendo em Sinhá Junqueira uma dama paulista incomparável, cuja dedicação à infância abandonada e à saúde pública era exemplo para todo o país.

O lançamento da fase popular da Campanha Sinhá Junqueira, em janeiro de 1947, foi marcado por discursos tocantes e gestos de adesão que simbolizavam o despertar de uma consciência solidária nacional. Nelson de Souza Campos, diretor do Departamento de Profilaxia da Lepra, foi um dos primeiros a manifestar publicamente seu apoio à cruzada promovida pelos Diários Associados.[172] Ao seu lado, Sebastião Andrade Junqueira, parente e admirador da benemérita, proferiu palavras firmes em defesa da iniciativa, reforçando o compromisso moral da sociedade brasileira diante da dor dos hansenianos.

Durante a cerimônia, Assis Chateaubriand anunciou com entusiasmo os primeiros sinais do engajamento popular: os funcionários do Laboratório Licor de Cacau Xavier haviam arrecadado, por conta própria, 1.000 cruzeiros destinados à campanha. Em seguida, registrou-se a contribuição de 20.000 cruzeiros do industrial Luiz Pinto Tomás, gesto que simbolizava o envolvimento de diferentes setores da sociedade[173] — da indústria à comunicação, da medicina à filantropia — em torno de um objetivo comum: a redenção dos esquecidos.



Imagem 52. Dona Sinhá Junqueira, durante a divulgação da Campanha Nacional na Rádio Tupi, em 31 de janeiro de 1947.

No encerramento, Chateaubriand tomou os microfones com a eloquência que o consagrara, e, mais do que palavras, entregou à nação um chamado ético. Exaltou Sinhá Junqueira externando sua admiração:

— *Nela, o gênero humano encontra dois sentimentos sublimes: o amor e a caridade. O primeiro a conduziu ao segundo.*[174]

Em tom épico, conclamou o povo brasileiro a unir-se a essa mulher extraordinária na obra redentora que se erguia a partir de Ribeirão Preto. Chamou-a de:

— *Amazona desta cavalgada de amor ao próximo.*

Uma líder natural de uma jornada que deveria, em suas palavras, "atravessar os banhados do Pampa, as caatingas secas do Nordeste e os igarapés do vale amazônico".

A campanha seguiu para Minas Gerais, onde, em fevereiro, o coronel Benjamin Ferreira Guimarães doou 500 mil cruzeiros em nome do estado.[175] Assis Chateaubriand lembrava, com certo deleite, que Dona Sinhá jamais dava ordens — apenas sugeria — e ainda assim, os Diários Associados se punham em marcha como seus súditos leais, promovendo o movimento em ritmo imperial, como ela gostava de ver as coisas feitas: com grandeza, ordem e sentimento.

Novas esperanças surgiram para aqueles que sofriam do mal de Hansen. Em São Paulo, cada doente contaria com o apoio de um padrinho ou madrinha, garantindo os recursos financeiros e também o suporte moral necessário para que o tratamento fosse seguido com o rigor que a medicina exigia.

Embora os resultados experimentais ainda não permitissem conclusões definitivas, as experiências realizadas no Sanatório Padre Bento, sob a direção do senhor Lauro de Souza Lima, já apresentavam avanços significativos. Segundo o diretor, 93% dos pacientes demonstraram melhorias evidentes nas alterações provocadas pela doença — um resultado sem precedentes em outros tratamentos conhecidos.[176]

Para muitos, Dona Sinhá era bússola e chama. Benjamin Ferreira Guimarães e Clemente de Faria, seus voluntários mais leais em Minas, costumavam dizer:

— *Onde Dona Sinhá puser os pés, chame-nos, que a seguiremos sem descanso pelo mesmo trilho. Os caminhos que ela abre significam, invariavelmente, o espírito em busca da perfeição.*[177]

Ela não apenas abria caminhos — rasgava mundos de serviço e redenção, conduzindo o dinheiro pelas trilhas da caridade, e fazendo do capitalismo um instrumento de compaixão e cidadania.

De sua residência em Ribeirão Preto, ou em meio aos campos da Usina Junqueira, Dona Sinhá mantinha um olhar atento sobre o Brasil, acompanhando com interesse os rumos da nação. Sua presença, mesmo discreta, era sentida em cada canto onde florescia uma boa obra.

3. EDUCANDÁRIO QUITO JUNQUEIRA:

O sonho plantado por Dona Sinhá

Foi no dia 13 de maio de 1938 — data que celebrava, com exatos noventa anos de distância, o casamento dos pais do coronel Quito — que nasceu, em Ribeirão Preto, uma instituição que moldaria gerações futuras. Dona Sinhá Junqueira e seu esposo fizeram uma doação expressiva de cem contos de réis[178] ao recém-inaugurado Abrigo de Menores da cidade. Em honra àquele ato de benevolência, a instituição passou a chamar-se "Abrigo de Menores – Educandário Quito Junqueira".[179] Mas, ainda que levasse o nome do marido, foi nas mãos firmes de Dona Sinhá que esse sonho se enraizou. O casal encontrava no cuidado com os pequenos uma forma de perpetuar o que não tiveram: descendência de sangue transformada em legado de amor.

Com a morte do coronel, em novembro do mesmo ano, a missão deixou de ser partilhada — embora nunca menos vigorosa e sempre acompanhada por pessoas que se colocavam à disposição para ajudar. Dona Sinhá, movida por suas vontades e pelo senso de dever, decidiu levar adiante o projeto de construir uma entidade voltada às crianças pobres (180) , chamadas pela benfeitora de desvalidas, assim como ainda se lembra o senhor Alberto Pedro Puscineli, que aos 91 anos ainda compõe a diretoria do Educandário e teve a oportunidade de conviver com a Dona Sinhá.[181]

À frente de seu tempo, como sempre, Sinhá antecipava um tema nacional em quase uma década. Apenas em 1943, mais precisamente em 29 de julho, que foi criada a Campanha do Ginasiano Pobre (CGP) que, posteriormente, foi renomeada como Campanha dos Educandários Gratuitos (CEG) e, finalmente, Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos (CNEG). Seu idealizador, um recifense chamado Felipe Tiago Gomes, pretendia ensino gratuito aos estudantes pobres.[182]

Naquele período, o ideal perseguido era o de formar o "bom trabalhador": patriota, obediente às normas, distante dos chamados vícios, devoto, chefe de família e cidadão exemplar. Para moldar

esse perfil alinhado aos anseios de uma República em processo de modernização, a infância foi vista como um ponto de partida estratégico. O Estado, então, voltou sua atenção às crianças, criando departamentos e códigos — como abordado no capítulo anterior — e passou a investir em sua formação moral, na promoção da saúde e no acesso à educação.[183]

Com base nessa perspectiva, surgiram diversos espaços voltados à infância, como lactários, jardins de infância, consultórios para lactantes, escolas maternais, policlínicas infantis, centros de puericultura e uma atenção especial às creches. Essa expansão respondeu, em parte, às transformações sociais intensificadas durante a Segunda Guerra Mundial (1939–1945), quando um número crescente de mulheres passou a exercer atividades fora do lar.

Também havia um grande interesse sobre a infância desvalida e a abandonada, que como se verá, não era sinônimo.[184] No vocabulário da assistência e da filantropia, as palavras não são neutras. Cada termo carrega não apenas um significado, mas também uma visão de mundo, uma forma de ver o outro e de se posicionar diante das desigualdades.

Dona Sinhá Junqueira, mulher de ação e sensibilidade rara, compreendia isso com profundidade. Por isso, preferia chamar de desvalidas as crianças que amparava, e não simplesmente "carentes".

A palavra carente remete à falta, à ausência de algo: afeto, renda, educação, alimentação. Define a criança por aquilo que lhe falta, cristalizando uma visão assistencialista e passiva. A carência é um estado de escassez que pode ser suprido por doações, mas raramente convida à transformação estrutural.

Desvalido, por outro lado, é um termo mais denso e pungente. Designa aquele que foi privado não só de bens materiais, mas de amparo, de proteção, de direitos. O desvalido é o ser deixado à margem — não por infortúnio apenas, mas por uma estrutura que falhou em lhe garantir o mínimo. Ao nomeá-las assim, Dona Sinhá não romantizava a pobreza nem a tornava invisível. Reconhecia nas crianças desvalidas uma história de abandono institucional, uma ausência de Estado, de oportunidades e de voz.[185]

Preferir "desvalida" era, para ela, uma escolha de responsabilidade. Era afirmar que aquelas crianças não estavam apenas carentes de comida ou de roupa, mas sobretudo de amparo humano e dignidade social. Era uma forma de não anestesiar o olhar, de nomear a urgência da ação, de reconhecer que as vidas às quais se dedicava precisavam mais do que assistência: precisavam de justiça.

Assim, Dona Sinhá erguia pontes. Porque sabia que, às vezes, a escolha entre um termo e outro é a diferença entre a caridade e o compromisso.

Em 1940, dando sequência ao seu projeto, Sinhá Junqueira comprou da Companhia Agrícola Ferreira Meirelles S/A[186] a Fazenda Morro da Vitória, no bairro do Tanquinho, com seus 238 alqueires de promissora terra. Ali fincaria as raízes do Educandário Quito Junqueira. As obras tiveram início em 1941, culminando na inauguração oficial em 19 de novembro de 1943.



Figura18. Foto do Google Earth em 2025, e demarcação inexata da fazenda, mas aproximada, com base nas narrativas. Embora sem acesso a um desenho exato do mapa da Fazenda Morro da Vitória, com base nas descrições, apoiadas pela narrativa do Diretor Administrativo Financeiro da Fundação Coronel Quito Junqueira, desde 2002, Wagner Chiodi, o traçado da propriedade compreendia área que ia da Avenida Saudade ao Jardim Aeroporto.

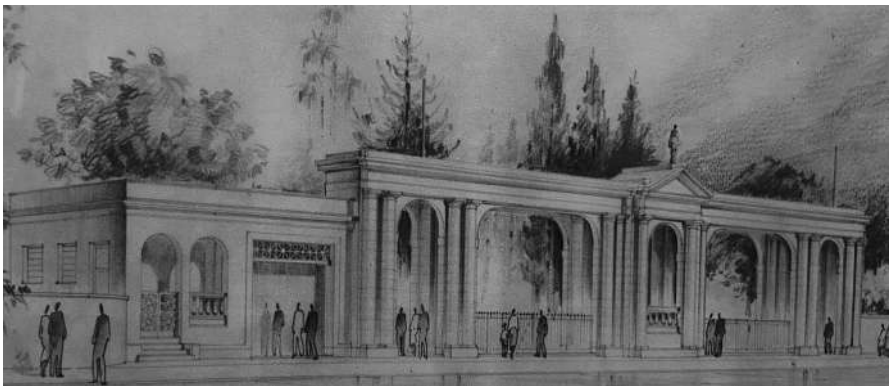


Imagem 53. Projeto do Portal do Educandário Coronel Quito Junqueira. Os arcos que assinalavam sua entrada e que ficavam na Avenida da Saudade ficaram na memória dos antigos moradores de Ribeirão Preto.

Com tudo meticulosamente planejado, Dona Sinhá fez do dia da Bandeira o marco para a cidade dos meninos — como ela mesma chamava aquele lar surgido ao fim da Avenida da Saudade. A inauguração do Educandário foi em meio a grande pompa.

Não por acaso, a bandeira nacional simbolizava o projeto de uma nova nação, que almejava a modernidade ao apagar os vestígios do passado imperial. Nesse contexto, o Educandário ganhava papel central: era ele o espaço responsável por formar o conhecimento intelectual, cultivar a cultura e, sobretudo, preparar a mão de obra qualificada — essencial para ocupar os postos de trabalho que surgiam diariamente com o avanço das novas tecnologias, impulsionadas pelos ventos do modelo de Estado nacional-desenvolvimentista e pela chegada da indústria.[187]

Naquele tempo, Ribeirão Preto era celebrada como a Capital do Oeste Paulista. Os palacetes herdados dos dias áureos do café e desejo de modernidade compunham o cenário da cidade que acolhia o Educandário. Aquele evento, como era de se esperar, reuniu personalidades ilustres. Muitos deles hospedaram-se nos salões elegantes da casa de Dona Sinhá Junqueira e no palacete do Dr. Camilo de Mattos.[188]

O complexo — imponente e delicadamente planejado — era composto por dois pavilhões pintados em amarelo e adornados por janelas verdes. Cada um deles homenageava membros da família Junqueira: o Pavilhão Dona Mariana Junqueira, mãe do coronel Quito, e o Pavilhão Dona Sinhá Junqueira.



Imagem 54. A Cidade dos Meninos, sonho cultivado pelo casal coronel Quito e Dona Sinhá, e realizado pelas mãos generosas dela. Em destaque, a capela; ao fundo, os primeiros pavilhões.



Imagem 55. Dona Sinhá Junqueira, entre os inúmeros filhos gerados no coração.

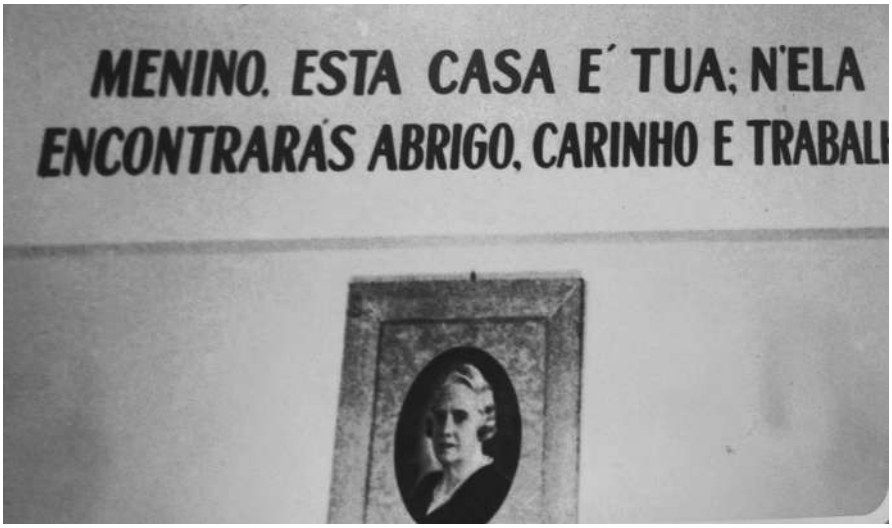


Imagem 56. No hall do Pavilhão um quadro de Dona Sinhá Junqueira, como uma sentinela; vigia — não com olhos, mas com alma. Acima dele, a frase que é uma bênção e convite: "Menino, esta casa é tua: nela encontrarás abrigo, carinho e trabalho". Como um sussurro eterno, essa promessa marcou os passos pequenos que ali encontraram os seus caminhos.

Foi ali, entre paredes de esperança e sorrisos de infância, que Sinhá tocou o ápice de sua obra. Nada mais cristão, mais profundamente humano, do que o cuidado com os pequenos que nada tinham a oferecer em troca. E foi precisamente por isso que sua ação ressoou tão fundo. Seu legado estava nos olhos das crianças acolhidas, no silêncio da gratidão, e na certeza de que — mesmo sem promessas — valia a pena investir no futuro de quem ainda não sabia pedir.

O dia 19 de novembro de 1943 amanheceu solene em Ribeirão Preto. Às oito horas em pontoteve início a cerimônia oficial de inauguração do Educandário Coronel Quito Junqueira. À entrada, um grande arco sustentava mais do que o marco de passagem, carregava uma promessa. Em letras firmes, lia-se a frase que resumia o espírito daquele projeto: "Aqui está o futuro do Brasil". Era mais que um lema — era um chamado. Sob esse portal simbólico, o ministro da Agricultura, Dr. Apolônio Salles, cortou a fita inaugural, oficializando a abertura do Educandário Coronel Quito Junqueira. Um jovem educando, com a voz trêmula pela responsabilidade e pela alegria, proferiu palavras de gratidão e de boas-vindas.



Imagem 57. Pórtico do Educandário. Sob o arco que anuncia: "Aqui está o futuro do Brasil", ergue-se mais que uma entrada. O lema, inscrito com propósito e esperança, traduz o espírito de progresso e solidariedade que inspira a instituição desde sua fundação até os dias de hoje.

A missa campal, celebrada por Dom Manoel da Silveira D'Elboux, revestiu-se de simbolismo e emoção — era dedicada à memória do coronel Quito, cujo busto em bronze ainda guarda a entrada do Educandário como um sentinela observador. Em meio ao ofício religioso, Dom Manoel pronunciou uma oração comovente. Suas palavras exaltaram o término de uma obra de imenso valor social — um projeto, que fora o último desejo de um grande capitão da agricultura e da indústria nacional, tornava-se realidade palpável, digna de reverência.[189]

Sob aplausos entusiasmados, Dona Sinhá Junqueira aproximou-se do mastro e, com a firmeza de quem honra e entrega, hasteou o Pavilhão Nacional de frente a uma tribuna composta por fundadores, diretores, autoridades civis, religiosas e convidados.[190]

Enquanto a banda militar executava o Hino Nacional ela permanecia ereta, contida, com o olhar voltado ao horizonte — talvez em reverência ao passado, quem sabe vislumbrando o futuro das crianças que ali começavam uma nova história. A inauguração se deu em vários momentos com cortejos entre um pavilhão e outro. Dona Sinha era sempre acompanhada por aqueles que se sentiam prestigiados por estarem ali.[191]

Em uma dessas paradas deu-se voz a uma liturgia de nomes: foram mencionados os 36 primeiros meninos acolhidos pela casa, seguidos pelos seus padrinhos escolhidos para, simbolicamente, acompanhá-los na travessia para uma vida com mais oportunidades. Novamente, essa mulher perspicaz usava os símbolos para consolidar uma ideia. Como já havia feito na campanha de combate à lepra, novamente os padrinhos estavam presentes. Para o catolicismo de então, o padrinho possuía uma função fundamental, uma vez que era o farol a guiar, para além da célula familiar, os caminhos do afilhado na trajetória de uma vida cristã, honesta e temente a Deus. Em certa medida, era se como a sociedade, representada por eles, se comprometessem com aquelas vidas que seriam formadas dentro da instituição. Dessa forma, um a um, os padrinhos conduziram seus afilhados até o Pavilhão Dona Mariana Junqueira, onde já se aglomerava uma nova multidão ansiosa pela chegada de Dona Sinhá.

Foi então que se ouviu as palavras do Dr. Camillo de Mattos — mais do que um discurso, um tributo tecido com fios de saudade. Com eloquência e emoção contida, ele resgatou a trajetória do patrono do Educandário, enaltecendo, sobretudo, a figura de Dona Sinhá Junqueira. Lembrou, com reverência, que foi ela quem, mesmo com as mãos frágeis de mulher e o coração ainda enlutado, assumiu os

encargos do campo, da indústria e da filantropia. E o fez com tal bravura e competência que não só honrou a memória do marido, mas imprimiu sua própria marca na história.

E foi com palavras que pareciam costurar o passado ao presente que Camilo de Mattos concluiu:

— *A grandeza de um homem se mede pelo alcance de seus sonhos, mas a eternidade desses sonhos pertence àqueles que os fazem florescer.*

Quando cessaram os aplausos que se seguiram ao pronunciamento do Dr. Camillo, o Ministro Apolônio Salles, com sua conhecida simplicidade, dirigiu-se ao público com um discurso improvisado, mas não por isso menos tocante. Declarou sentir-se profundamente honrado em participar da inauguração daquela casa de bondade — um verdadeiro lar para meninos que, ao longo da vida, saberiam reconhecer a generosidade de seus benfeitores. Voltando-se a Dona Sinhá, não hesitou em afirmar:

— *Dona Sinhá, vós realizastes grandes obras para o Brasil, mas nenhuma se equipara, em grandeza e importância, ao Educandário Quito Junqueira.*

Em seguida, dirigindo-se aos meninos, disse-lhes:

— *Todas as vezes que vossos mestres vos levarem ao campo de labor, ensinando-vos a plantar a semente no aconchego da terra, lembrai-vos de que é no solo brasileiro, fértil e generoso, que reside a grandeza da Pátria.*

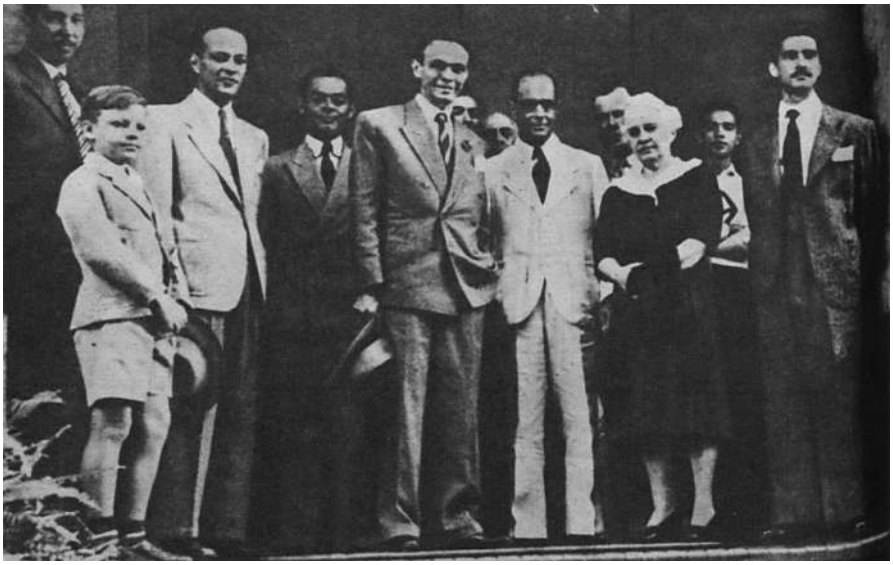


Imagem 58. Dona Sinhá Junqueira junto ao ministro da Agricultura Sr. Apolônio Salles, o Sr. Martiniano de Andrade, Lucas Lopes e o engenheiro Geraldo Garcia.

Ao final de suas palavras, três pequenos educandos aproximaram-se de Dona Sinhá e, com mãos delicadas, lhe entregaram um ramalhete de flores.[192] Era o gesto puro da infância — um tributo à mulher que, com fé e firmeza, plantara muito mais do que sementes na terra, estava ela, plantando destinos.

Dr. Camilo retomou-lhe a atenção e entregou à Sinhá a chave simbólica do pavilhão — pequeno objeto, imenso em significado. Diante de todos, ela abriu as portas do edifício que levava seu nome. E ali, no vestíbulo recém-inaugurado, uma mensagem bordada de ternura acolhia os pequenos: "Menino, esta casa é tua. Nela encontrarás abrigo, carinho e trabalho".

Palavras simples, mas capazes de conter o universo de um destino reescrito.

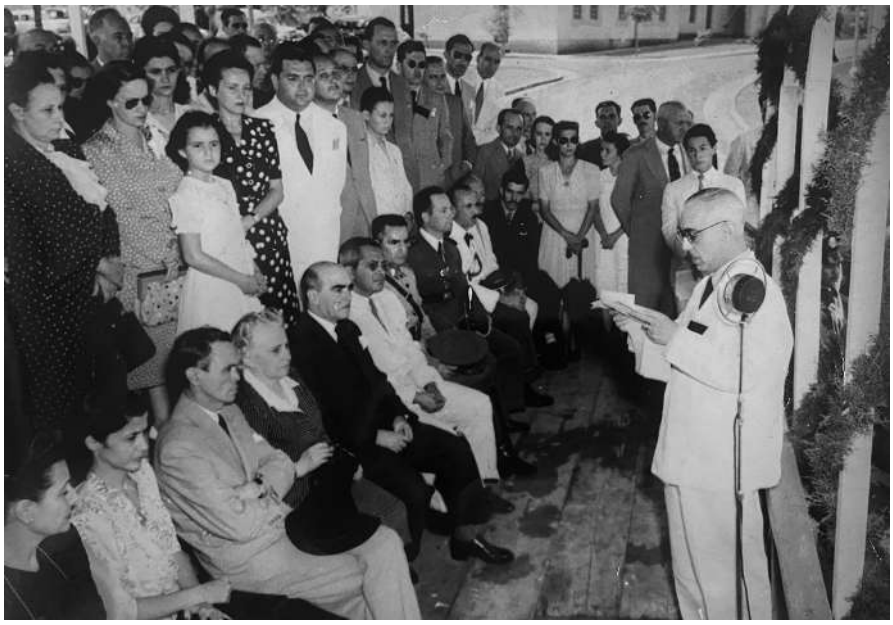
Da inauguração a um futuro presente

A expansão do Educandário seguiu refletida pela necessidade de cada vez atender mais e mais meninos que precisavam de oportunidades. Uma nova solenidade marcou o lançamento da pedra fundamental de outros pavilhões construídos posteriormente. Na cerimônia, duas homenagens se destacaram — o lançamento do Pavilhão Getúlio Vargas Filho, em reverência a Darcy Vargas — mãe do homenageado —, e a fundação do Pavilhão Martiniano da Costa, tributo ao pai de Dona Sinhá Junqueira. Mais do que gestos protocolares, eram declarações de memória afetiva e política.

Coube ao Dr. Waldemar Pessoa a honra de discursar na ocasião. Em palavras de grande sensibilidade, exaltou as virtudes morais de Martiniano da Costa, homem de princípios firmes, cuja filha agora perpetuava sua memória em pedra viva. Nesse mesmo dia, subiu à tribuna um jovem educando, Valter Pinto da Rocha. Em nome dos colegas, agradeceu com a sinceridade desarmada da juventude, lembrando que cada tijolo lançado ali representava um novo destino sendo erguido.

O Educandário consolidava-se como um espaço de formação integral. Sua proposta educativa não se limitava aos livros. Rapazes e crianças, sob a orientação de educadores e mestres de ofício, aprendiam na prática o valor do trabalho, da cooperação e da responsabilidade. Havia ali uma sapataria, onde se moldavam solas e passos; hortas viçosas, que ensinavam a semear e colher; e o cuidado com os animais, especialmente as vacas leiteiras, que forneciam o leite consumido diariamente. Toda a produção era interna, fruto do esforço coletivo.





Imagens 59 e 60. Instantes da inauguração. Na primeira, Dona Sinhá Junqueira entre autoridades, como quem carrega no semblante a memória viva do lugar. Na Segunda, o Dr. Camilo de Mattos, com voz serena e olhar firme, em seu discurso que marcaria aquele dia com solenidade e esperança .

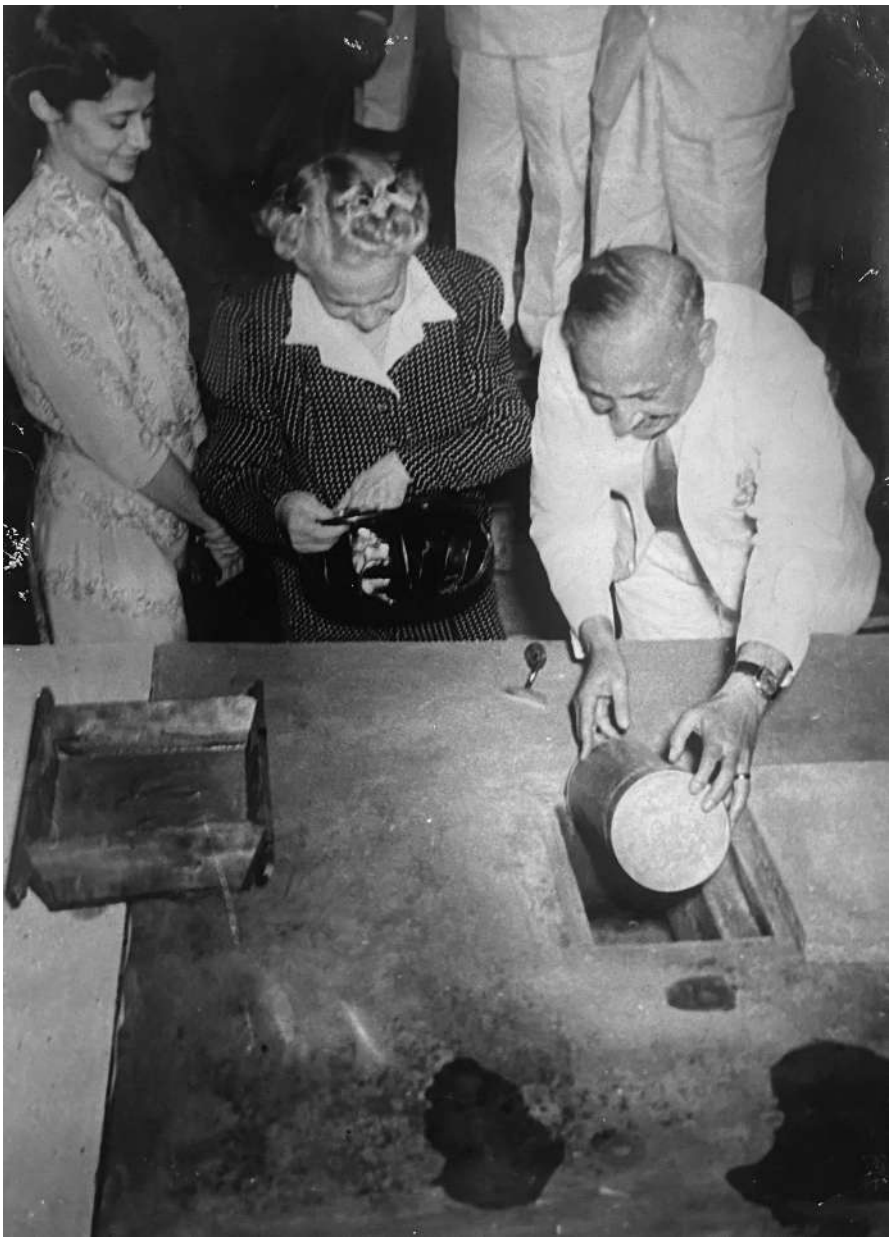


Imagem 61. Professor Melo Morais, secretário da Agricultura de São Paulo, e Dona Sinhá Junqueira partilham o momento solene do cerramento simbólico da pedra fundamental do novo pavilhão — gesto que sela, entre mãos ilustres, o início de um novo capítulo na história.



Imagem 62. Assis Chateaubriand é carinhosamente abraçado por Dona Sinhá Junqueira, em um gesto tocante revelando a nobreza do afeto entre as duas figuras. Ao lado, sorridente, Dr. Camillo de Mattos.



Imagem 63. Laços de ternura: Dona Sinhá Junqueira em um registro afetuoso com uma das crianças acolhidas pela instituição. O instante revela, mais que um gesto, a essência do compromisso humano e maternal que permeou sua atuação junto ao Educandário .



Imagem 64. Educandário Coronel Quito Junqueira nos dias atuais.
Foto: Ibraim Leão

A filosofia era clara: formar homens de bem, conscientes do valor do esforço e do pertencimento. E, no centro de tudo, lá estava ela — Sinhá Junqueira —, conduzindo com coração generoso a sinfonia do cuidado, da disciplina e da Esperança.[193]

Com rigor e ternura, o Educandário Coronel Quito Junqueira estruturou uma proposta educativa que ia muito além do abrigo. As disciplinas básicas asseguravam o direito à alfabetização e à formação intelectual. Aos meninos que revelavam talento para as artes, a

música surgia como um sopro de liberdade — nas aulas, encontravam alegria, ritmo e expressão. Os dormitórios, amplos e bem ventilados, ocupavam alas generosas dos pavilhões. Cada menino era responsável por sua cama, aprendendo desde cedo o valor da ordem, da higiene e da disciplina pessoal.

No salão de leitura, o silêncio era apenas aparente: havia, naquele lugar, uma conversa permanente entre leitores e autores, entre páginas e sonhos. Revistas e livros cuidadosamente escolhidos compunham um acervo vibrante, pensado para despertar o prazer pela leitura e o senso de curiosidade. Aquelas estantes, tal como os campos do Educandário, ensinavam a colher, além de frutos, novas ideias.

O projeto do educandário foi uma declaração de amor aos que pouco ou nada tinham. Aos que a natureza negara filhos, a vida ofertava a chance de gerá-los no coração. E Dona Sinhá Junqueira, sem filhos de sangue, fez-se mãe de gerações — com mãos que construíram e um espírito que jamais cedeu ao cansaço.

Sinhá permaneceu à frente do Educandário e de outras ações sociais até sua morte, em novembro de 1954. Mas seu legado não se encerrou ali.

A obra de Sinhá e os sonhos de dona Cida

Maria Aparecida da Silva, a dona Cida, mulher simples que mora no Jardim Aeroporto, em terras que um dia pertenceram à Fazenda Morro da Vitória, patrimônio originalmente vinculado à Fundação Educandário Quito Junqueira, não sabe responder quem foi Dona Sinhá Junqueira, mas louva quem um dia resolveu criar a escola onde seus três filhos estudaram e estudam: José Carlos, João Miguel e Pedro Otávio.[194]

A mãe dedicada, que nasceu em São Paulo e depois foi para São Joaquim da Barra, aportou em Ribeirão Preto em busca de melhores oportunidades para sua família. Seu filho mais velho, José Carlos, com 16 anos em 2025, iniciou os estudos no Educandário no segundo ano. Isso porque, em 1998, a organização adaptou-se às diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente. Foi encerrado o regime de internato, passando a atender jovens de ambos os sexos, em sistema aberto. A instituição reinventou-se sem perder sua essência.

Pedro, com 12 anos, começou no Educandário na etapa 2 da Educação Infantil, e João, com seis anos, está na escola desde o primeiro ano. Não é comum irmãos estudarem juntos, mas dona Cida conta orgulhosa que os dois filhos foram admitidos porque José

Carlos revelou-se um aluno exemplar e dedicado. Sua disciplina e comprometimento deram aos irmãos mais novos uma nova perspectiva.

Ela disse que não é fácil garantir uma vaga – a escola é concorrida –, muitos querem ver seus filhos estudarem em um lugar como esse. Mas a mãe confidenciou: no começo, o que ela mais precisava era garantir que o filho ficasse o dia todo na escola para ela poder trabalhar. Somente depois percebeu que, além que ficarem com o filho dela o dia todo, eles ofereciam a melhor educação.

Dona Cida seguiu o padrão, solicitou a vaga inicialmente pela internet e, depois, ligava todos os dias para saber se já tinham uma resposta. Até que foi instruída que não precisava ligar, que ela seria informada assim que saísse o resultado. A mãe de José, João e Pedro mostrou entendimento e disse que não ligaria, que esperaria a resposta, mas no dia seguinte ela ligou novamente. Dona Cida conta essa história sorrindo, mostrando sua ansiedade em garantir a vaga para os filhos.

Na entrada do Educandário ainda permanece, como um farol para todos que por ali passam, a frase que traduz um século de gestos, lutas e esperanças: "Aqui está o futuro do Brasil". Em cada letra, repousa a visão de uma mulher que soube transformar a dor em obra, e a ausência em presença — eterna.

Se dona Cida conhecesse Dona Sinhá, ela agradeceria hoje, por tudo que a benevolente mulher fez no passado. Mesmo ausente e apesar da distância do tempo, Sinha Junqueira segue moldando destinos. José, João e Pedro não saberão elevar suas graças, mas isso nunca foi a base do projeto, o importante para ela, naquele momento, era a certeza de que as oportunidades mudariam as vidas daqueles que aproveitassem sua oferta.

Memória viva

A trajetória de Dona Sinhá ganha ainda mais densidade ao ser narrada por quem a conheceu. Aos 91 anos, o senhor Alberto Pedro Puscineli, que até hoje compõe o corpo diretivo da Fundação Educandário Quito Junqueira, cumprindo rotinas de reuniões, deliberações e conferências de documentos, recorda, com lucidez admirável, sua infância na Usina Junqueira, onde começou a trabalhar ainda menino. Lembra de Dona Sinhá passando de carro, parando para conversar com os pequenos trabalhadores. As perguntas eram sempre as mesmas: quem era o pai e o que fazia; quem era o chefe deles, se fumava,

bebia ou jogava no bicho. Não se tratava de curiosidade: era vigilância ética e cuidado direto com os menores sob sua proteção.

Esses encontros com Dona Sinhá — na horta, na ilha, nas margens da usina — ficaram marcados na memória do senhor Alberto. Mais tarde, já na cidade, passou a frequentar o Educandário, ainda nos seus primeiros anos de funcionamento, impulsionado pela proximidade com a prima Ofélia, enfermeira da instituição. Ali conheceu o cotidiano dos pavilhões, as refeições, os jogos, o campo de futebol e as frutas no pomar. Tudo era pensado para as crianças. Tudo era muito bem cuidado, organizado, limpo.

A ligação afetiva e institucional do senhor Alberto com o Educandário se consolidou ao longo dos anos. A convite do Dr. Waldemar Pessoa, presidente da Fundação durante muitos anos, ele começou a contribuir com oficinas de trabalho, formando jovens por meio de experiências na empresa de sua propriedade, Alfa Pneus.

Em 1977, com o falecimento de Waldice Marcel, senhor Alberto foi nomeado conselheiro e, posteriormente, integrou a diretoria executiva, onde permaneceu por quatro décadas como tesoureiro — responsável pela gestão patrimonial e financeira da instituição.

A partir de 2002 a instituição passou a enfrentar os novos desafios da legislação e da sustentabilidade institucional. A desativação do regime de internato, imposta por lei, levou à reformulação das oficinas e à abertura de novos caminhos.

As antigas casas amarelas — restauradas com respeito à memória — acolhem salas de aula, risos de crianças e projetos de vida. É ali que pulsa o Colégio Camillo de Mattos, mantido pela Fundação Educandário. A escola atende gratuitamente cerca de 700 estudantes em tempo integral, da educação infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental. Mais do que ensino curricular, oferece alimentação, uniforme, material escolar, atividades na piscina aquecida, práticas esportivas, banda, curso de inglês e aulas de capoeira.[195] Cada detalhe é pensado para garantir as relações de pertencimento e desenvolvimento pleno.

Mas o que torna essa história ainda mais impressionante é a realidade por trás dos números. Em 2023, a renda média das famílias das crianças que ingressaram na educação infantil não ultrapassava R$ 400,00. Ainda assim, ali florescem conquistas diárias. É a prova de que, com esforço coletivo, visão e um time verdadeiramente comprometido, é possível romper as cercas do destino social pré-estabelecido e cultivar possibilidades onde muitos veriam limites. É o mesmo que afirmar: Dona Sinhá Junqueira estava certa, a educação iria mudar as vidas dos desvalidos.

Hoje, o antigo território rural abriga três unidades escolares: o Colégio Camillo de Mattos, a Unidade Getúlio Vargas Filho e a Unidade Sinhá Junqueira. Mas a partir da convicção de que era necessário expandir sua atuação para além do território original, o grupo decidiu descentralizar suas iniciativas, acompanhando o avanço do adensamento urbano que deslocava o público-alvo para regiões periféricas. Atento à expansão da cidade, criou o projeto EducaJovem, voltado a crianças e adolescentes de 6 a 18 anos matriculados na rede pública de ensino, oferecendo oportunidades significativas de desenvolvimento no contraturno escolar. Com isso, o Educandário ampliou sua presença, chegando a cinco bairros mais afastados da área central.

A partir de 2019, com a Fundação Educandário sob a presidência de Marcos Awad e com a condução do diretor administrativo-financeiro Wagner Chiodi, estabeleceu-se uma parceria público-privada com a Prefeitura de Ribeirão Preto para gestão de escolas municipais. O Educandário passou a administrar a EMEI Fábio Barreto Musa, no bairro Cristo Redentor. A iniciativa se mostrou exitosa e, ao final de 2024, foi renovada e ampliada para incluir mais alunos na unidade da Vila Virgínia, na EMEI Geny Biagioni Veiga, no bairro Ipiranga.

Quando completou 80 anos de sua fundação, em 2018, o Educandário Coronel Quito Junqueira reuniu muitas pessoas para celebrar. Senhor Alberto estava lá e o que mais o emocionou foi ver os ex-alunos da Instituição formados advogados, professores, engenheiros, plenos em suas vidas. Disse ele que Dona Sinhá realizou para além dos sonhos que teve.

Senhor Alberto resume o sentido dessa trajetória com a serenidade de quem viu o passado de perto e aposta no que está por vir: “Dialogando com o futuro, a maior certeza é de continuidade”. Continuar, no caso do Educandário, é mais do que manter; é reafirmar a herança viva de Dona Sinhá, de seus princípios, de sua escolha por ações que transformam.

Quem visita o complexo educativo localizado na Avenida Paschoal Innechi e sabe como tudo foi concebido e realizado, se emociona simplesmente em tocar a história materializada. E mais, em ver como ela se perpetua, trazendo do passado a presença de alguém que permanece nas vidas de pessoas como os meninos José, João e Pedro, filhos de dona Cida.



4. OBRAS DE ARTE COMO HERANÇA PARA O FUTURO:

A participação de Sinhá Junqueira na fundação do Masp

O dia ainda se desenhava quando os primeiros ecos da cidade anunciaram algo incomum. Nas calçadas do centro de São Paulo, passos apressados e murmúrios entusiasmados indicavam que algo grande estava prestes a acontecer. Não era apenas mais uma inauguração, mas o prenúncio de uma transformação simbólica: a arte ganharia casa própria em território brasileiro. Um novo tempo se insinuava entre colunas, molduras e intenções. Na efervescência de uma cidade que se verticalizava, nascia, ali, um gesto coletivo de afirmação cultural — o tipo de acontecimento que marcaria não só a paisagem urbana, mas a memória de um país inteiro e Dona Sinhá Junqueira fez parte desse espetáculo daArte.

Era 26 de setembro de 1947 e o jornal Diário da Noite, de São Paulo, noticiou o que seria um marco na história da arte e da cultura brasileira: a iminente inauguração do Museu de Arte de São Paulo — o MASP[196]. O acontecimento se concretizou poucos dias depois, em 2 de outubro, apresentando ao país o primeiro museu moderno brasileiro. Idealizado pelo visionário empresário Assis Chateaubriand, o projeto ganhou forma e alma com o auxílio do marchand e colecionador italiano Pietro Maria Bardi, uma das figuras mais influentes na formação do campo museológico e artístico brasileiro do século XX. Crítico de arte, e curador de olhar aguçado, Pietro deixou sua marca no Brasil, como o primeiro diretor do MASP.

Ao lado de Chateaubriand e de sua esposa, a arquiteta Lina Bo Bardi[197], ele foi responsável por conceber não apenas o acervo da instituição — que reuniu obras de mestres como Rembrandt, Botticelli, Renoir e Ticiano — mas também por propor uma nova forma de pensar o museu: como espaço vivo, educativo e acessível. Defensor da arte

como instrumento de transformação social, atuou com rigor e paixão durante mais de quatro décadas à frente do MASP, estabelecendo diálogos entre o clássico e o moderno, entre o erudito e o popular, entre o Brasil e o mundo. Seu legado permanece como fundamento ético e estético para as práticas museológicas contemporâneas.[198]

Instalado inicialmente em um edifício na rua Sete de Abril, número 230, bem no coração do centro paulistano, o museu nasceu de generosas doações vindas de grandes nomes da sociedade brasileira. Aquele endereço, que por si só já pulsava história, viria a se consagrar ainda mais, três anos depois: foi ali que, em 18 de setembro de 1950, a televisão brasileira deu seus primeiros passos.[199]

A cerimônia de inauguração do MASP foi prestigiada por figuras de peso no cenário político e cultural do país. Entre os presentes estavam Clemente Mariani, então ministro da Educação; Ademar de Barros, governador de São Paulo, acompanhado de sua esposa; o general Mendes de Morais, prefeito do então Distrito Federal; além de intelectuais, mecenas, artistas e representantes da elite financeira de São Paulo e do Rio de Janeiro — todos reunidos sob o mesmo teto, movidos pela promessa de um novo tempo para as artes (200) . No primeiro dia de visitação, estima-se que cerca de dois mil paulistanos, vindos das mais diversas origens e classes sociais, subiram as escadarias do prédio para se maravilhar diante das obras-primas de grandes mestres da pintura e das raras peças arqueológicas oriundas do Egito, da Itália e da Grécia.



Imagem 65. Assis Chateubriand e Dona Sinhá Junqueira, durante a inauguração do MASP, em 2 de outubro de 1947.

À medida que o acervo crescia e as exigências do público se tornavam mais complexas, o Museu de Arte de São Paulo foi gradualmente expandindo seu espaço interno, passando a ocupar, ao longo de vinte e um anos, diversos andares do edifício na Rua Sete de Abril.

O primeiro registro formal do envolvimento de Walter Moreira Salles com o MASP remonta ao ano de sua fundação, em 1947, quando o então jovem banqueiro realizou uma doação emblemática: o Retrato de Suzanne Bloch, um óleo sobre tela de Pablo Picasso pertencente à fase azul do artista. A peça tornou-se símbolo da ousadia e do prestígio do museu nascente.[201]

Essa e tantas outras aquisições foram fruto da obstinada atuação de Assis Chateaubriand, cuja visão de futuro fez dele um dos maiores mecenas da história brasileira. Convencido de que o país precisava de um museu de arte à altura dos grandes centros europeus, Chateaubriand percebeu, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, que a desvalorização no mercado de arte europeu abria uma janela de oportunidade única. Ele, então embaixador do Brasil no Reino Unido, passou a frequentar os mais renomados leilões de arte no continente. Arrematava obras de mestres consagrados e, no dia seguinte, recorria à confiança e ao prestígio de Walter Moreira Salles — dono do Banco Moreira Salles e figura central entre os grandes capitalistas nacionais — para viabilizar o financiamento das compras.

Com um simples telefonema, Moreira Salles mobilizava as maiores fortunas brasileiras. Assim, o círculo de doadores se ampliava, envolvendo nomes como Baby Pignatari, Francisco e Ciccillo Matarazzo, Geremia Lunardelli e Sinhá Junqueira. Cada um, a seu modo, colaborava com esse gesto coletivo de construir, em solo brasileiro, uma casa para a arte universal.[202]

Em 1939, durante um leilão realizado em Londres, Chateaubriand arrematou uma obra-prima do Renascimento europeu: Madonna com o Menino Jesus e São João Batista — pintura datada entre 1490 e 1500, atribuída a Sandro Botticelli e pertencente à célebre coleção Crawford, da cidade de Liverpool. A aquisição daquela joia renascentista era apenas mais um capítulo do empenho do magnata da imprensa em construir, para o Brasil, um acervo artístico à altura de sua ambição cultural.



Sandro Botticelli
Virgem com o Menino e são João Batista criança, 1490-1500

DADOS BIOGRÁFICOS: Florença, Itália, 1445-Florença, Itália, 1510
DIMENSÕES: 75,5 Ø x 4 cm
AQUISIÇÃO: Doação Dona Sinhá Junqueira, 1947
NÚMERO DE INVENTÁRIO: MASP.00009
CRÉDITOS DA FOTOGRAFIA: João Musa

O destino da obra, no entanto, guardava um ato ainda mais marcante. A menina de poucos estudos entendeu que a aquisição da obra era mais que dinheiro, era cultura e, em 1947, Dona Sinhá Junqueira a adquiriu e, em seguida, a ofereceu em doação ao Museu de Arte de São Paulo. Mais do que um gesto de desprendimento, a entrega daquela pintura representava um elo simbólico entre o Brasil e uma das épocas mais luminosas da história da arte: o Renascimento Italiano.[203]

A doação inaugural não foi isolada. No ano seguinte, 1948, Sinhá Junqueira e outros colaboradores ampliaram o acervo do MASP com obras de inestimável valor histórico e estético, como a Banhista enxugando o braço direito (1912), de Pierre-Auguste Renoir, e Retrato do Conde-Duque de Olivares (1624), de Diego Velázquez.[204] Em 1949, juntou-se à coleção o Retrato de Jovem com Corrente de Ouro (1635), de Rembrandt. E, em 1951, mais uma doação histórica: o Retrato do Cardeal Cristoforo Madruzzo (1552), de Ticiano — consolidando o museu como guardião de um patrimônio artístico sem precedentes no continente sul-americano.[205]



Pierre-Auguste Renoir
Banhista enxugando o braço direito (grande nu sentado), 1912

DADOS BIOGRÁFICOS: Limoges, França, 1841-Cagnes-sur-Mer, França,
DIMENSÕES: 93 x 74 x 2,5 cm
AQUISIÇÃO: Doação condessa Marina Crespi; Dona Sinhá Junqueira; Áurea Modesto Leal; Gervásio Seabra; Geremia Lunardelli; Arthur Bernardes Filho; Mario Rodrigues; Ricardo Seabra; Adriano Seabra; Américo Breia; Manuel Batista da Silva; Osvaldo Riso; Domingos Fernandes; Walther Moreira Salles, Hélène Moreira Salles; Simone Pilon Manhães Barreto; Jacques Pilon; J. Silvério de Souza Guise, Ricardo Fasanello; Pedro Luís Correa e Castro; Sotto Maior & Cia.; Moinhos Santista S.A.; Brasital S.A.; Companhia Antarctica Paulista S.A.; Indústrias Klabin do Paraná S.A.; Indústrias Químicas e Farmacêuticas Schering; Marwin S.A., 1948
NÚMERO DE INVENTÁRIO: MASP.00102
CRÉDITOS DA FOTOGRAFIA: João Musa



Diego Velázquez
Retrato do conde-duque de Olivares, 1624

DADOS BIOGRÁFICOS: Sevilha, Espanha, 1599-Madri, Espanha,1660)
DIMENSÕES: 202 x 105,5 x 3,5 cm
AQUISIÇÃO: Doação condessa Marina Crespi, Dona Sinhá Junqueira, Áurea Modesto Leal, Gervásio Seabra, Ricardo Seabra, Adriano Seabra, Américo Breia, Manuel Batista da Silva, Osvaldo Riso, Domingo Fernandes, Walther Moreira Salles e Helène Moreira Salles, Simone Pilon, J. Silvério de Souza Guise, Ricardo Fasanello, Sotto Maior & Cia., Moinho Santista S.A., Brasital S.A., Marwin S.A., Companhia Antarctica Paulista S.A., Indústrias Klabin do Paraná S.A. e Indústrias Químicas e Farmacêuticas Schering S.A., 1948
NÚMERO DE INVENTÁRIO: MASP.00171
CRÉDITOS DA FOTOGRAFIA: João Musa

Rembrandt
Retrato de jovem com corrente de ouro
(Autorretrato com corrente de ouro), Circa 1635



DADOS BIOGRÁFICOS: Leiden, Holanda, 1606-Amsterdã, Holanda ,1669
DIMENSÕES: 61 x 45,5 x 2 cm
AQUISIÇÃO: Doação Dona Sinhá Junqueira, condessa Marina Crespi, Áurea Modesto Leal, Gervásio Seabra, Geremia Lunardelli, Arthur Bernardes Filho, Mário Rodrigues, Ricardo Seabra, Adriano Seabra, Américo Breia, Manuel Batista da Silva, Osvaldo Riso, Domingues Fernandes, Walther Moreira Salles, Hélène Moreira Salles, Simone Pilon, Jacques Pilon, J. Silvério de Souza Guise, Ricardo Fasanello, Sotto Maior & Cia, Moinho Santista S.A., Marwin S.A., Companhia Antarctica Paulista S.A., Indústrias Klabin do Paraná S.A., Indústrias Químicas e Farmacêuticas Schering S.A., Brasital S.A., 1949
NÚMERO DE INVENTÁRIO: MASP.00190
CRÉDITOS DA FOTOGRAFIA: João Musa

Ticiano
Retrato do cardeal Cristoforo Madruzzo, 1552



DADOS BIOGRÁFICOS: Pieve di Cadore, Itália, 1488-Veneza, Itália, 1576
DIMENSÕES: 210 x 110 x 12 cm
AQUISIÇÃO: Doação Família Sotto Maior, Horácio Lafer, Wolff Klabin, Costa Pacheco, José Correia Mattoso, Geremia Lunardelli, Antônio Moura Andrade, Fúlvio Morganti, Prudente Ferreira, José Alfredo de Almeida, Mário Audrá, Nelson Seabra, Dona Sinhá Junqueira, Carlos Rocha Miranda, condessa Marina Crespi, J. Ferraz Camargo, Alberto Soares Sampaio, José Machado Coelho de Castro, Ricardo Fasanello, Marinho Andrade do Valle, Alfredo Ferreira, Adalberto Ferreira, Peixoto de Castro, João Rosato, Joaquim Bento Alves de Lima, Júlio Capua, Waldemar Salles, Sotto Maior & Cia., Banco Sotto Maior S.A., Araújo Costa & Cia., Seabra Cia. de Tecidos S.A., Aliança da Bahia Capitalização, Souza Dantas & Cia., Companhia Antarctica Paulista S.A. e Jacques Pilon, 1951
NÚMERO DE INVENTÁRIO: MASP. 00020
CRÉDITOS DA FOTOGRAFIA: J oão Musa

Fonte (Imagens das obras): Masp. Acesso em: 27 mai. 2025.

Duas décadas após a inauguração oficial do Museu de Arte de São Paulo, em 2 de outubro de 1947, uma nova etapa se iniciava. No dia 7 de novembro de 1968, o MASP era reinaugurado em sua nova e definitiva sede: um edifício de arquitetura revolucionária, elevado por colunas laterais e sustentado por um vão livre de impressionantes 74 metros, idealizado por Lina Bo Bardi. Erguido na Avenida Paulista, o novo museu se tornava, desde então, não apenas um espaço expositivo, mas um símbolo da modernidade arquitetônica e da pulsação cultural da cidade de São Paulo.

A cerimônia de inauguração foi marcada por um momento histórico: a presença da rainha Elizabeth II, da Inglaterra, conferindo à ocasião o prestígio de uma celebração internacional. No entanto, o grande idealizador do MASP, Assis Chateaubriand, já não estava presente. Faleceu meses antes, em 4 de abril de 1968, aos 76 anos de idade, deixando como legado uma das mais sólidas instituições culturais do continente.

O terreno que hoje abriga o MASP tem também sua própria história. Antes de se tornar o palco da criação de Lina Bo Bardi, era ocupado pelo Belvedere Trianon — uma construção neoclássica assinada por Ramos de Azevedo e inaugurada em 1916. O Belvedere, com sua vista privilegiada para o então Vale do Saracura, funcionava como ponto de encontro da elite paulistana, integrando a paisagem do Parque Trianon, que permanece como um dos refúgios verdes mais importantes da capital. Com o tempo, a velha estrutura perdeu sua função original e, ao ceder espaço ao museu, deu lugar a uma nova concepção de arte, arquitetura e pertencimento urbano — concretizada na ousadia e no traço poético de Lina.

Mais de sete décadas após sua fundação, o MASP segue em expansão — física, simbólica e institucional. Em março de 2025, foi inaugurou o Edifício Pietro Maria Bardi, um marco que dobrou sua área expositiva e reafirmou seu compromisso com a democratização da arte. Com 14 andares e 7.821 m², o novo prédio abriga cinco galerias expositivas, espaços multiuso, salas de aula e um laboratório de conservação, ampliando em 66% a capacidade expositiva do museu. A expansão foi financiada por doações de pessoas físicas, sem incentivos fiscais, destacando o papel da sociedade civil na promoção da cultura. Este gesto coletivo ecoa o espírito de generosidade de mecenas como Dona Sinhá Junqueira, cuja doação de obras-primas ajudou a fundar o museu. Assim, o MASP continua a ser um espaço vivo, onde o passado e o presente dialogam, e onde a arte permanece acessível e transformadora para as futuras gerações.[206]



Imagem 71. Em visita oficial ao Brasil, a rainha Elizabeth II (1926–2022) é recepcionada pelo curador Pietro Maria Bardi (1900–1999) na inauguração do Museu de Arte Moderna de São Paulo, em 1968 — um encontro simbólico entre a diplomacia britânica e a cena cultural brasileira.
Fonte: Acervo Revista Veja SP.



Imagem 72. O espaço onde hoje está um dos museus mais famosos de São Paulo, o Museu de Arte de São Paulo (MASP), já foi um espaço conhecido como Belvedere Trianon, um mirante com terraços panorâmicos para a cidade. O projeto desse espaço público, que também ficou conhecido como Miradouro da Avenida ou Belvedere da Avenida, era assinado pelo escritório de Ramos de Azevedo. Segundo recortes do Estadão, o Belvedere foi entregue no dia 12 de junho de 1916 pelo então prefeito Washington Luís, quando diversas autoridades compareceram ao evento de inauguração. Além dos terraços que vemos em fotos antigas, o local também possuía salões para festas e convenções e outros serviços, como restaurante e confeitaria. Em 1951 o Belvedere Trianon chegou ao fim. Foi demolido para ceder espaço à 1ª Bienal de Arte Moderna da cidade.



Imagem 73. Prédio do Museu de Arte Moderna de São Paulo, inaugurado em 1968, com projeto da arquiteta Lina Bo Bardi — um marco da arquitetura moderna brasileira.

5. A CASA QUE VIROU BIBLIOTECA:

Um patrimônio histórico e cultural

No coração de Ribeirão Preto, diante da histórica Praça XV de Novembro e junto ao Quarteirão Paulista — conjunto erguido com o capital da Companhia Cervejaria Paulista —, ergueu-se o sobrado de número 78 da Rua Duque de Caxias — uma construção que guarda, em seus alicerces e ornamentos, as camadas de um tempo em que o café definia não apenas a economia, mas também o traçado urbano e o modo de vida de uma elite que moldou a cidade em sua versão inicial, concentrada no entorno da igreja.[207] Nas duas primeiras décadas do século XX, refletindo o comportamento social das grandes capitais, a praça central consolidou-se como um espaço dedicado ao convívio das classes abastadas e interditado às classes de menor poder econômico, que viviam para além dos córregos.[208]



Imagem 74. A primeira casa do coronel Quito Junqueira, construída à rua Duque de Caxias, nº 78, ao lado do futuro casarão que hoje abriga a Biblioteca Sinhá Junqueira.



Imagem 75. Praça XV de Novembro. Fotografia de 1930. Crédito: Maggiori Photo. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Revista Revide. 25/07/2013. Disponível em: https://www.revide.com.br/noticias/revista/resgate-da-belle-epoque/. Acesso em: Mai. de 2025.



Imagem 76. Praça XV de Novembro. Foto de Ibraim Leão, 2018.

Com todas as suas contradições, a Praça XV é em si a referência da memória que ainda vive, cuja origem remonta a 1886, quando suas primeiras figueiras foram plantadas e os caminhos do ajardinamento começaram a desenhar seus contornos.[209] Desde então, foi se moldando ao compasso do tempo, recebendo sucessivas transformações até alcançar, em 1919, a forma que hoje a define.

Era no seu entorno que os palacetes se erguiam, a exemplo do edificado pela Família Inech e o de propriedade de Camilo de Matos. Não seria em nenhum outro lugar que o casal Quito e Sinhá Junqueira construiria o seu novo lar.



Imagem 77. Em destaque na fotografia, coronel Quito Junqueira, 1935.

Eram tempos intensos: o café paulista enfrentava os efeitos devastadores da geada de 1918, somados ao problema da superprodução, que afetou cerca de 70% dos cafezais da região[210]. Ao mesmo tempo, o chamado período Entreguerras — entre o fim da Primeira Guerra Mundial (1918) e o início da Segunda (1939) —, somado à Crise de 1929 e à Revolução de 1930, impunha transformações profundas ao cotidiano nacional. Ainda assim, os empreendedores de Ribeirão Preto não se deixaram abater: viram na crise uma oportunidade. A década de 1920 revelou-se decisiva para a consolidação do traçado urbano da cidade. Em 1926, o Hotel Central abriu suas portas; em 1930, o cenário foi enriquecido pelo esplendor do Theatro Pedro II e do Edifício Meira Júnior. A praça central passou por sua última grande reforma: o antigo bar circular — vestígio dos espaços de sociabilidade do século XIX — cedeu lugar a uma fonte imponente, símbolo de elegância e renovação. A quadra, urbanizada a partir de 1927 sob a liderança visionária de João Alves Meira Júnior, transformou-se em emblema da modernidade.[211]

A história da casa começou em 1912, com a compra do terreno onde antes funcionava a Marmoraria Ítalo-Brasileira, fundada pelo imigrante italiano Orlando Carlo Barberi. A demolição da antiga construção marcou o início de um novo tempo, com a encomenda de um projeto ao célebre arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851–1928), responsável por ícones da arquitetura paulista como o Theatro Municipal e o Edifício Martinelli. Embora tenha falecido em 1928, antes de ver concluída a obra, seu traço permanece vivo.

As obras do palacete tiveram início em 1928 e se encerraram em 1932, revelando-se, ao final, como um refinado exemplar do estilo eclético, em que o neoclássico dialoga com sutis linhas do neocolonial. Erguido no centro do terreno, o edifício parecia flutuar entre simetria e imponência, cercado por um jardim cuidadosamente desenhado, onde jabuticabeiras lançavam sombras sobre o cascalho claro.

A planta da casa, equilibrada e estratégica, permitia amplos acessos e oferecia uma visão generosa de suas fachadas elegantes, com varandas que emolduravam o cotidiano da família Junqueira. Nos fundos, as construções destinadas aos serviços e aos empregados completavam o conjunto, compondo o retrato fiel de um tempo em que a arquitetura não apenas abrigava, mas encenava — com detalhes e poder — o estilo de vida da elite do interior paulista.

A residência incorporava inovações raras para a década de 1930: dispunha de um elevador elegante e um sistema de aquecimento central, traduzindo em conforto e modernidade. No interior, a opulência se revelava em cada detalhe — tetos e paredes ostentavam



Imagem 78. Década de 1960, Biblioteca Municipal Altino Arantes – Autor desconhecido.

pinturas ornamentais; vitrais multicoloridos filtravam a luz em tons de paisagens e flores; materiais nobres, muitos deles importados, conferiam imponência ao ambiente. O mobiliário, talhado em madeiras de lei, trazia a precisão da marcenaria artística, compondo espaços onde a sofisticação era também contemplação. Do lado de fora, lambris individualmente esculpidos completavam a aura do palacete.

O coronel Quito, no entanto, desfrutou pouco desse universo de conforto e beleza, viveu ali por somente seis anos. Sinhá Junqueira, por sua vez, permaneceu na casa até seu falecimento, em 26 de novembro de 1954. Ela decidiu eternizar, a partir daquela casa, sua vocação pública: em testamento lavrado em 8 de novembro de 1947, expressou o desejo de que o imóvel se tornasse uma biblioteca aberta ao povo — espaço de saber, liberdade e memória, como que oferecendo à cidade o legado da palavra, ao invés do silêncio.

> *"Deixo a importância de seis milhões de cruzeiros para o fim especial de ser fundada e instalada, na cidade de Ribeirão Preto, uma biblioteca pública, a qual será instalada no prédio da rua Duque de Caxias n, 88 (oitenta e oito) [trata-se de um lindo palacete, no estilo dos anos 30-40, até hoje existente e bem conservado] em Ribeirão Preto, sendo que tanto a doação de seis milhões de A Benemerência privada no Estado de S. Paulo cruzeiros como o legado do referido prédio ficam feitos a uma fundação, de fundo cultural e instrutivo, que ora declaro fundada e instituída, e encarrego ao Dr. Altino Arantes, e na sua falta ao Dr. Paulo Francisco de Andrade Arantes, de praticar todos os atos necessários para a constituição da pessoa jurídica da biblioteca e da aquisição de livros e outros objetos necessários para a efetivação da medida."*[212]

Do desejo expresso por Dona Sinhá Junqueira nasceu a Fundação Cultural Altino Arantes, criada com a nobre missão de transformar sua antiga residência em biblioteca pública. Coube ao próprio Altino Arantes — ex-presidente do Estado de São Paulo e cunhado de Sinhá — a honra de ser o primeiro testamenteiro da Fundação. Homem de vida pública e espírito republicano, foi figura decisiva na concretização desse legado cultural, zelando para que a vontade da benemérita se tornasse realidade duradoura. O reconhecimento foi visível à sua dedicação. Por longo período, a biblioteca levou o seu nome, só tendo sido alterado para Sinhá Junqueira, posterior ao restauro do prédio ocorrido no final da década de 2010.

O sobrado da Rua Duque de Caxias transcende sua atual função como biblioteca pública — nele repousa uma história concreta de um tempo em que Ribeirão Preto pulsava ao ritmo do café. Localizado em um dos quadrantes mais emblemáticos da cidade, o edifício integra uma paisagem urbana que testemunha a influência da elite cafeeira paulista nas primeiras décadas do século XX.

O valor histórico do palacete foi declarado em Lei de 1984[213] e, depois, com seu tombamento como patrimônio de Ribeirão Preto, por meio da Resolução 003, de 2009.[214] Com esse gesto, o município não apenas garantiu a preservação de sua arquitetura imponente e singular, mas também gravou na memória urbana a herança da família Junqueira.

Um cuidadoso processo de restauração e modernização, que devolveu ao imóvel seu esplendor original, sem lhe roubar a alma foi iniciado em janeiro de 2019. Sob a assinatura do arquiteto Dante Della Manna e com a coordenação técnica da arquiteta Maria Luiz Dutra, o projeto foi autorizado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (CONPPAC) e acompanhado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Artístico (CONDEPHAAT) — órgãos que zelam pela integridade do patrimônio paulista. O trabalho respeitou integralmente os elementos históricos da edificação: os vitrais coloridos, a pintura interna e a fachada eclética foram preservadas com rigor, enquanto novas soluções arquitetônicas trouxeram acessibilidade, mobilidade e conforto. Assim, o passado foi mantido vivo — mas com as janelas abertas para os ventos do presente.

Isso fica evidente quando a tarde chega e o sol reflete o antigo no novo. A casa de tijolos projetada no enorme vidro, que serve de parede ao moderno, marca o encontro de tudo que já se foi e o que ficou. Muitos dos atuais visitantes da biblioteca não vislumbram essa



Imagem 79. Biblioteca Sinhá Junqueira. Foto: Ibraim Leão, 2023 .

representatividade arquitetônica e simbólica, usufruem do benefício cultural sem ovacionar sua doadora.

Erguida em solo carregado de significados, a Biblioteca Sinhá Junqueira fez-se um dos mais importantes centros culturais de Ribeirão Preto. Inserida nesse cenário emblemático, a casa dos livros transcende sua função de espaço de leitura: é também guardiã de atividades coletivas, momentos em que o poder e a cultura se entrelaçavam nas alamedas da cidade expandida.

Sua reinauguração, em 7 de fevereiro de 2020, marcou um novo capítulo da trajetória da edificação. Depois de um investimento de 11 milhões de reais, o espaço guarda acervo de 11 mil obras. Metade desse recurso foi dedicado ao restauro do imóvel de 600 metros quadrados e os outros R$ 5,5 milhões destinados à construção de uma nova ala, com 900 metros quadrados, onde se abrigam uma cafeteria, auditório, salas de leitura, espaço infantil e uma intensa programação cultural. Tudo financiado pela Fundação Educandário Coronel Quito Junqueira, reafirmando o compromisso com o legado de sua inspiradora.

Desde então, a Biblioteca Sinhá Junqueira não é apenas um edifício restaurado — é um elo vivo entre passado e futuro. Ao manter de pé esse monumento, Ribeirão Preto celebra a figura de Sinhá Junqueira etambémo valor da leitura, da cultura e da educação como alicerces permanentes de uma sociedade mais lúcida e justa.

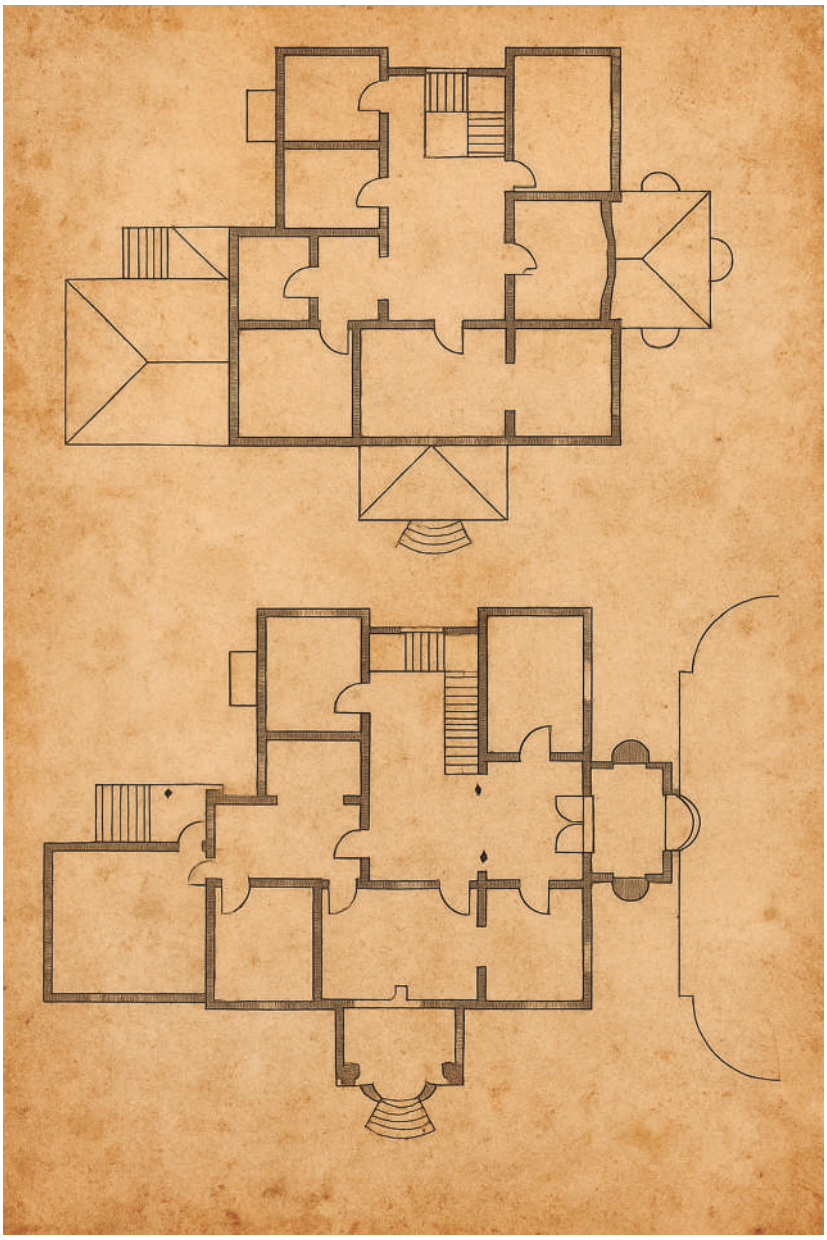


Figura 19. Planta da Biblioteca Sinhá Junqueira. Fundação Biblioteca Educandário Coronel Quito Junqueira, 2025.





Imagens 80 e 81.
Harmonia de luz e cor.
Fotos: Ibraim Leão, 2025.

A luz atravessa os vitrais com suavidade, revelando um espetáculo multicolorido que embeleza e enobrece o espaço. Guirlandas e motivos florais adornam a obra com delicadeza. Ao centro, em trabalho primoroso, destaca-se a figura da Usina Junqueira, eternizada no vitral como símbolo de força e legado. Destaque para o centro do vitral.





Imagens 82 e 83. Mais que um acervo bibliográfico, a casa preserva preciosos objetos históricos que testemunham seu período áureo. Foto: Ibraim Leão, 2025.





Imagens 84 e 85. Presenças que permanecem. Fotos: Ibraim Leão, 2025.

Os retratos de Dona Sinhá e Quito Junqueira, guardiões da memória do lugar, repousam sobre as paredes como sentinelas do tempo. Quase imortais, velam silenciosamente o espaço que construíram, perpetuando, em imagem, o legado de suas vidas.

6. DO HOSPITAL SÃO FRANCISCO À MATER:

Uma trajetória à favor da saúde

O Hospital[215] São Francisco, fundado em 1945, nasceu do encontro entre dois ideais humanitários: o do médico Dr. Waldemar Barnsley Pessoa e o de Sinhá Junqueira.[216] Sua criação é marcada por uma rara combinação de determinação, espírito colaborativo e visão de futuro — alicerces que sustentariam a consolidação de um dos mais importantes hospitais do interior paulista. O elo entre essas trajetórias foi o advogado Camillo de Mattos, peça fundamental na aproximação entre o médico e a filantropa. Respeitado por sua notável atuação no Hospital da Beneficência Portuguesa, o Dr. Waldemar foi convidado a assumir os cuidados pessoais de Dona Sinhá.[217] A relação profissional rapidamente se transformou em laço de confiança mútua, projetando o nome do médico como figura central na vida social e sanitária de Ribeirão Preto.

A competência e o prestígio do Dr. Waldemar Barnsley Pessoa tornaram-se notórios durante sua atuação como diretor clínico. Sob sua liderança, o Beneficência floresceu, conquistando projeção estadual e reunindo um corpo clínico respeitado dentro e fora de Ribeirão Preto. No entanto, divergências com a administração do hospital levaram ao seu desligamento. Com ele, partiram dezoito médicos, unidos não apenas pela fidelidade profissional, mas pela confiança em sua visão. Foi esse rompimento que acendeu a centelha da criação de um novo hospital — um projeto que logo ganharia corpo e se tornaria realidade sob o nome de Hospital São Francisco.

A escolha do nome foi um tributo a Francisco Maximiano Junqueira, o coronel Quito. A proposta recebeu apoio de diversos médicos da cidade, que, inspirados pela liderança de Dr. Pessoa, abraçaram a iniciativa. Dona Sinhá foi uma das financiadoras, dada sua crença de que a iniciativa equivalia ao prestígio de Ribeirão Preto que, até aquele momento, não tinha um hospital no padrão proposto[218].

A pedra fundamental foi lançada em 16 de novembro de 1942, na Rua Bernardino de Campos, em uma cerimônia prestigiada por figuras proeminentes da sociedade ribeirão-pretana. A bênção das obras coube a Dom Manoel da Silveira D'Elboux, então Bispo Diocesano de Ribeirão Preto. Três anos depois, em 8 de setembro de 1945, o Hospital São Francisco foi oficialmente inaugurado — um símbolo de modernidade para a saúde da região. Durante a solenidade, uma placa foi descerrada em homenagem a Camillo de Mattos, falecido pouco antes, em 24 de agosto daquele mesmo ano, reconhecendo seu papel determinante na gênese desse sonho coletivo.[219]

A primeira diretoria do Hospital São Francisco foi formada por nomes que traduziam confiança e competência: o Dr. Waldemar Pessoa assumiu a presidência, tendo Eugênio Rocha como vice-presidente, Luiz Augusto de Mattos como secretário, Oscar Figueiredo como tesoureiro e Eurico Tavares como vice-tesoureiro. Sob essa liderança, o hospital não tardou a se consolidar como um centro de referência em saúde na região.

O Hospital São Francisco seguiu sua trajetória de crescimento contínuo. Ao longo das décadas seguintes, firmou-se como um grande centro em saúde do interior paulista. Em 1988, ampliando ainda mais sua atuação, foi inaugurado o Hospital do Coração, voltado para a crescente demanda por atendimentos especializados em cardiologia. No ano seguinte, o hospital alcançou outro marco importante: realizou seu primeiro transplante renal e fundou o Centro de Diálise e Transplante Renal, que viria a se tornar um dos mais destacados do país.[220]





Imagens 86 e 87. Vista da fachada e lateral do Hospital São Francisco, em dois diferentes ângulos e em datas distintas, na década de 1950 -1960. Instituição fundada em 1945 que se tornou referência em atendimento médico e humanização da saúde em Ribeirão Preto. A primeira fotografia é um registro de Alfredo, disponível na página Ribeirão Preto Histórica; a Segunda compõe o acervo de Octávio Verri Filho.

Com o passar dos anos, o legado iniciado por Sinhá Junqueira e sustentado por sucessivas gerações de profissionais da saúde foi se expandindo. O Grupo São Francisco — formado pelo hospital, pela operadora de planos de saúde São Francisco Saúde, pela São Francisco Odontologia e por outras iniciativas — consolidou-se como um importante conglomerado de saúde, perpetuando a vocação de cuidado e inovação que marcou sua origem.

Em 7 de maio de 2019, o Grupo São Francisco foi adquirido pelo Hapvida Saúde — um dos maiores conglomerados de planos de saúde do país, com sede em Fortaleza(CE) — por um valor estimado em 5 bilhões de reais. Apesar da magnitude da operação, preservou-se o nome São Francisco, em reconhecimento à tradição e ao legado de uma instituição que, desde sua origem, tornou-se sinônimo de excelência e inovação na área da saúde.[221]

Atualmente, o Hospital São Francisco segue como referência regional, mantendo o compromisso que marcou sua fundação há mais de sete décadas.

Tudo pelas mães e seus filhos

Entre os projetos que expressavam a visão humanitária de Dona Sinhá Junqueira, destaca-se a construção da Maternidade Sinhá Junqueira — um desdobramento natural de seu compromisso com a assistência à gestante e à infância. O novo espaço foi concebido para oferecer atendimento integral às mulheres e às crianças, em consonância com a missão social da benfeitora. Esse propósito foi oficialmente reafirmado em seu testamento, onde, de forma clara e generosa, declarava o desejo de perpetuar o cuidado com os mais vulneráveis. A iniciativa representa um dos momentos mais significativos da história da saúde e da filantropia no interior paulista.[222]

"É meu desejo realizar, ainda em vida, a criação e instalação de uma fundação, denominada de "Maternidade Sinhá Junqueira", destinada ao amparo médico-social da maternidade e da infância, com sede em Ribeirão Preto, onde deverá ser construído o prédio próprio, para isso, no terreno de minha propriedade, situado na mesma cidade, à Rua Bernardino de Campos, esquina da Rua Sete de Setembro e que adquiri por escritura pública de 29 de novembro de 1944. Se, por qualquer circunstância, independente de minha vontade, não tiver eu criado esta fundação, declaro que pelo presente testamento e na melhor forma de

direito, fica criada e instituída uma fundação denominada "Maternidade Sinhá Junqueira", destinada a instalar e manter em Ribeirão Preto uma maternidade destinada a prestar serviços à parturiente pobre e à infância desvalida (...) Assim, lego à referida fundação "Maternidade Sinhá Junqueira" além do terreno já referido, e seja qual for a dotação que em vida eu lhe venha a fazer, lego ainda a importância de vinte milhões de cruzeiros (CR$ 20.000.000.00), sendo dez milhões (CR$ 10.000.000,00) para a construção e instalação da mesma Maternidade, e ficando fazendo parte de seu patrimônio inalienável; e o restante dez milhões de cruzeiros (CR$ 10.000.000,00) aplicados em títulos da Dívida Pública, da União ou do Estado, ou em ações ou debêntures de grandes companhias de alto conceito econômico, sujeitos à clausula de inalienabilidade, para que os seus frutos e rendimentos possam ser aplicados na manutenção da mesma maternidade. Na constituição dessa fundação devem ser aproveitados, na parte que lhe for aplicável, os preceitos e recomendações que faço em relação à fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira".[223]

A pedra fundamental da instituição foi lançada em 18 de março de 1948, em uma cerimônia solene que contou com a presença de autoridades estaduais, delegações de municípios vizinhos e um público expressivo. A celebração ocorreu no terreno localizado na Rua Bernardino de Campos, onde mais tarde seria construído o edifício da maternidade.

A cerimônia, marcada por emoção e reverência, foi enriquecida por discursos memoráveis. José Fajardo, então secretário do Trabalho e representante do governador Ademar de Barros no evento, uma voz muito respeitada, exaltou publicamente a visão e o incansável empenho de Dona Sinhá, cuja dedicação às causas sociais tornava-se, cada vez mais evidente.

Ao lado dele, Dr. Waldemar Barnsley Pessoa e Altino Arantes também tomaram a palavra. Altino, com sua habitual eloquência, detalhou os princípios e objetivos que fundamentavam a criação da Fundação, sublinhando o impacto estrutural que a maternidade traria para a saúde pública regional.[224] Ao final da cerimônia, coube ao Dr. Waldemar Pessoa, membro do Conselho Administrativo, concluir os pronunciamentos com palavras firmes e emocionadas, reafirmando o compromisso coletivo com a missão de cuidado e dignidade que se ergueria naquele solo.

"Entre tanta gente devotada ao bem, avulta em nossa cidade inegável, a figura ímpar de uma dama sensível ao sofrimento alheio – Dona Sinhá Junqueira, altamente permeável às necessidades sociais, carinhosa e boa, que não distribuiu apenas as sobras de sua pecúnia, vai além como neste momento, despoja-se até de parte de seu patrimônio para transformá-lo em agasalho, assistência médica, conforto, saúde enfim, às mães pobres e seus pequeninos filhos sob o teto de uma maternidade. Dona Sinhá, meus senhores, é a versão moderna da boa samaritana; que falem os milhares de leprosos, tuberculosos, pobres de todas as cidades e de criancinhas que apelaram para sua maternal proteção." [225]

Ao meio-dia, Dona Sinhá Junqueira recepcionou autoridades e convidados em um almoço no Grande Hotel. Encerrado o banquete, o secretário do Trabalho, acompanhado de outras personalidades civis, militares e eclesiásticas, visitou o Educandário Quito Junqueira, encerrando um dia que ficaria marcado na história local.

A história da Maternidade Sinhá Junqueira tem intersecção direta com o projeto de instalação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, instituída pela Lei Estadual nº 1.467, de 26 de dezembro de 1951 (226) . A Faculdade foi oficialmente inaugurada em 17 de maio de 1952, iniciando suas atividades clínicas de forma provisória nas instalações da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto.

Mais uma vez a Sinhá atuava no local, pois entendia as necessidades nacionais. Na década de 1950, o Brasil vivia um aumento populacional, se industrializava e se tornava progressivamente urbano. Esse contexto impactou sobremaneira os serviços de saúde. A necessidade era evidente, o que determinou a criação do Ministério da Saúde em 1953, uma vez que anteriormente, Saúde e Educação e Cultura eram geridas em uma mesma pasta.[227]

Nos alicerces que sustentaram a instalação do Hospital das Clínicas — um dos maiores projetos acadêmico-hospitalares do interior paulista — está a generosa colaboração da Fundação Sinhá Junqueira. Foi naquele período formativo, de esperanças e desafios, que a presença decisiva de Dona Sinhá, entusiasta da ciência aliada à educação, se tornou ponte entre o ideal e sua realização.

O prédio localizado na Rua Bernardino de Campos, erguido inicialmente para abrigar a Maternidade que levaria seu nome, foi cedido à Universidade de São Paulo mediante um convênio firmado em 1953. A construção, ainda inacabada, foi assumida pelo Estado de São Paulo e o edifício, até então concebido para acolher mulheres e recém-nascidos, passou a ser adaptado para receber também estu-

dantes de medicina, professores, pacientes e pesquisadores. Nascia ali, entre paredes erguidas pela filantropia, o primeiro hospital universitário da cidade.[228]

Essa articulação não teria sido possível sem a visão compartilhada de líderes comprometidos com o futuro: o professor Zeferino Vaz, diretor da jovem Faculdade de Medicina; o médico Paulo Gomes Romeo, presidente do Centro Médico de Ribeirão Preto; e o Dr. Waldemar Barnsley Pessoa, presidente da Fundação Sinhá Junqueira. A cada um deles coube uma parte na costura desse pacto entre o saber e o cuidado.

O acordo foi formalizado em 9 de abril de 1953, por meio de convênio firmado entre a Universidade de São Paulo, representada por seu reitor Prof. Dr. Ernesto Leme, e a Fundação Sinhá Junqueira, com autorização do governador Lucas Nogueira Garcez. Mais do que um gesto administrativo, a cessão do prédio da maternidade ao ensino público da medicina foi um ato de fé no poder transformador do conhecimento. E, assim, o nome Sinhá Junqueira, já impresso na história da filantropia regional, passou também a ecoar pelos corredores da ciência e da formação universitária.



Imagem 88. Assinatura do convênio entre a Fundação Sinhá Junqueira e a Faculdade de Medicina, para instalação do Hospital das Clínicas, em 9 de março de 1953.

Um ano mais tarde, em 9 de novembro de 1954, a cidade viveu outro momento memorável. Durante a Sessão Solene de abertura do VI Congresso para o Progresso da Ciência — apenas quinze dias antes do falecimento de Dona Sinhá — foi inaugurado o Hospital e Maternidade Sinhá Junqueira.[229] A cerimônia reuniu autoridades civis, militares, científicas e religiosas, além de um público numeroso e diverso, em uma clara demonstração de reconhecimento ao legado da grande benfeitora.[230]

Após passar em revista às tropas perfiladas, o governador deu início à solenidade. Durante os pronunciamentos, destacou-se a fala do professor Zeferino Vaz, diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Em palavras tocantes, exaltou a figura de Dona Sinhá como uma mulher cuja generosidade transformava fortuna em serviço, poder em cuidado. A recém-inaugurada maternidade, destacou, atenderia as mães com zelo e humanidade, ao mesmo tempo em que se tornaria espaço de formação técnica de excelência para os estudantes da faculdade. Zeferino concluiu sua fala com ênfase na dívida de gratidão que a cidade de Ribeirão Preto nutria tanto por Dona Sinhá quanto pelo governador Garcez — figuras que, cada qual à sua maneira, haviam erguido mais que um hospital: haviam semeado um futuro.[231]

Coube a Altino Arantes, em nome de Dona Sinhá Junqueira, agradecer a presença do governador Lucas Nogueira Garcez e das autoridades que prestigiaram a cerimônia. Em suas palavras, destacou o amor profundo de Dona Sinhá pela ciência e o evangelho, ressaltando que a maternidade inaugurada era mais do que um edifício: era símbolo de sua dedicação incansável aos menos favorecidos. Com sensibilidade, exaltou também todos os que colaboraram para tornar a obra realidade, classificando-a como um marco de solidariedade.

Encerrando os discursos, o governador Garcez tomou a palavra e prestou uma comovente homenagem à homenageada. Reconheceu em Dona Sinhá o exemplo mais eloquente de benemerência e filantropia, afirmando que sua vida era a própria encarnação dos ensinamentos bíblicos. “O evangelho”, disse ele, “não foi escrito apenas para ser lido, mas vivido — e Dona Sinhá o viveu com plena fidelidade.” Também elogiou o esforço coletivo envolvido na construção da maternidade, celebrando o impacto que aquela nova instituição teria para Ribeirão Preto e os municípios vizinhos.

O ponto culminante da cerimônia foi o descerramento dos bustos em bronze de Dona Sinhá Junqueira e do governador Garcez, ato simbólico que selou o reconhecimento público de suas contribuições.[232] Em seguida, Monsenhor João Laureano, representando o arcebispo

de Ribeirão Preto, realizou a bênção das instalações, reforçando a importância social e espiritual daquele espaço destinado ao cuidado e à vida. Entre os presentes, destacavam-se o prefeito Condeixa Filho, autoridades locais e regionais, representantes da sociedade civil e admiradores do legado de Dona Sinhá.

Comovida, diante de tantas demonstrações de apreço, Dona Sinhá pronunciou-se:

"Apesar de estar doente, não poderia faltar a esta celebração. Considero esta, uma das maiores obras de minha vida. Sinto-me feliz por cumprir este dever cristão, cuja realização entendo como uma obrigação cidadã. Que as bênçãos generosas de Deus frutifiquem em benefício da coletividade, recompensando o trabalho que eu e meu saudoso marido, coronel Quito Junqueira, nos dedicamos a realizar."[233]

Dona Carmelita Garcez, esposa do governador, acrescentou:

"É reconfortante encontrar pessoas como Dona Sinhá Junqueira, que dedicaram sua vida ao bem-estar coletivo e social, tornando homens, mulheres e crianças mais felizes. Dona Sinhá fez do bem-estar social o propósito de sua vida e hoje se sente recompensada pelos esforços realizados para concretizar esta grande obra, fruto de sua devoção e do legado de seu saudoso esposo." [234]

A inauguração do Hospital e Maternidade Sinhá Junqueira não apenas reafirmou a posição de Ribeirão Preto como polo de excelência na área da saúde, mas também perpetuou o legado de altruísmo e generosidade de Dona Sinhá. Sua memória permanece viva, não apenas nas estruturas que ajudou a erguer, mas, sobretudo, nas vidas transformadas por sua dedicação incansável à causa pública. Cada gesto, cada instituição fundada ou apoiada, compõe um legado que transcende o tempo e continua a inspirar novas gerações.

Como em toda a sua trajetória, o coração maternal de Dona Sinhá Junqueira permaneceu voltado àqueles que mais necessitavam de cuidado: as crianças — nascidas ou por nascer — e suas mães. Com delicadeza e firmeza, amparou-as desde a gestação até o pós-parto, estendendo sua presença generosa aos momentos mais frágeis da vida, sempre guiada pelo compromisso com o acolhimento e a dignidade humana.

A oficialização do Hospital das Clínicas, por sua vez, se deu com a promulgação da Lei Estadual nº 3.274, de 23 de dezembro de 1955,



Imagem 89. O governador Lucas Nogueira Garcez cumprimenta Dona Sinhá Junqueira durante a inauguração da Maternidade Sinhá Junqueira. A imagem evidencia a fragilidade de Dona Sinhá em razão de seu delicado estado de saúde, provavelmente sendo este seu último registro fotográfico.

que instituiu o hospital como autarquia com personalidade jurídica e patrimônio próprio. As atividades foram iniciadas em 15 de junho de 1956, com 150 leitos, consolidando o edifício como sede provisória do HCFMRP-USP.

Com a conclusão das obras em 15 de junho de 1956, o hospital iniciou suas atividades com 150 leitos, atendendo diretamente às demandas da recém-criada Faculdade de Medicina. O edifício, originalmente idealizado para a maternidade, transformou-se, assim, em alicerce para o desenvolvimento do ensino médico e do atendimento hospitalar de excelência na região.

Mais adiante, em 17 de março de 1962, foi inaugurado o chamado "prédio de ampliação", situado na Rua Quintino Bocaiúva e construído com recursos do governo estadual. A nova ala, equipada com ambulatórios, enfermarias, laboratórios e um moderno bloco cirúrgico, duplicou a capacidade do hospital, somando mais 150 leitos ao complexo hospitalar. Com isso, o Hospital das Clínicas consolidava sua posição como referência em saúde, ensino e pesquisa no interior paulista.

Durante mais de duas décadas, o prédio original da Maternidade Sinhá Junqueira permaneceu como núcleo das atividades clínicas da Faculdade de Medicina, abrigando as clínicas obstétrica, ginecológica, médica e cirúrgica.

Reconhecendo a importância da instituição que havia acolhido o hospital em seus anos fundadores, a Câmara Municipal de Ribeirão Preto aprovou, em 1972[235], o projeto de lei que declarou a Fundação

Maternidade Sinhá Junqueira como entidade de utilidade pública, selando o reconhecimento oficial por sua valiosa contribuição à saúde, ao ensino e ao bem-estar social da comunidade.

DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA A "FUNDAÇÃO MATERNIDADE SINHÁ JUNQUEIRA"

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte lei:
Art. 1º - Fica, por esta lei, considerada de utilidade pública a "FUNDAÇÃO MATERNIDADE SINHÁ JUNQUEIRA", com foro e sede nesta cidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Rio Branco, 03 de abril de 1972.

ANTÔNIO DUARTE NOGUEIRA
Prefeito Municipal



Imagem 90. Prédio da Fundação Sinhá Junqueira, em obras, após assinatura do convênio com a Faculdade de Medicina, para criação do Hospital das Clínicas (atual Unidade de Emergência), 23 de dezembro de 1955.

Um legado para sempre



Imagem 91. Fachada da Mater instalada no Jardim Aeroporto.

Mesmo após sua morte, Dona Sinhá Junqueira continuou a influenciar profundamente o destino de gerações. Isso se deve não apenas ao que realizou em vida, mas ao cuidado minucioso com que estruturou seu testamento. Nele, determinou que parte significativa de seu patrimônio fosse destinada à sustentação de obras sociais. O gesto, impregnado de sentido coletivo, ecoaria décadas mais tarde na fundação de instituições como a Maternidade do Complexo Aeroporto (MATER), que se tornaria um dos mais importantes centros regionais de saúde da mulher no interior paulista.

Inaugurada em 8 de março de 1998, a MATER nasceu para atender Ribeirão Preto e os 25 municípios pertencentes ao Departamento Regional de Saúde XIII. Idealizada e gerida inicialmente pela Fundação Sinhá Junqueira, a maternidade carregava, em sua essência, o legado de Dona Sinhá: acolher com dignidade, cuidar com ciência e promover a vida desde seu início. Em sua estrutura, acolheram-se milhares de partos, atendimentos ginecológicos, cirurgias e exames especializados — tudo sob o olhar clínico e humanizado que ela tanto prezava.

Em 2009, um novo ciclo se iniciou com a celebração de um convênio entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Hospital das

Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, com a interveniência da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência (FAEPA). Após cuidadoso processo de transição — que incluiu a devolução do prédio pela Fundação Sinhá Junqueira à Prefeitura Municipal e sua subsequente cessão ao Governo do Estado —, a unidade passou a ser oficialmente denominada Centro de Referência da Saúde da Mulher de Ribeirão Preto – MATER (CRSMRP-MATER). Em 2014, a FAEPA foi confirmada como gestora exclusiva da instituição por meio de convocação pública.[236]

Com o passar do tempo, o CRSMRP-MATER tem se tornado sinônimo de excelência. Referência para uma população de mais de 1,4 milhão de habitantes, tornou-se vanguarda no cuidado à saúde da mulher. Desenvolve modelos multiprofissionais de assistência em consultas ambulatoriais, partos de risco habitual e médio, internações ginecológicas e obstétricas, cirurgias, atendimentos a adolescentes, planejamento familiar e assistência em situações de urgência. Também atua fortemente na formação acadêmica de médicos e enfermeiros da USP, servindo de campo de estágio para diversas especialidades e integrando programas de pós-graduação em ginecologia, pediatria, neonatologia, medicina social e saúde materno-infantil.[237]

Dessa forma, mesmo ausente fisicamente, Dona Sinhá permanece presente — viva no cotidiano da assistência, na formação dos profissionais e, sobretudo, nas vidas que continuam a nascer sob os princípios de acolhimento, ciência e amor que ela ajudou a construir.

Modelo de gestão

A direção da Fundação Educandário Coronel Quito Junqueira[238], inicialmente presidida por Guilherme Augusto de Oliveira, entre outros nomes como a própria Sinhá, Dr. Camilo de Matos, o médico Dr. Waldemar Barnsley Pessoa, por vinte anos, João Paulo Musa Pessoa, por vinte e quatro anos e desde 2012 por Marcos Rocha Awad, tem gerido os projetos vinculados à organização sempre com o olhar voltado às recomendações de Dona Sinhá. O grupo dialoga com a contemporaneidade, sem elevar os pés anteriormente fincados nos princípios descritos no testamento da benfeitora de todo o complexo.[239]

As tratativas de viabilidades são articuladas de acordo com oportunidades que justificam, às vezes, grandes mudanças, como a de vender o prédio concebido para ser a primeira maternidade ao governo do Estado de São Paulo, para consolidação do Hospital das Clínicas

Unidade de Emergência e, com o recurso, construir uma nova unidade. Assim como, algumas décadas depois, passar a gestão da Maternidade Sinhá Junqueira a um grupo privado e com os dividendos resultantes desta operação, manter a rotina mensal da Mater, uma maternidade totalmente pública.

Ou ainda, firmar parceria com a USP para que, mais ativamente e de forma colaborativa essa entidade avance com as formações dos profissionais médicos e os atendimentos da Mater, que são muitos todos os dias.

É nesse complexo universo econômico e político que as Fundações criadas por Dona Sinhá se reinventam a cada novo desafio. Quando não ampliando e multiplicando, consolidando iniciativas já vitoriosas. A certeza que todos têm é que, de geração em geração, os desejos de Sinhá Junqueira não esvaiam, certos de que a herança de amor desta mulher, é sólida o bastante para sobreviver aos tempos que estão por vir, pois até aqui, todas as árvores germinaram.

Unidade Básica de Saúde Waldemar Barnsley Pessoa

Entre os muitos frutos semeados por Dona Sinhá Junqueira, alguns desabrocham décadas depois, como se a vontade plantada em testamento seguisse respirando pelas mãos dos que vieram depois. É o caso da Unidade Básica de Saúde Waldemar Barnsley Pessoa, inaugurada em 2012 no bairro Parque Ribeirão, em Ribeirão Preto. Financiada pela Fundação Educandário Coronel Quito Junqueira, a UBS tornou-se mais que um espaço de atendimento. Concretizou-se como símbolo do alcance duradouro da ação filantrópica que ela soube estruturar com precisão e generosidade.

Nomeada em homenagem ao mencionado médico Dr. Waldemar Barnsley Pessoa, colaborador próximo de Dona Sinhá e figura central na criação do Hospital São Francisco, a unidade ecoa o conceito que unia ambos: o cuidado com o outro como princípio de humanidade. Atendendo uma população de mais de 15 mil habitantes com serviços de atenção primária à saúde, a UBS integra a malha de unidades do município, funcionando como porta de entrada para o sistema municipal, acolhendo, prevenindo e orientando.

Se, em vida, Dona Sinhá acompanhou de perto a fundação de hospitais, centros de puericultura e educandários, sua ação póstuma, arquitetada com o mesmo rigor e desprendimento, continua a construir caminhos. Ao apoiar financeiramente a edificação dessa unidade de saúde básica, a Fundação Educandário, reafirma — mesmo após tantas

décadas — a pertinência de um projeto social ancorado na atenção à vida desde seu início.

Assim, a unidade não é apenas mais um equipamento público de saúde. É a extensão viva de um gesto antigo, nascido do coração e da visão de uma mulher que compreendia, com lucidez rara, que o verdadeiro legado não é o nome em pedra, mas o serviço que permanece. E nele, o nome de Dona Sinhá continua escrito — não na placa, mas em cada gesto de cuidado que ali se repete, todos os dias.

CAPÍTULO III





1. UM TESTAMENTO COMO HERANÇA:

E uma Fundação como guardiã

Em 1947, ao lavrar seu testamento, Dona Sinhá Junqueira além de distribuiu bens, traçou, com a precisão de quem enxerga além da névoa, os contornos de um legado moral e social. Em cada cláusula, revelou não só atenção às urgências de sua época, mas também uma rara sensibilidade para perpetuar valores que moldaram sua existência. Seu desejo era claro: que os frutos de sua vida fossem transformados em permanência, assegurando a continuidade das ações solidárias que marcaram seu caminho e o de tantos outros. Sua preocupação não se restringia ao presente; era uma aposta no futuro, na força do gesto que atravessa o tempo.

No passado, a menina de pouca instrução, soube observar e aprender. Quando pôde, se cercou de especialistas confiáveis e traçou exatamente o que deseja para o futuro, quando já não estivesse nessa dimensão. Notavelmente precavida, ela determinou que o patrimônio das instituições fosse protegido por cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, garantindo sua perenidade. Criou também um Conselho Administrativo vitalício e autônomo, com regras específicas para sua recomposição. Seu gesto foi celebrado publicamente em vida e após sua morte. Assis Chateaubriand a chamou de "uma das mais expressivas figuras femininas da história do Brasil". Enquanto Altino Arantes, em discurso, destacou sua atuação como uma verdadeira "revolução social" pacífica, baseada no cristianismo prático e na justiça amável. Isso não é pouco.[240]

Sinhá Junqueira representou um elo raro entre a aristocracia rural e a filantropia estruturada no Brasil pré-Welfare State.[241] Seu legado permanece vivo nas instituições que fundou, sustentadas pela visão de futuro inscrita em seu testamento.

Talvez, com a melancolia silenciosa que a ausência de filhos biológicos possa tê-la imposto, Dona Sinhá tenha encontrado outras formas de maternar. Às crianças acolhidas pela instituição que fundou ao lado

de seu esposo, o coronel Quito, legou o mais precioso de seus bens: um compromisso irrevogável com a dignidade humana. Sua Fundação foi concebida com o propósito de cooperar, na medida do possível, para a solução dos problemas de assistência e proteção aos necessitados — sem distinções de nacionalidade, raça, credo ou convicção política.[242] E com um princípio inegociável: que todos os recursos fossem aplicados no Brasil, revertendo-se, integralmente, em benefício daqueles que aqui estavam e precisavam.[243]

Naquele período, Dona Sinhá Junqueira já havia semeado, com mãos generosas, uma impressionante colheita de obras filantrópicas que atravessavam os limites de sua terra natal para alcançar os recantos mais necessitados do país e incentivou o florescimento cultural e artístico por meio das instituições que criou, irradiando esses benefícios nas cidades de Franca, Ribeirão Preto, Igarapava, Ituverava e Colina.

Seu testamento, assim, ultrapassou a frieza de um documento jurídico. Tornou-se quase um manuscrito de bem-aventuranças — a expressão última de um sonho cultivado a dois, por ela e por Quito



Imagem 91. Com um afável sorriso nos lábios, Dona Sinhá Junqueira assina a escritura de doação para a Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira. À esquerda, em pé, Dr. Thomaz Lessa, sentados: Dona Sinhá Junqueira, Assis Chateubriand e em seguida, Dr. Altino Arantes, testemunharam o gesto nobre de nossa biografada.

Junqueira, e que ali encontrava não um fim, mas um recomeço. Um gesto de continuidade que, bordado com afeto e visão, buscava atravessar os tempos, deixando como herança não apenas bens materiais, mas uma ética de cuidado e pertencimento.

Redigido com notável precisão e profundo senso de responsabilidade, o documento que formalizava a criação da Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira foi lavrado em 15 de julho de 1950.[244] Sua redação meticulosa não era apenas reflexo de um espírito organizado, mas expressão de um ideal cultivado por décadas: o de transformar a herança pessoal em instrumento de bem coletivo. Com sede estabelecida em São Paulo, a Fundação foi concebida para responder a múltiplas urgências sociais — do amparo à infância desvalida à proteção da maternidade, do cuidado com idosos à assistência aos trabalhadores das Usinas Junqueira. Era, antes de tudo, a institucionalização de um legado feito de gestos, convicções e compromissos.

Ao declarar sua vontade final, Dona Sinhá não hesitou em nomear a Fundação como sua única e universal herdeira. Em seu testamento, registrou:

> *"Instituo como minha única e universal herdeira de todos os bens, direitos, títulos e ações, sem exceção, a Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira, que crio e instituo neste testamento. A referida Fundação, com sede em São Paulo, terá como objetivo:*
> *a) Amparar e educar a infância abandonada e desvalida;*
> *b) Oferecer suporte à parturiente e à mãe em situação de pobreza;*
> *c) Amparar tuberculosos pobres;*
> *d) Apoiar a velhice desamparada, os portadores de lepra e pessoas em condição de pobreza, especialmente nas cidades de Ribeirão Preto, Franca, Igarapava e Colina;*
> *e) Amparar os empregados das Usinas Junqueira e seus filhos."*

E concluiu, com lucidez e generosidade inabaláveis:

> *"Para atender aos objetivos descritos nos itens 'd' e 'e', minha universal herdeira destinará um fundo de três milhões de cruzeiros em títulos da Dívida Pública da União ou do Estado de São Paulo, ou em imóveis, conforme o critério do Conselho Administrativo da Fundação."*

Assim, a voz de Dona Sinhá corporificou-se em algo que não fluiria com a finitude de sua vida.[245] A Fundação Sinhá Junqueira foi oficialmente instituída antes de sua morte. Em 15 de julho de 1950 ela assinou a escritura que transferiu os lucros da Usina Junqueira para obras de caridade e educação. A assinatura do termo de instituição aconteceu no Salão Nobre da Usina Junqueira, na propriedade agrícola, com a presença de autoridades de Ribeirão Preto, São Paulo, Franca, Igarapava e Ituverava, além de políticos e de pessoas de destaque social.[246]

Durante sua vida, Dona Sinhá exerceu o cargo de diretora única, contando com o apoio de um Conselho Consultivo composto por nomes ilustres, como D. Manoel da Silveira D'Elboux (Arcebispo de Ribeirão Preto), Dr. José Maria Whitaker, Assis Chateaubriand, entre outros.

Em 1953, após o falecimento do Dr. Thomas Lessa, Dona Sinhá, indicou o nome de Antônio Junqueira da Veiga, para membro da Diretoria Consultiva. Com a morte da presidente e fundadora, assumiu as funções de presidente vitalício Dr. Altino Arantes e foram eleitos para vice-presidente Dr. Waldemar B. Pessoa, para secretário Dr. Paulo Francisco Andrade Arantes e para tesoureiro coronel Francisco Andrade Junqueira.

Com a estrutura da criação da Fundação de Assistência Social, Dona Sinhá ao fazer a doação do conjunto industrial, usina de açúcar e destilaria, ficou apenas com o fornecimento de cana. Após seu falecimento, a Fundação recebeu o restante dos bens; 7 fazendas de cana em Igarapava, 5 fazendas em Ribeirão Preto e 2 em Colina.

Em uma época em que as redes sociais ainda não existiam, alcançar o mundo não era tão simples quanto clicar em "enviar"; por isso, Dona Sinhá Junqueira pode ser apresentada com uma das maiores animadoras de seu tempo dos movimentos sociais que objetivavam a proteção da infância e da maternidade em nosso país. Desde que se aventurou pelos desafiadores caminhos de servir, a eterna dama revelou um fervor cada vez maior tanto por seus empreendimentos agrícolas quanto pela expansão de sua prosperidade.

Dona Sinhá Junqueira deixou uma expressiva fortuna de 400 milhões de cruzeiros como herança para os trabalhadores de suas fazendas e da usina, destinando esses recursos à fundação da qual todos eles são beneficiários. Além disso, incluiu os pequenos, os necessitados e as crianças que frequentavam as instituições beneficentes, hospitais e maternidades que ela tanto apoiava.

Todo o patrimônio construído pelo casal ao longo de décadas de trabalho incessante foi, ao fim, integralmente destinado a fins sociais.



Imagem 92. TheolinaZemila de Andrade, a Dona Sinhá Junqueira.
Fonte: Acervo Fundação Sinhá Junqueira

Por vontade expressa de Dona Sinhá, seus bens foram revertidos em benefício dos pobres e desvalidos. O testamento, apresentado e aprovado pelo juiz da 3ª Vara de Família e Sucessões do Foro da Capital — onde também tramitou o inventário — teve como inventariante e testamenteiro o Dr. Altino Arantes, e foi amplamente noticiado pela imprensa da época. Nele, cada escolha ressoava a precisão de um gesto maduro e coerente com a trajetória de uma vida inteira dedicada ao bem comum.

Bem-aventurada — no sentido mais profundo da palavra — é aquela que alcança a verdadeira felicidade. E foi essa plenitude, nascida da entrega, que a conduziu à imortalidade.

Segue na íntegra o testamento de Dona Sinhá Junqueira (1947)

"No. 1404 – Ano de 1947. São Paulo, 8 de novembro de 1947. Testamento cerrado. Eu, Theolina Junqueira, que também me assino Sinhá Junqueira, maior, industrial, lavradora e proprietária domiciliada nesta Capital, onde resido à Rua Frei Caneca n. 1.246, venho de minha livre e espontânea vontade, em pleno uso e gozo de minhas faculdades mentais, fazer, pelo presente, o meu testamento e disposição de meus bens para depois de minha morte, tendo pedido ao dr. Otávio Uchoa da Veiga, maior, titular

do 11º. Tabelionato desta Comarca, casado, residente e domiciliado nesta Capital, pessoa de minha inteira confiança, que escrevesse este testamento cerrado, sob meu ditado, não o fazendo eu própria em virtude de dores que sinto nos braços e que me impedem de escrever longamente.

Sou filha legítima de Martiniano Francisco da Costa e de D. Maria Rita da Costa, ambos já falecidos; nasci no município da Franca, em 24 de fevereiro de 1875 e ali me casei em 26 de novembro de 1891 com Francisco Maximiano Junqueira, falecido em Ribeirão Preto em 19 de novembro de 1938. De nosso feliz consórcio não nasceram filhos e não possuindo ascendentes vivos posso dispor livremente de todos os meus bens, para depois de minha morte, como ora o faço, e pela maneira seguinte:

1) Para minha irmã Maria Paula de Andrade Junqueira, deixo o prédio e respectivo terreno situado à Rua Frei Caneca n. 1.246, nesta Capital, com o mobiliário nele existente, legado que será recolhido pelos descendentes da legatária, no caso de pré-falecimento desta; 2) Para meu irmão Azarias de Andrade Junqueira, residente em Ribeirão Preto, deixo em fideicomisso, a importância de cem mil cruzeiros, que pela sua morte, ou pré-falecimento passará para sua filha dona Maria Manuela de Andrade; 3) Para o meu sobrinho Carlos Henrique, filho de meu sobrinho Sebastião de Andrade Junqueira a importância de cinquenta mil cruzeiros e dez mil cruzeiros, para cada um dos demais filhos do mesmo Sebastião de Andrade Junqueira; 4) Para os descendentes de Vicente Macedo, ex-empregado das Usinas Junqueira, a importância de vinte mil cruzeiros; 5) Para cada um de meus sobrinhos Arlindo, Maria de Lourdes e Francisco Regis, esposa e filhos do Dr. Álvaro Caires Pinto, a importância de duzentos mil cruzeiros; 6) Para as minhas sobrinhas Guiomar e Alcina, filhas de meu falecido irmão Bernardo Avelino de Andrade, a cada uma a importância de cinquenta mil cruzeiros; 7) Para meu sobrinho Augusto Diniz Junqueira, a importância de cinquenta mil cruzeiros; 8) Para minha cunhada Genoveva de Andrade, que foi casada com o meu irmão Joaquim Martiniano de Andrade, a importância de cem mil cruzeiros em fideicomisso, para pôr morte da fiduciária passar para o seu filho Joaquim Martiniano, meu afilhado, o qual recolherá este legado no caso de pré-falecimento da legatária; 9) Para a minha cunhada Ana de Andrade Dias, que foi casada com meu irmão João Flausino de Andrade, cinquenta mil cruzeiros; legado que será recolhido pelos descendentes da legatária no caso do pré-falecimento desta; 10) Para o Asilo da Divina Providência, Asilo dos Cegos Padre Chico, ambos de São Paulo, para a Casa da Criança de Franca, para a Casa da criança de Igarapava, para o Asilo da Velhice Desamparada de Franca, para o Albergue Noturno de Ribeirão Preto, para o Asilo Padre Euclides de Ribeirão A Benemerência privada no Estado de

S. Paulo Preto, Asilo Anália Franco de Ribeirão Preto, Conferência São Vicente de Paula de Ribeirão Preto, para o Instituto de Assistência e Proteção à Infância de Ribeirão Preto, para as Santas Casas de Misericórdia de Colina, Igarapava, e Franca a importância de cinquenta mil cruzeiros para cada uma dessas entidades; 11) Deixo a importância de cinquenta mil cruzeiros para cada um dos filhos do meu médico Dr. Valdemar Barnsley Pessoa, residente na cidade de Ribeirão Preto; 12) Deixo a importância de cem mil cruzeiros, para o meu testamenteiro distribuir entre as demais casas de caridade de Ribeirão Preto, tendo em vista a necessidade de cada uma delas, a seu juízo; 13) Para os filhos da minha sobrinha Mariana Junqueira Morgan, casada com Henrique Morgan de Aguiar, a importância de cinquenta mil cruzeiros; 14) Para a minha sobrinha Vera Lobato, filha do Dr. Jorge Lobato, residente em Ribeirão Preto, a importância de cinquenta mil cruzeiros; 15) Para a minha sobrinha Ernestina Mamede da Silva, casada com o Desembargador Joaquim Mamede da Silva, residente nesta Capital, a importância de cinquenta mil cruzeiros; 16) Deixo cem mil cruzeiros para cada um dos meus sobrinhos Paulo Francisco de Arantes e Maria Stela Arantes, filhos do Dr. Altino Arantes, residentes em S. Paulo; 17) Deixo quinhentos mil cruzeiros para o meu sobrinho Dr. Altino Arantes e no caso de ele vir a falecer antes de mim o legado que aqui lhe deixo será para seus filhos, na proporção de quatrocentos mil cruzeiros para os filhos de seu primeiro matrimônio, e cem mil cruzeiros para os filhos do segundo matrimônio; 18) Deixo dez mil cruzeiros para os filhos de meu copeiro Matakito Sato, residente nas Usinas Junqueira; 19) Deixo cinquenta mil cruzeiros para serem convertidos em Apólices da Dívida Pública, com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade para o Patrimônio e Abrigo Dona Ambrosina de Matos, em São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais; 20) Deixo a importância de duzentos mil cruzeiros para a Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto para ser aplicada exclusivamente no tratamento de indigentes; 22) Deixo para minha sobrinha Maria Marta D'Able, casada com Raul D'Able, a importância de cinquenta mil cruzeiros; 23) Deixo ao meu sobrinho Geraldo de Andrade, filho de meu sobrinho João Gabriel de Andrade, a importância de cem mil cruzeiros; 24) Para o Asilo Padre Bento, para tratamento de leprosos, deixo a importância de duzentos mil cruzeiros; 25) Para a Associação Santa Teresinha, de Carapicuíba, atualmente dirigida por dona Margarida Galvão, deixo duzentos mil cruzeiros; 26) Para o Abrigo de Tuberculosos Pobres da Sociedade de Assistência Social e de Combate à Tuberculose de são José dos Campos, cem mil cruzeiros; 27) Para o Hospital São Vicente de Paula de Campos do Jordão, para crianças tuberculosas dirigido pelo

Padre Vita, a importância de cem mil cruzeiros; 28) Deixo para as obras da Igreja de São José de Ribeirão Preto cinquenta mil cruzeiros; 29) deixo para as obras da Igreja de Nossa Senhora do Sagrado Coração, nesta Capital, a importância de cinquenta mil cruzeiros; 30) Deixo para a caixa dos doentes do Hospital de Tuberculosos de Sapecado (Espírito Santo do Rio do Peixe) para a ultimação do cinema, ou, no caso de estar já concluído, para qualquer obra, à escolha dos enfermos e que melhore as condições destes, a importância de cem mil cruzeiros; 31) Deixo a importância de cem mil cruzeiros para cada uma das caixas dos doentes internados nos Hospitais de Cocais, Santo Ângelo, Pirapintigüi e Aimorés; 32) Deixo para minha sobrinha Maria Odete, filha de Martiniano de Andrade, a quantia de cem mil cruzeiros; 33) Deixo para os Sanatorinhos de Tuberculosos de Campos do Jordão cem mil cruzeiros; 34) Deixo a importância de cinquenta mil cruzeiros para ser distribuída aos meus empregados domésticos que me servirem na ocasião de minha morte, e que mereceram a critério exclusivo de meu testamenteiro; 35) Deixo cem mil cruzeiros para o "Pão dos Pobres" da Igreja de Santo Antônio, em Ribeirão Preto; 36) Deixo cinquenta mil cruzeiros para o meu afilhado e sobrinho Bráulio de Andrade Junqueira; 37) É meu desejo realizar, ainda em vida, a criação de instalação de uma fundação, denominada de "Maternidade Sinhá Junqueira", destinada ao amparo médico social da maternidade e da infância, com sede em Ribeirão Preto, onde deverá ser construído o prédio próprio, para isso, no terreno de minha propriedade, situado na mesma cidade, à Rua Bernardino de Campos, esquina da Rua Sete de Setembro e que adquiri por escritura pública de 29 de setembro de 1944. Se, por qualquer circunstância, independente de minha vontade, não tiver eu criado esta fundação, declaro que pelo presente testamento e na melhor forma de direito, fica criada e instituída uma fundação denominada "Maternidade Sinhá Junqueira", destinada a instalar e manter em Ribeirão Preto uma maternidade destinada a prestar serviços à parturiente pobre e à infância desvalida, e nomeio seus organizador e diretor vitalício o dr. Valdemar Barnsley Pessoa, médico, residente em Ribeirão Preto, o qual poderá nomear o seu sucessor, também em caráter vitalício, cabendo a administração da mesma fundação ao diretor-técnico, digo, cabendo a administração da mesma fundação ao diretor referido e ao Conselho de Administração que desde já nomeio: Dona Maria Helena Junqueira, dona Lola Cintra Meireles, dr. Valdemar Barnsley Pessoa, dr. Paulo Francisco de Andrade Arantes; dr. Joaquim Aurélio Filho, Antonio Carlos Pompeu de Camargo e dr. Avelino Alves de Andrade Palma, todos maiores, brasileiros, residentes em Ribeirão Preto, exceto o Dr. Paulo Francisco de Andrade Arantes que reside em são Paulo, sendo estes,

conselheiros vitalícios e a eles atribuo todos os poderes para organizar a fundação e constituir a pessoa jurídica. De modo que, quer eu venha a instituir a fundação por ato intervivos quer ela se constitua por efeito de minha vontade manifestada no presente testamento, faço desde já a dotação necessária para a sua organização. Assim, lego à referida fundação "Maternidade Sinhá Junqueira" além do terreno já referido, e seja qual for a dotação que em vida eu lhe venha a fazer, lego ainda a importância de vinte milhões de cruzeiros, sendo dez milhões de cruzeiros para a construção e instalação da mesma maternidade, e ficando fazendo parte de seu patrimônio inalienável; e o restante dez milhões de cruzeiros aplicados em títulos da Dívida Pública da União ou do Estado, ou em ações ou debêntures de grandes companhias de alto conceito econômico, sujeitas à cláusula de inalienabilidade, para que os seus frutos e rendimentos possam ser aplicados na manutenção da mesma maternidade. Na constituição dessa fundação devem ser aproveitados, na parte que for aplicável, os preceitos e recomendações que faço em relação à fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira; 38) deixo a importância de dez milhões de cruzeiros para constituir fundo inalienável da fundação "Educandário Coronel Quito", com sede em Ribeirão Preto, sendo que os frutos e rendimentos desse fundo inalienável e patrimonial se destinarão a melhorar e ampliar a obra de A Benemerência privada no Estado de S. Paulo assistência a menores que a mesma fundação vem realizando; 39) Deixo a importância de seis milhões de cruzeiros para o fim especial de ser fundada e instalada, na cidade de Ribeirão Preto, uma biblioteca pública, a qual será instalada no prédio da Rua Duque de Caixas n. 88 (oitenta e oito), em Ribeirão Preto, sendo que tanto a doação de seis milhões de cruzeiros, como o legado do referido prédio, da Rua Duque de Caixas n. 88 ficam feitos a uma fundação, de fundo cultural e instrutivo, que ora declaro fundada e instituída, e encarrego ao Dr. Altino Arantes, e na sua falta ao Dr. Paulo Francisco de Andrade Arantes, de praticar todos os atos necessários para a constituição da pessoa jurídica da biblioteca e aquisição de livros e outros objetos necessários para a efetivação da medida. O Dr. Altino Arantes ou o Dr. Paulo Francisco de Andrade Arantes tem plena liberdade na escolha dos componentes do Conselho Administrativo dessa fundação. As importâncias desses três legados ou dotações que não forem aplicadas nas instalações ou em obras das respectivas instituições, serão convertidas em títulos da Dívida Pública, Federal ou Estadual, ou em títulos (ações ou debêntures) de companhias de grande conceito público e sobre estes títulos ficam estabelecidas as cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade, mas os frutos e rendimentos serão aplicados na manutenção dos

respectivos institutos. Instituo minha única e universal herdeira de todos os demais bens, direitos, títulos e ações sem exceção alguma, a Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira que crio e instituo neste testamento. A referida Fundação, com sede na cidade de São Paulo, terá por fim e objetivo: a) amparar e educar a infância abandonada e desvalida; b) amparo à parturiente e à mãe pobre; c) amparo aos tuberculosos pobres; d) amparo à velhice desamparada, morféticos pobres e à pobreza principalmente de Ribeirão Preto, Franca, Igarapava e Colina; e) amparo aos empregados e operários das Usinas Junqueira e seus filhos. Para a realização dos objetivos mencionados nas letras d e a minha universal herdeira destinará um fundo de três milhões em títulos da Dívida Pública da União ou do Estado de São Paulo, ou imóveis, a critério do Conselho Administrativo da Fundação. As rendas do patrimônio da Fundação serão aplicadas preferencialmente na construção e custeio da Maternidade Sinhá Junqueira, na manutenção do Educandário Coronel Quito e na instalação e funcionamento da Biblioteca Pública de Ribeirão Preto e quando se verificar excesso de rendas e já estiverem em funcionamento estes três institutos, o Conselho Administrativo da Fundação aplicará o excedente da renda aos demais serviços de assistência social que constituem as finalidades objetivas da Fundação. Para realizar os recursos necessários ao cumprimento dos legados inclusive os da Maternidade Sinhá Junqueira, educandário Coronel Quito e Biblioteca Pública de Ribeirão Preto, poderá o meu testamenteiro vender as propriedades agrícolas das heranças, mas as Usinas Junqueira e as fazendas anexas só em último caso serão vendidas com a obrigação para o comprador de manter o nome "Usina Junqueira". O saldo será sempre administrado pela Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira, pesando, porém, sobre esse saldo, também aplicado em títulos da Dívida Pública ou de companhias de alta reputação, as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade. A Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira, que instituo e deixo criada neste testamento, será administrada por um Conselho Administrativo composto de sete membros vitalícios que escolherão entre si um presidente, um secretário e um tesoureiro, e desde já nomeio os membros componentes desse Conselho e que são os seguintes: Dr. Paulo Francisco de Andrade Arantes, Dr. Valdemar Barnsley Pessoa, Dr. Tomás Lessa, Dr. Altino Arantes, Bráulio de Andrade Junqueira, Antônio Carlos Pompeu de Camargo e dr. Joaquim Aurélio Cardoso Filho os quais dentro de seis meses após a abertura de minha sucessão se reunião para elaborar os estatutos dentro dos moldes que aqui deixei determinando, submetendo-os à aprovação da autoridade competente. No caso de renúncia, morte ou abandono de

algum ou de alguns de seus membros ou ainda no caso de não poder algum deles exercer o cargo de Conselheiro, por incompatibilidade ou disposição legal, o Conselho reunido deliberará por maioria de votos sobre a escolha do substituto ou substitutos, sendo condição para ser Conselheiro ser maior de vinte e cinco anos de idade, brasileiro nato de absoluta idoneidade, moralidade e capacidade. Dada a relevância e responsabilidade dos serviços a cargo dos Conselheiros, estabeleço que, da renda líquida anual dos bens constitutivos da Fundação, seja distribuída a porcentagem de quinze por cento aos membros do Conselho Administrativo, como retribuição aos relevantes serviços de que ficam encarregados. Se as pessoas por mim aqui nomeadas para constituírem o primeiro Conselho, nenhum deles aceitar a incumbência, ao meu testamenteiro incumbirá a nomeação do primeiro Conselho, do qual ele poderá fazer parte; mas, havendo um só dos designados por mim que aceite o encargo, a esse incumbirá convidar os seus companheiros. O primeiro Conselho Administrativo da Fundação será compromissado pelo Juiz da execução do testamento, ouvido o Ministério Público. No caso de morte ou renúncia de todos os Conselheiros, incumbe ao titular efetivo do Juízo da Primeira Vara das Famílias e das Sucessões da Comarca desta Capital, juntamente com o titular da Curadoria de Resíduos, intervir desde logo para restabelecer a normalidade da Fundação, nomeando então dentre os moradores da cidade, ouvido o Ministério Público, pessoa de absoluta confiança e idoneidade, a qual dará compromisso e o nomeado escolherá os seis companheiros restantes, com aprovação da mesma autoridade judiciária, para integrar o Conselho que, desta forma, readquirirá a sua inteira autonomia. Enquanto, porém, houver um Conselheiro no exercício do cargo, a este incumbirá a escolha dos seis companheiros restantes. O Conselho Administrativo da Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira será completamente autônomo nas suas deliberações e na administração da fundação e de seu patrimônio. Sugiro que, quando houver recursos suficientes para isso, o conselho Administrativo fará construir anexo ao Hospital São Francisco em Ribeirão Preto um pavilhão especialmente destinado ao tratamento e assistência aos doentes de câncer. Concedo o prazo de cinco anos para o pagamento dos Legados que instituo, e funcionamento das Fundações que ficaram criadas, prazo esse que poderá ser prorrogado mediante aprovação do Juízo do inventário, com audiência do Ministério Público. Sendo domiciliada em S. Paulo, determino que no foro desta comarca se proceda aos termos do inventário dos meus bens. Nomeio para meus testamenteiros ao Dr. Altino Arantes, dr. Valdemar Barnsley Pessoa, Dr. Tomás Lessa e Bráulio de Andrade Junqueira, os quais servirão na ordem

da nomeação e a eles peço aceitarem esse encargo, para o que lhes dou por abonados. Declaro que o que servir como testamenteiro terá direito à vintena, seja ou não legatário, e a ele A Benemerência privada no Estado de S. Paulo concede a posse e a administração da herança. As instituições de caráter filantrópico, que são aquinhoadas com legado ou herança, deverão elas próprias pleitear dos poderes públicos a isenção de quaisquer impostos que porventura recaiam sobre o seu respectivo legado ou herança. Os impostos que porventura sejam devidos por pessoas físicas legatárias deverão ser pagos pela minha herança, de modo que os beneficiários recebam os seus legados livres de impostos. Declaro expressamente revogados, e inteiramente, quaisquer testamentos ou codicilos anteriores à presente data, para que prevaleça o presente testamento que é a expressão de minha vontade, livremente manifestada. Tendo lido e relido com a maior atenção, o que acima ficou escrito, e estando tudo de acordo com os meus desejos, peço a todos e à Justiça do país que cumpram e façam cumprir o presente testamento, tal como ele está escrito. Ressalvo a emenda da palavra "crio" da décima nona linha da página nove.

Li e reli e achei tudo conforme.
São Paulo, 8 de novembro de 1947.
Theolina Junqueira, Sinhá Junqueira"

"No entardecer da vida seremos julgados pelo amor"[247]
São João da Cruz



Imagem 93. Assinatura de Dona Sinhá Junqueira

2. O RECONHECIMENTO:

Do Livro do Mérito Nacional à escola na Vila Tibério

O Brasil, enfim, fez justiça a uma de suas grandes benfeitoras ao inscrever o nome de Dona Sinhá Junqueira no Livro do Mérito Nacional.[248] Nenhuma homenagem seria mais justa a uma mulher cuja vida se entrelaçou, de forma tão íntegra e generosa, ao destino dos mais necessitados.

Seus olhos viram a escravidão ser extinta, o Império ser derrubado, a República ser construída e as duas Grandes Guerras Mundiais. Testemunhou a chegada do trem por estas terras, experienciou o carro e o avião. Mulher criada para ser coadjuvante e que andou e decidiu entre poderosos.

Esses mesmos olhos entendiam que o mundo estava diferente. O Brasil[249], que se urbanizava, procurava progressivamente a sua posição de protagonismo internacional, buscando consolidar um binômio agricultura-industrialização em um mundo muito diferente e de significações e símbolos da Guerra Fria.[250]

Foi nesse contexto que no dia 21 de novembro de 1950 às 15h30, no Palácio do Catete, no então Distrito Federal, sob o sol ardente do Rio de Janeiro, Sinhá Junqueira tornou-se a primeira mulher a ser inscrita no Livro do Mérito, em reconhecimento por suas ações sociais e humanitárias. A solenidade, repleta de simbolismo, reuniu ministros, embaixadores, generais e outras autoridades, num gesto que expressava a dimensão nacional do impacto de sua obra.

Foi também nesse contexto que Assis Chateaubriand cunhou para ela o afetuoso título de "Barranqueira do Rio Grande"[251]— uma referência à sua origem às margens do rio que banha o interior de São Paulo e Minas Gerais, como já mencionado anteriormente. Mais que uma alcunha, o título evocava seu enraizamento no Brasil profundo, sua identidade forjada no trabalho, na terra e no compromisso com o outro.




Imagens 94 e 95. A homenagem do governo brasileiro tirou Dona Sinhá de seu refúgio e levou-a até o Rio de Janeiro para assistir à cerimônia de perpetuação de seu nome.

Durante a cerimônia no Palácio do Catete, em 1950, o ministro Ataulpho de Paiva, presidente da Comissão do Livro do Mérito, exaltou a trajetória de Sinhá como exemplo de altruísmo e compromisso humano. Visivelmente emocionada, ela recebeu a homenagem com a humildade que sempre a acompanhou, reiterando seu propósito de seguir adiante com suas obras de assistência social.

O jurista e acadêmico Levi Carneiro, presente à solenidade, foi incisivo ao declarar:

"São as mulheres que hão de governar".[252]

Em Sinhá Junqueira, via-se não apenas o reconhecimento de uma benemérita, mas o prenúncio de um tempo em que as mulheres se afirmariam como protagonistas das grandes mudanças sociais.

A entrega do diploma a Sinhá Junqueira foi realizada pelo próprio presidente Eurico Gaspar Dutra, em uma cerimônia solene que contou com a presença de importantes autoridades da República. Ao lado do presidente estavam o general Newton Cavalcanti, chefe do Gabinete Militar, e o ministro José Pereira Lira, chefe do Gabinete Civil da Presidência. Compunham ainda a comitiva o ministro da Agricultura, o senador Novaes Filho, o escritor José Lins do Rego, o intelectual Waldemar Pedroso e o então ministro da Educação, Pedro Calmon.[253]



Imagem 96. O presidente Eurico Dutra entrega solenemente no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, perante numerosa assembleia o diploma da inscrição no Livro do Mérito a Sinhá Junqueira.

No almoço comemorativo promovido pelos Diários Associados, realizado no Jockey Club do Rio de Janeiro, Assis Chateaubriand cunhou uma expressão comovente para definir a homenageada: chamou Sinhá Junqueira de "Redentora dos Anjos de Cara Suja do Brasil", exaltando sua incansável dedicação às crianças mais vulneráveis do país. O evento, que reuniu grandes nomes da política, das letras e da sociedade civil, rapidamente se transformou em um verdadeiro sarau literário, entremeado por discursos comovidos que celebravam sua trajetória de vida e compromisso social.



Imagem 97. Dr. Altino Arantes discursa em nome da homenageada.

Para também homenagear Sinhá Junqueira, Altino Arantes agradeceu ao presidente Dutra e aos presentes, afirmando que a honraria não apenas celebrava o passado, mas renovava o compromisso de Dona Sinhá com a solidariedade e a justiça social.

O escritor José Lins do Rego, falando em nome da Paraíba, dirigiu-lhe palavras afetuosas e marcantes, reconhecendo nela a grandeza de uma mulher que havia redimido com gestos concretos a infância desamparada do Brasil.

"Eu sou paraibano que não tem crimes nas costas. Sou paraibano pacato, sem trabuco, sem rifle, sem punhal. Paraíba civiliza-se para se transformar numa terra calma à espera de vossa excelência, Dona Sinhá. Vossa Excelência está dando ao Brasil, um lustro de civilização cristã. Em nome da Paraíba vos saúdo desejando que as paulistas de sua estirpe continuem a fecundar a caridade brasileira em benefício do Brasil".[254]

Já o Diário de Pernambuco registrou:

"Deram à Sinhá Junqueira uma honraria que ela bem merece. Escreveram o seu nome no 'Livro do Mérito'. A figura da mulher que superou a riqueza humana para humanizar a sua fortuna, dando estremecimentos humanos ao seu rico ouro, está bem caracterizada na paulista de quatrocentos anos, da melhor fibra, da melhor qualidade bandeirante".[255]

O jornalista Assis Chateaubriand, com seus poderes quase mágicos — entre o cangaceiro audaz e o ilusionista habilidoso —, conseguia extrair lágrimas até de corações reconhecidamente feitos de pedra, como se delas brotasse uma vertente generosa. Tubarões caíam em suas redes com a inocência de sardinhas. Entre os ricos do Brasil, esse paraibano combativo se tornou um verdadeiro mestre do samaritanismo. Sob sua influência, os sonhos da fome se transformam em prodigalidades quase delirantes.

Mas no caso de Sinhá Junqueira, não foi sua lábia que operou milagres. Não. Foi ela quem se antecipou. Foi ela quem agiu antes mesmo que Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, de Umbuzeiro, sonhasse. Com grandeza espontânea, criou para o Brasil uma verdadeira escola de samaritanas.

O nome inscrito no Livro do Mérito era legítimo, incontestável. Que o digam os meninos pobres do Brasil.

Profundamente religiosa, Sinhá Junqueira acreditava que "a verdadeira riqueza residia na compaixão e na generosidade". Via na felicidade, um exercício diário de abnegação — pensar menos em si e mais nos outros. Foi essa crença que a guiou, de forma incansável, na edificação de obras voltadas à solidariedade, pilares de sua existência.

Seu legado não se perpetua como vitrine de vaidade, mas como expressão serena de uma vocação autêntica para o serviço ao próximo. Dona Sinhá viveu para os outros — com espírito cristão, mãos diligentes e um coração capaz de acolher os mais desamparados. Sua trajetória, marcada pela simplicidade e grandeza, permanece como exemplo luminoso de que a solidariedade transforma vidas e inspira gerações.



Imagem 98. LIVRO DO MÉRITO - O Presidente da república, tendo em alto apreço os merecimentos da Senhora Theolina Junqueira e em testemunho público de reconhecimento nacional pela prestação de serviços relevantes para o enriquecimento do patrimônio material e espiritual do Brasil, mandou que fosse feita a inscrição do seu nome no Livro do Mérito.

Mais homenagens

Na manhã do dia 25 de janeiro de 1951, data em que se celebrava o aniversário da cidade de São Paulo, Ribeirão Preto rendeu homenagens à sua grande benemérita. Às 9h, uma missa em Ação de Graças foi celebrada na Catedral local, reunindo autoridades, personalidades da sociedade e uma expressiva participação popular. Logo após, às 10h, foi descerrada uma placa de bronze na residência de Dona Sinhá, oferecida pela cidade em reconhecimento a sua trajetória de dedicação e serviço ao próximo.[256]

Durante a cerimônia, a senhora Lourdes Dinamarco Roxo pronunciou um discurso em nome de Dona Sinhá, agradecendo ao senhor Joaquim Lessa, diretor da Fundação Sinhá Junqueira e procurador-geral das Usinas Junqueira. Em sua fala, ressaltou a importância de reconhecer a generosidade ativa de Dona Sinhá, destacando que aqueles a quem muito foi dado, também devem contribuir com o bem-estar dos que menos têm.

Às 15h, no majestoso Teatro Pedro II, teve início uma sessão solene em homenagem a Dona Sinhá Junqueira. A cerimônia foi aberta pelo senhor Antônio Machado Santana, presidente da comissão organizadora, que convidou as autoridades locais a compor a mesa, presidida pelo então prefeito José Magalhães. Durante a solenidade, o senhor João Palma Guião, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, destacou em seu discurso a trajetória e os feitos de Dona Sinhá, exaltando sua contribuição ímpar à sociedade.[257]

Na sequência, o senhor Machado Santana realizou a entrega simbólica de um cartão de ouro e de um pergaminho com centenas de assinaturas, expressão da profunda gratidão da comunidade. Dona Sinhá Junqueira era vista como a personificação da grandeza do espírito brasileiro. Em nome das cidades que foram diretamente beneficiadas por sua generosa doação de 100 milhões de cruzeiros, falou o senhor Antônio Baldijão Seixas, natural de Franca, terra natal da homenageada.

Encerrando a cerimônia, o deputado federal Altino Arantes, diretor da Fundação Sinhá Junqueira, proferiu um comovente agradecimento, selando a reverência pública àquela que fez da filantropia um legado de amor e justiça social.



Imagem 99. Durante a homenagem em Ribeirão Preto, Dona Sinhá Junqueira e Dr. Altino Arantes. O estilingue pendurado no pescoço, sinal da Comenda Ordem do Estilingue recebido pela Associação do Rádio e Imprensa.



Imagem 100. Em Dona Sinhá Junqueira coabitavam a graça dos gestos delicados e a altivez de uma mulher que, com alma nobre, soube bordar a vida com ternura e coragem. Equilibrava, com rara sabedoria, a doçura e a firmeza, o acolhimento e a força, tornando-a rara entre as pessoas de sua época.

Discurso proferido pelo Dr. Altino Arantes em Ribeirão Preto, durante a homenagem a Sinhá Junqueira, 21 de janeiro de 1951:

"Ainda desta vez cabe-me a honra, de que muito me desvanece, de ser o intérprete do pensamento de D. Sinhá Junqueira. E faço-o nesta faustosa e grata ocorrência para expressar ao povo de Ribeirão Preto, aqui representado brilhantemente em todas as suas classes sociais, a sua imensa, imorredoura gratidão por esta imponente homenagem com que, generosamente, entendeu de enaltecê-la e distingui-la.

Se a concessão pelo Governo da República do diploma do Mérito Nacional tocou-lhe profundamente a alma – esta festa, a que se associam delegações das cidades vizinhas, fala-lhe ao coração a linguagem que mais eloquente e mais compreensiva lhe é: a linguagem sincera e comovida das suas mais caras afeições e das suas mais fundas reminiscências.

Afeições de parentes, de amigos, de conterrâneos ou de simples conhecidos; recordações de um passado que é de ontem e que vive e lateja no seu coração, evocando nele, pela saudade que é "a invisível presença dos ausentes", a vida singela e tranquila – toda feita de honradez e trabalho – que ela e seu querido esposo, o Cel. Francisco Maximiano Junqueira, levaram na soledade da fazenda da Serra, cooperando com o seu esforço cotidiano para que o infindo marfolho verdejante dos cafezais se estendesse pelas encostas do Baixadão e do Resfriado, e, mais longe, pelas matas virgens do Turvo e do Baguaçu. Se desse trabalho aturado por longos anos resultaram vantagens para os municípios de Ribeirão Preto e de Barretos, e, por via de consequência, para a grandeza agrícola do Estado, quis a Providência que dele viessem a sobrar os haveres que constituíram a primeira base da fortuna do casal e que, mais tarde, lhe facultaram a aquisição da Fazenda S. Geraldo, a instalação e o desenvolvimento da Usina Junqueira, que é, sem favor, um dos legítimos padrões da riqueza industrial de São Paulo.

O animador, o fautor máximo desses empreendimentos foi (seria injusto esquecê-lo) o Cel. Quito Junqueira, cuja visão e cujo tino administrativo, vencendo dificuldades de toda ordem, lograram conduzir a termo feliz a arrojada iniciativa.

Deus abençoou-lhe o labor, a coragem e a constância; e, assim, pode ele legar à sua dedicada companheira de todos os dias e de todas as horas, de boa e de má fortuna, a possibilidade de estar ela hoje realizando as múltiplas obras de assistência social que os ilustres oradores desta assembleia tão eloquentemente descreveram e elogiaram.

O Educandário Coronel Quito, que há cerca de oito anos está em pleno funcionamento e por cujos pavilhões e por cujas classes já passaram cerca de 1200 alunos, foi o marco inicial da grande obra de caridade cristã e de

solidariedade humana, que vai ter o seu adequado remate nessa magnífica Maternidade, cujas paredes já se levantaram do solo e que, dentro em breve, será um dos mais belos monumentos desta cidade. "Mas a engenharia científica que planeja e edifica tais monumentos seria impotente para levar a bom termo a sua tarefa, se ao seu lado, para animá-la e assisti-la moral e materialmente, não estivessem, atentos e prestantes, esses outros engenheiros que um escritor americano contemporâneo chamou de arquitetos de ideias; arquitetos dos quais talvez se pudesse dizer, com Remy de Rougemont, que eles trabalham com a cabeça e pensam com as mãos. Porque com a cabeça, que é inteligência e vontade, descobrem as necessidades dos tempos em que vivem e se devotam a minorá-las; e com as mãos, que significam ação e tenacidade, abrem nas terras em que moram as leivas fundas nas quais lançam e fazem germinar e fazem crescer a sementeira mirífica do Bem, em todas as suas esplêndidas e multiformes florações. Ora, entre esses beneméritos arquitetos de ideias, avulta, por certo, a figura preclara de D. Sinhá Junqueira; – e quem o diz não é a minha palavra, que talvez se possa averbar de suspeita, mas a sentença soberana e inapelável desta manifestação que se reveste de imponência e de autoridade de um autêntico plebiscito.

Plebiscito espontâneo e majestoso que, bem longe de envaidecê-la ou marcar-lhe uma pausa às atividades beneficentes, lhe reaviva e lhe redobra no espírito a ânsia de procurar, nas lições sublimes do Evangelho que ela bem conhece e sabe praticar, as verdades eternas que dão à vida o seu sentido e a sua grandeza; por isso que nos demonstram que todo egoísmo é estéril e nos encarecem a necessidade de nos aproximarmos cada vez mais da nossa família, da nossa gente e, sobretudo, das classes proletárias – desse inumerável povo de humildes, pequeninos e de desvalidos.

A sugestiva palavra de compaixão – misereor super turbas – com que o Cristo desvendou aos olhos de seus discípulos de todos os tempos, a sua incoercível predileção pelos desabrigados, pelos famintos e pelos enfermos, nunca como hoje foi tão oportuna e tão necessária.

Nessa fórmula tão simples quanto tocante encontra-se, por certo, o segredo da melhor solução para um dos mais temerosos problemas que se antepõem à sociedade coeva, barrando-lhe o caminho, ameaçando-lhe as instituições e sacudindo-lhe os fundamentos. A verdade, com efeito, é que, se todos os cristãos de nome o fossem também de espírito e de fato, não pesaria sobre a humanidade, afogando-lhe o cérebro e paralisando-lhe o braço como irremovível armadura de chumbo, a lancinante, pavorosa angústia das questões sociais.

O erro provém da ignorância, do menoscabo, ou do esquecimento das sagradas letras; pois que nestas categoricamente se prescrevem o amor do

Criador e a caridade fraterna entre as criaturas. E nessa dupla corrente de afetos está consubstanciada toda a teoria e toda a ética do cristianismo.

Nem seria descabido relembrar aqui uma coincidência estranha, impressionante, quase diria, providencial. Na língua aramaica, nesse idioma áspero, mas preciso em que falou e ensinou Jesus, os conceitos da esmola e da justiça são de tal forma equivalentes, tão perfeita é a sinonímia entre eles, tão íntima é a simbiose que os enlaça que uns e outros se exprimem por um só e idêntico vocábulo: Sédaka.

De sorte que tanto faz esmola o magistrado que, por dever de ofício, condena o criminoso, absolve o inocente, proclama o direito contestado ou ofendido; como faz justiça o rico que, por bondade ou preceito de religião, ampara o órfão, veste o nu, alimenta o faminto, abriga e cura o doente.

A Assistência carinhosa e solícita; o conselho amistoso e prudente; o socorro material conveniente e até mesmo a admoestação grave e comedida – toda feita de brandura e de bem-querer – são outras tantas formas dessa diuturna e eficiente obra de cooperação social, que Faber atiladamente chamou de "Justiça amável". Sim, explica ele, porquanto a outra justiça, essa que, por imposição legal, desconhece a bondade e o perdão para só aplicar o texto inflexível dos Códigos – é, de sua natureza, sempre austera e rigorosa, não raro ríspida, quase desumana... Muito maior foi sempre, entretanto, o número de almas convertidas pela benevolência e pela cordura do que pela ciência dos mestres, pelo sermão dos pregadores ou pela punição dos juízes e dos tribunais. Não nos arreceemos, pois, de ser os arautos e os praticantes dessas doutrinas, velhas de vinte séculos, mas hoje, muito mais que outrora, flamantes de novidade; por isso elas são imutáveis e sempiternas como o próprio Deus que, primeiro, as ensinou.

Não hesitemos em abandonar, por alguns instantes ao menos, a "torre de Marfim" onde, preguiçosas e displicentes, se encastelam a nossa Sabedoria e a nossa Abundância, para descermos ao duro terreiro onde a plebe trabalha, sofre e clama. Levaremos então aos indigentes de pão e de lar, aos oprimidos, aos espoliados, aos sofredores de todo o gênero, com o óbolo da caridade, o verbo altíssimo da Fé e da Esperança que, para sempre, os há de libertar das ideologias falaciosas e dos extremismos subversores.

Quando os ricos (repitamos ainda uma vez a palavra de Gil Robles), quando os ricos se resolverem a ser um pouco menos ricos, para que os pobres, a seu turno, se tornem menos pobres; quando a verdadeira "justiça social" conseguir instaurar e preservar, em sua plenitude, os direitos da pessoa humana, – o comunismo que tanto nos preocupa e apavora, terá perdido a sua arena predileta de ação, e o pregão sugestivo de suas reivindicações esvanecerá no silêncio ou morrerá no deserto.

Então, o cárcere, o exílio, a dissolução dos partidos ou a cassação dos mandatos se apresentarão aos nossos olhos no seu odioso aspecto de meros instrumentos de força – absolutamente ineficazes para subjugar o pensamento e escravizar os espíritos, para abafar a propaganda e impedir o proselitismo. E ainda neste lance decisivo, a nossa Fé terá sido a nossa vitória. Que tudo isto é verdade – confirma-o o brilhante jornalista Assis Chateaubriand, quando, ao falar na Usina Junqueira no próprio dia em que D. Sinhá Junqueira assinava a escritura de sua grande fundação, não trepidou em declarar que ela, naquele momento e naquele gesto inédito de clarividência e de generosidade, estava ajudando a realizar em nossa Pátria uma salutar e gloriosa revolução social... Revolução incruenta e pacífica, em cujo desfecho os vencidos aplaudem e premeiam os vencedores; e os vencedores coroam de louros os vencidos. Revolução benfazeja e construtiva, cujo objetivo, quando integralmente atingido, virá consagrar e proclamar a preeminência eterna dos valores morais sobre as forças e sobre os bens materiais que confinam os horizontes humanos nos limites por demais estreitos da vida meramente temporal.

Quando o homem, cônscio de que o aperfeiçoamento é a lei do seu próprio ser, observa atentamente a luta bravia que se trava em torno de si mesmo entre as forças econômicas e as espirituais, para logo se convence de que, nessa árdua e impiedosa peleja, ele pode atuar como cooperador de Deus, pugnando pela melhoria e pela progressiva ascensão da humanidade para melhores e mais elevados destinos.

E então a sua existência se transfigura, se enobrece e se exalta. As frivolidades do mundo, as suas festas, as suas galas e os seus ouropéis; as suas vaidades e as suas intrigas; os seus contratempos, os seus embustes e as suas misérias; os alquimistas da fama, da riqueza ou do poder; todas essas mesquinhas realidades cotidianas fogem espavoridas e desaparecem inanes, como nuvens errantes que o sol esgarça e o vento varre. E todas as horas e todos os instantes da vida; todos os embates, todas as contrariedades e todas as provações se revestem, como por encanto, de uma beleza e de um fascínio irresistíveis. Alegre e fecunda, intensa e magnífica apesar de suas fadigas e das suas lutas, a existência parece-lhe, como a Disraeli, "muito curta para ser mesquinha". O tempo afigura-se lhe também, como a S. Francisco Xavier, "demasiado fugaz para a longa tarefa a realizar".

E os bons trabalhadores, esses tais "arquitetos de ideias" assim estimulados e retemperados, não se conformariam em abandonar a sua faina ao cabo de trabalhosa jornada, se a inspiração do alto, misteriosa e persuasiva, a segredar-lhes no fundo da consciência, lhes não afiançasse a certeza e indicasse os meios para que as obras encetadas e porventura

ainda inacabadas se completassem e perdurassem, depois de sua morte, pelos tempos afora.

Somente eles se podem proclamar os vitoriosos da terra e os eleitos do céu, porque somente eles, ao exemplo de D. Sinhá Junqueira, sabem viver a vida verdadeira, que consiste em bem servir ao próximo para melhor servir a Deus. Duplo preceito de um só mandamento. Mandamento supremo no qual, segundo a palavra infalível, se resume a lei universal: In hisduobusmandatis universa lexpendet.

Amar as criaturas para amar ao Criador. Serviço social ao serviço divino. Verso e reverso da mesma medalha. Duas conchas de ouro e fio da mesma balança. E por que não o pronunciar desde já? Dois forais para a benemerência no presente. Duas asas para a imortalidade no futuro...

Porque, em verdade, Exmas. Senhoras e meus Senhores, nunca alguém passou sob arcos triunfais mais gloriosos do que aqueles que, como acontece a D. Sinhá Junqueira neste comício, estão sendo recebidos no amplexo do povo e aclamados pelas bênçãos dos infelizes e dos pobres.

Por tudo isso que vale pela maior das recompensas, que importa na mais ilustre das apoteoses, ela vos apresenta a todos o tributo de seu perene reconhecimento, de sua irrestrita dedicação."[258]



Imagem 101. Um chauffeur, beneficiado pela organização criada por Dona Sinhá Junqueira em Ribeirão Preto, beijava sua mão em um gesto de gratidão. O ato, cheio de emoção e simbolismo, refletia o respeito e a admiração que a população de Ribeirão Preto nutria por ela. Na ocasião, Dona Sinhá foi homenageada com um cartão de ouro e um pergaminho contendo milhares de assinaturas, testemunhando o reconhecimento de sua contribuição à comunidade.



Imagem 102. Uma das iniciativas mais notáveis da Associação Regional de Rádio e Imprensa de Ribeirão Preto, foi a criação da Comenda da Ordem do Estilingue, uma honraria concedida entre 1948 e 1957, reconhecendo personalidades que se destacaram por serviços prestados à coletividade. Na foto acima, Luís Leite Lopes, Antônio Diederichsen, Dona Sinhá Junqueira e Osvaldo Pereira Cunha. Cabia aos homenageados o direito de "estilingar" sem ser "estilingado".



Imagem 103. Diante desse fato, a população de Ribeirão Preto, prestou-lhe significativa homenagem em frente ao Theatro Pedro II, a festa com caráter regional, teve várias cidades vizinhas com suas delegações.





Figuras 104 e 105. Em 1953, pela Lei Ordinária nº 298, de 20 de maio de 1953, a Câmara Municipal de Ribeirão Preto, concedeu à Dona Sinhá o título de cidadã ribeirão-pretana.



Imagem 106. Além dos títulos "Barranqueira do Rio Grande", e "Barranqueira do Paraná", em homenagem póstuma, no ano de 1966, Dona Sinhá Junqueira, recebeu o título Barranqueira do rio São Francisco, concedido na cidade de Januária – MG, pelo donativo feito à instituição, no valor de cinco milhões de cruzeiros.
Fonte: Acervo Fundação Sinhá Junqueira

Escola Sinhá Junqueira

A Escola Estadual Dona Sinhá Junqueira, instituída pelo Decreto nº 23.949, de 16 de dezembro de 1954,[259] tem sua origem profundamente entrelaçada ao processo de desenvolvimento econômico, social e cultural de Ribeirão Preto, especialmente no bairro da Vila Tibério, onde foi edificada ainda na década de 1920.

Naquela época, a Vila Tibério era um bairro em franca expansão, com perfil marcadamente operário. Recebia expressivo contingente de imigrantes atraídos pelo trabalho nas lavouras cafeeiras, além de ferroviários e trabalhadores de indústrias como a Antarctica, cuja construção da fábrica teve início em 1909. A proximidade com o centro urbano impulsionava seu crescimento, com cerca de 40 a 50 residências, configurando-se como um território estratégico para a expansão da cidade. Foi nesse contexto de urbanização e aumento populacional que surgiu a demanda por um espaço escolar capaz de acolher a comunidade local.

Em 1919, a área conhecida como "Chácara Veridiana" ou "Chácara Martinico", pertencente ao Conselheiro Antônio da Silva Prado, a



Imagem 107. Primeiramente, a escola foi denominada de 3º Grupo Escolar de Ribeirão Preto. Posteriormente, pelo Decreto nº 23.949 de 16/12/1954, passou a chamar-se Grupo Escolar "D. Sinhá Junqueira". Atualmente é designada de Escola Estadual D. Sinhá Junqueira.

Dona Veridiana Valéria da Silva Prado e a Dona Albertina Prado, foi adquirida pela prefeitura por 30 contos de réis, marcando o primeiro passo para a implantação do futuro equipamento educacional que viria a atender gerações de estudantes da região.

A área foi doada ao Governo do Estado de São Paulo, conforme a Resolução nº 797, de 28 de abril de 1919, para a construção do 3º Grupo Escolar de Ribeirão Preto. Localizado na Rua Conselheiro Dantas, entre as ruas Luiz da Cunha, Martinico Prado e Conselheiro Saraiva, o grupo escolar iniciou suas atividades em 16 de outubro de 1921.

O prédio original era simples, com um edifício central retangular, fachada convencional e janelas em arco. À medida que a demanda aumentava, novas reformas e ampliações foram realizadas, como a de 1958, que incluiu a construção de salas adicionais e a modernização das instalações elétricas e sanitárias. Em 1960, a escola já era a maior da região escolar.[260]

Em 16 de dezembro de 1954, o 3º Grupo Escolar foi renomeado para Grupo Escolar Dona Sinhá Junqueira, em homenagem a Theolina de Andrade Junqueira. Desde então, a escola consolidou seu papel como referência educacional na cidade.

Atualmente, a Escola Estadual Dona Sinhá Junqueira possui uma infraestrutura moderna e diversificada, com quatorze salas de aula, biblioteca, sala de leitura, sala de computação, quadras esportivas, refeitório e outras dependências. Além de atender às necessidades da comunidade local, a instituição mantém vivo um patrimônio histórico e cultural importante.

Em 2002, foi tombada pelo CONDEPHAAT[261] como parte do conjunto de 123 escolas da Primeira República, garantindo a preservação de sua rica história e de seu legado para as futuras gerações. Em 2021, a escola celebrou com grande júbilo o seu primeiro centenário.[262]

3. UMA HISTÓRIA SEM FIM:

Ou eternos recomeços

Em 26 de novembro de 1954, Ribeirão Preto amanheceu vestida de luto. Na penumbra serena da madrugada, quando o relógio marcava 4h, silenciou-se uma vida que tanto ecoara em gestos de bondade. No recanto tranquilo de seus aposentos, envolta em dores que só a carne conhece, Dona Theolina de Andrade Junqueira — a Sinhá — desprendeu-se do mundo. Tinha 80 anos. Seu corpo já sofria os rigores de um mal implacável: câncer metastático no fígado, no cólon sigmoide, síncope e insuficiência cardíaca. Mas foi com um terço entrelaçado nos dedos, como se cada conta encerrasse uma prece, que ela partiu em paz.

A cidade perdeu, naquele instante, não apenas uma mulher, mas uma presença que durante décadas amparou os desvalidos. Desde os primeiros anos, Sinhá Junqueira se fez notar pela ternura ativa, pelo olhar atento aos que sofriam à margem. Era sua vocação: devolver humanidade a quem dela foi privado. E assim partiu, deixando não apenas memória, mas legado — daqueles que, mesmo ausentes, continuam a acender luzes no caminho dos que ficam.

Legado que não se encerrou com o silêncio da morte — ao contrário, alargou-se no tempo, bordando de esperança a vida de muitos. O alcance de sua ação social transbordou os limites de Ribeirão Preto, ecoando por terras distantes, como um sopro de compaixão a tocar corações anônimos.

Na hora do adeus, centenas se reuniram para render-lhe as últimas homenagens.[263] Rostos marcados pela gratidão compunham uma multidão comovida, que acorreu ao velho casarão da Rua Duque de Caxias, onde Sinhá passou seus últimos anos. Ali, entre paredes que testemunharam suas vigílias e suas derradeiras ternuras, seu corpo foi velado com a reverência dos que sabem que uma grande alma se despede.

Às 16h, o cortejo fúnebre atravessou a cidade como um rio de saudade. Passou pela Esplanada do Teatro Pedro II, que tantas vezes foi palco de

suas ações filantrópicas, até alcançar a Catedral Metropolitana. Sob os vitrais da fé, Dom Luís do Amaral Mousinho celebrou as exéquias e a missa de corpo presente. Sobre o caixão, repousava a bandeira de Ribeirão Preto — cidade que Dona Sinhá escolheu como lar e à qual se entregou com devoção. E, envolta em flores, seguiu pela Avenida da Saudade, onde o repouso eterno a aguardava, não como fim, mas como semente.

Em um gesto que brotou do coração coletivo, o comércio da cidade cerrou suas portas, silenciando as vitrines em sinal de respeito. Pelas ruas, o cortejo seguiu seu curso solene, guiado por uma comoção profunda. A cidade se mobilizou inteira — homens, mulheres e crianças deixaram seus afazeres para acompanhar aquela que, em vida, soube reunir em torno de si tanto os poderosos quanto os miseráveis.[264]

À medida que o féretro avançava lentamente rumo ao Cemitério da Saudade, mais e mais pessoas se juntavam ao cortejo. Ex-alunos, beneficiários de suas obras, cidadãos de todas as esferas sociais — todos convergiam como afluentes de uma mesma corrente de gratidão. Na dianteira, marchavam os alunos do Educandário Quito Junqueira, símbolo vivo do cuidado que ela cultivou como missão.

No Cemitério da Saudade, Joaquim Aurélio Cardoso Filho, diretor da Fundação, em nome de todos os beneficiários, fez um discurso emocionado. Com palavras entrecortadas pela tristeza, ele disse:

> *"Neste momento de dor e perda, minha voz se embarga pela emoção que se reflete em todos os rostos. Dona Sinhá, que em vida foi a mãe de Ribeirão Preto, agora nos deixa em corpo, mas seu espírito permanecerá conosco para sempre. Suas obras de caridade, amparando as crianças de nossa cidade e de muitas outras, são um exemplo eterno de sua bondade e dedicação aos menos afortunados. Obrigado, Dona Sinhá, por todo o bem que semeou entre nós. Sua imagem ficará para sempre em nossos corações, inspirando-nos a continuar sua missão de amor e solidariedade."*[265]

Entre as autoridades, estavam o coronel Condeixa Filho, então prefeito de Ribeirão Preto, e o bispo da cidade, cujas palavras sagradas tentaram consolar os corações atordoados pela perda. Representantes das faculdades de Medicina, Odontologia e Farmácia da Universidade de São Paulo também se fizeram presentes, assim como dirigentes de educandários e líderes dos grupos comerciais que, direta ou indiretamente, foram tocados por sua generosidade incansável.

De São Paulo, vieram nomes de peso — Altino Arantes, Paulo Arantes, Francisco Régis Caires Pinto e sua esposa — todos trazendo consigo não apenas títulos, mas o reconhecimento da importância daquela mulher que soube unir, com rara firmeza e delicadeza, caridade e gestão, fé e ação. Também compareceram Francisco de Andrade Junqueira, Nenê de Andrade Junqueira e Antônio de Pádua Junqueira, laços de sangue e de história que ali se entrelaçavam, compondo o cenário solene da última homenagem a uma vida que tanto serviu.

O prefeito municipal, Alfredo Condeixa Filho, decretou luto oficial de três dias, como se tentasse, com esse gesto simbólico, abarcar a dimensão da perda.

DECRETA LUTO OFICIAL POR TRÊS DIAS

Alfredo Condeixa Filho, Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, usando das atribuições inerentes ao seu cargo, tendo em vista que a Senhora Dona TheolinaJunqueira (Sinhá Junqueira) cidadã ribeirão-pretana, hoje falecida, prestou relevantes serviços à Nação e especialmente a este Município, com notável dedicação e zelo,

Resolve:

Artigo 1º - Em homenagem a sua memória decretar luto oficial por três dias, conservando durante esse tempo, em funeral no edifico da Prefeitura, a Bandeira Brasileira.
Artigo 2º - Suspender o expediente das repartições municipais às 15 horas, para que todos os servidores possam acompanhar o féretro até o Cemitério Municipal.

ALFREDO CONDEIXA FILHO
Prefeito Municipal[266]

No dia 28 de novembro, a Câmara dos Deputados, em gesto de reverência solene, rendeu homenagens póstumas a Dona Sinhá Junqueira. O poder legislativo da nação, através das vozes dos deputados Nelson Omegna e Pereira Lima, uniu-se para exaltar a memória de uma mulher cuja vida foi consagrada ao invisível trabalho de erguer dignidades.

Cercados por diversos parlamentares, os discursos não eram apenas formais: eram testemunhos emocionados da grandeza de uma trajetória moldada pelo amor.[267]

Sua morte — como era de se esperar — lançou um véu de consternação sobre toda a sociedade paulista e entre aqueles que haviam experimentado o amparo do seu espírito filantrópico. Sinhá Junqueira passou pela existência como quem semeia luz, com gestos simples e ternos, mas de uma fecundidade que atravessa o tempo. No dia em que partiu, entregou-se ao mistério do infinito, onde cessa a tirania do tempo.

Suas histórias, antes ditas ao vento, agora residem na memória. Sua essência permanece — invisível aos olhos, viva na lembrança. E assim, envolta na tranquilidade de quem sempre soube que o adeus é uma outra forma de amar, Dona Sinhá partiu.

Paz à sua alma.



Imagens 108 a 112. O sepultamento de Dona Sinhá Junqueira, foi registrado em filme no formato Super 8 mm, capturando de forma silenciosa, porém comovente, os últimos momentos de homenagem prestados à benemérita. Curiosamente, essa preciosa gravação permaneceu esquecida por décadas e só veio à tona quando foi encontrada por acaso, entre entulhos prestes a serem descartados por um antigo funcionário do Educandário. Com duração de 9 minutos, o filme foi posteriormente digitalizado e hoje encontra-se disponível no YouTube.

Ao se despedir de Sinhá, fica ainda sobrepondo-se aos contextos a origem do termo. A forma carinhosa e coloquial derivada da palavra "Senhora", muito utilizada no Brasil desde os tempos coloniais, carrega suas marcas.[268] Derivada da expressão portuguesa "minha senhora", que por contração fonética se transformou em "sinhora" e, mais tarde, em "sinhá", exibe traços profundos da história social e cultural brasileira, especialmente no contexto das relações entre senhores e escravizados.

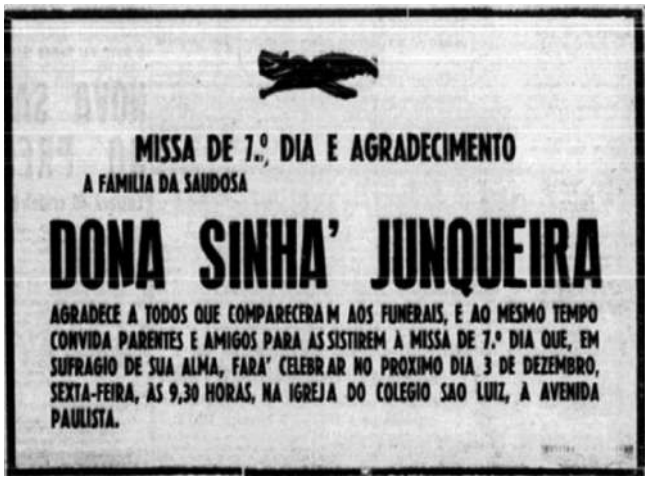
Durante os séculos XVIII e XIX, "sinhá" era a forma como os escravizados se referiam às mulheres brancas de famílias senhoriais — esposas dos senhores de engenho ou filhas da elite rural. Assim como "sinhô" (de "senhor"), a palavra atravessou o tempo, conservando tanto sua carga afetiva quanto os ecos de um Brasil patriarcal, rural e profundamente marcado pela escravidão.

Com o passar das décadas, "sinhá" foi ganhando contornos mais simbólicos e afetivos, sendo também usada para designar mulheres respeitáveis, matriarcas, figuras de autoridade moral e benevolência dentro de uma comunidade. Em muitos casos, tornou-se um título de reconhecimento popular, atribuído àquelas cujas presença e atuação ultrapassavam os limites da vida doméstica para tocar, com dignidade e generosidade, a vida pública.

No caso de Theolina Zemila de Andrade Junqueira, o título de "Dona Sinhá" não foi apenas um modo de tratamento: foi uma consagração. Assim ela ficou conhecida, respeitada e eternizada. A alcunha sintetiza o afeto da população e o reconhecimento de sua autoridade carismática, revelando não apenas sua origem social, mas, sobretudo, o profundo respeito que sua figura despertava.

"Sinhá", portanto, é mais que uma palavra — é um legado de memória, reverência e identidade.

Setenta anos após sua morte, a obra de Sinhá Junqueira continua a despertar admiração e aplausos por todo o país. Figura central em tantas cruzadas filantrópicas, seu nome permanece como sinônimo de solidariedade comprometida e visão de futuro. Em vida, foi reverenciada; em memória, permanece como referência.



MISSA DE 7.º DIA E AGRADECIMENTO

A FAMILIA DA SAUDOSA

DONA SINHA' JUNQUEIRA

AGRADECE A TODOS QUE COMPARECERAM AOS FUNERAIS, E AO MESMO TEMPO CONVIDA PARENTES E AMIGOS PARA ASSISTIREM À MISSA DE 7.º DIA QUE, EM SUFRAGIO DE SUA ALMA, FARA' CELEBRAR NO PROXIMO DIA 3 DE DEZEMBRO, SEXTA-FEIRA, ÀS 9,30 HORAS, NA IGREJA DO COLEGIO SAO LUIZ, À AVENIDA PAULISTA.

Figura 19. Nota publicada no Correio Paulistano, em 30 de novembro de 1954, contendo agradecimento da família de Dona Sinhá Junqueira pelas condolências recebidas, bem como o convite para a celebração da Missa de Sétimo Dia. O registro acima, exemplifica as práticas de luto e comunicação social da elite paulistana no período. Costume esse, que se perdeu durante as últimas décadas.

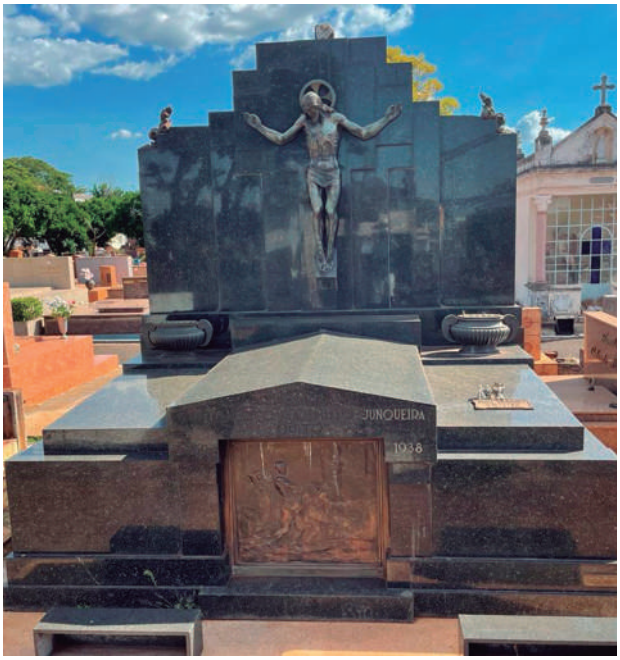


Imagem 113. Jazigo, no Cemitério da Saudade, em Ribeirão Preto, onde repousam, lado a lado, os restos mortais do coronel Quito e de Dona Sinhá Junqueira, selando na eternidade a união de duas vidas dedicadas ao bem comum.



Imagem 114. Sinhá Junqueira, em 1939



Imagem 115. Dona Sinhá Junqueira, sempre sorridente, em sua residência na Fazenda São Geraldo, 1939.

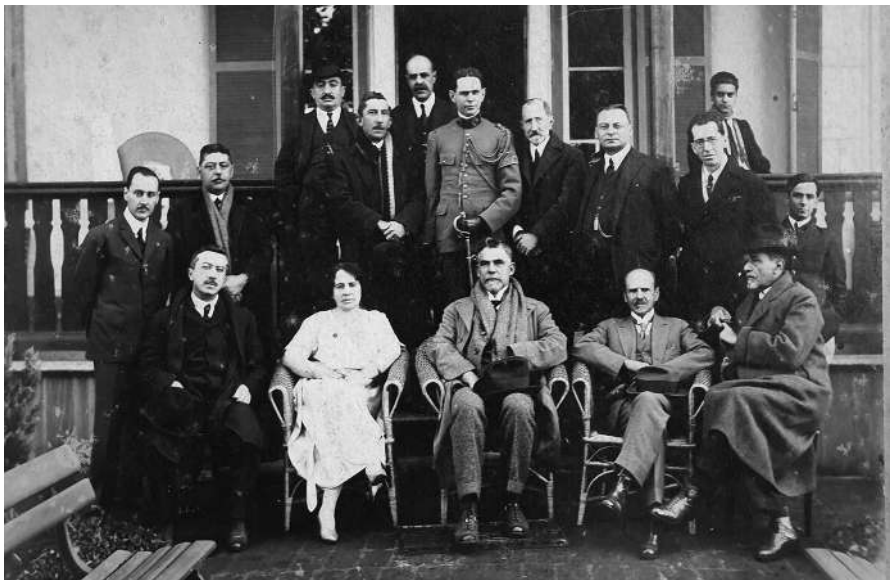


Imagem 116. Foto da década de 1920, Dona Sinhá Junqueira, ao lado do Washington Luís (ao centro), e coronel Quito Junqueira.



Imagem 117. Um passatempo favorito de Dona Sinhá era a pesca – registro em data desconhecida, provavelmente década de 1940, no quiosque à beira do Rio Grande.







Imagens 118 a 120. Momentos de descontração em sua casa, na rua Frei Caneca, em São Paulo.



Imagem 121: Dona Sinhá Junqueira, no baile de carnaval da Vila Operária.



Imagem 122. Dona Sinhá Junqueira, na ocasião da missa de safra; nela aparecem Dr. Waldemar Barnsley Pessoa, sua eposa dona Aracy dos Santos Musa Pessoa e Dona Sinhá Junqueira.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 Francisco Maximiniano foi elevado a Coronel pela autoridade de estado.

2 Eram os tempos de D. José I, que reinou entre 1714-1777, governante considerado um Déspota Esclarecido e que teve em seu reinado, a presença marcante de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Ficou conhecido com um rei Reformador, pois foi direcionado por ideais progressistas e racionalistas do iluminismo, em especial no campo das políticas econômicas e administrativas no campo educação e economia, buscando otimizar a administração do Império Colonial português. Ver: MAXWELL, Keneth. Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996 e D. José I (1714-177). Disponível em:https://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6392:jose-i-d-1714-1777&catid=2078&Itemid=121. Acesso em abr. de 2025.

3 Ver: GAETA, Maria Aparecida Junqueira da Veiga Gaeta. A Flor do café e o Caldo da Cana: os caminhos de Sinhá e Quito Junqueira. Uberaba: Ed. Vitória, 1993.

4 Esse símbolo, anos depois foi materializado sob a forma de um brasão, utilizado pela família. É relativo à região onde o patriarca nasceu, São Simão da Junqueira. "Sobre a explicação do brasão podemos observar: Escudo de Armas: Demonstrando a força. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. ARMORIAL LUSITANO. GENEALOGIA E HERÁLDICA. Lisboa: Editorial Enciclopédia Ltda., 1961.

5 O terremoto de Lisboa, ocorrido em 1 de novembro de 1755, teve profundo impacto no imaginário Português da época, uma vez que destruiu grande parte da cidade e causou a morte de um a dois terços de sua população. Importante notar que, se o restante da Europa vivia profundamente os frutos da Reforma Católica e a chegada do racionalismo iluminista, Portugal convivia intensamente com a Contra Reforma Católica, que malgrado algumas tentativas de pensadores lusos, fortaleceu a ideologia católica no reino. Então, considerando o aspecto da mentalidade contemporânea, para muitos, o terremoto não se tratava de uma questão física da natureza e sim um castigo divino. E sobre as razões de Deus, se sabia muito pouco. Ver: BRANDÃO, Angela. Das Ruínas à Reconstrução: o Terremoto de Lisboa de 1755. Revista da UFMG, v. 27, n. 3, p. 232-251, 2020, MARQUES, João Francisco. A acção da Igreja no terramoto de

Lisboa de 1755: ministério espiritual e pregação. Lusitania Sacra, n. 18, p. 219-329, 2006. ALMEIDA, António Betâmio de. Um terramoto em Lisboa (1755): uma reflexão de agora, 260 anos depois. 2015.

[6] Mattos, J.A.J – Família Junqueira: sua história e genealogia V. 1 – Rio de Janeiro: Família Junqueira, 2004 pag. 73.

[7] RAMOS, André RF. A escravidão do indígena, entre o mito e novas perspectivas de debates. FUNAI: Revista de Estudos e Pesquisas, 2004.

[8] REIS Jr. Fernando Antônio Dias. Histórias de uma vida, 2024.

[9] CUNHA, Alexandre M.; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. A Tríade Urbana: construção coletiva do espaço, cultura e economia na passagem do século XVIII para o XIX em Minas Gerais, 2000. p. 2018. CARRATO, José Ferreira. Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais:(notas sôbre a cultura da decadência mineira setecentista). Brasiliana, 1968.

[10] Uma sesmaria era uma porção de terra concedida pela Coroa portuguesa à nobres ou grandes proprietários locais, sob a promessa de cultivo intenso da propriedade. No limite, o objetivo era promover a ocupação territorial, a agricultura e o desenvolvimento. Ver: MESA do Desembargo do Paço. In: DICIONÁRIO Administração Pública Brasileira do Período Colonial (1500-1822). Disponível http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/198-mesa-dodesembargo-do-paco . Acesso em: abr. de 2025, MOTTA, Marta. Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. MOTTA, Marta. Sesmarias e o mito da primeira ocupação. In Revista Justiça & História. v. 4, n. 7, 2004.

[11] Mattos, J.A.J. Idem, pag. 531.

[12] Gaeta, Maria Aparecida Junqueira. Idem, pag. 14.

[13] DE MATTOS, José Américo Junqueira. Levante da Bela Cruz. Revista da ASBRAP nº, v. 9, p. 67, DE ANDRADE, Marcos Ferreira. Rebelião escrava no Sudeste do Império do Brasil: a revolta de Carrancas–Minas Gerais (1833). 2011. ANDRADE, Marcos Ferreira de. A pena de morte e a revolta dos escravos de Carrancas: a origem da "lei nefanda" (10 de junho de 1835). Tempo, v. 23, p. 264-289, 2017.

[14] Mattos, J.A.J, Idem, pag. 143.

[15] Gaeta, Maria Aparecida Junqueira da Veiga Gaeta, Idem, pag.15.

[16] AMATO, Marta. A Freguesia de Nossa Senhora das Carrancas e sua História. São Paulo: E. Loyola, 1996, pag.288.

[17] Levantamento arquitetônico histórico e reconstituição da Fazenda Traituba, 1985 – Niconiello, P. T Carvalho, E. B. 1985, pag. 40.

[18] GARCIA, C. S. G. Evolução histórico-cultural e paisagística da Fazenda Traituba, Cruzília – MG. 2013. 142 p. Dissertação (Mestrado em Agronomia/Fitotecnia) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.

[19] "O Mangalarga Marchador teve como berço a fazenda Campo Alegre, no Sul de Minas. Ela pertencia a Gabriel Francisco Junqueira, o Barão de Alfenas, a quem é atribuída a responsabilidade pela formação da raça. A fazenda era uma herança de seu pai, João Francisco Junqueira. Outro fazendeiro importante na história do Mangalarga Marchador foi José Frausino Junqueira, sobrinho de Gabriel Junqueira. Exímio caçador de veados, José Frausino aprendeu a valorizar os cavalos marchadores por serem resistentes e ágeis para transportá-lo em suas longas jornadas." ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAVALO MANGALARGA MARCHADOR – ABCCMM. História da Raça. Belo Horizonte – MG, 2023. Portal. Disponível em: <http://www.abccmm.org.br/araca>. Acesso em: 01 de set. 2024. "O Mangalarga Marchador é uma raça de cavalo de origem brasileira, conhecida por sua versatilidade, resistência e docilidade. Descendente de cavalos ibéricos trazidos ao Brasil durante o período colonial, o Mangalarga Marchador foi desenvolvido na região de Minas Gerais com cruzamento entre animais de raças como o Mangalarga e o Campolina. O Mangalarga Marchador é reconhecido por suas características físicas distintas, como sua cabeça perfilada, orelhas medianas e pescoço arqueado. Com morfologia harmoniosa e elegante, com membros longos e bem proporcionados, ideais para o trabalho no campo, em provas de resistência ou em concursos de marcha. Além da beleza, o Mangalarga Marchador também se destaca por sua marcha de andamento macio e confortável, que o torna uma escolha popular para cavalgadas e passeios longos. Sua pelagem pode variar entre diversas cores, como castanho, preto, alazão ou tordilho. O Mangalarga Marchador é uma raça de cavalo versátil, resistente e amistosa, que se destaca tanto pela sua beleza quanto pela sua funcionalidade. É uma raça apreciada por criadores e amantes de cavalos em todo o Brasil e também em outros países". DULTRA, Ary Roberto Cavalcante et al. RAÇA DE CAVALO MANGALARGA MARCHADOR: CARACTERISTICAS, ORIGEM E MORFOLOGIA. Revista Contemporânea, v. 4, n. 10, p. e6208-e6208, 2024. Ver também: DE REZENDE[1], Adalgiza Souza Carneiro; SANTOS, Felipe

César Álvares; SANTIAGO, Juliano Martins. A raça Mangalarga Marchador. Cavalos & Jumentos do Brasil, p. 317.

[20] DE ALMEIDA PRADO, BACELLAR Carlos; REIS, BRIOSCHI Lucila. Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista. 1999, pag. 67

[21] REIS Jr. Fernando Antônio Dias. Idem, 2024.

[22] DA COSTA, Frederico Lustosa; ZAMOT, Fuad. Brasil: 200 anos de Estado, 200 anos de administração pública. Editora FGV, 2010. MEIRELLES, Juliana Gesuelli. A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821). Editora UFABC, 2015. SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito. Editora Companhia das Letras, 2015.

[23] BRIOSCHI, L. R. Criando história: paulistas e mineiros no Nordeste de São Paulo (1725-1835). São Paulo, 1995. 268f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

[24] CHIACHIRI FILHO, J. Do sertão do Rio Pardo à Vila de Franca do Imperador. Ribeirão Preto: Ribeira, 1982.

[25] "Saint Hilaire, em viagem pela Província de São Paulo, naquela época, indicou a diferença entre os dois grupos ocupantes da região. Os que primeiro chegaram, os paulistas, viviam sujos e em más condições de higiene; não eram afeitos a conversas, beiravam a pobreza. Já os mineiros tinham mais bens, numerosa escravaria, com famílias com mais de dez filhos, "A limpeza reina em suas casas, eles são mais ativos, bem mais inteligentes, menos descorteses e mais hospitaleiros que os legítimos paulistas dessa região [...] Conservam todos os hábitos e costumes de sua terra natal" (SAINT-HILAIRE, 1976: 92)." MONTI, Carlo. Práticas econômicas à luz de uma cadeia dominial e a posse de escravos em São Simão-SP (1861-1887). Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP. Santos, 2014, p. 4.

[26] AHMUF, COMARCA 2º Ofício Cível – Ramo Orfanológico, Inventário, 1811.

[27] Gaeta, Maria Aparecida Junqueira da Veiga Gaeta, Idem, pag. 20.

[28] Mattos, J.A.J. Idem, pag. 390.

[29] Lendas e Tradições da Família Junqueira - Adélia Diniz Junqueira Bastos, Ed. Hucitec, 1980.

[30] Mattos, J.A.J. Idem, pag. 391.

[31] Ver: Café com Açúcar / Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa, Sandra R. Molina - 2a ed. Ribeirão Preto, SP: Fundação do Livro e Leitura de Ribeirão Preto, 2018.

[32] GODOY, José Henrique Artigas de; KUGELMAS, Eduardo. Coronelismo em Ribeirão Preto de 1889 a 1937. 2000.Coronelismo em Ribeirão Preto, de 1889 a 1937, pag. 43.

[33] Gaeta, Idem, pag. 40.

[34] MARCONDES, Renato Leite. A estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do oeste paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do século XX. Revista de História, n. 165, p. 403-404, 2011. PEREIRA, Ana Luisa Ferreira. A relação café e indústria: de meados do século XIX até a crise de 1929. 2023. TOLEDO, Rodrigo Alberto. O ciclo do café e o processo de urbanização do estado de São Paulo. Historien, v. 6, p. 76-89, 2012.

[35] História da cidade de Luís Antônio - SP, disponível em: https://prefeituras.info/sp/luis-antonio/historia-da-cidade acessado em 2 de fevereiro de 2025.

[36] Sobre este período a historiografia é farta! Afinal, D. Pedro II, teve um longo reinado, entre os anos de 1840 e 1888. Muitos dizem que seu sonho era ser professor, mas como dona Sinhá, carregava um sobrenome que também era destino. Assim, entre erros e acertos de gestão, foi um grande incentivador da abolição da escravidão no Brasil, promoveu a ciência trazendo entre outras modernidades tecnológicas, a fotografia, o telégrafo e o telefone. Além disso, incentivou as artes, a cultura e a educação, o que nem sempre funcionou adequadamente. Mas ele se esforçou. Infelizmente é também o Imperador da Guerra do Paraguai (1864-1870), de terríveis consequências para todos os envolvidos. Sobre seu reinado ver: OLIVIERI, Antonio Carlos. Dom Pedro II, Imperador do Brasil. Callis Editora Ltd, 1999, PRECIOSO, Millena Lemos. Trono e poder: entre símbolos e expressões do Segundo Reinado no Império do Brasil. 2021. SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2000 e As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. Companhia das Letras, 2020.

[37] O ano de seu nascimento diverge do que foi registrado em seu testamento de 1947, citando 1875. Essa informação é esclarecida pela fotocópia de sua certidão de batismo, conforme ilustrado na figura n. 4.

[38] "Localizada na Praça Nossa Senhora da Conceição, a Igreja Matriz teve sua construção iniciada nos fins do século XIX em 1898, e no ano de 1913 permitiu, embora não terminada, que fosse celebrada a sua primeira missa. Substituiu a primeira Igreja Matriz da cidade, construída na praça principal da cidade em 1809. Sua inauguração foi no ano de 1926. Passou por duas restaurações, a primeira no ano de 1980 e outra restauração no ano de 2005. No ano de 1971, foi elevada a Catedral da Diocese de Franca." Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=443907&view=detalhes. Acesso em abr. De 2025.

[39] Sobre esta faceta da vida social da época, ver: OLIVEIRA, Luiz Felipe Cândido de et al. Poder político e educação na história do Brasil–império e primeira república. 2019. AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. Estudos avançados, v. 18, p. 109-120, 2004. Apenas com o Decreto nº 5.604, de 25 de abril de 1874, define o regulamento para execução do art. 2° da Lei n° 1829 de 9 de Setembro de 1870, na parte em que estabelece o registro civil dos nascimentos, casamentos e obitos. Disponível em:https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5604-25-abril-1874-550211-publicacaooriginal-65873-pe.html. Acesso em abr. De 2025.

[40] Alguns autores afirmam que entre os séculos XVI e XIX por volta de 10 e 12 milhões de almas migraram forçosamente da África para a América e que deste total, entre 40% e 43%, ou seja, 5.848.266 africanos desembarcaram em portos brasileiros. Uma obra importante para entender esse processo histórico: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Mas importa ver também: FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: século XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 23 e SANTANA, Aderivaldo Ramos. "A Extraordinária Odisséia do Comerciante Ijebu que foi Escravo no Brasil e Homem livre na França (1820-1842)", in: Afro-Asia, nº 57 (2018). Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/issue/view/1609/showToc. Acesso em 30/03/2018.

[41] SILVA, Alberto da Costa e. Crise Colonial e Independência (1808-1830). In: SCHWARCZ, Lilia M.. História do Brasil Nação: 1808-2010. Vol. 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

[42] SILVA, Alberto da Costa e. Crise Colonial e Independência (1808-1830). In: SCHWARCZ, Lilia M.. História do Brasil Nação: 1808-2010. Vol. 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

[43] Sobre a hegemonia britânica e suas razões para a mudança de postura sobre a escravidão, ver: LESSA, Antônio Carlos. História das relações internacionais: a Pax Britannica eo mundo do século XIX. NÚMERO 20–ANO XI–JUNHO 2006, v. 14, n. 20, p. 187-189, 2006 e RODRIGUES, Jaime. O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2000

[44] A Lei Eusébio de Queirós de 1850 extingue o tráfico transatlântico no Brasil. DE MATTOS PEREIRA, Carneiro; LUIZ, Walter. José Gonçalves da Silva: traficante e tráfico de escravos no litoral norte da província do Rio de Janeiro, depois da lei de 1850. Tempo, v. 16, n. 31, 2011.

[45] Desde a década de 20 do século XIX, vez por outra, navios com um número maior ou menor de imigrantes aportava em várias regiões do Brasil. Mas o La Sofia foi um marco na imigração italiana. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigração italiana: a formação de uma cultura. São Paulo: Atual, 1991.

[45] Composta por seus irmãos: Maria Zemilla de Andrade, Francisco Marcolino de Andrade, Maria Paula Junqueira, Bernardo Avelino de Andrade, João Eufrasino de Andrade, Martiniano Francisco de Andrade, Ignácia Carolina de Andrade, Joaquim Martiniano de Andrade e Azarias Martiniano de Andrade. Cada nome, cada história, compunha o cenário familiar que seria o alicerce de sua formação.

[46] NOGUEIRA, Luiz G. História de Franca. Franca: Fundação Duque de Caxias, 1975.

[47] GAETA, Maria Aparecida Junqueira da Veiga. Op. Cit., pag. 69.

[48] AMÉRICO, J. Família Junqueira. Op. Cit., pag. 175.

[49] A benemerência privada no Estado De S. Paulo, vista através de dois testamentos, Revista A Revista da ASBRAP nº 16, artigo de José Fernando Cedeño de Barros. Disponível em: https://www.asbrap.org.br/index.php?apg=rev_artigos. Acesso em: abr. De 2025.

[50] CANAL RURAL. Criadores de gado franqueiro lutam por reconhecimento da raça junto ao Ministério da Agricultura. 3 dez. 2012. Disponível em: https://www.canalrural.com.br/projetos/criadores-gado-franqueiro-lutam-por-reconhecimento-raca-junto-ministerio-agricultura-823/. Acesso em: 28 abr. 2025.

[51] AMÉRICO, J. Família Junqueira. Idem.

[52] GARDE, Paulo. A participação política feminina-apontamentos sobre Ribeirão Preto. DIALOGUS, Ribeirão Preto, v.1, n.2, p.115-133, 2006.

[53] GAETA, Maria Aparecida Junqueira da Veiga. Idem.

[54] MATTIOLI, Alexandre Ferreira et al. A teia de poder: o coronel Junqueira e a política da Primeira Republica Ribeirão Preto de 1889-1932. 2014. Disponível em: http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16485. Acesso em 5 fev. de 2022.

[55] A cerimônia teve como Juiz de Paz o Tenente Antônio da Costa Valle e como testemunhas João Alexandre Dias, Antônio Pereira Machado e seus irmãos João Eufrasino de Andrade (Dondico) e Martiniano Francisco de Andrade.

[56] GAETA, Maria Aparecida Junqueira da Veiga. Idem.

[57] ROSA, Lilian, MOLINA, Sandra R. e SILVA, Adriana. Sem Pedir Licença: a modernidade invade os cafezais paulistas. Ribeirão Preto, SP: Fundação do Livro e Leitura de Ribeirão Preto, 2022.

[58] MATTIOLI, Alexandre Ferreira et al. A teia de poder: o coronel Junqueira e a política da Primeira Republica Ribeirão Preto de 1889-1932. 2014. Disponível em: http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16485. Acesso em 5 fev. de 2022.

[59] VIARTE, Paulo. Família Junqueira – Sinhá e Quito, In: Revista Revide 154/ fascículo 4, Ribeirão Preto: Editora Mic. 1999. VERRI, Otávio. A Vida e Obra de Sinhá Junqueira. Entrevista concedida a Celso Luiz para o programa Grandes Fatos Grandes Nomes. Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=gX1YE0NVRZ0. Acesso em jan. de 2022.

[60] FUNDAÇÃO INSTITUTO DO LIVRO (Ribeirão Preto, SP). Filhos do Café: Ribeirão Preto da terra roxa – tradicional em ser moderna. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2010. Disponível em: https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/cultura85202111.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

[61] Ver: TAUNAY, Affonso de Escragnolle. Historia do café no Brasil. Volume terceiro: no Brasil imperial, 1822-1872. (Tomo I). 1939, MILLIET, Sergio. Roteiro do Café e Outros Ensaios. Contribuição para o Estudo da História Econômica e Social do Brasil. Coleção Departamento de Cultura, Volume XXV, São Paulo 1941, PETRONE, Maria Thereza Schorer. A lavoura canavieira em São Paulo: 1765-1851. Difusão Européia do Livro, 1968.

[62] SECRETARIA DE CULTURA DE RIBEIRÃO PRETO. Patrimônio cultural da terra vermelha: memória e identidade em Ribeirão Preto. Ribeirão Preto. Disponível em: https://www.cocreareconsultoria.com.br/livros. Acesso em: 28 abr. 2025.

[63] SILVA, Adriana (org.). Histórias de Vida: homens e mulheres que marcaram seu tempo (1850-1929). Ribeirão Preto, SP: Fundação do Livro e Leitura de Ribeirão Preto, 2022.

[64] Sobre este assunto ver entre outros: DOIN, José Evaldo de Mello et al. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930)-a proposta do Cemumc. Revista Brasileira de História, v. 27, p. 91-122, 2007.

[65] A benemerência privada no Estado De S. Paulo, vista através de dois testamentos, Revista A Revista da ASBRAP nº 16, artigo de José Fernando Cedeño de Barros pg.

[66] Mattioli explica que apesar da situação de subordinação feminina, de forma alguma significava passividade, posicionamento que permitiu muitas mulheres, por meio de arranjos cotidianos atuar fortemente nos jogos políticos locais e as "as rédeas dos negócios depois do falecimento de seu cônjuge". MATIOLLI, Alexandre Ferreira et al. Idem, pag. 68-69.

[67] Arquivo Jornal A Cidade, novembro de 1938.

[68] Arquivo Correio Paulistano, novembro de 1938

[69] Arquivo Folha da Manhã, novembro de 1938.

[70] Arquivo Diário de São Paulo, novembro de 1938

[71] REVIDE nº 173. Fascículo 13 – Camilo de Mattos s/d.

[72] PLATAFORMA VERRI. Disponível em: https://www.plataformaverri.com.br/?local=voceSabia&mes=1&dia=23. Acesso em: 1 mai. 2025.

[73] AGUIAR, Carlos Eduardo Junqueira. Força de trabalho e relações de produção na agroindústria canavieira do Estado de São Paulo: a Usina Junqueira. 1989. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo

[74] "Em São Paulo, no começo do século, o engenho está fundamentalmente ligado à grande produção de café, desenvolvendo-se como atividade paralela e menos importante. Frequentemente, ele aparece, a princípio, para atender a uma demanda local e, secundariamente, a um mercado maior. Na maioria das vezes, era uma unidade

produtiva onde o fabrico do açúcar era apenas uma, entre outras atividades e que não implicava em maiores dispêndios de moeda." AGUIAR, Carlos Eduardo Junqueira. Op. Cit., pag. 34.

75 "Luis Lombard, outro engenheiro francês que trabalhou na fazenda, relata: "a Usina possuía a capacidade para mais de 300 toneladas de cana e produzia até 75 mil sacas de açúcar, além da capacidade de produzir aproximadamente 2.500 pipas de aguardente por safra". Diz ainda, que o Engenho Central era acionado por energia elétrica e a vapor. Localizado às margens do Rio Grande o edifício do Engenho Central possuía 85m de altura, era coberto de zinco, possuía os maquinários completes para moagem de casa, classificação e repartição de açúcar e destilaria. GAETA, Maria Aparecida Junqueira da Veiga. A flor do café e o calo da cana: os caminhos de Sinhá e Quito Junqueira. Uberaba: Ed. Vitória, 1993, pag. 57.

76 GAETA, Maria Aparecida Junqueira da Veiga. Op. Cit..

77 "Isto demonstra a rapidez e a intensidade de modernização a que foi submetido o antigo engenho. Em 1920, a Usina Junqueira, se não dispunha do melhor processo de extração de caldo da época, que era o de difusão (somente uma usina dele se impunha, a então pequena usina Ester), sua situação era semelhante às demais grandes usinas." AGUIAR, Carlos Eduardo Junqueira. Op. Cit., pag. 37.

78 GAETA, Maria Aparecida Junqueira da Veiga. Op. Cit..

79 Ver: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 17, p. 251-294, 2009, FERLINI, Vera Lucia Amaral. Fazendas e Engenhos do litoral vicentino: traços de uma economia esquecida (séculos XVI-XVIII). História (São Paulo), v. 39, p. e2020021, 2020, RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental. Edufu, 2020.

80 "(...) a riqueza criada como café, o desenvolvimento da economia e a urbanização provocam um crescimenro do mercado interno em São paulo, que se torna um grande consumidor do açúcar nordestino. O fato de existir um grande mercado em São Paulo leva à percepção de alguns capitais a respeito da potencialidade de instalação de usinas de açúcar no Estado de São Paulo, com a vantagem de estar próximas do consumidor. Além disto, nesta época a economia do café começa a sofrer alguma crises periódicas e este fato faz com que alguns

cafeicultores passem a plantar cana em lugar do café. Tudo isto vei gerando, paulatinamente, a renovação dos engenhos centrais bem como o aparecimento de novas unidades de produção." AGUIAR, Carlos Eduardo Junqueira. Op. Cit., pag. 35

81 GAETA, Maria Aparecida Junqueira da Veiga. Op. Cit..

82 "Após a 1ª Guerra mundial o Brasil volta a se tornar um exportador marginal e quase que eventual no mercado mundial e suas exportações caem das 140.000 toneladas anuais exportadas entre 1917 e 1922 para 40.000 entre 1924 e 1930". AGUIAR, Carlos Eduardo Junqueira. Op. cit., p. 38.

83 "A doença conhecida como mosaico possui registros de ocorrência já no início do século XX. Os países produtores, nesta época, incluindo o Brasil, cultivavam variedades de cana conhecidas como nobres (Saccharum officinarum), que eram altamente suscetíveis ao mosaico, registrando grandes perdas. Com o avanço dos programas de melhoramento genético e a hibridação surgiram novas variedades, resistentes ao vírus. O agente causador da doença é o vírus do mosaico da cana-de-açúcar. Existem descritas, até o momento, 14 linhagens diferentes deste vírus, definidas por letras de A a N, sendo que no Brasil a mais comum é a linhagem B. A intensidade da infecção, grau dos sintomas e perdas variam entre estas linhagens. Os sintomas da infecção pelo vírus do mosaico apresentam-se nas folhas, na forma de áreas com intensidades contrastantes de verde." Doenças Viróticas. Disponível em: https://www.embrapa.br/agencia-de-informacaotecnologica/cultivos/cana/producao/manejo/fitos-sanidade/doencas/doencas-viroticas. Acesso em mai. de 2025. Ver também: DE CARLI, Gileno. Gênese e evolução da indústria açucareira de São Paulo. 1943.

84 Em primeiro lugar vinha a Usina Vila Rafard, depois Piracicaba e Santa Bárbara.

85 BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos et al. Crise e recuperação da confiança. Revista de Economia Política, v. 29, n. 1, p. 113, 2009. ZAMBONI, Silvio Perini. Café no norte paulista: a crise de 1929 na fazenda Dumont. 1979. CANO, Wilson et al. Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. Revista Economia, v. 13, n. 3b, p. 897-916, 2012.

86 BAER, Werner. A economia brasileira: uma abordagem profunda da economia brasileira até 2008. São Paulo: Nobel, 2009.

[87] MAZZUCCHELLI, Frederico. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 82, Nov. 2008 . Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002008000300003. Acesso em 10 de maio de 2025.

[88] FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. Historiografia e história, v. 7, n. 9, p. 157-158, 1970. FONSECA, Pedro Cezar Dutra et al. A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira. Revista Economia, v. 13, n. 3, p. 843-866, 2012. BARBOSA FRAGA, André; COAN LAGO, Mayra; MOURELLE, Thiago. Interpretações sobre a Revolução de 1930: história e historiografia. Antíteses, v. 15, n. 29, 2022. SANDER, Wilson. A revolução de 1932. Estudos Ibero-Americanos, v. 8, n. 1, p. 145-149, 1982.LEITE, Aureliano. Causas e objetivos da Revolução de 1932. Revista de história, v. 25, n. 51, p. 139-146, 1962.

[89] Sobre a crise de 1929, Wilson Cano explica: "A todos atingiu a forte redução da capacidade de importar, a exaustão das reservas e o drástico constrangimento das finanças públicas, o que impediu, de fato, a continuidade de condução de uma política econômica liberal". "O Brasil, Argentina, México e Chile constituíram o grupo de países que tomaram atitudes de enfrentamento mais rápidas, com a substituição de governos liberais, via processos revolucionários ou eletivos, e implantando ousadas alterações na política econômica e na forma de intervenção econômica do Estado Nacional. O Brasil foi um precursor nessa tarefa. Ela nos exigiu não só uma rápida e efetiva política estatal de defesa da renda e do emprego, mas também a construção de uma política de industrialização, única rota para sair da grave crise e ingressar em formas econômicas urbanas mais modernas e progressistas. Exigiu, acima de tudo, uma firme vontade política e a ousadia de utilizar o que tínhamos de soberania nacional. Para tanto, tivemos que construir um novo estado e redesenhar o painel da política econômica com os instrumentos necessários para aquela tarefa, entre os quais a moratória da dívida externa, sempre que necessária, o controle (e a desvalorização) do câmbio, uma nova política de comércio exterior, de crédito, de juros e tributária, além da organização de normas para reger os contratos e o mercado de trabalho e uma mais avançada legislação política, social e trabalhista". CANO, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional a política nacional de desenvolvimento. Revista de Economia Política, v. 35, n. 3, p. 444-460, 2015, pag. 446.

[90] Disponível em:http://www.estacoesferroviarias.com.br/c/celquito.html. Acesso em Mai. de 2025.

[91] AGUIAR, Carlos Eduardo Junqueira. Força de trabalho e relações de produção na agroindústria canavieira do Estado de São Paulo: a Usina Junqueira. 1989. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

[92] "Em Igarapava, a produção da Usina Junqueira acompanha a tendência e a produção da safra de 1930/31, de 5.132 para 6.870 toneladas, em seguida tem uma pequena queda para depois, na safra de 1933/34, ir para 8.884 toneladas em um aumento de 89% em 3 anos." AGUIAR, Carlos Eduardo Junqueira, op. cit, pág. 41.

[93] Wilson Canno explica que a reorganização do Estado e economia pós crise de 1929 exigiu a reformulação ou criação de inúmeros orgãos. Alguns eram de caráter bastante específico: "como a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI); a Comissão de Financiamento da Produção, vários Departamentos, Comissões ou Conselhos de âmbito setorial (café, açúcar e álcool, sal, pinho, mate, cacau, petróleo, minerais, etc.). Estes últimos, de grande importância econômica, passaram, de órgãos de âmbito político e econômico regional, para o âmbito político nacional." CANO, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacionale a política nacional de desenvolvimento. Revista de Economia Política, v. 35, n. 3, p. 444-460, 2015, p. 446-447.

[94] Disponível em:http://www.estacoesferroviarias.com.br/c/celquito.html. Acesso: 10 Mai. 2025.

[95] Id.

[96] SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. A entrada do Brasil na segunda guerra mundial. Edipucrs, 2000. CYTRYNOWICZ, Roney. Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. Edusp, 2000.HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. Editora Companhia das Letras, 1995.

[97] Entrevista concedida por André Junqueira Santos Pessoa, neto de Waldemar Barnsley Pessoa. Abril de 2025.

[98] MICELI, Sérgio (org.). Estado e cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984.

[99] BARROS, 2002

[100] A construção dessa realidade idealizada era parte de um universo maior e importada. Na Europa do século XIX que vivenciava a explosão demográfica urbana promovida pela Revolução Industrial iniciada no século XVIII, o filósofo Fourier "pensava não

só uma habitação digna, mas também uma sociedade ideal, sendo assim, referência dentro de uma realidade de caos nas moradias, apesar de ser considerado utópico naquele momento. A partir daí, a Europa viu-se tomada por várias experiências de vilas operárias, sendo a grande maioria formada por casinhas isoladas, geminadas duas a duas, em blocos de quatro ou mesmo enfileiradas, e sempre próximas às fábricas. Esses modelos foram seguidos posteriormente no Brasil." VIANNA, Mônica Peixoto. Habitação e modos de vida em vilas operárias. Sao Carlos, USP: Escola de Engenharia de São Carlos, 2004, pag.5.

[101] Essa narrativa descritiva do cotidiano na Usina Junqueira nessa época (1940/1950) foi construída a partir de manifestos de ex-moradores em redes sociais: facebook de grupos, instagram de coletivos de ex-moradores e mesmo em entrevistas, como a feita no dia 12 de maio de 2025, com o senhor Alberto, que morou na usina por três anos.

[102] RANGEL & CARMO. Da educação rural à educação do campo: revisão crítica. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 17, n. 30, p. 183-192, jan./jun. 2008. Disponível em: https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/download/311/261. Acesso em: 16 maio 2025.

[103] O Jornal. Rio de Janeiro, 1949. Página 8.

[104] Id.

[105] Ver: BIHR, A. Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo. 1998 e PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílson César. Estado de bem-estar social, neoliberalismo e estado gestor: aproximações globais. A crise da democracia brasileira, p. 79, 2017.

[106] Foi um movimento politico-militar liderado por Getúlio Vargas que depôs o presidente Washington Luís e impediu a posse de Julio Prestes, ambos , representantes da oligarquia cafeicultora que conduziu o poder durante a primeira República. FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. Historiografia e história, v. 7, n. 9, p. 157-158, 1970. LUZ, Alex Faverzani da; SANTIN, Janaína Rigo. As relações de trabalho e sua regulamentação no Brasil a partir da revolução de 1930. História (São Paulo), v. 29, p. 268-278, 2010. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Revolução de 1930: uma bibliografia comentada. BIB–Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, n. 4, p. 95-116, 1978.

[107] "A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual a aspiração pode ser dirigida." MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 7

[108] "São direitos civis os direitos que concretizam a liberdade individual, como os direitos de ir e vir, o de livre pensamento e fé, o de celebrar contratos, de reunião e associação, o "sagrado" direito à propriedade, bem como a garantia de acesso aos instrumentos, imprescindível à defesa de todos esses direitos, ou seja, o direito à justiça. O elemento político da cidadania, para Marshall, são os direitos que compõem a prerrogativa do exercício do poder político. Tal prerrogativa envolve tanto a possibilidade da pessoa tornar-se membro do governo, ou seja, ser eleito, quanto a possibilidade de o indivíduo escolher seu governante por intermédio do voto. Marshall (1967) denominou o terceiro elemento da cidadania de direitos sociais. Tais direitos garantem um mínimo de bem-estar e segurança material, o que deve ser entendido como o acesso de todas as pessoas à herança social e a uma vida civilizada, de acordo com os padrões da sociedade. Coutinho (2005) assim resume os direitos sociais: aqueles que permitem aos indivíduos uma participação mínima na riqueza material e espiritual produzida pela coletividade. Dessa forma, devemos incluir na cidadania a participação nos benefícios da industrialização." ." DOS SANTOS, Ronan Soares; DOS SANTOS, José Antônio Goncalves. Capitalismo e cidadania: direitos sociais e os primórdios da industrialização no Brasil. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, 2017, pag. 104.

[109] No Brasil, a sequência dos direitos foi invertida, uma vez que o pacote de direitos sociais foi implantado antes da expansão dos direitos políticos e da consolidação do aprendizado da ação política dos trabalhadores. Além disso suas demandas foram capturadas, por meio da Constituição de 1934, no governo de Getúlio Vargas e transformadas em presente do Estado e não uma conquista.

[110] "A partir das duas últimas décadas do século XIX até os anos quarenta do século XX, difundiu-se largamente pelo Brasil a prática de criação de vilas operárias em cidades e de núcleos fabris em localidades rurais. Existem duas modalidades distintas

de vilas operárias: a primeira, como assentamento habitacional, patrocinado por empresas e voltado a seus funcionários – vila operária de empresa – e a habitação promovida por investidores privados e voltada ao mercado de locação – vila operária particular. Algumas vezes, essas habitações confundiam-se com o espaço urbano existente, já que possuíam as mesmas características físicas. Existiram também, casos nos quais as casas erguidas por empresas situavam-se fora das cidades, configurando um núcleo residencial isolado: "[...] muitas empresas criaram não só vilas, mas verdadeiras cidadelas, porque se estabeleciam em locais isolados, onde inexistia mercado de trabalho ou cidades capazes de concentrar trabalhadores e oferecer o mínimo de serviços e equipamentos urbanos" (BONDUKI, 1998, p.47). A construção de habitação operária por indústrias esteve relacionada com a necessidade de construção de fábricas em localidades rurais, junto às fontes de energia e de matéria-prima e esteve "inserida em estratégia de disciplina da mão-de-obra, fundamentada na sedentarização, na moralização dos costumes e na difusão de novas noções de higiene" (CORREIA, 1997, p.2)." VIANNA, Mônica Peixoto. Habitação e modos de vida em vilas operárias. São Carlos, USP: Escola de Engenharia de São Carlos, 2004, pag. 6.

111 Jornal Correio da Tarde, São Paulo, 28 de março de 1949.

112 São Geraldo é considerado o santo de devoção das Mães. "Por causa dos milagres que Deus fez por meio das preces de Geraldo em favor das mães, as mães da Itália se afeiçoaram a Geraldo e fizeram dele o seu padroeiro. No seu processo de beatificação, uma testemunha atesta que ele era conhecido como o santo dos partos felizes. Milhares de mães tem experimentado o poder de São Geraldo. Muitos hospitais dedicam a ele a ala da maternidade e dão a seus pacientes medalhas e santinhos de São Geraldo. Milhares de meninos recebem o nome de Geraldo dos pais, convencidos de que foi a intercessão dele que os ajudou para que nascessem sadios". Disponível em: https://paroquiasaogeraldo.com.br/o-padroeiro/. Acesso em: mai. de 2025.

113 GAETA, Maria Aparecida Junqueira. Da Flor do Café ao Caldo da Cana.

114 Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo nasceu em Umbuzeiro (PB) no dia 5 de outubro de 1892, filho de Francisco Chateaubriand Bandeira de Melo e de Carmem Gondim Bandeira de Melo. Avelino. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em

1908. Embora tenha se bacharelado em Direito em 1913, seguiu sua paixão: o jornalismo. Rapidamente tornou-se editor e redator-chefe do jornal Estado de Pernambuco. Em paralelo, foi também docente da Faculdade de Direito do Recife. Migrou para o Rio de Janeiro, então capital federal, em 1917. Ali, passou a ser consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores, por convite de Nilo Peçanha, então chanceler. Simultaneamente foi advogado da Companhia Light and Power, comentarista de política internacional no Correio da Manhã e depois editor chefe do Jornal do Brasil e correspondente do jornal argentino La Nación. Em 1924 adquiriu, com dois outros sócios, o periódico O Jornal, no Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, seis meses precisamente, comprou o Diário da Noite, em São Paulo. Esses dois, foram a base para a criação de uma empresa que os gerenciava com o nome de Diários Associados. Amigo que era de Getúlio Vargas, quando ainda era Ministro da Fazenda em 1927, contou com sua ajuda financeira inicial, fundando a revista semanal O Cruzeiro. Em 1929, às vésperas da Revolução de 1930 e também em função de sua articulação como mediador político, adquiriu o jornal O Estado de Minas, em Belo Horizonte. Nesse mesmo período adquiriu o Diário de São Paulo e o Diário da Noite, no Rio de Janeiro. Em 1934 comprou a revista A Cigarra, no Rio de Janeiro, a rádio Tupi do Rio. Depois a Rádio Tupi de São Paulo e a Educadora do Rio (futura Rádio Tamoio). Em pouco tempo alcançou 25 estações. Em 1943 foi a vez do Diário de Notícias de Salvador ser adquirido. Em 1950, inaugurou em São Paulo, a primeira estação de televisão da América Latina: a TV Tupi. Política e notícia eram fundamentais em sua vida. Em 1952, foi senador pela Paraíba. Em 1954 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Em 1957 para assumir o posto de embaixador do Brasil na Inglaterra. Em 1959 comprou o Jornal do Comércio. Faleceu em São Paulo no dia 4 de abril de 1968. Ver: FERREIRA, Marieta de Morais. Assis Chateaubriand. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira- republica/CHATEAU-BRIAND,%20Assis.pdf. Acesso em: mai. de 2025, pág. 11 e 12.

115 "Vargas realmente gostava de voar e preferia se locomover por esse meio de transporte.Considerava-o mais confortável e seguro, principalmente após o acidente de automóvel do qual foi vítima no dia 1º de maio de 1942, quando seguia de Petrópolis para o Palácio Guanabara (JORNAL DO BRASIL, 1942). Segundo José Garcia de Souza,logo ao recobrar os sentidos,após o choque que sofrera, o presidente afirmou a alguns familiares: "– No avião nunca me

aconteceu disso!"(SOUZA, 1944, p. 24)". FRAGA, André Barbosa. A aviação como elemento estratégico para o fortalecimento do mito Vargas. Temporalidades, v. 10, n. 2, p. 58-72, 2018, pág.64.

116 Fraga (2018) explica que para tanto foram usados, os mais diversos meios de divulgação cultural, entre os quais "programas de rádio, cerimônias cívicas, bustos, cinejornais, fotografias, cartazes, cartões-postais, livros, jornais, revistas, cédulas e moedas. Nos materiais de propaganda, a imagem do presidente era constante e central". FRAGA, André Barbosa. Idem, pág.59.

117 Esse não era um movimento político-cultural que ocorria apenas no Brasil. Maria Celina D'Araujo, explica que na Europa, governos de extrema direita e extrema esquerda também produziam seus ídolos nacionais, como Hitler, Mussolini e Stalin, por exemplo. Ver: D'ARAUJO, Maria Celina. A era Vargas. São Paulo: Moderna, 2004, p. 101.

118 "No início do primeiro governo Vargas, as aviações no Brasil estavam desmembradas sob o controle de três ministérios distintos: da Viação e Obras Públicas, da Guerra e da Marinha.O primeiro se encarregava da aviação civil e os dois últimos das aviações militares. Essa forma de organização sofreu críticas ao longo do tempo, o que estimulou, principalmente a partir de 1935, o aparecimento de campanhas para a criação de um "Ministério do Ar". Este, após instituído, encarregar-se-ia da unificação de todas as aviações do país. Os resultados bem-sucedidos do emprego da aviação na Segunda Guerra Mundial estimularam o governo brasileiro a consentir, no final de 1940, a realização de uma reforma significativa no setor. Dessa forma,em 20 de janeiro de 1941, foi criado o Ministério da Aeronáutica e escolhido para chefiar a Pasta Joaquim Pedro Salgado Filho, político gaúcho da confiança do presidente." FRAGA, André Barbosa. Idem, pág. 62.

119 O epíteto, ""amigo da aviação", foi criado em 1938 pelo escritor, aviador civil e especialista em assuntos aeronáuticos José Garcia de Souza. Tal expressão procurava marcar a atuação dedicada do chefe de Estado em prol do desenvolvimento da navegação aérea no Brasil. José Garcia de Souza procurou difundir o máximo possível a expressão, inclusive fora do Brasil, quando publicou na prestigiada revista dos Estados Unidos dedicada à aviação, AeroDigest, um artigo no qual empregou o termo "the friend of aviation". Logo a expressão se tornou popular tanto entre os brasileiros quanto entre os norte-americanos, passando a constar frequentemente em

jornais e revistas dos dois países". FRAGA, André Barbosa. Idem, pág. 63.

[120] SALGADO FILHO, Joaquim Pedro. Discurso do Ministro da Aeronáutica Salgado Filho. Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER), s.d. Em discurso ele disse: "Um dos principais fatores da unidade continental americana é, sem dúvida, o avião, que os povos deste hemisfério inventaram e aperfeiçoaram para suas relações pacíficas, a serviço dos mais nobres ideais da humanidade."

[121] FERREIRA, Raquel França dos Santos. Uma história da Campanha Nacional da Aviação (1940–1949): o Brasil em busca do seu 'Brevêt'. Revista Cantareira, n. 17, jul./dez. 2012.

[122] A onipresença significava que o chefe de Estado poderia estar em todos os lugares rapidamente e a onisciência completava o primeiro conceito, na medida que indicava que a partir de sua presença constante, Vargas também era capaz de saber, conhecer e resolver os problemas da nação nos mais diversos e profundos rincões deste país. Ver: VIEIRA, Gildson Nascimento Pereira. O Herói inventado: A representação de herói em Getúlio Vargas em impressos pernambucanos durante a legitimação do Estado Novo (1937-1945). Em Tempo de Histórias, n. 30, 2017. VIEIRA, Alboni Marisa D. Pianovski. As condições de produção do discurso em Getúlio Vargas e a cultura escolar. Revista Diálogo Educacional, v. 5, n. 14, p. 1-15, 2005. FRAGA, André Barbosa. A aviação como elemento estratégico para o fortalecimento do mito Vargas. Temporalidades, v. 10, n. 2, p. 58-72, 2018.

[123] FRAGA, André Barbosa. Idem, pág. 67.

[124] Chateubriand no "início da década de 1940, deu início a uma série de campanhas de âmbito nacional que, no seu entender, contribuiriam para o progresso e o desenvolvimento do país. Assim, em 1941 lançou uma campanha em favor da aviação nacional, visando a transformar cada município brasileiro em um centro de treinamento para pilotos civis". FERREIRA, Marieta de Morais. Assis Chateaubriand. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CHATEAUBRIAND,%20Assis.pdf. Acesso em: mai. de 2025.

[125] "O 'Aeroclube Brasileiro, posteriormente chamado Aeroclube do Brasil, é a mais antiga instituição de ensino aeronáutico do país e o segundo aeroclube mais antigo do mundo. Sua história precede até mesmo a da Força Aérea Brasileira (FAB) e da Força Aéreo Naval, da

Marinha do Brasil, tendo em seus quadros o registro de algumas das figuras mais relevantes dos céus brasileiros. Nos anos 1910, época em que o "milagre da aviação" despertava grande encantamento na população e detinha um grande apreço por parte dos militares, se encontrava no Brasil um fascinante grupo de estrangeiros aviadores, integrado pelos franceses Roland Garros, Edmond Plauchut e Ernesto Darioli, além do italiano Gian Felice Gino. Tão logo surgiu a ideia de se estabelecer no país a presença de um grupo organizado. Sendo assim, em 14 de outubro de 1911, fundado o que foi chamado "Aeroclube Brasileiro". A primeira diretoria trouxe como presidente de honra ninguém menos do que o sócio-fundador Alberto Santos Dumont, além do almirante José Carlos de Carvalho como diretor presidente e Vitorino de Oliveira, redator do jornal "A Noite", como primeiro diretor secretário. Civis e militares ilustres, políticos, professores e homens de negócios apoiaram publicamente o ato. Os primeiros aviões do aeroclube foram adquiridos com recursos arrecadados em subscrição pública e, logo em seguida, cedidos ao Exército para servirem pela primeira vez no Brasil durante a Guerra do Contestado." Disponível: https://www2.fab.mil.br/musal/index.php/curiosidades-historicas-item-de-menu/1205-criacao-do-aeroclube-do-brasil. Acesso em mai. de 2025.

126 SALGADO FILHO, Joaquim Pedro. Discurso do Ministro da Aeronáutica Salgado Filho. Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER), s.d.

127 CUNHA, Rudnei. Curtiss P-40 Warhawk – História da Força Aérea Brasileira. Disponível em: https://historiadafab.rudnei.cunha.com.br/2021/01/07/curtiss-p-40/ Acesso em maio 2025.

128 O Jornal – Rio de Janeiro, 7 de maio de 1942.

129 O Jornal – Rio de Janeiro, 14 de maio de 1942.

130 Id.

131 O Jornal – Rio de Janeiro, 12 de maio de 1942.

132 O Jornal – Rio de Janeiro, 1º de setembro de 1942.

133 Id.

134 Id.

135 Id.

136 Id.

137 O Jornal – Rio de Janeiro, 1º de setembro de 1942.

138 Id.

[139] Diário de Pernambuco, 10 de setembro de 1942.

[140] O Jornal – Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1942.

[141] Gileno de Carli era agrônomo e foi presidente do IAA - Instituto do Açúcar e do Álcool entre dezembro de 1951 e agosto de 1954, além de publicar diversas obras sobre o setor de Açúcar e Álcool no Brasil. Em 1942 escreveu: "Ante o clamor dos produtores, completamente perdidos sem uma intervenção do governo, o Estado interveio para que se transformasse o problema do açúcar num problema nacional, se saneassem os mercados dos remanescentes das safras anteriores, acumulados, e para que se traçassem normas de regulamentação da produção, a fim de diminuir, dentro das possibilidades econômicas, a capacidade de produção das fábricas de açúcar." Ver: MEIRA, Roberta Barros. A guerra do açúcar: a disputa entre São Paulo e Nordeste e a atuação do Instituto de Açúcar e do Álcool. 2022, pág. 69.

[142] O Jornal – Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1942.

[143] Em geral as relações de compra e venda entre fornecedores de cana e usineiros eram mediadas por um simples contrato de compra e venda. Como a usina tinha mais poder, podia ou não absorver a produção. Essa instabilidade deixava as relações desiguais. Esse Estatuto tinha por objetivo, organizar esse processo, definindo quem era o fornecedor bem como seus direitos e deveres, estabelecia um cadastro geral de fornecedores organizado pelo Instituto de Assistência à Agricultura (IAA), definia direitos e deveres das usinas. Ou seja, sua função era regulamentar a produção e comercialização da cana-de-açúcar no Brasil. Ver: Estatuto da Lavoura Canavieira. DECRETO-LEI Nº 3.855, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1941, disponível em:https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3855-21-novembro-1941-414000-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em mai. 2025. QUEDA, Oriowaldo. A intervenção do Estado e a agro indústria açucareira paulista. 1972.SARAIVA, Oscar. Estatuto da Lavoura Canavieira-Intervenção do Estado no domínio econômico. Revista de Direito Administrativo, v. 75, p. 221-223, 1964. MEIRA, Roberta Barros. Bangüês, Engenhos Centrais e Usinas: O desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941). 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

[144] Id.

[145] O Jornal – Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1942.

[146] O Jornal – Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1942.

[147] FRAGA, André Barbosa. O Brasil tem asas: a construção de uma mentalidade aeronáutica no governo Vargas. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, 2017. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/td/1877.pdf. Acessado em maio 2025

[148] MORAIS, Fernando. Chatô, o rei do Brasil. 25. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

[149] SCATENA, Thiago Pizzo. Aeroporto Leite Lopes de Ribeirão Preto: formação e conflitos em infraestrutura. Dissertação de Mestrado, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-16112022-155254/publico/DissCorrigidaThiagoPizzoScatena.pdf Acesso em maio 2025

[150] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ULTRALEVE (ABUL). Patrulha da Madrugada: Uma história de aviadores. [S.l.]: ABUL, [s.d.]. Disponível em: https://www.abul.org.br/biblioteca/185.pdf. Acesso em maio 2025

[151] Id. SCATENA...

[152] O Jornal – Rio de Janeiro, 12 de maio de 1942

[153] O Diário de Santos - Santos, 16 de setembro de 1947

[154] LOPES, Thiago da Costa; MAIO, Marcos Chor. Puericultura, eugenia e interpretações do Brasil na construçãodo Departamento Nacional da Criança (1940). Tempo, Niterói, v. 24, n. 2, p. 349-368, maio/ago. 2018.

[155] "As crianças, principalmente as das camadas mais populares, foram foco de atenção de médicos, juristas, religiosos, filantropos e educadores desde os fins do século XIX e início do XX, sendo suas famílias "[...] quase sempre associadas à ignorância/pobreza/descuido/vício/abandono/licenciosidade, e muitas vezes vistas como criadoras de criminosos e delinquentes, eram acusadas de 'incapazes' no que dizia respeito à educação e à formação de suas crianças" (Abreu & Martinez, 1997, p. 25). Para sanar essa questão, tais profissionais da sociedade propuseram, entre várias medidas, a criação de sociedades, associações, escolas, asilos e creches, pois, no cenário de crise da escravidão e necessidade de formação de trabalhadores livres e ordeiros, as crianças eram concebidas como "[...] verdadeiros responsáveis pelo devir, futuros cidadãos sobre quem recairiam as tarefas de elevação da pátria ao 'progresso' e à 'civilização'" (Abreu & Martinez, 1997, p. 25, grifo do autor)." SÁ, Elizabeth Figueiredo de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza.

Assistir e educar: o Departamento Nacional da Criança e suas ações em Cuiabá-MT (1940-1948). Acta Scientiarum. Education, v. 46, n. 1, 2024, pág. 2.

156 "O governo de Getúlio Vargas formalizou a criação do Departamento Nacional da Criança via decreto-lei 2.024, publicado em 17 de fevereiro de 1940, documento este que fixou "[...] as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o País" (Decreto-Lei nº 2.024, 1940)" . SÁ, Elizabeth Figueiredo de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. Idem, pág. 4.

157 Ver: DA SILVA, Daniela Teles. Eugenia, saúde e trabalho durante a Era Vargas. Tempo de Histórias,[S. l.], v. 1, n. 33, p. 190-213, 2019 e SÁ, Elizabeth Figueiredo de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. Idem.

158 FONSECA, Cristina M. Oliveira. A saúde da criança na política social do primeiro governo Vargas. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 3, p. 97-116, 1993.

159 O Jornal – Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1943".

160 Centros de puericultura são instituições voltadas ao acompanhamento integral da saúde e do desenvolvimento infantil, especialmente na primeira infância (do nascimento até os 6 anos de idade). A palavra vem do latim puer, que significa "criança", e cultura, que implica cuidado ou cultivo — ou seja, "cuidado com a criança".

161 Diário da Noite – Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1943.

162 O Jornal – Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1943.

163 Id

164 LOPES, Thiago da Costa; MAIO, Marcos Chor. Puericultura, eugenia e interpretações do Brasil na construçãodo Departamento Nacional da Criança (1940). Tempo, Niterói, v. 24, n. 2, p. 349-368, maio/ago. 2018.

165 SIMILI, Ivana Guilherme. Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP, 2007. 288 p.

166 O Jornal, RJ 31 de dezembro de 1943, pag. 5

167 Id.

168 Diário da Noite, 3 de fevereiro de 1947

169 A hanseníase "é uma doença infecto-contagiosa de evolução crônica que se manifesta, principalmente, por lesões cutâneas com diminuição de sensibilidade térmica, dolorosa e tátil. Tais

manifestações são resultantes da predileção do Mycobacterium leprae (M. leprae), agente causador da doença de Hansen, em acometer células cutâneas e nervosas periféricas. Foi o médico norueguês Gerhard Armauer Hansen, notável pesquisador sobre o tema, que identificou, em 1873, este bacilo como o causador da lepra, a qual teve seu nome trocado para hanseníase em homenagem ao seu descobridor (Foss, 1999 e Gomes,2000). Durante as reações (surtos reacionais), vários órgãos podem ser acometidos, tais como, olhos, rins, supra-renais, testículos, fígado e baço (Talhari e Neves, 1997). Se o M. leprae acometesse somente a pele, a hanseníase não teria a importância que tem em saúde pública. Em decorrência do acometimento do sistema nervoso periférico (terminações nervosas livres e troncos nervosos) surgem a perda de sensibilidade, as atrofias, paresias e paralisias musculares que, se não diagnosticadas e tratadas adequadamente, podem evoluir para incapacidades físicas permanentes (Brasil, 2001)." EIDT, Letícia Maria. Breve história da hanseníase: sua expansão do mundo para as Américas, o Brasil eo Rio Grande do Sul e sua trajetória na saúde pública brasileira. Saúde e sociedade, v. 13, n. 2, p. 76-88, 2004, p. 77.

170 "De 1921 a 1930, criaram-se a Inspetoria de Profilaxia da Lepra de São Paulo (estado que assumirá a vanguarda do isolamento compulsório, cuja referência mais tarde se espraia pelo país) e o Departamento Nacional de Saúde Pública, período em que se intensificam os debates sobre a forma do isolamento. De 1930 a 1945, na fase getulista, é que surge a implantação do isolamento compulsório". DUCATTI, Ivan; DOS SANTOS SOUZA, Terezinha Martins. A prisão em nome da saúde: o isolamento compulsório em leprosários no Brasil de Vargas. História e Diversidade, v. 9, n. 1, p. 144-160, 2017, pag. 147. Apenas em 1962, o isolamento compulsório foi extinto no Brasil.

171 "Carvalho (1932) nos fala sobre as regras sociais impostas aos hansenianos antigamente. Os doentes deveriam andar com a cabeça coberta e com calçados para não infectarem os caminhos por onde passassem. Conforme Maurano (1944), eram obrigados a usar uma indumentária especial. Sobre o corpo deveriam usar uma túnica ou hábito cor parda, castanha ou negra e, em alguns países, deveriam ter sinais expostos sob a forma de mão ou "L". Deveriam avisar de sua passagem por meio de campainhas ou de matracas". EIDT, Letícia Maria. Op. Cit., pag. 82.

172 Id

[173] Id.

[174] Id.

[175] Diário da Noite, Rio de Janeiro, 13 de março de 1947

[176] O Jornal, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1947

[177] Id.

[178] GAETA, Maria Aparecida Junqueira da Veiga Gaeta. A Flor do café e o Caldo da Cana: os caminhos de Sinhá e Quito Junqueira. Uberaba: Ed. Vitória, 1993.

[179] No Brasil, durante muitos séculos a institucionalização de crianças estava restrita às organizações católicas, como por exemplo o Educandário Jesuíta em Salvador, fundado no século XVI. No fim do século XIX, porém, "os educandários, reformatórios, internatos e orfanatos atendiam um grande número de crianças e adolescentes separados por sexo e por idade. Todas as atividades aconteciam no local e os acolhidos não circulavam em espaços comunitários de educação, saúde, lazer e profissionalização. A principal tarefa dessas instituições era a de "corrigir e controlar" filhos de adultos pobres considerados "incapazes" de educar. A história do acolhimento no Brasil. Disponível em: https://familiaacolhedora.org.br/artigos/a-historia-do-acolhimento-familiar-no-brasil/. Acesso em: mai. de 2025.

[180] Esse é um olhar diverso sobre os internatos, tanto na Europa e quanto no Brasil: "No século XIX, o internato era um recurso necessário para possibilitar uma escolaridade desenvolvida. Pouco numerosos, os estabelecimentos secundários eram reservados a uma minoria. O pensionato, como se dizia então, evocava estabelecimentos com longos dormitórios, de conforto rudimentar e disciplina de ferro; e estava associado às imagens negativas da prisão, do convento ou da caserna. As pesquisas em história da educação tratam com frequência do internato (Prost, 1968; Mayeur, 2004) ao falar da educação das meninas (Rogers, 2007) ou dos povos indígenas (Salaün, 2005). O internato é percebido e descrito como um elemento contextual importante. A multiplicação dos estabelecimentos escolares faz com que essa lógica instrumental seja abandonada nos anos 1970, quando esse recurso passa a ser reservado a quem escolhe ramos de estudo raros, como o que conjuga estudos e esportes". GUIGUE, Michèle; BOULIN, Audrey. O internato escolar: limites e paradoxos de uma instituição total. Educação e Realidade, v. 41, n. 4, p. 985-1003, 2016, pág. 986 e 987.

[181] Alberto Pedro Puscineli foi entrevistado no dia 12 de maio de 2025, na sede do Educandário, em Ribeirão Preto.

[182] NASCIMENTO, Jussara Cassiano. A campanha nacional de educandários gratuitos e a história do ginásio brigadeiro Newton Braga. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 1, p. 175-186, 2021 e Nossa História. Disponível em: https://www.cnec.br/nossa-historia. Acesso em Mai. de 2025.

[183] Ver: SÁ, Elizabeth Figueiredo de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. Assistir e educar: o Departamento Nacional da Criança e suas ações em Cuiabá-MT (1940-1948). Acta Scientiarum. Education, v. 46, n. 1, 2024, pág. 2.

[184] Kramer. S. (2003). A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce (7a ed.). São Paulo, SP: Cortez.

[185] Essa percepção era tão real que apenas em 1941, ou seja, alguns anos após a inauguração do Educandário é que o Estado Em 1941, foi criado "o Serviço de Assistência a Menores (SAM), por meio do Decreto-Lei nº 3.779, subalterno ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores e articulado com o Juízo de Menores do Distrito Federal, sendo um importante marco legal e histórico no campo da assistência 'ao menor' tendo como objetivo: a) sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares; b) proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico dos menores desvalidos e delinqüentes; c) abrigar os menores, á disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal; d) recolher os menores em estabelecimentos adequados, afim de ministrar-lhes educação, instrução e tratamento sômato-psíquico, até o seu desligamento; e) estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos; f) promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas (Decreto-Lei nº 3.799, 1941, Art. 2º)." SÁ, Elizabeth Figueiredo de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza, Op. Cit., pag. 3.

[186] GAETA, Maria Aparecida Junqueira da Veiga Gaeta. A Flor do café e o Caldo da Cana: os caminhos de Sinhá e Quito Junqueira. Uberaba: Ed. Vitória, 1993.

[187] Com o desenvolvimento industrial, havia a necessidade de uma formação mínima ao operariado, e de maneira rápida e prática. Assim foi criado o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - através do Decreto-Lei no 4048, de 22 de Janeiro de 1942, com finalidade de ministrar um sistema de ensino paralelo ao

sistema oficial. O SENAI era dirigido pela Confederação Nacional das Indústrias e mantido pelas contribuições das empresas a ela filiadas". Ribeiro, Paulo Rennes Marçal. História Da Educação Escolar No Brasil. Disponível em: https://www.scielo.br/j/paideia/a/DDbsxvBrtzm66hjvnLDdfDb/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: Mai. de 2025, pág. 23.

188 O palacete do Dr. Camilo de Mattos, após muitos anos fechado, foi restaurado em 2024, localizado na Rua Duque de Caxias, muito próximo do casarão da família Junqueira, na mesma rua.

189 O Jornal, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1943. pág. 5.

190 Lá estavam, lado a lado, figuras de peso na vida pública nacional: além do Ministro da Agricultura, Apolônio Salles; o Dr. Sebastião Nogueira de Lima, Secretário da Educação, representando o interventor federal; Manoel Rodrigues Filho, Secretário da Agricultura do Estado de Pernambuco; o Professor Melo Morais, da Secretaria de Agricultura de São Paulo; o jornalista e empresário Assis Chateaubriand, e outras autoridades civis e militares que testemunhavam o nascimento de uma obra singular. Era a confirmação de que o Educandário não era apenas uma instituição filantrópica — era uma causa nacional.

191 Um vídeo produzido pela Diário Associados permite a narrativa de detalhes. Com duração de 25 minutos, o documentário relata passo a passo todos os acontecimentos daquele dia. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xjL5QIkVcck&t=25s.

192 O Diário, 21 de março de 1944.

193 A Fundação Educandário Coronel Quito Junqueira mantém um acervo organizado em uma sala, dentro da Biblioteca que leva o nome de Waldemar Pessoa. Ali, documentos, fotos, objetos, registros em atas, dão base à narrativa que se segue recontada nesta obra.

194 Dona Aparecida da Silva foi entrevistada no dia 28 de maio de 2025.

195 "Com o internato, a escola dispõe, no dia a dia, de tempos que normalmente seriam geridos livremente pelos jovens e seus pais, fora do olhar da escola. As atividades que se desenvolvem nesse tipo de estabelecimento pertencem aos três setores da vida cotidiana: a sobrevivência (repouso e sono, alimentação, higiene), o trabalho (aulas e estudos dirigidos) e a distensão (os lazeres)".GUIGUE, Michèle; BOULIN, Audrey. O internato escolar: limites e paradoxos de uma instituição total. Educação e Realidade, v. 41, n. 4, p. 985-1003, 2016, pag. 988 e 989.

[196] O MASP funcionava interinamente na sede dos Diários Associados. FERREIRA, Marieta de Morais. Assis Chateaubriand. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CHATEAUBRIAND,%20Assis.pdf. Acesso em: mai. de 2025.

[197] Lina Bo Bardi foi uma das figuras mais potentes da cultura brasileira no século XX. Italiana de nascimento e brasileira por escolha, ela não apenas projetou edifícios emblemáticos como o Museu de Arte de São Paulo (MASP) e o SESC Pompéia, mas também concebeu novas formas de pensar a arquitetura como expressão da vida coletiva, da cultura popular e do espírito democrático. Seu trabalho se estendeu à cenografia, ao design de mobiliário, à curadoria e à escrita crítica, sempre com atenção sensível às manifestações do cotidiano, às tradições do Brasil profundo e ao papel social da arte. Sua trajetória foi marcada por uma rara combinação de rigor modernista e paixão antropológica, tornando-se um ícone da integração entre cultura erudita e saberes populares. Mesmo após sua morte, em 1992, seu pensamento segue inspirando artistas, arquitetos e gestores culturais em todo o mundo. Lina é a arquiteta que projetou o teto do Theatro Pedro II, em Ribeirão Preto, na restauração (1996), depois do incêndio (1980).

[198] Instituto Bardi. Casa de Vidro. Disponível em: https://institutobardi.org.br/os-fundadores/pietro-maria-bardi/ Acesso em: 25 mai 2025.

[199] BARDI. História do Masp. Instituto Quadrante. São Paulo, 1992.

[200] Revista o Cruzeiro, setembro de 1947.

[201] Walther Moreira Salles e os museus [2] - Instituto Moreira Salles. Acesso em 26 dez. 2024.

[202] BARDI. História do Masp. Instituto Quadrante. São Paulo, 1992.

[203] MOURA, Luanda de. Mecenato: atores, objetos e práticas. 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138 /tde-18122018-125140/. Acesso em: 25 maio 2025.

[204] Moura explica que Sinhá integrou o que Chatô chamava de Sindicato do Velásquez, que uniu vários mecenas para a compra do quadro do Duque de Olivares. O resultado foi tão frutífero que ainda rendeu a compra de duas outras obras, uma de Rembrandt, O Jovem com Corrente de Ouro e outra de Renoir, o Grande Nu Sentado. MOURA, Luanda de. Op. Cit, pág. 62.

[205] Idem.

[206] CNN. https://www.cnnbrasil.com.br/lifestyle/novo-predio-do-masp-ganha-data-de-abertura-ja-com-cinco-exposicoes/?utm_source= Acesso em: 25 mai. 2025.

[207] A grande parceira do processo de colonização da coroa portuguesa sobre as terras brasileiras, foi a Igreja Católica Apostólica Romana. Mesmo após a Independência e o processo de criação do estado Nacional Brasileiro, sua influência se manteve no controle da educação, da documentação da população (livros de batismo, casamento e morte) e da fé dos nacionais. Na República, alguns hábitos mudaram, mas transformação cultural, nesse sentido, foi mais demorada. Dessa forma, a localidade de Ribeirão Preto, não foi diferente dos demais espaços desse Brasil. Construir uma casa próxima do local sagrado da Igreja, era sinal de poder financeiro e político, uma vez que ela era o centro da vida social e religiosa de uma comunidade. ARAGÃO, Solange de. A cidade brasileira e a casa no século XIX. In: Ensaio sobre a Casa Brasileira do Século XIX-Vol. 1. Blucher Open Access, 2017. p. 37-78.

[208] SILVA, Adriana; ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira; MOLINA, Sandra Rita. Paisagem Cultural do Café. IPCIC. Instituto Paulista de Cidades e Identidades Culturais. Ribeirão Preto, 2013.

[209] "O surgimento da praça ajardinada muda a função da praça na cidade e por isso é um marco na história da paisagem urbana brasileira. A praça deixa de ser o largo, o terreiro, e o adro da igreja e em geral, nas grandes cidades, ela deixa de abrigar atividades como o mercado, que é transferido para edificações comerciais, e demonstrações militares, que se deslocaram para as grandes avenidas. A função da praça ajardinada naquele momento é o passeio, a recreação e o lazer contemplativo assim como é palco para um tipo de convivência da população que difere muito daquela encontrada na praça colonial. Na praça ajardinada a população deveria seguir normas de conduta e comportamento rígidas e hierarquizadas (ROBBA; MACEDO, 2002). No início do século 20, conforme Robba e Macedo (2002), as mais importantes praças das cidades foram reformadas e receberam tratamento paisagístico, através de projetos de jardineiros ou botânicos. Até os mais antigos e tradicionais logradouros passaram por um processo de ajardinamento. O modelo de praça ajardinada foi rapidamente consolidado, sendo considerado padrão de modernidade urbana e de qualidade do espaço livre e assim foi difundido o hábito de

projetar a praça pública". BERTULUCI, Gabriela de Oliveira et al. Espaços livres e urbanidade: análise dos aspectos da praça como geradores de qualidade socioespacial urbana. 2019.

[210] MARCONDES, Renato Leite. O café em Ribeirão Preto (1890-1940). História econômica & história de empresas, v. 10, n. 1, 2007. ROSA, Lilian R. O.; MOLINA, Sandra R. Café com Açúcar. 2. ed. Ribeirão Preto, SP: Fundação do Livro e Leitura de Ribeirão Preto, 2018.

[211] Quarteirão Paulista e Praça XV de Novembro – Condephaat, acessado em 20 de jan. 2025.

[212] Cláusula do Testamento de Sinhá Junqueira.

[213] Diário Oficial de Ribeirão Preto. Disponível em: https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/cultura769202410.pdf Acesso em: 27 mai. 2025.

[214] Câmara Municipal. Disponível em: https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/legislacao-municipal/pesquisa/lei/18167. Acesso em 27 mai. 2025.

[215] "A palavra hospital é da raiz latina 'Hospitalis' e de origem relativamente recente. Vem de hospes – hóspedes, porque antigamente essas casas de assistência recebiam peregrinos, pobres e enfermos. O termo hospital tem hoje a mesma acepção de nosocomium, do grego, cujo significado é – tratar os doentes. O hospital originou-se em época muito anterior à era cristã e a história da medicina em período bem mais remota que o dos hospitais. O homem preocupado, a princípio, apenas com o bem-estar de sua família, foi obrigado, com o correr dos tempos e para sua própria defesa, a se interessar pela saúde dos seus semelhantes, quando o aumento da população e a intensificação do trafego demonstraram a necessidade de proteção coletiva. (...) O mais antigo hospital do Brasil é a Santa Casa de Santos, fundada por Braz Cubas, em 1543". Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/02-7-dia-do-hospital-3. Acesso em mai. de 2025.

[216] Nascido em 23 de janeiro de 1897 na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo. Foi médico cirurgião e político. Casou-se com Aracy Musa Pessoa, com quem teve três filhos: João Paulo, Ana Amélia e Regina Helena. Faleceu em 07 de abril de 1980. Nos 83 anos que viveu produziu e criou estruturas que até o século XXI são fundamentais para esta região. Após seu matrimônio, estabeleceu-se na cidade de São José do Rio Pardo, onde ocupou o cargo de Cirurgião Chefe do Hospital São Vicente. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, foi o Capitão Médico das forças revolucionárias. Em 1934, por convite dos diretores da Sociedade Portuguesa de Bene-

ficência de Ribeirão Preto, assumiu o cargo de Diretor Clínico, o Hospital Imaculada Conceição. a década de 1950, mais especificamente em 15 de fevereiro de 1951, integrou um grupo que criou as condições para a instalação da Faculdade de Medicina, oficialmente inaugurada em 1952. Foi deputado federal entre 1959-1963 pelo PSB. Além disso foi: "membro do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, vice-presidente da Associação Paulista de Medicina; presidente da Associação "Fundos de Pesquisas Médicas"; vice e presidente da Fundação Sinhá Junqueira; presidente do Educandário Coronel Quito Junqueira; presidente da maternidade Sinhá Junqueira; vice-presidente da Fundação "Biblioteca Cultural de Ribeirão Preto"; presidente do Hospital São Francisco; conselheiro da Fundação Arnaldo Pinto; membro da Associação de Rádio e Imprensa; sócio benemérito da Escola para Cegos "Helen Keller", e presidente honorário da Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto". Disponível em: http://www.plataformaverri.com.br/?local=voceSabia&mes=1&dia=23. Acesso em mai. de 2025.

217 A acompanhou até o final, tendo assinado a sua certidão de óbito.

218 Entrevista com André Junqueira Santos Pessoa, neto do Dr. Waldemar Barnsley Pessoa, e com o médico Dr. Roberto Reynaldo Mele, em 02 de abril de 2025, tesoureiro e secretário, respectivamente da Fundação Educandário Coronel Quito Junqueira.

219 Correio Paulistano, 10 de setembro de 1945.

220 Revista Revide, 17 de setembro de 2015.

221 Valor Econômico. Disponível em: https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/05/08/hapvida-paga-r-5-bi-por-grupo-sao-francisco-e-acao-dispara-na-b3.ghtml?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 28 mai. 2025.

222 Fundação Sinhá Junqueira. Disponível em: https://www.sinhajunqueira.org.br/a-fundacao/ Acesso em: 28 mai. 2025. Fundação Educandário Quito Junqueira. Disponível em: https://educandariorp.com.br/blog/theolina-junqueira-um-legado-de-altruismo-bondade-e-filantropia/ Acesso em 28 mai. 2025.

223 Parte do Testamento de Dona Sinhá, referente à Maternidade Sinhá Junqueira.

224 A afirmação daquela época continua real. Muitas pessoas dos municípios vizinhos ainda procuram a Maternidade. Isso por que, em suas localidades não existem muitas alternativas de tratamento, além do reconhecimento da qualidade dos serviços oferecidos pelo hospital.

[225] Gazeta de Notícias, 9 de abril de 1948, pag. 6.

[226] Lei nº 1.467, de 26 de dezembro de 1951.Disponúvel em: https://www.al.sp.gov.br/norma/29911. Quatro anos depois, nova legislação institui em entidade autárquica o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, e dá outras providências: Lei N° 3.274, de 23 de Dezembro de 1955. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1955/original-lei-3274-23.12.1955. Acesso em 28 Mai. 2025.

[227] BERTOLLI FILHO, Claudio. História da saúde pública no Brasil. In: História da saúde pública no Brasil. 2004.

[228] Sá, Marcos Felipe Silva de. O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Medicina, Ribeirão Preto,35: 397-402, jul./set. 2002. Disponível em:https://revistas.usp.br/rmrp/article/view/858/870?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 26 mai. 2025

[229] Diário da Noite de 12 de novembro de 1954.

[230] Sá, Marcos Felipe Silva de. Op. Cit.

[231] Diário da Noite, 12 de novembro de 1954.

[232] Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. "Guia de Monumentos em Lugares Públicos de Ribeirão Preto". Ribeirão Preto: Secretaria Municipal da Cultura, 2019. Disponível em: https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/cultura92202111.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

[233] Idem.

[234] Idem.

[235] Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Disponível em: https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/legislacao-municipal/pesquisa/lei/24677. Acesso em: 28 mai. 2025.

[236] Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP). Centro de Referência da Saúde da Mulher – CRSMRP-MATER. Ribeirão Preto: HCFMRP-USP, [2020?]. Disponível em: https://www.hcrp.usp.br/sitehc/upload/Centro%20de%20Referência%20a%20Saúde%20da%20Mulher_Mater.pdf. Acesso em: 27 maio 2025.

[237] Idem.

[238] Primeiro presidente, Guilherme Augusto de Oliveira (1938 a 1940); Dr. Camilo de Matos (1940 a 1945); Dona Maria das Dores G. Mattos (1945 a 1948), Dona Sinhá (1948 a 1950); Dr. Waldemar B. Pessoa (1954 a 1965); Dr. Cássio Gonçalves (1966 a 1967); Dr. Waldemar Pessoa

(1967 a 1976); Dr. Hélio Lourenço de Oliveira (1979 a 1982); Dr. João Paulo Musa Pessoa (1982 a 1991); Dr. Paulo Gomes Romeu (1991 a 1997); Dr. João Paulo Musa Pessoa (1997 a 2012); Marcos Rocha Awad (2912...).

239 Entrevista com André Junqueira Santos Pessoa, neto do Dr. Waldemar Barnsley Pessoa, e com o médico Dr. Roberto Reynaldo Mele, em 02 de abril de 2025, tesoureiro e secretário respectivamente da Fundação Educandário CoronelQuito Junqueira.

240 BARROS, José Fernando Cedeño de. A benemerência privada no Estado de S. Paulo, vista através de dois testamentos. Revista da ASBRAP, São Paulo, n. 16, p. 1–96, 1999. Disponível em: https://www.asbrap.org.br/revistas/Revista%20ASBRAP%20n.16.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

241 A expressão "pré-Welfare State" refere-se ao período anterior à consolidação do Estado de Bem-Estar Social, modelo institucional que se desenvolveu sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial, marcado pela ampliação do papel do Estado na garantia de direitos sociais como saúde, educação, previdência e assistência social. No Brasil, essa configuração começa a ganhar corpo com as reformas trabalhistas e previdenciárias da Era Vargas, mas sua consolidação como política pública ampla só ocorre ao longo do século XX, especialmente com a Constituição de 1988. BARROS, José Fernando Cedeño de.

242 A primeira experiência de fundação que ocorreu no Brasil foi em 1738, quando Romão de Matos Duarte, solteiro milionário deixou "patrimônio para formar um "fundo" para auxiliar, exclusivamente, os expostos na "roda", que, a partir de seu gesto, passariam a ter tratamento digno ao serem atendidos na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro". PAES, José Eduardo Sabo. Fundações: origem e evolução histórica. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 35, n. 140, 1998, pag. 46-47.

243 GAETA, Maria Aparecida Junqueira da Veiga. A flor do café e o calo da cana: os caminhos de Sinhá e Quito Junqueira. Uberaba: Ed. Vitória, 1993

244 "As origens do instituto da fundação podem ser inicialmente explicadas pelo espírito de solidariedade, atributo do ser humano, dirigido a uma busca de meios ou formas de auxílio às pessoas necessitadas. Com efeito, desde os primórdios da história da humanidade, registraram-se atitudes de homens que, imbuídos pelo amor às artes, à sabedoria, à cultura ou ao singelo, mas profundo,

amor ao próximo, destinavam bens para uma finalidade social. Fundação é na verdade um instrumento por meio do qual pode o ser humano – como pessoa física ou jurídica – transmitir à sociedade atual e sucessivas gerações seus ideais e convicções e seguir atuando como vivo depois de morto." PAES, José Eduardo Sabo. Op. Cit, pag. 41.

245 Id.

246 Correio Paulistano, 25 de julho de 1950, pág. 13.

247 São João da Cruz foi confessor de Santa Tereza de Ávila e ambos auxiliaram na revisão da vida monástica buscando maior rigor, simplicidade e a volta ao carisma original da Ordem Carmelita. Quando se encontraram "ela tinha autorização fundar conventos reformados da Ordem Carmelita. Tinha também autorização de todos os superiores da Espanha para intervir nos conventos masculinos. O entusiasmo de Santa Tereza contagiou o Padre João da Cruz e ele começou a trabalhar na reforma da Ordem Carmelita, voltando às origens da mesma, procurando reviver em todos o carisma fundante da Ordem e ajustando a disciplina". Foi reitor responsável pela formação de inúmeros noviços e em paralelo, visitava hospitais e cuidava dos enfermos. São João da Cruz. Disponível em: https://cruzterrasanta.com.br/historia-de-sao-joao-da-cruz/264/102/. Acesso em Mai de 2025.

248 O Livro do Mérito, instituído pelo governo brasileiro por meio do Decreto-Lei nº 1.706, de 27 de outubro de 1939, foi uma publicação simbólica e oficial do governo federal brasileiro criada no contexto da campanha cívica em prol da nacionalização e valorização de ações voltadas ao bem comum. Criado durante o período do Estado Novo (1937–1945), sob o governo de Getúlio Vargas, o Livro do Mérito fazia parte de uma estratégia mais ampla de exaltação dos valores patrióticos, da ordem, da disciplina e da colaboração com o projeto nacional-desenvolvimentista.

249 "A década de 1950, especialmente a sua segunda metade, foi marcada pelo avanço do processo de industrialização brasileiro. Este desenvolvimento econômico do País foi fortemente influenciado pelo vigoroso investimento público por meio dos investimentos diretos do Estado ou de empresas estatais e, de maneira menos ostensiva, pelo capital internacional e privado nacional (LEOPOLDI, 1994;DRAIBE, 1985;SERRA, 1983; MARTINS, 1976). A chegada dos capitais estrangeiros foi uma das formas de financiamento desse desenvolvimento e sua entrada no Brasil foi resultado da expansão

mundial pela qual passavam os capitais norte-americanos, europeus e japoneses, além de políticas internas de atração destes capitais, vigentes então na economia brasileira". CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 39, p. 513-538, 2009, pag. 514

250 O fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, alterou significativamente o cenário internacional, com a divisão do mundo em dois blocos político-militares liderados pelas duas superpotências emergentes: EUA e URSS. O esforço de ampliação da área de influência econômica, política e ideológica dos EUA implicou o estímulo à penetração da cultura norte-americana não só em países latino-americanos como o Brasil - na verdade, esse processo já se iniciara aqui desde os tempos da guerra, com o alinhamento do Brasil aos EUA -, mas também na Europa. Reforçado pela prosperidade econômica norte-americana no pós-guerra, difundia-se em todo o mundo ocidental um espírito de otimismo e de esperança, um novo modo de viver propiciado pela produção em massa de bens manufaturados de uso pessoal e doméstico". KORNIS,Mônica Almeida. O Brasil de JK: Sociedade e Cultura nos anos 1950. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/artigos/sociedade-cultura-nos-anos-1950. Acesso e: mai. de 2025.

251 O Diário S. Paulo, 18 de julho de 1950.

252 Revista, O Cruzeiro, pag. 131 - 16 de dezembro de 1950.

253 Jornal A Manhã – Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1950.

254 Diário de Pernambuco, 24 de novembro de 1950.

255 Id.

256 Correio Paulistano, 28 de janeiro de 1951.

257 Id.

258 Publicado por Frederico de Barros Brotero, na Revista da Academia Paulista de Letras, n. 52, p. 180.

259 Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1954/decreto-23949-16.12.1954.html Acesso em: 28 mai. 2025.

260 PATRIMÔNIO. Condephaat: Disponível em https://www.ipatrimonio.org/ribeirao-preto-e-e-dona-sinha-junqueira/#!/map=38329&loc=-21.16839982999999,-47.817603070000004,17 Acesso em: 28. mai. 2025.

[261] Condephaat. Disponível em: http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/e-e-dona-sinha-junqueira/. Acesso em 28 mai. 2025.

[262] Jornal da Vila, de Outubro de 2021, disponível em: https://www.jornaldavilatiberio.com.br/images/edicoes/JV193_out21.pdf, acessado em 6 de jan. 2025.

[263] O cortejo e o funeral de Dona Sinhá foram gravados em vídeos e as imagens podem ser vistas neste link: https://www.youtube.com/watch?v=dSsuiu2V0_Q,.

[264] MOLINA, Sandra Rita. História de Vida. Fundação do Livro e Leitura de Ribeirão Perto, 2022. pag. 126.

[265] O Jornal – RJ, 28 de novembro de 1954.

[266] Decreto 8 1954 de Ribeirão Preto SP. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/r/ribeirao-preto/decreto/1954/1/8/decreto-n-8-1954. Acesso em jan. de 2025.

[267] Diário da Noite, 29 de novembro de 1954.

[268] DA SILVA, Juraci Soares. O Uso Da Expressão Sinhá No Discurso Das Mulheres Da Cidade De Novo Santo Antônio. Revista Falange Miúda, v. 3, n. 1, p. 96-103, 2018.



Adriana Silva
Educomunicadora, escritora, vice-presidente da Fundação do Livro e Leitura de Ribeirão Preto, pesquisadora do Instituto Paulista de Cidades e identidades Culturais (Ipcic).



Fernando Antônio Dias dos Reis Júnior
Assistente técnico do Departamento de Tecnologia da Usina Alta Mogiana, pianista, escritor e pesquisador.



Sandra Rita Molina
Historiadora, Professora Universitária, Pesquisadora do Instituto Paulista de Cidades e Identidades Culturais (IPCCIC), autora e coautora de livros sobre História Regional.

ISBN: 978-65-84872-48-6

Dona Sinhá Junqueira não apenas viveu sua época, ela a transformou. Descendente de uma das mais tradicionais famílias do interior paulista, fez da filantropia um compromisso duradouro com a dignidade humana. Onde havia carência, plantou escolas, hospitais, cultura e criou uma fundação.

Seu testamento tornou-se mais que um documento: foi a expressão viva de um sonho compartilhado com o coronel Quito Junqueira, seu esposo. Um legado que continua florescendo após mais de sete décadas de seu falecimento.

Nesta biografia dedicada à sua história, reencontramos uma mulher que fez da generosidade um modo de viver… e do cotidiano, um gesto contínuo de amor.

Patrocínio

Lei Rouanet
Incentivo a Projetos Culturais

ALTA MOGIANA
açúcar • etanol • energia

Realização

FUNDAÇÃO DO LIVRO E LEITURA DE RIBEIRÃO PRETO

MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO